

This report is presented as received by IDRC from project recipient(s). It has not been subjected to peer review or other review processes.

This work is used with the permission of Development Workshop (DW) Angola.

© 2009, Development workshop (DW) Angola.

MERCADO INFORMAL 2007/08/09

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

DOSSIER TEMÁTICO

O **Dossier Temático** é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e electronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. Este Dossier Temático traz um resumo de notícias da Imprensa escrita Angolana sobre **Mercado Informal**:

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

Genérico

Redacção Heliana dos Santos, Domingas Mota e Ilda Sebastião

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain,

Beat Weber, Pacheco Ilinga,

Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,

Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,

C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução

a Pobreza Urbana de Luanda),

DFID e Embaixada da Noruega

ANO 2007

JANEIRO 2007

07.1.1 Polícia usa força para transferir vendedores da Estalagem

Angolense...13-01-07

Seis horas da manhã. Dois patrulheiros da polícia estão posicionados no triângulo da moagem Kwaba junto a paragem de táxi com o mesmo nome. O local está as moscas, os taxistas foram "escorraçados" para 800 metros além do local habitual, nas cercanias do famoso "Coelho".

A correria é grande, as pessoas estão de cima para baixo a procura de táxis. Uma grande moldura humana caminha a pé, da nova paragem até a Incutal e vice versa. O cenário faz lembrar pessoas a fugirem da guerra, é muita gente andar a pé, porque a polícia interditou as paragens.

Do outro lado do asfalto, verificam-se longas filas de viaturas, no sentido ascendente, os carros estão estáticos.

O ambiente de agitação e reclamações desperta a curiosidade do repórter que de imediato procura se inteirar do assunto. "A polícia está a destruir as quintas onde vendiam os antigos vendedores da Estalagem, eles madrugaram para evitar resistência por parte dos vendedores", informou um transeunte.

Depois da informação, fomos atrás dos factos. O clima está caótico, há polícias em tudo quanto é canto. Os efectivos estão "armados até aos dentes", só faltam os "jactos" de água quente. De trezentos em trezentos metros estão dois agentes da polícia perfilados ao longo da estrada. Alguns cidadãos estão a ser interceptados, revistados e algemados pela polícia. Para já, se desconhecem as razões das detenções consideradas de arbitrárias. Os utilizadores de matas "rápidas" também não escapam da mão pesada dos agentes.

A operação de retirada compulsiva dos vendedores é garantida pelo efectivo da VII Divisão de Polícia, Brigada Canina e pela Unidade Operativa de Luanda. O repórter se dirige para um dos principais focos do problema, aliás, em regime provisório, os vendedores estavam subdivididos em três grupos. Uns na quinta junto à igreja Católica do Km12, na rua da Mamã Muxima, outros na chamada zona dos Eucaliptos baptizada como "Sualalé" e alguns no quintalão da "Mamã Gorda".

Na entrada que dá acesso aos dois últimos locais acima mencionados, existe um apinhado de gente. O acesso a esses locais não está nada fácil, a polícia está a interditar os vendedores e outros que querem recuperar os negócios deixados nas casas de processo e outros

bens.

No meio da confusão, o repórter consegue transpor a barreira da polícia. O controlo é composto por agentes e alguns fiscais do município que, de cassetes em punho coadjuvam os homens da ordem. Desses locais só se sai, não se pode entrar.

Bancadas espalhadas no chão, paus, blocos, chapas é o cenário que se verifica. Tudo indica, de acordo com alguns vendedores que, o derrube das mesmas foi feita por um tractor. Daqui não ficou pedra sobre pedra, até algumas casas de processo onde os vendedores guardavam os seus negócios não foram poupadas. Como um mal não vem só, segundo um adágio popular, os aproveitadores não ficaram à margem. Paus, blocos e chapas que serviam de suporte de bancadas e barracas de comes e bebês, foram roubados. Os negócios nas casas de processo foram pilhados pela população e pela própria polícia. A viatura de marca Toyota com a chapa de matrícula LDS-51-25 é um exemplo do que estamos a narrar. Durante a operação a referida carrinha procede a transportação de bens surripiados para a esquadra policial dos contentores do Km-12.

Oito horas. Polícias em cavalos escalam o local da operação para o pânico da população.

O desenrolar da operação continuou, ora detendo taxistas ora recebendo negócio às senhoras, como são os casos das vendedoras de água e não só.

A acção da polícia é manchada por irregularidades, porque para além da detenção de cidadãos, há rumores de que a proprietária do quintalão, a "Mamã Gorda", foi agredida brutalmente pelos agentes por alegadamente ter incitado os vendedores a permanecerem no local. Essa informação não é confirmada por outras fontes, apesar de todos os esforços. O relógio marca 12 horas, cinco viaturas da Brigada Canina acaba de abandonar o "teatro das operações", mas permanecem no local outros ramos da polícia.

A partir desse momento, a circulação rodoviária começou a ganhar vida, embora as pessoas continuem a caminhar a pé devido a escassez de táxis, rotas curtas e especulação do preço da corrida. Aliás, essa é uma doença crónica nos últimos tempos por essas paragens, os candongueiros cobram, por exemplo, da Estalagem até aos Congolezes cem a 150 Kwanzas e ninguém põe ordem no circo.

O NOVO MERCADO É UMA POUCA VERGONHA

A destruição das quintas transformadas em mercado era um facto, nada mais havia a fazer senão avaliar as condições do novo, no Km-28.

Para lá rumamos. Uma placa afixada na entrada chama atenção para o novo local de vendas. Do asfalto até a nova quitanda são mais dois quilómetros, mas das condições propriamente ditas, nada existe de concreto. O único factor de realce é de que o local é de facto muito vasto, não existem dúvidas de que pode ser

equiparado com o mercado Roque Santeiro.

É um descampado, sem condições nenhuma de saneamento básico, higiene, casas de banho, as casas de processo são débeis e feitas de chapa de zinco, portanto, susceptíveis a roubos.

Em relação a água, o local dispõe apenas de dois tanques particulares e outros tantos em construção. É nesses tanques onde os vendedores adquirem a água para fabricar blocos e erguer as barracas.

Cada um safa-se como pode, mobiliza os seus meios e constrói a barraca que deve obedecer os seguintes critérios: a estrutura é feita de blocos numa dimensão de cerca de dois metros ao quadrado, revestido de ferro em volta e coberto de chapa de zinco. As barracas em construção estão separadas por ruas bastante largas. "Nem todos têm condições para fazerem as barracas que estão a ser exigidas, os lugares são gratuitos", explicaram algumas vendedoras.

Sem medo de errar, podemos afirmar que os vendedores foram retirados de "mercados" desorganizados, mas foram igualmente transferidos para um local em piores condições. Não eram essas as condições que se esperavam de um mercado municipal, porque persiste o receio de que com o andar das coisas, um dia as pessoas voltem a ser retiradas daquele local. Esse mercado é simplesmente uma pouca-vergonha, as autoridades deveriam no mínimo construir naves para proteger as pessoas do sol, para não falar da poeira, o principal inimigo que os vendedores poderão enfrentar nos próximos dias.

No local o Angolense não conseguiu contactar o responsável pela administração do novo mercado, porque se encontrava ausente.

Por outro lado, o problema que persiste é a não indemnização das camponesas que cultivavam no local agora transformado em mercado. "Pediram para tratar uma ficha, isso foi feito mas até agora administração de Viana continua a dar curvas para dar o dinheiro", disse uma antiga agricultora.

Enquanto isso, o local em que se achava o antigo mercado da Estalagem foi transformado em antro de bandidos, consumo de drogas, assalto e violações sexuais. Mesmo depois de vedado, o mesmo que em tempos rendeu receitas aos cofres do estado está voltado ao abandono e transformado em depósito de lixo, casa de banho pública, enfim ...

O lugar, comentam os munícipes de Viana, deveria ser aproveitado para a construção de uma instituição de utilidade pública, no caso um hospital, um instituto médio ou uma central de energia. Serviços esses que tanto fazem falta aquela municipalidade.

07.1.2 Cerca de dez mercados rurais serão construídos na província

Angop...18-01-07

Pelo menos dez mercados rurais serão construídos este ano na província do Bié, com vista a facilitar as trocas comerciais entre os produtos da cidade e os do campo, informou hoje no Kuito o director da Indústria, Comércio Hotelaria e Turismo, George Ndongo.

O responsável sublinhou que os referidos mercados serão construídos com material caseiro nas principais vias de acesso aos municípios e comunas, bem como em locais com maior fluxo de pessoas, visando facilitar o escoamento dos produtos, bem como reduzir as longas caminhadas que as populações tem vindo a percorrer.

Sem revelar o montante a ser empregue na construção, o responsável revelou que o governo local, tomou também esta iniciativa por forma a expandir os mercados urbanos e rurais, bem como para albergar grande parte de vendedoras de rua, melhorando a qualidade de vida das mesmas e garantir a higiene das cidades.

Manifestou-se preocupado com a prática do comércio exagerado de bebidas alcoólicas nas lojas, cantinas e barracas, em vez de produtos alimentares, estimulando, segundo a fonte o alcoolismo e outros males na população, com maior realce na juventude.

O sector da Indústria, Comércio, Hotelaria e Turismo no Bié, controla 867 estabelecimentos comerciais, 52 pequenas indústrias, 32 centros turísticos, oito hotéis, destes apenas quatro estão em pleno funcionamento, cinco restaurantes e 11 pensões, respectivamente..

07.1.3 Cerca de dez mercados rurais serão construídos na província

Angop...18-01-07

Pelo menos dez mercados rurais serão construídos este ano na província do Bié, com vista a facilitar as trocas comerciais entre os produtos da cidade e os do campo, informou hoje no Kuito o director da Indústria, Comércio Hotelaria e Turismo, George Ndongo. O responsável sublinhou que os referidos mercados serão construídos com material caseiro nas principais vias de acesso aos municípios e comunas, bem como em locais com maior fluxo de pessoas, visando facilitar o escoamento dos produtos, bem como reduzir as longas caminhadas que as populações tem vindo a percorrer.

Sem revelar o montante a ser empregue na construção, o responsável revelou que o governo local, tomou também esta iniciativa por forma a expandir os mercados urbanos e rurais, bem como para albergar grande parte de vendedoras de rua, melhorando a qualidade de vida das mesmas e garantir a higiene das cidades.

Manifestou-se preocupado com a prática do comércio exagerado de bebidas alcoólicas nas lojas, cantinas e barracas, em vez de produtos alimentares, estimulando, segundo a fonte o alcoolismo e outros males na população, com maior realce na juventude.

O sector da Indústria, Comércio, Hotelaria e Turismo no Bié, controla 867 estabelecimentos comerciais, 52 pequenas indústrias, 32 centros turísticos, oito hotéis, destes apenas quatro estão em pleno funcionamento, cinco restaurantes e 11 pensões, respectivamente..

07.1.4 Aluguer de telefone

Jornal de Angola...24-01-07

A venda de chamadas telefónicas instalou-se no mercado, principalmente na capital do país, Luanda. Segundo constatou uma equipa de reportagem do Jornal de Angola, o aluguer de telefones gera empregos e rendimentos. Com um cartão de recarga de 125 UTT da Unitel, comprado a 900 kwanzas, os vendedores dizem que conseguem obter lucros de 500 a 900 kwanzas. Às vezes, eles arrecadam dois mil kwanzas de lucro e chegam a recarregar o telefone, num único dia, duas ou três vezes. Questão: o que está na origem do surgimento deste tipo de negócio?

José Afonso, estudante

Creio que a aquisição de cartões de recarga propicia a venda de chamadas por minuto.

Beatriz Jorge, estudante

Em minha opinião, o surgimento deste tipo de negócio deveu-se a falta de emprego de muitos jovens, que, não tendo outra alternativa, enveredaram pela venda de chamadas.

José Miguel, estudante

Uma vez que as chamadas telefónicas surgiram para suprir as necessidades que os cidadãos tinham de comunicarem com outras pessoas, os jovens negociantes, usando a imaginação, resolveram facilitar a vida dos cidadãos cobrando chamadas a um bom preço.

Zenaida Simões, estudante

Penso que essa questão surge da falta de emprego. Muitos destes jovens preferem negociar chamadas para conseguirem lucros em pouco tempo.

Alice Berenice, funcionária pública.

Apesar de se venderem cartões da Unitel e Movicel ao preço de 900 kwanzas, o negócio das chamadas decorre do facto de que muitos não têm a possibilidade de adquirir esses cartões sempre que necessário.

Francisco Domingos, agente de cozinha

Em minha opinião, o surgimento deste pequeno negócio advém da falta de emprego. Como muitas famílias possuem uma baixa renda, muitas pessoas trabalham vendendo chamadas para a sua sobrevivência.

Anacleto Eduardo, estudante Actualmente, os cidadãos precisam cada vez mais de efectuar chamadas a tempo e hora. Por isso, surgem os comerciantes de chamadas para facilitar a vida de muitos.

Manuel Francisco, estudante

A venda de chamadas telefónicas veio suprir a carência de muitos cidadãos, que, por vários motivos,

percorriam grandes distâncias para falar nas cabinas.

07.1.5 Quando o risco gera lucros fabulosos

Jornal de Angola...24-01-07

Debaixo de uma sombra está sentado Carlos Bule, de 25 anos de idade, à espera de cliente. Há dois anos que se dedica à venda de combustíveis, uma actividade que ele considera uma "verdadeira mina de ouro". "Os lucros são satisfatórios", gaba-se.

Bule desenvolve a sua actividade a 500 metros das bombas de combustível do Golfe II. Na venda de 5 litros de gasolina, que compra a 300 kwanzas, obtém uma margem de lucro de 200 kwanzas.

No início do negócio, Carlos Bule investiu 600 kwanzas na compra de 200 litros de gasolina. A partir dali, a actividade prospera e nunca mais parou. Só foi investindo todo o dinheiro que conseguia e, "no fim de cada dia, recolho somente-lucros".

No princípio, a preferência do negócio de Bule apontava apenas para a venda de gasolina. Agora, com o volume dos negócios em alta, incluiu no pacote comercial o gasóleo e os lubrificantes (como óleo 30 e 40). Cada litro de óleo, quer 30 quer 40, custa ao cliente 350 a 400 kwanzas: Já cinco litros de lubrificante Castrol, comprado a 2 mil kwanzas no mercado informal, são vendidos a 3 mil e 500 kwanzas.

"Eu, por dia, consigo arrecadar acima de 20 mil a 30 mil kwanzas. Há dias em que facturamos mais, noutros subimos de receitas, sobretudo quando as bombas de combustível apresentam dificuldades", explica, visivelmente satisfeito.

As bombas de combustível do Golfe II são a principal fonte de abastecimento, onde a princípio pagava a preço oficial. Com o tempo, os empregados das bombas, para abastecer os "bidões", cobram mais 50 kwanzas por cinco litros de gasolina e igual quantidade para os outros produtos.

Carlos Bule explicou que, além de abastecer nas bombas oficiais, conta também com o fornecimento de combustível por parte de alguns camionistas de viaturas que transportam o produto a serviço de determinadas empresas. "Se falha de um lado, do outro funciona. Apesar disso, o negócio continua a ser "rentável", com cifras a subir muito mais na fase do final de ano, altura em que chegam a vender cinco litros de gasolina a 500 kwanzas.

"Dezembro é o mês em que facturamos mais. Nesta altura, nós ditamos o mercado e quase que as bombas ficam sem combustível e o mercado de combustíveis é dominado por nós".

Bule reconhece a ilegalidade do comércio do combustível. Conta que, muitas vezes, já teve de interromper a actividade para fugir à Polícia, evitando que fosse multado.

07.1.6 Polícia economia destrói medicamentos e discos piratas

Angolense...27-01-07

Quinta-feira, 18, coluna por um. O destino era o Instituto Médio de Ciências Policiais, a destruição de material fonográfico e hospitalar era aprioridade da Polícia Económica. Apaixonantes da música, autoridades da saúde e da defesa dos direitos do autor, se mobilizaram em torno de uma só causa - o combate a pirataria e a destruição de medicamentos expirados São cerca de três toneladas de diverso material fonográfico e hospitalar. O referido produto começa agora a ser retirado de uma carrinha e despejado num buraco, onde uma empresa de construção retira terra para a sua actividade. Poucos minutos depois da descarga, foi posto a arder tudo. Do material destruído, destacam-se medicamentos em mau estado de conservação e fora do prazo de validade, cassetes áudio, discos compactos e DVD's.

De acordo com o chefe de Departamento Nacional dos Delitos de Propriedade Intelectual da Direcção Nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas, Apolinário António Domingos, os produtos destruídos resultaram de uma operação realizada o ano passado.

O inspector-geral da Saúde, Kiala Simão, testemunhou a cerimónia e apelou a sociedade ajudar as autoridades a combater a venda ilegal de medicamentos no mercado informal, por ser uma prática que afecta todos os cidadãos. "Das três toneladas, uma e meia é de medicamentos deteriorados", disse.

À margem do encontro, Kiala Simão falou a reportagem do Angolense a respeito da venda ambulante de sangue humano.

Notou que essa prática teve lugar no mercado do São Paulo, mas os mesmo exerciam tal actividade mediante apresentação de um cartão de doador de sangue. Após isso, o doador levava o interessado para um posto médico onde se executava todo um processo.

"A imprensa precipitou a fuga desses indivíduos, a denúncia deveria ser feita em "off" só depois de detidos é que, se deveria difundir a informação. Para venda do sangue os interessados apresentavam o respectivo grupo sanguíneo, depois é que esse grupo entrava em acção. Perdemos uma grande oportunidade para se prender esses indivíduos", lamentou. Quanto actividade, é de opinião que é uma forma de se desencorajar aqueles que teimam em fazer uso de medicamentos fora dos prazos, porque no seu entender, o remédio tem a função de curar mas quando é mal utilizado pode matar.

Lopito Feijó, da Sociedade Angolana dos Direitos do Autor (SADIA), era um homem triste pelo facto dos músicos não se fazerem presentes ao acto, alguns dos quais os discos foram destruídos naquele dia.

"Os músicos foram convidados mas não compareceram, não tenho outra palavra para exprimir, é triste", lamentou. O responsável disse que o acto se reveste de capital importância, sobretudo na defesa dos interesses dos autores nacionais e estrangeiros. Apelou a sociedade para que se eleve o nível de consciência social por parte dos autores, bem como daqueles que praticam a pirataria, como forma de combatê-la.

FEVEREIRO 2007

07.2.1 O que acham os cidadãos da actuação da policia fiscal do GPL

A Capital...10-02-07

Fulazo David, Arquitecto

Eles não têm feito mais do que deviam. A sua actuação na rua é que não tem agradado muito a quem vê e passa pelas mãos deles. Portanto, os oficiais superiores dos Fiscais deviam ensinar aos seus homens as regras, principalmente de boas maneiras. A forma como eles agem, e só com os vendedores ambulantes, tem sido desumana e muito agressiva. E muita brutalidade humana. Já que o benefício é para todos nós, então ninguém deve sair lesionada. Vamos trabalhar, mas de uma forma certa e digna, embora, é claro, seja muito chato o que os vendedores ambulantes têm feito como por exemplo, expor-se lá onde não deviam.

José Armindo, Funcionário Público

Cabe aos fiscais velar pela imagem da cidade, como, o excesso de carros estacionados nas ruas, nos passeios, de frente as instituições governamentais, as vendas de produtos às portas dos cemitérios. Todos nós vemos isso em quase todo lado. Há o exemplo de hospitais como o Pediátrico, o América Boavida, unidades militares ou policiais e quase todas as escolas. Afinal de contas todos lutam e buscam pelo pão de seus familiares, tanto os fiscais como os vendedores ambulantes. Só que eles aproveitam-se dos vendedores de rua para levar os bens deles para as suas casas. Mas que tipo de fiscalização é essa? Quando estão escalados nas ruas, é uma «fezada» como eles próprios dizem, porque vai para a casa de mão ou de bolso cheios.

Valdrique António, Funcionário Público

A forma de actuação dos fiscais é injusta. Burlam ao vivo, andam atrás dos terrenos só para tirar proveitos, partem casas por não lhes ter sido paga «gasosa», fazem trinta por uma linha e ninguém faz nada. O país precisa de fiscais profissionais e não de aproveitadores. Eles não ajudam em nada, pelo contrário, aumentam a corrupção. Ficam atrás de vendedores ambulantes. O que eles devem fazer é encontrar novas formas de sensibilizar e de castigar aquelas pessoas que desobedecem. Pagar uma multa, ficar detido por alguns dias, qualquer coisa justa, em vez de receber com avareza os produtos, os terrenos e casas da população.

Rodrigo António, Estudante

Não sei se é assim que eles foram instruídos. Cada um tem a sua forma de aprender e agir. Não sou a pessoa ideal para os criticar, mas a verdade é uma: eles são maus, batem, pisam a população ... Deviam actuar mais lá onde há corrupção como nas escolas, principalmente. Eles não agem bem. Junto das autoridades devemos pedir que se faça alguma coisa correcta. Se bem que as vendedoras são insuportáveis.

Quanto aos lavadores de carros a culpa é dos donos dos carros. Muitos deles são grandes chefes, pelo que os fiscais devem prender os carros para que os donos respondam perante as autoridades e não prender os rapazes que só querem o dinheiro que é digno do seu trabalho. Que velem também pelo excesso de carros estragados e parados nas bermas das estradas.

07.2.2 Entre a extorsão e a imposição da ordem

A capital...17-02-07

Viver em Luanda sem ver vendedores ambulantes nas ruas, é estranho, pelo menos nos últimos anos. Por isso é que se advoga muito a retirada deles dos passeios e ruas para o estabelecimento da Ordem Pública. O que se passa, porém, é que a luta contra a venda ambulante está a entrar num ciclo vicioso de permissividade por culpa dos próprios agentes da polícia.

Paramos em frente a Discoteca Valódia numa manhã. Ao lado está uma pastelaria onde, muita gente, como nós nesse dia, vai tomar o pequeno-almoço. Se lá dentro o ambiente é caracterizado por pedidos de doces e salgadinhos, galões e sumos, lá fora o cenário é outro.

Muita gente passa em direcção aos seus postos de trabalho enquanto os vendedores de rua, entre mulheres e jovens, vão fazendo propostas valiosas de produtos a quem passa. As "kinguilas", por sua vez "brecham" casualmente quem vai em sua direcção mesmo não desejando cambiar moeda. Pares de sandálias femininas e sapatos, vêm-se estendidos no passeio. Mulheres sentadas com bacias aos pés, contendo produtos campestres, também estão lá, enfim, um mercado em miniatura. Um pouco mais ao lado está uma confusão de pessoas, maioritariamente, vendedoras de roupas de moda para mulheres. O que no meio de tudo isso pareceu-nos estranho, é o facto de entre essa balbúrdia toda estarem enfiados vários homens à paisana e os habituais agentes da polícia que vigiam as ruas como é normal em qualquer Estado normal. Descobrimos, curiosamente, que os homens à civil, afinal são também da corporação e estão ali em apoio aos fardados.

O jogo é prático. Como os agentes em uniforme espantam facilmente a caça, os disfarçados à civil fazem a vez. Avançam para peno dos grupos de vendedores ambulantes cobertos de uma verdadeira discrição que lhes permite capturar com facilidade os rapazes vendedores, naquela agressividade com que qualquer fera apanha a sua presa.

Eleitos como presas fáceis, os rapazes, são levados para uma esquina, ou, simplesmente, lhes são recebidos os seus bens. Conhecedores do jogo, seguem os supostos agentes da polícia à paisana, e, na esquina, chegam a acordos tácitos que passam pela extorsão de dinheiro ou bens. O processo contínuo pelo dia fora.

Trata-se de um fenómeno de todo incorrecto para a nossa polícia. Os jovens alvos de tais acções queixam-se do facto de os seus incomodadores sem uniforme, exercerem actividade policial sem antes se identificarem como é regra. Do outro lado, cogita-se sobre as razões pelas quais esses supostos agentes da polícia só se preocuparem com os bens de grande valia monetária ou maior utilidade, como é o caso de telefones e respectivos acessórios, sandálias de moda para senhoras, para só referir alguns.

As bacias de couves, repolho, peixe seco, banana e outros, que na perspectiva de se alcançar um melhor aspecto urbanístico deviam ser as primeiras a ser afastadas da via pública por provocarem lixo em pouco tempo, aos supostos agentes da polícia em causa, não dizem nada.

Este semanário já teve, a oportunidade de presenciar o confisco coercivo de um, amontoado de carregadores de telefones nesse mesmo local e, logo a seguir, o de pares de sandálias, actos perpetrado por um grupo misto de agentes uniformizados e os tais à paisana. De tanto estar a situação viciada, há ali agora uma aliança entre agentes da polícia e vendedores ambulantes ao ponto de as autoridades terem perdido a autoridade sobre aqueles" que deviam ser tirados da rua, vivendo agora sob uma protecção implícita.

07.2.3 Guerra sem fim contra ambulantes

capital...17-02-07

A não concretização de políticas e promessas, por parte do governo provincial, levam por vezes, os cidadãos a comportamentos de rebeldia primária, para poderem sobreviver. Esta é a situação dos mercados paralelos, que foram destruídos com a promessa do executivo de construção de novos e posterior alojamento dos vendedores, que mesmo actuando em condições precárias, pagavam diariamente um subsídio de venda aos fiscais municipais.

Ora o que se passa agora é que a inauguração dos novos mercados, não permitem, por falta de capacidade, a cedência de bancadas e espaços a todos feirantes, que assim se vêem obrigados a viver a margem da legalidade como forma de sobrevivência. E esta situação parece deixar fora de si o governo provincial de Luanda e a Polícia, confrontados com uma resistência popular, muito por culpa das suas políticas administrativas, que não conseguem visar um programa de integração social, capaz de inverter os constantes espancamentos de pessoas nos mercados paralelos.

Uma verdadeira organização do comércio nas zonas urbanas e periurbanas, pode pôr fim a guerra sem fim, contra os vendedores que buscam a subsistência das suas famílias, vendendo produtos no meio informal.

Excluídos de estalagem continuam a lutar pelos seus direitos. De todas as denúncias, a que mais se destacou foi a promessa de entregar aos vendedores do ex-mercado da Estalagem em Luanda um espaço melhor em relação ao anterior. Esta situação está, como alguém já escreveu, a ser "uma guerra sem fim", porque revela, o quanto as nossas autoridades desenvolvem o sentimento de exclusão social e desrespeito à dignidade da pessoa humana numa sociedade que se diz democrática e que procura promover a igualdade social, desenvolvendo projectos que sirvam, para a melhoria do nível de vida das populações. Ora, muitos, há tempo, avaliam se os custos, da contenda entre vendedores e a polícia nacional, estão a compensar os benefícios preconizados pelas autoridades, particularmente na melhoria do tráfego automóvel na zona do ex-mercado, segurança dos peões e a limpeza do local. Quem, afinal, aufere lucros com a guerra contra esses vendedores, quando realmente se sentem injustiçados, como é do domínio público, uma vez que os outros mercados foram organizados em moldes modernos, com coberturas, chão pavimentado câmaras frigoríficas, parques de estacionamento e outros serviços, enquanto que para eles não mereceu outra coisa senão, a mata há trinta quilómetros de Luanda, sem condições de segurança, pouca afluência de clientes e o negócio de sexo. A guerra sem fim a que nos referimos em relação as populações daquela parcela castigadas por polícias todos os dias, quase um conflito bélicos da década de 1960 quando os negros não podiam comercializar na própria terra.

O "sem fim" das acções policiais revela a desesperança daqueles que utopicamente acreditaram na libertação nacional frente ao colono português. Se um dia seríamos livres da escravatura a situação não mudou porque aqueles que projectaram estabelecer a hegemonia do novo Estado (independente) não criaram condições condignas para todos, sobretudo desenvolver um comércio mais abrangente. A caça aos vendedores, considerados ambulantes, incorporou-se ao quotidiano de muitos angolanos, à sua normalidade - se podemos chamar isso de normalidade. A dolorosa situação está em que, enquanto a caça continuar, pois já se vão quase 30 dias, testemunharemos impotentes, o espancamento violento de pessoas todos os dias, o roubo dos seus haveres por se encontrarem a vender, nos locais supostamente proibidos, quando realmente nada está proibido, arriscam as suas próprias vidas, para vender uma caixa de maçã, caixa de fósforos, peixe e o deslocamento desnecessário de indivíduos de suas casas.

No entanto, grande parte dos atingidos deste conflito obtuso, se assim se pode designar o cenário que se vive nos últimos dias na estalagem, constitui-se de pacientes, mendigos da guerra, não sendo, portanto, responsáveis pelo quadro actual da cidade de Luanda, senão as próprias autoridades incapazes de organizar um comércio organizado em todas as localidades.

07.2.4 Venda ambulante de livros pode desaparecer

Agora...24-02-07

O director da Empresa de Distribuição de Material Escolar (Edimel), João Constantino, manifestou a sua convicção de que a venda de material didáctico nos mercados paralelos vai desaparecer, ainda este ano, quando for injectado no nas tabacarias e papelarias material didáctico suficiente.

"Ninguém comprará livro no mercado paralelo quando pode vir adquiri-lo a preço mais baixo numa livraria", acentuou. Por outro lado, dos cerca de vinte e dois milhões de livros da iniciação a 12ª classe que a direcção da Empresa de Distribuição de Material Escolar (Edimel) precisa para abastecer a província de Luanda, conseguiu apenas distribuir para todo o país oito milhões. O processo de transportação do material às províncias teve começo antes do início das aulas. As chuvas e o mau estado das estradas contribuíram bastante para que algumas províncias só recebessem em Fevereiro e o número não satisfaz nem metade das necessidades. João Constantino, reconheceu que a quantidade de livros postas à disposição dos alunos, em Luanda, ainda não é suficiente para cobrir as necessidades, mas esperasse satisfazer com o descarregamento dos contentores que estão atacadados no Porto de Luanda. No entender de João Constantino, a falta de uma rede de comércio a retalho tem dificultado a distribuição do material didáctico à população das zonas periféricas. Questionado sobre a origem dos livros, o director da Edimel disse que uma parte é produzida em Angola, mas a maioria dos livros, é importada de Portugal, Inglaterra e Brasil. O nosso interlocutor deixou claro, que, embora a empresa tivesse feito uma excelente programação para este ano lectivo, sempre haverá problemas na aquisição de livros, uma vez que o número produzido ainda não é o desejável.

"Mas o que se pretende, a cada dia que passa, é a redução das dificuldades das pessoas em poder comprar materiais didácticos". Quanto à ausência de livros da reforma educativa, João Constantino disse que cerca de 50% do total dos livros a serem distribuídos são para o sistema de reforma educativa, porém, a primeira fase que comportava um milhão e 547 mil da 10ª classes esgotaram de forma assustadora.

Para evitar o armazenamento dos materiais menos solicitados, a Edimel em parceria com as direcções provinciais da Educação, vai tomar obrigatória durante as aulas a sua utilização.

07.2.5 Sonangol vai conseguir acabar candonga de combustíveis?

Semanário Angolense...24-02-07

Noite de terça-feira, 20. A tarde tinha sido chuvosa em

Luanda, de tal sorte, que o desfile anual do Carnaval na Marginal teve que ser interrompido. Não espanta que muitos bairros estivessem privados de energia eléctrica. No posto de abastecimento de combustível da Sonangol adjacente à Praça da Independência, os empregados têm tido um dia particularmente agitado quando tentam cumprir com uma directiva que os proíbe abastecer vasilhas. Alguns deles sofrem ofensas e não são agredidos por serem ágeis a bater em retirada. No início dessa noite, dois indivíduos dão a ver a quem esteve nesse posto de abastecimento, o que nos reserva o futuro: transportados em seus automóveis, os dois apresentam-se cada um com um gerador e exigem aos empregados para serem atendidos.

Não se tratando das vasilhas apontadas para a proibição, os empregados atendem, confundidos. É nisso que vai resultar a determinação da Sonangol Distribuidora de proibir vendas a recipientes nos postos de abastecimento do centro da cidade de Luanda, autorizando-as apenas em alguns, situados na periferia: incómodos, stress, mal entendidos, efeitos perversos e, no fim letra morta.

A companhia disse, ao anunciar a medida, que ela se destina a impedir a candonga de combustíveis, mas a verdade é que face às variáveis em presença, tal não vai acontecer.

Há graves problemas do lado da oferta que provocam bichas impróprias para cardíacos nos postos de abastecimento, associados a uma procura constante inerente aos automobilistas, ao consumo doméstico e das empresas, em resultado da crise do fornecimento de electricidade.

Do outro lado, existem famílias inteiras, daquelas que formam o nosso enorme exército de desempregados, que têm na revenda de combustíveis o seu ganha-pão. Como tal, têm predisposição total para prosseguir o negócio de acordo com as práticas até aqui vigentes. A combinação desses elementos prenuncia que a candonga de combustíveis não será extinta no quadro de um decreto produzido numa empresa que não tem nenhum domínio sobre as questões macro da economia e da sociedade angolana. Com efeito, não vender combustíveis em recipientes é uma solução para o primeiro mundo, onde há uma larga oferta e onde o cidadão não é forçado a arranjar alternativas à falta de energia eléctrica. Em última análise, a decisão da Sonangol expõe, e de que maneira, o mercado a novas perturbações, sobretudo, de carácter inflacionário. Expondo as empresas à contingência de terem de empregar jornadas de trabalho inteiras nos congestionamentos dos acessos à cidade para irem à periferia abastecer-se dos combustíveis que alimentam as suas fontes alternativas de energia, fará com que aumente o valor dos custos de factores, elevando, conseqüentemente, a factura dos consumidores. Os candongueiros, aos quais a Sonangol quer barrar o caminho, não se inibirão de percorrer as distâncias que tiverem que percorrer para irem ao encontro do seu

ganha-pão, mas também imputarão a factura disso a quem neles for comprar os combustíveis, geralmente os seus congéneres da indústria de transportes e os detentores de pequenos negócios domésticos. Quer dizer que uma decisão da Sonangol para resolver um simples problema, pode ter implicações significativas nas metas estabelecidas pelos decisores políticos, no quadro das suas tentativas de se encontrarem o ambiente envolvente favorável ao investimento, crescimento e desenvolvimento económico.

Há uns dois anos, a Sonangol chamou a si a recuperação de um número considerável de postos de abastecimento em todo o país, tendo colocado alguns deles em funcionamento, mas, quem anda pelas estradas angolanas pode constatar que a maior parte deles estão encerrados. Desde que naquela mesma altura introduziu dois tipos diferentes de gasolina no mercado, a super e a aditiva, ainda não conseguiu fazer o mesmo em relação ao interior do país, onde os automóveis usam indistintamente um ou outro tipo de gasolina.

Quer dizer que a Sonangol quer ter uma dinâmica de empresa do primeiro mundo, sem ter em conta que a infra-estrutura e o meio envolvente não são os tais. A empresa, tem estado a, literalmente, tentar dar passos maiores dos que as pernas.

MARÇO 2007

07.3.1 As «deixas» do GPL e a permissividade da desordem na cidade

A capital...03-03-07

Na verdade, a distância para os mercados informais começa a se encurtar, Justamente porque se assiste a uma "invasão" de quitandeiras aos mais diversos espaços da cidade que propiciam a implantação de uma pracinha.

Clientes não faltam, porque, «de que vale ir tão longe, enfrentar engarrafamentos, às vezes, sofrer assaltos, quando o que desejamos temo-lo já ao nosso alcance», ironizou a senhora Albertina, quando ao passar pela rua Eugénio de Castro, Vila Alice, à bordo de um Toyota Rav-4, não resistiu à tentação ao se deparar com uma série de bacias lá expostas, exibindo as mais diversas qualidades de fruta e outros acepipes.

O cenário é comum aproxima-se um carro. A mínima redução da velocidade, meia dúzia de mulheres ou mais, põe-se a correr em direcção ao mesmo, cada uma com a amostra do melhor que possui e, quando o veículo estaciona, a arruaça começa com as propostas ao Interessado. «Amiga compra está aqui banana, cacusso, etc.».

Já lá se vão os bons tempos em que Luanda parecia caminhar para dias melhores, a julgar pelo volume dos sucessivos despachos do Governo Provincial no sentido do estabelecimento de alguma ordem e estética nas ruas da cidade. Entretanto, de um tempo para cá, as coisas parecem sem rumo, ou, simplesmente, atingiram a estagnação, à luz da Lei 10/87 sobre as transgressões administrativas, um dos poucos documentos que grosso modo, se bem difundida, ajudaria a regular o comportamento urbano dos moradores da capital e não A cronologia de proibições é longa, mas resumidamente recorda-se que em Luanda, há algum tempo, já era proibido colocar rouletes nos passeios, lavar carros em qualquer sítio da cidade bem como parquear viaturas nos passeios.

Outra das grandes proibições do GPL a que se assistiu, tendo para os devidos efeitos sido desdobrados efectivos da polícia Fiscal na via pública, era a venda ambulante e a consequente proliferação de mercados informais cidade adentro. O quadro actual de tudo isso mostra-nos uma realidade inversa, atingindo um estágio de aparente permissividade com indicadores para possíveis agravos, cujos reflexos estão na anarquia e na desordem já presentes em muitos recantos da cidade. Em tudo quanto é canto, debaixo de prédios, defronte a estabelecimentos públicos ou não, está uma quitanda montada. Grupos de mulheres sentadas com bacias carregadas de produtos hortícolas, sandálias e roupas femininas, para além de outros, podem ser vistas em

todo o lado. A mais recente medida do Governo Provincial Luanda (GPL) aludia a intensificação das medidas punitivas contra as pessoas que procedam à ocupação dos passeios e vias públicas com inertes. O despacho, datado de Janeiro deste ano e, assinado pelo Governador Job Castelo Capapinha, exorta aos serviços de Fiscalização e à Polícia Nacional a fazerem cumprir a orientação. Apesar de tudo isso, há muitos passeios onde os peões há muito estão proibidos de passar, só porque alguém fez dele um autêntico parque de estacionamento. É para não disputar a estrada com os carros, só se passa enfiando-se entre os carros ali indevidamente estacionados, para além de outros obstáculos.

O que começa a parecer estranho é que os fiscais do GPL que se responsabilizavam por esta faceta do ordenamento da cidade, não aparecem nas ruas como dantes. De vez em quando circulam de carro e, sorratamente, vão apreendendo os pertences das quitadeiras ou do jovem vendedor ambulante mais distraídos. Aos olhos dos cidadãos, a acção dos fiscais desvaneceu.

Contactada por este semanário a propósito do assunto em questão, fonte oficial junto da direcção de Fiscalização do GPL limitou-se a discordar que os seus homens se tenham retirado das ruas, assegurando que estão permanentemente em acção e que todos os dias vão ao terreno. Entretanto, admitiu que o que está em causa é a exiguidade de efectivos para dar maior cobertura à cidade capital.

«Para falarmos sobre isso vocês olhem primeiro para a dimensão da cidade de Luanda. Tem mais de três milhões de habitantes, façam a estatística e só depois se pode partir para uma entrevista. Não é com 200 homens que teremos um trabalho sério», disse.

07.3.2 Mercado dos Kwanzas pode ser fechado

Folha8...03-03-07

As péssimas condições apresentadas pelo mercado dos Kwanzas, sito no município do Cazenga, podem ser motivo suficiente para que o mesmo siga o rumo traçado para o do Roque Santeiro.

Nos meados do ano passado, por se entender que o mercado do Roque contribuía consideravelmente para a propagação da epidemia da cólera surgida em Fevereiro de 2006 e que há já um ano tem vindo a ceifar a vida de milhares de angolanos, com o agravantes de o mesmo mercado situa-se nas proximidades do principal foco da epidemia, o bairro da Boavista, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, decretou o encerramento do maior mercado informal do país que sustenta milhares de famílias.

Mas, para quem visita o mercado dos Kwanzas, percebe-se que o mercado do Roque terá sido encerrado por qualquer outro motivo que não seja as fracas condições sanitárias, a considerar que o mercado dos Kwanzas se encontrar em piores condições. Logo, este devia ser o primeiro.

Eram 9:30 da manhã de terça-feira quando o autor destas linhas se prepara para visitar mais uma vez o mercado. porém, como a chuva ameaçava, decidiu esperar que essa passasse. Felizmente caíram apenas algumas gotas, aí ele pôs-se a caminho do seu local de reportagem, consciente de que este estava em condições que lhe facilitavam o trabalho, mas, mero engano. A porta do mercado, com o seu olhar perscrutador, apenas via os famosos "saqueiros" a sorrir, porquanto estes rendiam muito com a venda dos sacos. Para evitar sujar os calçados ou a roupa, os visitantes do mercado compravam sacos que os "saqueiros" lhes calçavam prendendo com fita-cola, isto porque as ruas do mercado estavam completamente intransitáveis, mas este visitante ignorou tal facto, o que lhe custou os sapatos e as calças sujos. O mercado é composto de um chão impermeável, o que faz com as águas da chuva e não só fiquem impermeáveis durante muito tempo, praticamente ao longo de todo o verão. Depois de alguns dias, já alguma quantidade de água é absorvida pela terra ou pelos trapos e outros meios que os vendedores utilizam.

O terreno fica totalmente lamacento e nauseabundo, que serve de repulsa para os transeuntes. Mas algumas pessoas parecem estar acostumadas. Dona Gingongo, vendedora de fuba, toda ela bem equipada, é daquelas pessoas que já não se incomodam com tal falta de higiene que identifica da o seu local de venda.

"Vamos mas faz como, papá?", replicou a comerciante quando se lhe perguntou se não se importava com toda aquela sujidade. "Se temos dinheiro nós pagamos os miúdos para tapar aqui com areia ou mesmo tapamos com papelão como eu fiz", acrescentou. Parece que todos estão conformados com o estado do mercado. Depois de mais alguns metros percorridos, chegamos até ao local da venda de medicamentos onde uma enorme montanha de lixo faz companhia aos vendedores. O facto inconcebível é que, para um mercado que alberga milhares de vendedores a quem diariamente é cobrada a quantia de 100.00 KZ não tenha pelo menos um contentor para o depósito do lixo, nem mesmo uma equipa de limpeza do mesmo. Logo o repórter vê junto da montanha de lixo um homem aparentemente embriagado ou maluco que com uma haste procura afastar o lixo das bancadas, a quem passou algumas palavras mas sem respostas. Mais tarde soube de uma outra pessoa que ele é pago para tal serviço.

Com a intenção de contactar os responsáveis pelo mercado o repórter pôs-se a caminho da administração do mercado, mas infelizmente inúmeras foram as

dificuldades encontradas. Para além dos obstáculos causados pelas avolumadas montanhas de lixo que estreitaram a estrada que dá acesso à administração e as águas estagnadas, os próprios funcionários foram o pior empecilho.

"O administrador não está e ninguém mais pode falar", disse um homem claro e de bom porte depois de o visitante se apresentar e informar o razão que o levava até aí. Depois de várias outras tentativas, o repórter encontrou alguém um pouco mais simpático que lhe disse que administrador não estava, mas que podia contactar o 2º Administrador. Para a sua surpresa, o repórter dá conta que o com quem contactou primeiro era o 2º Administrador. O silêncio sobrevoou a sala durante alguns minutos e mais tarde aquele responsável garantiu mais uma vez que não podia falar nada, é por este facto que não trazemos a intervenção de nenhum responsável. Lembre-se que, quando terminadas as obras, o mercado do Roque será transferido para o município do Cacucaco, no Panguila, e terá a denominação de Mercado Municipal de Cacucaco.

07.3.3 Lei vai regular o mercado

Folha8...10-03-07

A Assembleia Nacional aprovou no passado dia 01 de Março a lei das Actividades Comerciais, como mecanismo que regula o exercício do comércio em todo o território nacional, contemplando cidadãos nacionais e estrangeiros, mas com responsabilidades diferentes dentro do mercado grossista e retalhista. O projecto de Lei das Actividades Comerciais no país, que foi aprovado, traz, entre outras, como inovação a exclusividade do exercício do comércio para os nacionais a pequena actividade comercial, enquanto que para os estrangeiros reserva a obrigatoriedade da construção de infra-estruturas de raiz de médio e grande porte (grandes superfícies comerciais).

De acordo com o director nacional do comércio interno, Gomes Cardoso, que falava à margem da sessão plenária da Assembleia Nacional, realizada no passado dia 1 de Março, que marcou a aprovação da proposta de Lei das Actividades Comerciais, garantiu que este é um marco fundamental na vida dos angolanos, "porque a partir de agora muita coisa vai mudar. Teremos uma fiscalização do comércio mais actuante dentro do sector".

O projecto legislativo, que foi revisto e corrigido pela 1ª e 5ª comissão da AN, foi discutido na generalidade pelos deputados que efectuaram os respectivos estudos e depois a consequente aprovação. "O documento beneficiará os comerciantes nacionais ao mesmo tempo contemplará os expatriados capacidade civil, comercial, financeira, além de exigir como requisito a estes, permanência e residência legal no país", afirmou Gomes Cardoso. Outra das exigências do Projecto de Lei, segundo Gomes Cardoso, são a comprovação da qualidade dos bens de consumo, rotulagem em

português dos produtos, o cumprimento das normas gerais de segurança, salubridade, higiene e inocuidade dos mesmos. Não se restringindo apenas nesses aspectos, o documento apresenta como exigências complementares a data de fabrico dos produtos, bem como do referido serviço pós-venda. Neste quadro, reconheceu aquele responsável, a assistência pós-venda é obrigatória para bens de equipamento e consumo duradouro, com a exigência da entrega dos manuais de instruções em português, incluindo a garantia de reparação num período mínimo de um ano. Para a reparação e disponibilização de peças e acessórios, por parte do fornecedor, o período será de cinco anos, como exigência do mercado angolano.

No entanto, o director nacional do comércio interno considerou o projecto de inovador nos seus aspectos gerais, objectivos, conceitos e na forma, realçando estar estrutura do em VII capítulos, 42 artigos e mais de 30 páginas, tornando desta forma, o quadro mercantil mais atractivo e responsável.

O responsável espera que o instrumento legal qualifique a actividade comercial como fundamental para a estrutura económica que seja moderna. Espera que o mesmo funcione como motor no desenvolvimento e aproveitamento das actividades comerciais.

A lei estabelece os princípios e normas gerais do comércio, regular e disciplinar o exercício da actividade comercial, além de favorecer o ordenamento e modernização das infra-estruturas comerciais em todo o território nacional. Protegerá, por outro lado, a livre e leal concorrência entre comerciantes, ao mesmo tempo que salvaguardará os direitos do consumidor.

De recordar que o projecto de Lei das Actividades Comerciais é resultado do Iº Encontro Nacional sobre o Comércio em Angola, realizado nos dias 25 e 26 de Abril de 1996 que adoptou as bases gerais de reforma do sector.

O projecto foi aprovado pelo Conselho de Ministros a 26 de Janeiro de 2006 e a proposta revista foi apresentada aos deputados no dia 7 de Fevereiro de 2007 e no dia 01 de Março foi aprovada pela Assembleia Nacional, marcando desde já, a nova era do comércio.

07.3.4 Policia acusada de espancar "zungueira" até a morte

Folha8...10-03-07

Uma cidadã que em vida respondia pelo nome de Maria Filomena Luvumbo, 28 anos, morreu quarta-feira, 7 de Março, vítima de espancamento por um elemento afecto ao posto policial do quilómetro 9, da Polícia Nacional, em Viana, denunciaram ao Folha8, testemunhas oculares. Segundo as fontes, tudo começou por volta das 10.30 horas, quando a

malograda em companhia de mais vendedoras ambulantes conhecidas por "zungueiras" foram escuraçadas, com porretes e armas de fogo de tipo AKM, num dos mercados paralelos da rua da Cometa, bairro da Estalagem, por efectivos da Polícia Nacional, e dos Selviços de Fiscalização da Administração Municipal de Viana, que se encontravam em serviço de rotina na àquela área.

A fuga empreendida pela jovem mãe que comercializava "muamba de ginguba", um tempero muito utilizado nos pratos típicos da culinária angolana, foi em vã, porque um dos agentes que a perseguia impiedosamente, depois de percorrer pouco menos de 20 metros, deu-lhe uma rasteira que a forçou embater com a cabeça contra o parapeito de um dos quintais de uma casa próxima do local do crime.

E, como não bastasse, fazendo fé das declarações das nossas fontes, mesmo a malograda já estatelada ao chão, o seu carrasco desferiu-na mais três duros pontapés do baixo ventre, que resultaram em morte imediata, sem quaisquer hipóteses de ser socorrida, acrescentaram as testemunhas visivelmente desapontadas com o sucedido.

A jovem que era natural do Uíje, até na altura da sua morte, estava em estado de gestação de três meses. Ela deixa viúvo e três órfãos menores. Entretanto, o Administrador Municipal de Viana, João Alberto, em declarações à Rádio Luanda sobre o assunto, na tarde desta quarta-feira, contrariou as fontes, argumentando de que Maria Luvumbo terá morrido por tropeçar num buraco quando fugia a repressão policial violenta.

O Folha8 contactou o porta-voz do Comando Provincial de Luanda, da PN, sobre o assunto, mas este, até ao fecho desta edição, havia garantido fazer um pronunciamento mais pormenorizado depois que reunisse todos as informações relacionadas com o assunto. Até as 21 horas do dia da morte, o corpo ainda não tinha sido removido para a casa mortuária por especialistas da Investigação Criminal, e continuava a jazer ao relento.

Nos últimos tempos, a Polícia Nacional tem sido acusada sistematicamente de violar os direitos humanos contra cidadãos, com realce em Luanda. Um dos casos mais recentes ocorreu em Fevereiro em que um jovem acusado de ter roubado três caixas de bacalhau na empresa para o qual trabalhava foi espancado até a morte no comando da IV Divisão, no bairro Prenda, versão recusada pelos responsáveis desta unidade

ABRIL 2007

07.4.1 Fiscais versus zungueiras

Agora...07-04-07

Joaquim, fiscal do governo provincial de Luanda, agarrou a kinguila pelo braço e ordenou que ela pousasse no chão a caixa de artigos diversos que tinha na cabeça.

-Me larga. - Gritou a mulher
Ante a sua resistência, levantou o outro braço que agarrava o purete.

-Poisa a caixa no chão, estou a te avisar, senão vou te bater. – Avisou

-Eu comprei o negócio com o meu dinheiro. Não estou a roubar nem estou na prostituição. Estou a lutar pelo pão dos meus filhos. Me arranja emprego então ou arranja para o meu marido que está em casa sem fazer nada.

Esta resposta fez Joaquim hesitar. O purete mantinha-se em riste mas o braço recusava-se a baixar. O dever impedia-o de largar a mulher porque a ordem do seu superior era bem clara. Todo o indivíduo apanhado a vender na zunga, fora dos mercados, tinha que ser confiscada a mercadoria. Em caso de resistência a autoridade, não hesitar em usar a coacção física para fazer valer a ordem.

Mas a sua consciência pesava. Como baixar o purete a uma mulher que apenas queria ganhar a vida? Mulher do outro que estava na mesma condição que ele algum tempo atrás? Na verdade, tinha ficado cinco anos desempregado, depois da desmobilização das FAPLA, e aquele furo de fiscal tinha sido como uma bênção, depois de Ter usado aquele tempo todo sem dignidade, vivendo a custa da mulher, kinguila, que chegava sempre cansada em casa, sem qualquer atitude de camaradagem ou vontade de dizer uma palavra amável ou sequer com educação. O trabalho dela era um disputa permanente com as colegas por cada cliente que redundavam em discussões e até ameaças e lá em casa ela descarregava com a maior brutalidade, com as palavras mais ordinárias o stress que trazia. Bater não lhe devolveria a autoridade, apenas o trabalho. Ultimamente assaltava-lhe constantemente a ideia de ir para a rabata como último recurso quando lhe surgiu o furo providencial, através de um ex-colega de tropa que se alistara e a ele para ser fiscal. Era o seu melhor amigo, companheiro de infortúnio a quem desabafava e ouvia-as mágoas exactamente iguais, normalmente acompanhado de um quentaço num quintal qualquer, entremeadas de velhas recordações de antigos episódios de guerra em que tinham participado. As mágoas do outro até eram piores porque falava em cornos certos mas ele não podia garantir que o mesmo não lhe acontecia.

Agora, estava agarrado a mulher indeciso. Pensou que mais de cinquenta por cento das zungueiras eram chefes de família porque os respectivos maridos não tinham emprego e eram elas que sustentavam a família. o resto autodenominavam a sua actividade como ajuda marido, porque complementavam com a zunga o, salário insignificante do companheiro.

Sem dúvida que competia ao governo provincial tomar as medidas necessárias para manter a ordem e fazer cumprir a lei e os regulamentos mas de igual modo competia implementar programas para combater a pobreza.

Venha kapanda e das meras intenções de investimento, os empresários passarão as vias de facto, porque ninguém investe na indústria a contar com geradores. Sem energia é impossível procurar gerar empregos e diminuir a taxa de desemprego de forma decisiva. O problema é que essa questão ultrapassava as competências do governo provincial. Entretanto o estômago não espera pela instalação da terceira e da quarta turbina de kapanda. E o estômago das zungueiras e das suas famílias são tão angolanos como as de qualquer outro cidadão. Ver as zungueiras deambulando pelas ruas do interior de um luxuoso prado é bastante desagradável porque dá sinais de anarquia e mau aspecto a cidade, etc., mas viver numa cubata sem luz nem água potável, sair quase de madrugada a procura do pão nosso de cada dia consagrado constitucionalmente a todo o cidadão e voltar a noite cansada, violentada na sua integridade física sem ter cometido qualquer desonestidade e ver o seu pai chorando de fome e não lhe poder dar nada para comer porque o seu negócio foi confiscado, é terrível. Por isso, Joaquim tomou uma decisão. Tinha que arranjar outro furo na primeira oportunidade. Entretanto largou-a, e ficou a vê-la afastar-se com uma expressão pensativa como quem se interroga: quidiuriis. Sua excelência, senhor governador.

07.4.2 BPC abre linha de crédito para jovens desfavorecidos

Angop...10-04-07

Os jovens financeiramente desfavorecidos, tais como carregadores de mercadorias, lavadores de carros, trabalhadores de sexo, portadores de deficiência e outros, contam, a partir deste mês, com uma linha de financiamento avaliada em cinco milhões de dólares, resultante de uma convenção financeira rubricada hoje, em Luanda, entre o Banco de Poupança e Crédito (BPC) e o Ministério da Juventude e Desportos (MJD). Do montante financiado, dois milhões e 500 mil dólares norte-americanos estão já disponíveis para o arranque do projecto, sendo que o remanescente será disponibilizado na segunda fase de execução do programa, cujo período de implementação piloto é de dois anos.

O acordo, cuja assinatura enquadra-se no âmbito do

Plano Executivo do Governo de Apoio à Juventude (PEGAJ) abrangerá, numa primeira fase, um universo de vinte mil jovens, dos dezoito aos trinta anos, organizados em pequenas cooperativas, devendo o mesmo iniciar a título experimental nas províncias de Luanda, Cabinda, Bié, Bengo, Kwanza Sul e Kwanza Norte. Posteriormente estender-se-á gradualmente nas demais regiões do país.

Os micro-créditos solicitados por cada cooperativa integrada por jovens serão cedidos em forma de equipamentos de trabalho e não em dinheiro, e terão juros bonificados na ordem dos oito a dez por cento por ano, com horizonte largo para o devido reembolso. Não existe um valor mínimo nem máximo determinado, pois, a cedência dependerá em função dos níveis e tipos de projectos apresentados.

De acordo com o ministro da Juventude e Desportos, Marcos Barrica, os jovens beneficiários da linha financeira deverão frequentar, antes de receberem os créditos, pequenos cursos de gestão no Instituto Nacional de Apoio as Pequenas e Médias Empresas - Inapem, havendo para tal já rubricado um acordo de apoio e monitorização entre as duas instituições.

"Por forma a aproveitar da melhor forma os recursos disponibilizados, o ministério vai garantir, através do Inapem, formação gratuita aos jovens interessados e que estejam organizados em cooperativa, para que possam traçar correctamente os seus programas e habilitarem-se ao crédito", referiu o governante. Disse que o financiamento reveste-se de importância para o Governo porque vai permitir o enquadramento positivo de muitos jovens envolvidos em acções menos dignas.

Por seu lado, o Presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, disse que as verbas ora disponibilizadas serão colocadas de forma indirecta ao MJD, através do fundo nacional de apoio à juventude, cabendo, no entanto, ao banco coordenar estritamente o processo em conjunto com aquele ministério.

Salientou que o banco financiou este projecto por considerá-lo importante para o Governo e, por conseguinte, fundamental para o desenvolvimento socio-económico do país, que depois de longos anos de guerra vai procurando formas de reverter o quadro negativo.

07.4.3 Créditos aos lavadores de carros e engraxadores de sapatos

A capital...14-04-07

«Sempre esperei por uma mão que me ajudasse», «não sou simplesmente lavador de carro, também sou estudante, por isso, estou ansioso em receber dinheiro», foi assim que muito jovens do grupo social visado

acolheram a decisão do Ministério da Juventude e Desportos de conceder-lhes créditos bancários.

Abílio Quintas, Lavador de Carro

Eu acho que será muito bom para mim, porque assim já não vou ter que lutar muito para conseguir repor o dinheiro gasto, já vou ter um lucro maior e também vou poder ajudar em casa. Também vai ser para comprar material escolar e realizar o meu sonho de ser contabilista. Agradeço muito este gesto do Ministério. Constantino Chiloia, Lavador de Carro
Investiria no meu sonho de ser jogador de futebol. Sou natural do Huambo e fiquei órfão durante a guerra. Estou cá em Luanda a me virar sozinho. Tudo o que faço é para me sustentar. Para conseguir o que quero saio madrugado para os treinos de futebol e quando regresso, vou lavar carros. Eu agradeço por estarem a pensar em nós. É de louvar mesmo o que estão a fazer.

Domingos Faustino, Lavador

Vou investir todo o dinheiro que me derem nos estudos, porque quero ser uma pessoa formada e respeitada. Só lavo carros porque não tenho outra forma de sustentar os meus estudos. A minha mãe já não tem muito para nos dar então, eu tenho que fazer alguma coisa. Nunca pensei que tinha que lavar carros para comer, mas agora já tenho muito orgulho no que faço.

Marcolino Fernandes, Lavador de Carro

Não sou simplesmente um lavador de carro, também sou estudante, e tudo o que faço é para ajudar a minha mãe e os meus estudos. Esperei sempre por uma mão. O que vão nos dar é pouco mas, ainda assim, vou esperar com muita confiança, porque vai tirar-me algumas preocupações. O Ministério sempre se ocupou mais com o desporto, mas se agora está a pensar nos jovens necessitados, muito bem.

José Inácio, Lavador de Carro

Sou natural de Malange, saí de lá por causa da guerra e fiquei órfão. Vim para cá tentar a sorte, me viro sozinho.

Se for abrangido, usaria este dinheiro para investir na minha realização profissional. Sempre quis ser médico e lutar para conseguir um lugar no mundo da medicina. Saio de manhã cedo de casa para lavar carros, levo as compras das pessoas até às respectivas casas. Este financiamento é um grande investimento.

Gilberto Adilson, Lavador de Carro

Eu sou de Moxico e vim para Luanda em busca de uma vida melhor. Saí de lá no tempo de guerra e pensava encontrar aqui a solução de todas as necessidades. Este empréstimo vai-me ajudar muito, pois, já tenho mulher e dois filhos. Vou poder dar-lhes um pouco mais do que tenho dado até ao momento. Estou ansioso em receber o dinheiro, porque sofremos muito, mas temos esperança de dias melhores.

Feliciano Ngila, Lavador de Carro

Estou ansioso em receber o dinheiro, porque vai ajudar-me muito. Sou o filho mais velho, a minha mãe não trabalha eu é que luto para pôr comida em casa, e ao lavar carros consigo levar, não muito, mas algo que ajuda. Este dinheiro que pode parecer pouco para muitos, para mim é muito, vou fazer uma divisão que me ajude no meu serviço e o resto dou a minha mãe.

César Augusto, Lavador de Carro

Vai ajudar-me a sustentar a minha mulher e o meu filho. Tenho sonho de ser cantor, e também vou usar parte deste dinheiro para gravar algumas músicas, com o «dj» mais barato que me aparecer. Agradeço muito esta iniciativa por que eu sei que este é o princípio da realização do meu sonho.

07.4.4 Segurança nacional ameaçada pelo garimpo estrangeiro

A capital...21-04-07

A prova disso é o crescente número de imigrantes estrangeiros, muitos deles de forma ilegal, que se implantam no território nacional. Pelos vistos há cada vez mais espaços livres nas entranhas do país, ou seja, enquanto os nacionais se apinham nos centros urbanos, os estrangeiros vão-se ocupando das vagas.

Nos últimos tempos Angola se vê a braços com a avalanche de estrangeiros das mais diversas nacionalidades que se fixam no interior do país. Na sua maioria, começa-se agora a descobrir, perseguem interesses meramente comerciais, com acento na prospecção, exploração e conseqüente comercialização ilegal de diamantes, em conluio com alguns cidadãos nacionais, quer da alta esfera de dirigentes, quer cidadãos comuns para mão-de-obra. As províncias das Lundas Norte e Sul foram desde sempre as mais visadas pelos garimpeiros imigrantes, na sua maioria de proveniência dos Congos, do Mali e do Senegal.

Entretanto, devido ao aperto das autoridades nacionais com vista a sua expulsão e respectivo repatriamento, os exploradores ilegais de diamantes voltam as suas atenções para as províncias do centro, centro-sul e sul de Angola. Nos dias que correm, a província que mais trabalho tem dado às Forças de Segurança, polícia e FAA é o Bié onde se têm desencadeado buscas constantes e recolhas, com vista a redução do fluxo de estrangeiros que procuram lucros fáceis, por meio da exploração e venda de diamantes nas localidades da Nharea e do Andulo.

Nesta parcela do país, segundo as autoridades locais, a maior parte dos estrangeiros apanhados são dos Congos Democrático e Brazzaville, Mali e Guiné Conakri. Por causa desse fenómeno, os Serviços de Migração e Fronteiras (SEM) no Bié pretendem reforçar o controlo de entrada e saída de estrangeiros

ao nível da região, principalmente através das fronteiras com as províncias de Malanje, Kwanza Sul, lundas Norte e Sul. E a síndrome já contagiou a província planáltica do Huambo onde, recentemente caíram nas malhas das autoridades três cidadãos portugueses acompanhados de uma angolana na região do Hengue, município do Bailundo, por prática ilícitas de exploração de diamantes. Trata-se dos cidadãos, identificados apenas com um nome cada, designadamente, Rui, Orlando e Manuel. A identidade da angolana que os acompanhava não foi revelada, mas soube-se que é natural da Huíla, faltando também a de outros dois trabalhadores, aparentemente recrutados localmente para a actividade de escavação do solo.(...)

A proliferação de armas aliada à prática do garimpo incentivado pela imigração de estrangeiros à propósito, são aspectos interligados que de uma ou de outra forma, ameaçam a segurança nacional, por isso se recomenda mesmo a intensificação da expulsão dessas zonas dos garimpeiros.

A riqueza diamantífera de Angola oferece um admirável contraste com as condições de vida da população: é o terceiro maior produtor de diamantes do mundo, mas ocupa a 166ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2004, entre um total de 177 países avaliados. As maiores reservas, inclusive inexploradas, ficam na região das Lundas, no nordeste de Angola. São cerca de 180 mil km² delimitados como Zona de Reserva Diamantífera, com mais de um milhão de habitantes.

07.5.1 Alerta à polícia económica

Folha8...05-05-07

Há já alguns dias em que os taxistas vêm cobrando preços exorbitantes aos passageiros, sem que para tal organismo policial coloque ordem no circo. Todos dias ouvem-se reclamações em tudo quanto é canto, sobre o comportamento pouco ortodoxo dos automobilistas em relação aos seus passageiros, que vai desde a feitura de rotas curtas, falta de respeito até a poluição sonora. Económico, para nós, a única esperança que pode colocar fim a esta bagunça toda, parece descansar à sombra da bananeira, justificado pelo aparente silêncio tumular, já o INADEC, o tal Instituto Nacional de Defesa de Consumidor não passa de um mero organismo de publicitar a sua imagem dos jornais, ao invés de ir em defesa do consumidor.

O nosso amigo Assunção Pereira vindo a terreiro para fazer um pronunciamento se a qualidade de trabalho que os taxistas estão a proporcionar ao público valha pena ou não. Então, o INADEC fiscaliza o "pitéu" nas lojas e no Roque Santeiro?

07.5.2 Subida de preço na venda informal de água potável

A Capital...12-05-07

Moradores de bairros suburbanos da província de Luanda estão a ser forçados a percorrer largos quilómetros em busca de água potável, uma vez confrontados com a repentina carência e, em consequência, com o aumento de preços no mercado informal de venda do precioso líquido.

A situação não é nova. Há várias semanas que, logo pela manhã, o cenário em vários bairros, em zonas degradadas da capital angolana, não dispensa o frenesim de centenas de populares que vêm e vão carregados de alguidares, banheiras e, sobretudo, de bidões amarelos à cabeça ou arrastados em pequenos carrinhos de mão feitos de metal.

Na zona do Sucupira, no bairro do Grafamil, os bidões amarelos tornaram-se parte do cartão postal, tal é a frequência com que se vêm pessoas aflitas em busca de água para as suas necessidades mais básicas.

Tatiana, de 22 anos, era uma dessas pessoas. Na última terça-feira, 08, demos com ela na rua do Sucupira a preparar a sua última viagem, de um total de dez que efectuou até à vizinha zona do Soque, a três quilómetros de distância, para abastecer de água os reservatórios lá de casa. Na mão direita, levava um bidão amarelo com capacidade para 25 litros e, na mão esquerda, trazia o pano para servir de rodilha e o dinheiro necessário para comprar a água.

«São 80 kwanzas», contou ao semanário A Capital ao

referir-se ao preço pelo qual, nas zonas circunvizinhas, se vende um recipiente com capacidade para 25 litros de água. Na verdade, há vários meses que ela dispensa, pelo menos, dois dias nos quais furta-se das suas obrigações académicas para garantir o consumo de água para a família ao longo de uma semana inteira. Situação que, ademais, não lhe é exclusiva, estendendo-se aos demais vizinhos que mal conseguem entender como a situação chegou a beirar do insustentável. A água que consomem, no caso dos moradores do Grafanil, é adquirida na zona do Soque, onde proliferam residências com reservatórios subterrâneos, cujos proprietários fazem da venda informal de água potável o seu ganha-pão.

Mesmo esses, todavia, mal conseguem entender a razão de, nas últimas semanas, a água ter-se tornado tão rara quanto cara.

Lúcia, que reside na zona da Imporáfrica, no bairro da Estalagem, mandou erguer no quintal um tanque com capacidade para 12 mililitros de água para depois vender, a retalho, como ela disse, aos vizinhos e a sedentos moradores de outros bairros mais carentes. No princípio do ano, ela enchia o seu tanque com recurso a camiões cisternas que cobravam a razão de 350 kwanzas para cada mililitro de água. Hoje este valor triplicou. Um mililitro de água passou a custar mil kwanzas, sendo que, agora, Lúcia precisa de 12 mil kwanzas para encher completamente o seu reservatório «A água ficou, também, mais cara para quem compra em bidões», disse ela.

«É por isso que temos de andar muitos quilómetros para conseguir água», queixou-se, por sua vez, Guilhermina, uma outra moradora do bairro Grafanil. «E ainda temos de pagar o dobro do que pagávamos antes, apesar de tanto sacrifício». (...)

DESVIO DE CONDUTAS

Não é que a rede de distribuição de água, da EPAL, não passe pelo Grafanil. Até passa. Mas o problema é que os populares não conseguem ter água corrente em casa, muitas vezes por culpa de desvios que são feitos mesmo a partir das condutas de água. A moradora Cândida Mendonça queixou-se disso mesmo quando denunciou, para este jornal, que os desvios da conduta de água servem, sobretudo, para abastecer camiões cisternas, com recurso a moto bombas, que se encarregam de vender a água para o resto da população.

As autoridades, segundo a jovem Tatiana, têm conhecimento do facto. Na maioria das vezes, porém, «os donos dos tanques lavam as mãos dos polícias», disse ao insinuar que a corrupção impede os agentes da polícia de reporem a legalidade. Noutras vezes, as autoridades mal se dão conta da existência de tanques de água, pela forma camuflada como os moradores, cientes da infracção, mantêm-os camuflados. «A boca do reservatório é tapada e, quase sempre, sobreposta por electrodomésticos», contou Cândida Mendonça.

07.6.1 Mais de 60 por cento de luandenses estão empregados no sector informal

Jornal de Angola...08-06-07

Mais de 60 por cento da população, num universo de cerca de quatro milhões de habitantes, residente na província de Luanda, estão empregados no sector informal.

O dado foi avançado ontem, em Luanda, pelo assessor do ministro do Urbanismo e Ambiente, Adérito Mohamed, durante a apresentação do tema "Assentamentos humanos em Angola e os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio", no último dia do Conselho Consultivo Alargado do referido ministério. Segundo Adérito Mohamed, que se baseou num relatório elaborado pelas Nações Unidas em 2006 sobre "O crescimento das cidades e sustentabilidade urbana", mais de 70 por cento da população em Luanda vive nos musseques e sobrevivem de negócios no sector informal. Quanto à crise dos serviços básicos, o responsável adiantou que menos de 50 por cento das residências têm latrinas e 30 por cento de pessoas em Luanda têm acesso à água potável (da torneira ou do chafariz). Enquanto que, 70 por cento compra água não tratada transportada em camiões cisternas e paga entre 15 ou 20 vezes mais. Os residentes dos musseques sobrevivem com menos de sete litros de água por dia. Segundo aquele responsável, o requisito mínimo de emergência por dia são 15 litros. Adérito Mohamed realçou que a luta contra a pobreza é de todos e hoje ninguém é suficientemente dotado para poder, por si só, responder aos desafios de urbanização. "Porque é um trabalho conjunto em que participam o Governo, comunidade e a sociedade civil", referiu. De acordo com Adérito Mohamed, é necessário que se criem mecanismos para que a população possa participar, dando a sua contribuição e dizer que espaços como o Fórum Urbano Nacional, que recentemente o Ministério do Urbanismo e Ambiente lançou, "são de tal maneira pertinentes que vão permitir que as respostas sejam encontradas de forma colectiva". Adérito Mohamed adiantou que para o desenvolvimento os investimentos governamentais devem ser direccionados aos assentamentos precários. "A batalha para atingir os objectivos e Desenvolvimento do Milénio deverá ter lugar nos assentamentos precários, no que se refere redução da pobreza. O governo tem hoje condições para vencer esta batalha fristou.

07.6.2 Por um prato de comida

A Capital...09-06-07

Eles estão aí à vista de todos. Quem frequenta, não importa quais, os mercados informais espalhados por

Luanda há-de dar com eles. Têm idades compreendidas entre os 12 aos 18 anos e ganham a vida a lavar louça para as donas de barracas de comes e bebes, só assim conseguem o dinheiro necessário para sobreviver com alguma dignidade.

«o que eu ganho é muito pouco», disse um rapaz franzino, de tronco nu, abordado na praça do embondeiro, um mercado informal a céu aberto instalado no bairro Palanca, no subúrbio de Luanda. O petiz tem, com efeito, razões de que se queixar do que ganha ao fim de um dia de trabalho.

As donas das barracas pagam-lhe 200 kwanzas por dia para lavar a louça e conferir brilho às panelas onde são servidos e cozinhados os manjares de clientes mais abastados que ele. Duzentos kwanzas por dia que, para ele, equivalem a milhões. «Dá para o material escolar e, ainda, sobra para uns calções e umas camisolas para a escola», explicou.

Filipe Gaspar, assim se chama o franzino rapaz que encontramos a lavar louça, tem apenas 13 anos de idade, mas já tem de trabalhar para garantir o seu próprio sustento e, de igual modo, de alguns membros da sua família. Não é o único. Por todo o país, o Governo estima que existam, pelo menos, 26 mil menores na condição de trabalhadores infantis, a terminologia técnica que define miúdos obrigados, pelas circunstâncias da vida, a ganhar o sustento.

No mercado do Embondeiro, no Palanca, eles espalham-se aos montes como são, aliás, expostos os produtos que por ali sustentam a actividade comercial. Cada um tem uma história, uma mais triste que a outra. Mas o denominador comum de, ao menos, todos terem escolhido uma forma digna para ganhar o pão de cada dia. Ainda que esse pão seja um prato de comida depois de muito resto raspado dos pratos e das panelas lavadas.(...) O trabalho dele é lavar louça, mas também acaba por acarretar água e fazer as compras para as cozinheiras. E a vantagem de se estudar um pouco mais e ter domínio da matemática, diz ele.

De resto, o sacrifício é uma constante na vida de João. Vai para a escola durante a manhã. De lá sai para o mercado onde trabalha até à noite. É assim que ganha o sustento para ele e para os seus quatro irmãos. Tanto Filipe como João são órfãos. O primeiro perdeu o pai muito cedo e passou a viver em casa de uma tia, ela também desprovida de posses materiais. «Ela já tem quatro filhos para alimentar», explica o rapaz que entendeu, a dada altura, que não poderia ele também continuar como um peso para a tia. «Foi assim que comecei a trabalhar na praça», indica. João perdeu a mãe, mas ainda tem um pai doente e desempregado e mais alguns irmãos que também lutam pela sobrevivência. Por isso é que ele não abdica da formação. «Custe o que custar eu serei um bom arquitecto, revelou.

Outros há, entre quem ganha a vida a acarretar água ou

a lavar louça em mercados, que acalentaram os mesmos sonhos de Filipe e João. Mas acabaram por esbarrar na realidade que lhes coarctou, inclusive, a vontade de aprender. E a história de David, de 18 anos de idade, que acabou por constituir família depois de seis anos a trabalhar naquele mesmo mercado.

José, de 17 anos, também encontrado nos congolenses, carrega nos ombros o fardo de ser a única pessoa em casa a ter algo que se pareça com um emprego. O pai está desempregado e doente e, em casa, ainda tem dois irmãos menores. O trabalho é duro, mas, no final do dia, compensa levar sempre para casa um saco de pão para a família. «As vezes o meu pai diz que ele é o filho e eu o pai., contou o jovem para, em seguida, perder-se em lágrimas como faz com o seu pai quando o dia não corre lá muito bem. «Ficamos os dois a chorar a desgraça em que vivemos.

07.6.3 Vendedores do mercado municipal podem ficar sem emprego

Folha8..16-06-07

O desalojamento dos vendedores do mercado municipal de Benguela, está a gerar um incontornável descontentamento no seio dos lesados e dos autóctones em geral, que se viram despojados da sua única fonte de sobrevivência.

As autoridades administrativas da cidade de Benguela, nem se quer se deram ao mínimo cuidado como recomendam as regras do bom senso, de comunicar atempadamente os "infelizes" e, no que era curial para quem se preze por normas correctas e de boa educação, em criar as condições alternativas antes do seu "desalojamento". São mais de cinco centenas de agentes comerciais, quase todos com as suas obrigações fiscais em dia e que foram compulsivamente postos no "olho da rua", por um exército policial formado por mais de 100 homens, armados com os mais sofisticados meios, fazendo-os lembrar aos tempos da guerra difusa que o país viveu.

A nuvem de desconforto pode atingir contornos incalculáveis a fazer fé nos depoimentos de alguns lesados, que acusam a Administração liderada por Manuel Francisco de ter agido de má fé.

Uns vão mais longe, qualificando o administrador de "incompetente, brutal" e desprovido dos bons costumes conforme a educação africana deixada pelos nossos antepassados. O Governo através do "mal amado" e empático Manuel Francisco, veio a público anunciar, que o desalojamento dos vendedores do mercado Heróis de Moncada, tem a ver com um plano de requalificação que o mesmo vai ser alvo.

Outras vozes vão mais longe e dizem de "boca cheia" que este será mais um conturbado processo de privatização com adjudicação direita, a mais uma mole

da chamada nova "elite de ricos de Angola", com as impressões digitais dos mais altos mandatários da província, macomunados com as esferas cintilantes da "nomenclatura" política do País.

Nas terras das Acácias Rubras teme-se que com este processo e, com as figuras nelas envolvidas, venha a ser uma autêntica fotocópia do "caso Kinaxixe" em Luanda. Depois de "escorraçados" e sem fontes alternativas, os ex-vendedores do mercado municipal de Benguela, entre jovens, homens e mulheres têm em carteira a realização de uma manifestação pacífica, para repudiar esta prática que amiúde vem sendo adoptado por alguns "gananciosos" que (des)governam Benguela e o país em geral.

F8 apurou de boa fonte, que o mercado Heróis de Moncada terá sido privatizado por uma empresa de nome PROPE, ligada a promoção e gestão de mercados municipais.

As obras para a sua reabilitação estão avaliadas em mais de 3 milhões de dólares e estarão a cargo da EDIFERANGOLA e no final, poderá apresentar uma estrutura com três pisos, situada bem no coração da cidade, na perspectiva dos novos donos, contando com novas lojas, salas de jogos, salas de cinema e restaurantes, estando a sua inauguração prevista, para Dezembro deste ano.

JULHO 2007

07.7.1 Autoridades administrativas no Lobito organizam mercados paralelos

Angop...20-07-07

A administração municipal do Lobito, província de Benguela, vai transferir nos próximos dias, os feirantes dos mercados informais do Chapanguele e Contente para um outro local na zona alta da cidade.

O novo mercado cujo projecto foi apresentado quinta-feira aos munícipes tem cerca de trinta e dois hectares que serão subdivididos em treze quarteirões, para um total de três mil 250 barracas.

No local esta a ser construído um tanque de água com capacidade de 100 mil litros e nos próximos dias será montado um grupo gerador de energia com 80 KV. O administrador municipal Amaro Ricardo disse que o objectivo da transferência dos feirantes, visa garantir maior segurança pois os actuais mercados do Chapanguele e do contente encontram-se situados junto da estrada nacional que liga Luanda a Benguela. Adiantou que o facto dos dois mercados estarem localizados à beira da estrada nacional, têm provocado várias vítimas por atropelamento, cuja média é de dois por dia.

A degradação do saneamento básico nos locais onde funcionam actualmente mais de dois mil feirantes, também está na origem da criação do novo mercado. Por seu turno os feirantes consideram de positivo o plano da administração municipal pois que nos actuais mercados tem encontrado inúmeras dificuldades de efectuarem os seus negócios, sobretudo na época chuvosa em que os mercados ficam inundados. Já os automobilistas acham oportuna a transferência dos feirantes pois que a existência dos mercados de Chapanguele e do contente constituía perigo para eles naqueles perímetros.

07.7.2 Vendedores de mercados em Benguela serão transferidos

Jornal de Angola...21-07-07

A administração municipal do Lobito, província de Benguela, vai transferir nos próximos dias, os feirantes dos mercados informais do Chapanguele e Contente para um outro local na zona alta da cidade.

O novo mercado, cujo projecto foi apresentado quinta-feira

aos munícipes, tem cerca de trinta e dois hectares, que serão subdivididos em treze quarteirões, para um total de três mil e 250 barracas.

No local está a ser construído um tanque de água com capacidade de 100 mil litros. Nos próximos dias será montado um grupo gerador de energia com 80 KVA.

O administrador municipal, Amaro Ricardo, disse que o objectivo da transferência dos feirantes é garantir maior segurança, pois os actuais mercados do Chapanguele e do Contente encontram-se situados junto da estrada nacional que liga Luanda à Benguela. Adiantou que o facto dos dois mercados estarem localizados à beira da estrada nacional tem provocado várias vítimas por atropelamento. Em média registam-se dois atropelamentos por dia.

A degradação do saneamento básico nos locais onde funcionam actualmente mais de dois mil feirantes também está na origem da ideia da criação do novo mercado.

Por seu turno, os feirantes consideram positivo o plano da administração municipal, pois nos actuais mercados têm encontrado inúmeras dificuldades para efectuarem os seus negócios, sobretudo na época chuvosa, em que os mercados ficam inundados.

Também os automobilistas acham oportuna a transferência dos feirantes, pois que a existência dos mercados de Chapanguele e do Contente constituía perigo para eles naqueles perímetros.

07.7.3 "Crédito Jovem" já no k. Sul

Jornal de Angola...26-07-07

Um projecto que visa a criação dirigida de microempresas e pequenos negócios nos vários domínios da vida social, denominado crédito jovem, foi lançado terça-feira, no Sumbe, pelo coordenador provincial da comissão executiva do referido programa, João Ambrósio Neto.

Segundo o responsável, o projecto, concebido pelo Governo angolano e integrado pelo Conselho da Juventude e Banco de Poupança e Crédito (BPC), vai beneficiar jovens dos 17 aos 35 anos de idade, desde que apresentem projectos concretos.

Ambrósio Neto disse que, dentro de 15 dias, estarão reunidas as condições materiais para o arranque do projecto.

O projecto Crédito Jovem visa retirar os jovens dos pequenos comércios de rua e enquadrá-los em microempresas dirigidas.

Para Fernando Manuel, representante da Associação da Reboleira, a chegada do Crédito Jovem à província é bem vinda, visto que vai permitir a criação de microempresas.

07.8.1 Cooperativas são as mais beneficiadas

Folha8...04-08-07

O banco de Poupança e Crédito (BPC) concedeu cerca de 549 mil e 258 dólares americanos, aos professores, enfermeiros e camponeses, organizados em cooperativas na província do Moxico, desde 2006 até ao primeiro trimestre deste ano.

De acordo com os responsáveis daquela instituição bancária, a aposta continua a ser o apoio a grupos organizados. "Neste momento estamos a trabalhar com todos os governos provinciais e o Moxico é o exemplo disto". No entanto, o BPC garante que os créditos de consumo só serão concedidos aos interessados organizados. Os beneficiários directos deste processo, segundo o BPC, são os funcionários de saúde e muitos deles já conseguem resolver alguns dos seus problemas sociais, como a construção de habitação, aquisição de meios de transporte, electrodomésticos, entre outros artigos. "Penso que é uma boa iniciativa tomada pelo governo no sentido de ajudar os trabalhadores sobretudo no interior do País", assegurou a fonte, acrescentando também que os créditos vão continuar a ser atribuídos através do salário mensal, os grande objectivo é fazer com que outros cidadãos possam ser abrangidos. Para Hélder de Jesus Santos, o Banco de Poupança e Crédito, vai aproveitar a Expo-Huila, para promover os seus serviços na região. "A Expo-Huila é uma grande porta de negócios, por isso, com as festas da cidade do Lubango será possível participar e dar a conhecer as disponibilidades do banco e matéria de crédito", garantiu.

07.8.2 Mulheres beneficiam-se de Micro-crédito de ONG canadiana

Angop...31-08-07

Quarenta e sete mulheres negociantes e camponesas beneficiaram-se recentemente, no município de Kachiungo, de um micro-crédito equivalente a 150 dólares cada, distribuído pela organização não governamental canadiana "DW", dentro do seu programa "Kixicrédito". O responsável da DW no Huambo, Cupi Baptista, revelou à Angop que este projecto visa ajudar as pessoas que em seis meses conseguem rentabilizar o valor para o reforço das suas actividades, quer sejam agrícolas ou comerciais. Residentes na localidade de Nondolo, as mulheres agradeceram o gesto, garantindo aplicar bem o dinheiro para colher rendimentos.

Na mesma localidade, a organização formou 150 jovens desmobilizados, nas especialidades de carpintaria e construção civil, no sentido de contribuir no crescimento habitacional e melhorar a vida das

populações desta comunidade.

Cupi Batista garantiu que a organização que dirige no Huambo vai continuar a trabalhar no município de Kachiungo, reforçando os projectos de água e saneamento, construção de escolas, postos de saúde e formação profissional para a reconstrução nacional.

SETEMBRO 2007

07.9.1 O Calvário dos roboteiros

Folha8...01-09-07

O recrudescer da guerra no interior do país, na década de oitenta e meados de noventa, agravada com as assimetrias económicas resultantes da governação discriminatória, provocou o êxodo da população que migrou das zonas de origem para encontrar refúgio no litoral, tendo sido Luanda, a província que acolheu a maior parte dos deslocados e refugiados internos, que pela força do destino utilizam vários meios para sobreviver, daí o surgimento dos roboteiros, uma força indispensável da economia informal angolana.

O surgimento de profissões e de certos movimentos que impulsionam as pessoas procurar meios para sustentar as suas famílias. Tudo resulta da migração e a gestão política provocou o surgimento de novas classes sociais, destacando-se os roboteiros, um grupo que é bastante activo no mercado informal, mas que é muitas vezes alvo de discriminação por parte das autoridades, que através da polícia nacional, empreendem campanhas de exclusão e expulsão destes trabalhadores. Desta vez, os roboteiros da Procafé, em Luanda, foram alvo de espancamento e presos por agentes da ordem pública que os obrigou a sair das imediações da empresa Angoalissar, onde exerciam a actividade de transporte de carga de comerciantes retalhistas. Os dias 26 e 27 de Agosto foram os mais difíceis na vida de muitos jovens espoliados pela polícia. Provenientes na sua maioria de Benguela, Huambo e Bié, viram os seus carros de mão a serem destruídos e queimados pela polícia, enquanto que muitos deles foram espancados e outros acabaram por ser presos quando tentavam reivindicar a brutalidade e a impiedade dos agentes da ordem pública numa atitude que espelha a falta de deontologia profissional. Marcos Mbongue, natural da Canata no município do Lobito, província de Benguela, relata com tristeza o episódio protagonizado pela polícia na passada segunda-feira, 26 de Agosto, lembrando os velhos tempos da PIDE. "Não é a primeira vez que isto acontece, mas desta vez a polícia excedeu as suas competências. Foi uma acção preparada, porque eles chegaram preparados para tudo. Começaram a correr connosco e os menos atentos foram recolhidos e levados para a esquadra junto da CIMEX, onde foram detidos e os carros de mão foram queimados", disse, para depois acrescentar que muitos ofendidos com palavras que espelham um real tribalismo. "Regressem às vossas terras sulanos de merda, estão a sujar a cidade. Caso persistam em desenvolver a vossa actividade vão morrer", lembrou.

"Estamos com medo mano. Não sabemos o que fazer. Se não tra balhar, transportando carga como poderei sustentar a minha família e formar os meus filhos e os meus irmãos órfãos, visto que os nossos pais morrem durante o conflito armado e eu sou o mais velho deles, por isso, tenho a obrigação de lutar por eles. O

Governo não faz nada pelos milhares de órfãos que por esta Angola navegam. Não queremos ser gatunos mas organizar a nossa vida de forma honesta", referiu. A classe de roboteiros, classe constituída maioritariamente por jovens, são constantemente, associados a grupos de meliantes, por isso, são os alvos predilectos da polícia nacional e dos fiscais do Governo provincial, que ao invés de encorajar aqueles que pretendem trabalhar através de programas de impacto concreto, as autoridades preferem optar pelo chicote, não se sabendo, no entanto, que políticas a seguir para acabar com a pobreza e o desemprego. A maioria dos roboteiros, como é o caso de Paulo Gabriel Chikukuma, não possui instrução académica que lhes permite ter acesso a formação profissional, porque o mercado de trabalho assim o exige, nem meios financeiros para o ingresso em estabelecimentos de ensino, fazendo do transporte de cargas dos armazéns, locais frequentados por muitos comerciantes retalhistas e zungueiras das zonas periféricas, o seu local de trabalho.

Optaram por fazer trabalhos que mais se adequam a sua condição, mas as autoridades não pensam deste jeito, procurando cada dia que passa agudizar a vida de muitos. De acordo com Chikukuma, a rua da Caxicane, no bairro da Terra Nova, perto da empresa Procafé, junto a Angoalissar, no município do Rangel em Luanda, assiste-se o desfile constante dos carros de mão numa acção que indica uma organização, formando uma cooperativa, tudo para assegurar a sobrevivência das suas famílias e a polícia sabendo que os roboteiros são o elo mais fraco, procuram justificar as derrotas que levaram na guerra contra as zungueiras. A jornada de trabalho, de muitos deles, começa muito cedo. João Gonçalves Moma garantiu que por volta das cinco horas de madrugada, começa a jornada laboral, alguns com clientes permanentes, mas a sua maioria espera sentado até que a sorte bata a porta e ser convidado a levar alguma mercadoria. Os valores que ganham não são muitos, mas permitem manter a vida, conforme confidenciou a este Bissemanário Chikukuma, natural do Bailundo província da Huambo. Segundo ele, o carregamento depende da distância e por dia fazíamos, perto de 4 a 5000 kwanzas, tirando os lanches, restam sempre trocos que chegam para fazer algumas economias para comprar cigarros e roupas usadas e calçados de fardo e ainda para mandar para a família lá na província de origem, assegurou para depois rematar: "não há mal que dure. O importante é não pararmos. Vamos conseguir, porque estamos a lutar.

Em conversa com estes jovens, chega-se a conclusão de que a política do Estado para a juventude precisam de ser reformuladas, para que haja integração de facto e que aqueles que mais precisam do apoio efectivo tenham acesso a ele. Os micro-créditos, os apoios a pequenas iniciativas familiares, devem ser suficientemente divulgados, para que estes, os principais alvos, tenham conhecimento das condições de acesso, deixando de usar a força para implementar o

Estado de medo nas pessoas menos desfavorecidas.

07.9.2 Duzentos e nove jovens aderem ao projecto Crédito

Jovem

Angop...12-09-07

Uma média de 209 jovens, com idades superiores a 18 anos, remeteram processos junto da Direcção Provincial do Huambo da Juventude e Desportos a fim de se beneficiarem de créditos para constituírem pequenas e médias empresas.

Os jovens, de ambos os sexos, fazem parte de grupos de cinco a dez elementos, num total de 40 associações. De acordo com o sub-coordenador do projecto "Crédito Jovem", Martins Sukete, para aceder ao crédito, os jovens apresentaram planos dos quais constam, principalmente, iniciativas para pequenos negócios como lavagem de viaturas, comércio geral, construção civil, recauchutagem, farmácia, sapataria, carpintaria e avicultura.

Esclareceu que os financiamentos serão atribuídos depois dos jovens concluírem o curso de formação em Gestão, através do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), que servirá para capacitá-los sobre as técnicas relacionadas à matéria e posteriormente para a aquisição do crédito. Martins Sukete explicou ainda que cada requerente, segundo o risco do projecto apresentado, poderá receber entre 500 a 20 mil dólares, reembolsáveis num período de 6 meses a 3 anos.

De acordo com o sub-director do projecto, os créditos serão cedidos por facturação e a taxa de juros está fixada entre 10 a 12 por cento.

Quanto a extensão do programa aos restantes municípios da província, Martins Sukete, referiu que depois dos candidatos do Huambo serão contemplados os requerentes do município do Bailundo, por possuir uma dependência do banco de Poupança e Crédito, parceiro directo no financiamento dos projectos da juventude.

O "Crédito Jovem", inserido no programa Angola-Jovem, tem por finalidade a criação de pequenas e médias empresas, incentivar o auto-emprego juvenil, apoiar iniciativas comerciais e empresarias da juventude para diminuir a delinquência juvenil e ocupar os tempos livres dos beneficiários.

O programa foi lançado em Abril pelo Ministério da Juventude e Desportos, visando melhorar a situação socio-económica dos jovens desfavorecidos e ajudar a combater a pobreza. Esta avaliado em cinco milhões de dólares.

07.9.3 Pirataria instala-se, sobre olhar silencioso das autoridades

Agora...22-09-07

A anarquia na venda de bens e serviços no país é uma realidade que não se pode ocultar. Chegam reclamações de quase todos os quadrantes do país. Em Luanda o fenómeno é muito mais visível devido à fluidez monetária e a proliferação, um pouco por toda a parte de armazéns e casas de prestação de serviços mercantis sobretudo de estrangeiros, onde não se descarta a fuga ao fisco.

Boa parte dos armazéns de comerciantes, na sua maioria oriundos do norte de África instalados na capital e arredores, têm estado a comercializar electrodomésticos de durabilidade muito duvidosa, o que tem deixado muitos consumidores com os cabelos eriçados. Mais grave ainda é que muitos destes bens industriais são vendidos com catálogos em árabe e outras línguas estrangeiras, não havendo também nenhuma garantia para assistência. Um empresário de Luanda, que tem revendido estes produtos na sua loja instalada na avenida dos Combatentes, referiu que se trata de uma autêntica confusão a que o Governo há muito devia por cobro, porque isso está a afectar grandemente a população, já de si pobre. O empresário, Luís Gonzaga Teca, disse que já perdeu cerca de cinco mil dólares nas transacções comerciais, em Julho e Agosto últimos porque a maioria das pessoas a quem revendeu os aparelhos que adquiriu nos armazéns dos libaneses teve de devolvê-los por avaria. O interlocutor assegurou que os equipamentos que tem adquirido nos últimos tempos têm sido muito contestados pelos clientes, facto que no seu entender sugere uma tomada urgente de medidas para se evitar a desorganização que se vem instalando há alguns anos.

"Se calhar, as pessoas não estão a reclamar em massa, por não haver também essa cultura reivindicativa em relação a quem nos serve. De todas as formas, temos de aconselhar a população a estar atenta em face da desorganização que impede uma melhor prestação de serviços ao cidadão", notou o nosso interlocutor. No início, quando começou a saga dos armazéns, segundo as nossas fontes, os produtos ainda não eram da contrafacção mas, pouco a pouco, os homens ávidos do lucro fácil começaram a injectar mercadorias de durabilidade duvidosa.

"Estão a tirar-nos o pouco que temos para bem das suas famílias e dos países de origem. Este é um problema a que o Governo devia pôr cobro na base de mecanismos afins em que se inclui a fiscalização", considerou Luís Teca, acrescentando que nas províncias, onde o seu grupo empresarial se faz representar a desilusão por causa dos produtos pirateados tem sido muito frequente.

"Isto não é só uma vergonha para o empresariado, mas também para o próprio Estado, ficando-se com a ideia de que este não consegue proteger os seus cidadãos",

acrescentou. A desgraça não se apoderou só deste empresário. Henrique Cafundi, que também se dedica à comercialização de electrodomésticos afirmou que o problema alarga-se não só aos aparelhos (geleiras, gravadores e reprodutores de som), mas também a gama de produtos que vêm sendo comercializados, quer sejam bens duradouros como perecíveis. Na óptica deste comerciante, a falta de uma fiscalização actuante é uma das causas desta confusão que se assiste no domínio comercial, "onde mesmo indivíduos não licenciados exercem a actividade", com todos os inconvenientes que dali podem advir.

"Quem tem de vender por exemplo produtos perecíveis devia estar devidamente licenciado e com todos os boletins de sanidade em dia. Não é porém o que se constata, havendo muitos becos sem condições onde indivíduos que não se expressam em português têm os seus negócios bem desenvolvidos", disse o nosso interlocutor, salientando que "se as autoridades aprovaram uma lei para disciplinar tudo isso, seria bom que acelerassem para a sua aplicação".

07.9.4 A zunga e a realidade da cidade vazia

Folha8...22-09-07

Como em todas as metrópoles africanas, a cidade do Huambo regista, desde o fim da guerra, o fenómeno da venda ambulante, ou simplesmente zunga, que tem crescido consideravelmente nas ruas.

O quadro preocupa as autoridades locais, que se desculparam no encerramento do maior mercado da cidade e o dos Himalaias, que estão a ser reabilitados. "Este encerramento está a propiciar o crescimento do comércio ambulante nas ruas", disse ao F8, Carlos Machado da direcção provincial dos serviços comunitários, acrescentando estarem por isso preocupadas as autoridades locais, que estão a estudar a construção de mais espaços para albergar os vendedores ambulantes.

Neste momento, enquanto decorrem os trabalhos de restauro do mercado municipal (mercado da Baixa), encontra-se o dos Himalaias, que pela sua dimensão não tem capacidade para albergar os desalojados da Baixa que encontraram alternativa nas ruas, para comercializar produtos diversos. Entendida como uma actividade de sobrevivência desenvolvida, principalmente por fambas de baixa renda, devido as características de exercício. o comércio ambulante é uma das actividades que mais empregos liberais garante as pessoas desempregadas e sem outras alternativas. "Sabemos que a população precisa de sobreviver, por isso, a grande preocupação do Governo provincial é aumentar a construção de mercados, para mudar a imagem da cidade".

07.9.5 Pirataria instala-se, sobre olhar silencioso das autoridades

Agora...22-09-07

A anarquia na venda de bens e serviços no país é uma realidade que não se pode ocultar. Chegam reclamações de quase todos os quadrantes do país. Em Luanda o fenómeno é muito mais visível devido à fluidez monetária e a proliferação, um pouco por toda a parte de armazéns e casas de prestação de serviços mercantis sobretudo de estrangeiros, onde não se descarta a fuga ao fisco.

Boa parte dos armazéns de comerciantes, na sua maioria oriundos do norte de África instalados na capital e arredores, têm estado a comercializar electrodomésticos de durabilidade muito duvidosa, o que tem deixado muitos consumidores com os cabelos eriçados. Mais grave ainda é que muitos destes bens industriais são vendidos com catálogos em árabe e outras línguas estrangeiras, não havendo também nenhuma garantia para assistência. Um empresário de Luanda, que tem revendido estes produtos na sua loja instalada na avenida dos Combatentes, referiu que se trata de uma autêntica confusão a que o Governo há muito devia por cobro, porque isso está a afectar grandemente a população, já de si pobre. O empresário, Luís Gonzaga Teca, disse que já perdeu cerca de cinco mil dólares nas transacções comerciais, em Julho e Agosto últimos porque a maioria das pessoas a quem revendeu os aparelhos que adquiriu nos armazéns dos libaneses teve de devolvê-los por avaria. O interlocutor assegurou que os equipamentos que tem adquirido nos últimos tempos têm sido muito contestados pelos clientes, facto que no seu entender sugere uma tomada urgente de medidas para se evitar a desorganização que se vem instalando há alguns anos. "Se calhar, as pessoas não estão a reclamar em massa, por não haver também essa cultura reivindicativa em relação a quem nos serve. De todas as formas, temos de aconselhar a população a estar atenta em face da desorganização que impede uma melhor prestação de serviços ao cidadão", notou o nosso interlocutor. No início, quando começou a saga dos armazéns, segundo as nossas fontes, os produtos ainda não eram da contrafacção mas, pouco a pouco, os homens ávidos do lucro fácil começaram a injectar mercadorias de durabilidade duvidosa.

"Estão a tirar-nos o pouco que temos para bem das suas famílias e dos países de origem. Este é um problema a que o Governo devia pôr cobro na base de mecanismos afins em que se incluí a fiscalização", considerou Luís Teka, acrescentando que nas províncias, onde o seu grupo empresarial se faz representar a desilusão por causa dos produtos pirateados tem sido muito frequente.

"Isto não é só uma vergonha para o empresariado, mas também para o próprio Estado, ficando-se com a ideia de que este não consegue proteger os seus cidadãos", acrescentou. A desgraça não se apoderou só deste

empresário. Henrique Cafundi, que também se dedica à comercialização de electrodomésticos afirmou que o problema alarga-se não só aos aparelhos (geleiras, gravadores e reprodutores de som), mas também a gama de produtos que vêm sendo comercializados, quer sejam bens duradouros como perecíveis. Na óptica deste comerciante, a falta de uma fiscalização actuante é uma das causas desta confusão que se assiste no domínio comercial, "onde mesmo indivíduos não licenciados exercem a actividade", com todos os inconvenientes que dali podem advir.

"Quem tem de vender por exemplo produtos perecíveis devia estar devidamente licenciado e com todos os boletins de sanidade em dia. Não é porém o que se constata, havendo muitos becos sem condições onde indivíduos que não se expressam em português têm os seus negócios bem desenvolvidos", disse o nosso interlocutor, salientando que "se as autoridades aprovaram uma lei para disciplinar tudo isso, seria bom que acelerassem para a sua aplicação".

07.9.6 A zunga e a realidade da cidade vazia

Folha8...22-09-07

Como em todas as metrópoles africanas, a cidade do Huambo regista, desde o fim da guerra, o fenómeno da venda ambulante, ou simplesmente zunga, que tem crescido consideravelmente nas ruas.

O quadro preocupa as autoridades locais, que se desculpam no encerramento do maior mercado da cidade e o dos Himalaias, que estão a ser reabilitados. "Este encerramento está a propiciar o crescimento do comércio ambulante nas ruas", disse ao F8, Carlos Machado da direcção provincial dos serviços comunitários, acrescentando estarem por isso preocupadas as autoridades locais, que estão a estudar a construção de mais espaços para albergar os vendedores ambulantes.

Neste momento, enquanto decorrem os trabalhos de restauro do mercado municipal (mercado da Baixa), encontra-se o dos Himalaias, que pela sua dimensão não tem capacidade para albergar os desalojados da Baixa que encontraram alternativa nas ruas, para comercializar produtos diversos. Entendida como uma actividade de sobrevivência desenvolvida, principalmente por fambas de baixa renda, devido as características de exercício. o comércio ambulante é uma das actividades que mais empregos liberais garante as pessoas desempregadas e sem outras alternativas. "Sabemos que a população precisa de sobreviver, por isso, a grande preocupação do Governo provincial é aumentar a construção de mercados, para mudar a imagem da cidade".

07.9.7 Kixicrédito beneficia mais de treze mil cidadãos

Jornal de Angola...26-09-07

Mais de treze mil e 143 cidadãos que exercem comércio informal nas províncias de Luanda e Huambo, respectivamente, beneficiam de crédito desde o princípio do corrente ano, segundo a directora do programa, Verónica José.

A acção é uma iniciativa do Programa, de Meios de Vida Sustentáveis (SLP) Kixicrédito da Organização Não Governamental Development Workshop (DWAngola)

O programa, que conta com uma disponibilidade financeira avaliada em mais de 2 milhões de dólares, concede créditos na ordem dos 100 a 10 mil dólares, sendo que têm como objectivo, assistir financeiramente as pessoas com um baixo rendimento a exercerem actividades geradoras de rendimento de modo a que saiam dos níveis de extrema pobreza. Em Luanda, o referido projecto contempla os municípios de Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kiaxi e Viana, enquanto que, na província do Huambo contempla o município sede, assim como o município de Bailundo.

Verónica José disse que o Kixicrédito funciona como uma instituição financeira não convencional, ajustada às necessidades das pessoas com um estado desfavorável no plano financeiro ou aqueles que desenvolvem actividades comerciais informais e que não tenham acesso a serviços bancários.

Nesta perspectiva, Verónica José acrescentou que o Kixicrédito privilegia essencialmente mulheres, que neste momento representam a ordem dos 64 por cento (8 mil 437) dos beneficiários por serem elas, que em muitos casos assumem o papel de chefes de família, exercendo comércio informal.

"Privilegiamos essencialmente mulheres. São a camada mais vulnerável da nossa sociedade. Elas representam mais da metade das pessoas que se encontram no sector informal, o que nos leva a apoiá-las com uma certa intensidade", disse. A directora do programa referiu, igualmente, que o projecto concede quatro tipos de empréstimos financeiros, a destacar o "Kixissolidário", destinados a grupos formados no máximo por vinte pessoas, "Kixireforçado", para grupos de cinco integrantes, ainda o "Kixinegocio", e "Kixissalário". Este último, é concedido somente a trabalhadores que auferem salário igual ou inferior a 100 dólares.

Além do crédito, explicou a fonte, o SLP providencia também, formação sobre desenvolvimento de negócios, acesso aos serviços bancários e sociais visando capacitar os beneficiários para melhor gestão e rentabilização dos fundos concedidos.

A interlocutora anunciou a extensão do Kixicrédito no

próximo trimestre deste ano, para a província do Bié como resposta das solicitações dos bienes.

"Neste momento estamos a trabalhar nas áreas periurbanas de Luanda e Huambo, onde temos instalados sete agências. Temos intenção de expandir o projecto para outras áreas do país, tendo a província do Bié como próxima beneficiária", garantiu.

O Programa de Meios de Vida Sustentáveis (SLP) foi concebido no âmbito de uma estratégia de Luta Contra a Pobreza Urbana iniciada em 1999 pela ONG Development Workshop em Angola. A organização desenvolve actividades sócio-humanitárias no país há 25 anos.

OUTUBRO 2007

07.10.1 Permanece braço de ferro entre vendedores e administração

Cruseiro do Sul...06-10-07

Persiste o braço de ferro entre a administração do município do Huambo e vendedores do mercado da canata, face ao processo de mudança em curso. Os vendedores dizem não ao projecto da administração municipal, iniciado no ano passado, que visa a mudança do principal mercado informal da província, o famoso São Pedro, para os arredores da Quissala, pela pretensa intenção do governo de alargamento da cidade. As autoridades usam ainda, como o pretexto, a alegada falta de respeito aos defuntos já que o mercado S. Pedro se encontrava a escassos milímetros do muro do cemitério municipal do Huambo. Espera-se, com efeito, que no espaço em que se encontrava fixada a Canata seja erguida uma importante infra-estrutura cuja natureza não se conhece.

Vendedores ouvidos pela reportagem do *Cruseiro do Sul*, na sua maioria jovens, admitem deixar o espaço de onde são retirados desde que o recinto de destino tenha condições mínimas para a prática do comércio, pois entendem que a dita transferência visa satisfazer dirigentes do governo da província.

"Já sabemos que este terreno está a ser cobiçado pelos grandes. Neste caso que nos dêem o mínimo de condições para podermos desenvolver a nossa actividade", solicitou um jovem vendedor. O mesmo que criticou as condições do espaço para o qual estão a ser transferidos. "As chuvas já chegaram no local indicado. Não há bancadas nem tendas", observa e questiona. "Temos de começar tudo de novo quando temos tudo aqui?". E não pára: "Não acham os governantes que nos deviam dar mais um tempo para que cada um de nós pudesse preparar as suas condições já que eles não o fazem?"

O mercado da Canata conta com um número superior a 1500 vendedores dos quais metade se recusa a catar as orientações da administração municipal local. Razão para que o administrador municipal do Huambo, Daniel Gamba, tivesse ameaçado com severas medidas de punição para todos quantos tentem inviabilizar o projecto do governo.

"É sempre assim. No princípio há quem não vê a medida da melhor forma, mas depois acaba por enquadrar-se", considera e continua. "Vamos dar tempo ao tempo." E ameaça: "serão chicoteados aqueles que insistirem em vender naquela zona." Daniel Gamba informou existir toda a preocupação na criação de condições no novo mercado de Santeria. Numa primeira fase, como garantiu, os vendedores serão ajudados na construção de bancadas "para num

futuro breve darmos outros passos", sublinhou.

Para Daniel Gamba, mesmo com o braço de ferro que se regista no processo de transferência, é positiva a empreitada levada a cabo pelo seu sector. "Não podemos contar com a minoria. Se a maioria adoptou a ideia, os demais irão anuir tarde ou cedo", defendeu.

07.10.2 ZUNGA: Um "manual" de sobrevivência

Folha8...13-10-07

A venda ambulante, vulgo "zunga", entre nós cá no urgo, tornou-se como um novo "manual de sobrevivência" que consiste em angariar miseráveis kwanzas para alimentar famílias inteiras que vivem numa extrema mendicidade. São, maioritariamente, mulheres que, logo na aurora, calcorreiam becos e ruela, ruas e avenidas em direcção ao centro da cidade ou, para os principais mercados paralelos em busca do pão-nosso de cada dia. O emprego de sobrevivência

destas mulheres que algum dia alguém as apelidou de "heroínas anónimas" a julgar pelo seu trabalho que acarreta muitos riscos de vida, dentre os quais; assaltos à mão armada, abusos sexuais por meliantes e a fuga desordenada, quando actuadas por fiscais do Governo Provincial de Luanda (GPL) que proíbe este comércio em hasta pública, já ganhou espaço em termos de concorrência desenfreada entre o mercado formal e informal.

Adelaide Wanga, de 43 anos, vendedora de verduras, é uma das muitas mulheres que exercem este trabalho para sustentar uma família constituída por ela, marido e mais cinco filhos, os quais o primeiro tem 23 anos e o último 9, sai, diariamente, de casa às 6 horas com uma bacia à cabeça e uma bolsa ao tiracolo.

Encontrei-a ontem, sexta-feira, na rua 12 da Samba, às 6 horas e 20 minutos à espera do táxi que a levasse para a sua área de jurisdição (baixa da cidade) já que, segundo ela estava atrasadíssima, tal como fez questão de me explicar, onde, habitualmente, comercializa os seus produtos. Por causa do congestionamento, partilhei com ela o mesmo caminho a pé, percorrendo mais de 2 km até à Mutamba.

Durante o percurso consegui perceber as razões que a levaram a optar por esta "profissão," abandonando a de professora que exerceu durante 11 anos na sua terra natal.

Segundo ela, quando se despoletou a crise pós-eleitoral, ficou durante dois anos sob cativo na cidade de Ndalatando, capital do Kuanza-Norte, quando as forças da UNITA haviam tomado de assalto à cidade. E em 1994, quando escapou das masmorras veio a Luanda e sem recursos para começar uma nova vida e viu-se obrigada a fazer venda ambulante. "Salvei-me de cativo em Abril de 1994., quando cheguei a Luanda,

nada tinha para comer e para vestir, porque os meus familiares não possuíam condições favoráveis para proporcionar, principalmente, em termos de alimentação" explica, tendo depois revelado que "foi um parente de seu esposo que lhe havia dado algum dinheiro pelo qual começou o negócio.

As outras peripécias, que as vendedoras ambulantes enfrentam, em geral, são agressões de pequena monta por parte de jovens delinquentes espalhados por esta Luanda que tentam retirar o pouco que estas senhoras, algumas com crianças às costas, arrecadam durante o dia.

Homens ingrossam legião

À semelhança das mulheres, nesta legião de vendedores estão também homens, cujas idades variam entre 12 e 40 anos que vão desfilando por toda Luanda em busca do pão. Suportam as mesmíssimas dificuldades em relação às mulheres no seu dia-a-dia. A maioria destes homens que deambula com vários artigos nas mãos, uns à cabeça, outros, ou seja, cada um a seu jeito é desmobilizada dos extintos exércitos (FAPLA E FALA) que se digladiaram durante os 27 anos da guerra fratricida.

Do grosso que passou à disponibilidade militar não tem formação profissional, razão pela qual foi forçada a optar por este modelo de vida na tentativa de vencer as muitas agruras que a mesma impõe. Há quem, devido ao tempo, está dedicado a este negócio já tirou algo valioso para a sua vida. É o caso de Miguel Malambo, um jovem de 34 anos de idade, que vende rádios e gravadores há 11 anos e que, ao longo deste tempo todo, facturou algum dinheiro que já lhe possibilitou a construção de uma casa na área do complexo habitacional da ECOCAMPO, em Cacuaco. Segundo ele, ao longo destes dolorosos e sinuosos anos suportou adversidades com os fiscais, polícias e meliantes, mas ainda assim não deixou os créditos em mãos alheias e pôs-se à luta para alcançar os seus intentos e fê-lo, de facto. Já tem uma residência e segundo garantiu que a outra empreitada que lhe está a tirar o sono é conseguir uma viatura e, como sonhar não é proibido mais dias ou menos, o seu objectivo háde ser alcançado.

07.10.3 Lavadores de viaturas concorrem com estações de serviço

Jornal de Angola...19-10-07

Em muitos bairros da capital a lavagem de automóveis é o ganha pão de muitos jovens.

O negócio é feito em sítios improvisados e chega a ser bastante disputado entre eles. No bairro militar, junto ao prédio da Angola Telecom, por exemplo, mais de uma dezena de jovens tem naquele recinto a sua fonte de rendimento, como é o caso de Felizardo Jamba. Sentado no muro, espera ansiosamente pela chegada de

clientes. O jovem cobra 400 kwanzas pela lavagem de um turismo e 600 kwanzas um, todo-o-terreno. Por média, Felizardo lava três a quatro viaturas dia. O seu volume de negócios ronda os 36 mil kwanzas/mês. Felizardo Jamba vive deste negócio há cinco anos. Apesar da grande disputa entre si, o jovem diz que o negócio é rentável e dá para sustentar a família e ainda fazer alguma poupança. Mas já houve tempo em que os rendimentos eram maiores. "Chegava a lavar seis a sete viaturas e a facturar acima dos três mil kwanzas por dia. Muita gente tem estado a organizar minimamente a vida através deste negócio. O importante é ter juízo", explica.

Por seu lado, André Jamba lava igualmente três a quatro viaturas por dia. O jovem diz que o negócio deixou de ser rentável como nos outros tempos pelo facto de surgirem na cidade várias estações de serviços. "Muitos clientes agora preferem ir a uma estação de serviço, porque é mais rápido", lamenta. Ainda assim, são vários os clientes que mantêm fidelidade ao seu trabalho. O dinheiro que consegue dá para sustentar a si e os seus irmãos. Lavador de carros há 3 anos, o jovem não pretende ficar nesta vida por muito tempo, apesar dos cerca de 1.200 kwanzas que ganha diariamente. A atitude dos fiscais deixa agastado André. "Reconhecemos que lavamos os carros na rua, mas não temos outro lugar" desabafa, lamentado a atitude dos agentes da Fiscalização que proíbem lavagens em locais públicos. Oriundo de Benguela, André pretende regressar a fim de prosseguir os seus estudos e conseguir um trabalho que "digno".

07.11.1 Venda ambulante está longe de ser vencida

Capital...10-11-07

Parece estar longe a ideia de o Governo Provincial de Luanda (GPL) acabar ou reduzir significativamente o número de vendedores ambulantes. Já no tempo dos governadores Justino Fernandes, Aníbal Rocha e Simão Paulo, foram notáveis esforços para se atingir tal meta. Criaram-se, então, feiras e mercados específicos, como o das peixeiras, das frutas, de roupa, entre outros, de modo a que os ambulantes estivessem concentradas num único local, indicado pelo GPL. Mais recentemente, houve ainda a ideia do executivo de Capapinha da criação de feiras semanais, algo que também tem redundado em fracasso.

Só que, apesar dos esforços, das estratégias, dos vários pacotes de ensaio para se sair desse marasmo, a verdade é li que esse objectivo continua a ser uma miragem. Desde 1992, altura em que se intensificou o fenómeno da venda ambulante notou-se um crescimento de pessoas que optaram por vender nas ruas.

Esta imagem, antes só vista, principalmente, nos países do Ocidente de Africa, aumentou nas últimas semanas com o encerramento provisório, que hoje termina, do mercado dos Congolenses e do São Paulo. Para a reinauguração, a Direcção de feiras e Mercados do GPL encerrou, há dois meses, os mercados acima referidos, mandando, centenas de vendedores para as ruas.

07.11.2 Missão quase «impossível»

Capital...24-11-07

Não há dúvidas de que o principal pomo de desordem na capital do país é a venda ambulante, que cada vez mais ganha contornos graves. Em tudo quanto é cato há aglomerados de mulheres com bacias e produtos expostos, retirando da cidade o seu real aspecto urbano.

Estudiosos sociais já vão admitindo que grande parte dos vendedores de rua provém de fora de Luanda, sobretudo, das províncias do centro-sul. E como se não bastasse, já há por aí chineses também a zungar. O problema é antigo e em muitos sectores diz-se que atingiu o nível em que está ante a permissividade das autoridades, mormente da própria direcção de Fiscalização que estatutariamente deve velar pela boa cidadania.

Desta que se espera seja de vez, o GPL promete pôr fim à venda em lugares impróprios, assegurando que, por isso se estão a inaugurar novos mercados. Só que,

estes mercados ficam vazios porque a população foge ao fisco, preferindo ir atrás do cliente. «E vir atrás do cliente significa ficar na estrada, depois o cliente passa com o carro; e um cliente desavisado pára, compra, interrompe os outros, porque esta lá alguém a vender atestou Capapinha, para quem tudo isso tem crescido porque «Luanda, hoje, transformou-se num centro mais fácil de negócio».

«Vender um plástico com água dá dinheiro; vender uma laranja, uma banana, serve; vender livros, e até filmes pornográficos, também serve. Há que ensinar a população que viver numa capital como a nossa tem preço e tem regras», que na óptica do GPL passam pelo regresso dos vendedores de rua aos seus bairros e façam lá os seus negócios. «Não consigo entender como é que uma pessoa que vive no Kazenga tem que vir vender banana no centro da cidade, quando lá há mercado e há poder de compra. Saem do Golfo para vender na baixa da cidade. Uns acordam às sete da manhã, ficam até às 22h00 na Baixa sem fazer nada . Têm necessidade de urinar, «encostam-se num canto qualquer e fazem o que querem».

Trata-se pois de uma tarefa, à partida difícil, se se tirar como exemplo a balbúrdia em que se transformaram zonas como o São Paulo e Congolenses onde todos os dias se assiste a correrias entre agentes da Ordem e comerciantes, sem qualquer resultado plausível quanto ao estabelecimento efectivo da ordem. Mas como diz o GPL Capapinha que já não há tempo para cunha, a sociedade espera com ansiedade.

«O tempo da cunha acabou.

Não há mais cunha para ninguém. Trabalhamos, crescemos, estamos chamados a governar, lutamos para ter um país independente, e a independência tem regras, e os bons sinais de governação têm métodos. A boa governação de que se fala noutros cantos do país passa pelo comportamento singular do cidadão. E nós aqui estamos numa desordem total, sob a desculpa da guerra. O fugir da guerra não significa viver na anarquia», enfatizou.

DEZEMBRO 2007

07.12.1 Problema na transferência do mercado da "feira"

Angolense...08-12-07

Novo local, segundo apuramos, não dispõe de condições de saneamento e de outras necessidades básicas.

A decisão, de acordo com os vendedores, vai criar muitos transtornos na vida das populações, em particular dos comerciantes em face da falta de condições.

A medida já mereceu também a repulsa de alguns partidos da oposição representados nessa província, que consideraram a mesma como sendo injusta uma vez que o novo local não reúne as mínimas condições. Amaro Bokeló, Secretário Provincial da UNITA no Kwanza -Sul, condenou a transferência do mesmo porque no seu entender, antes de tudo o Governo local deveria construir um outro mercado com todas as condições.

A decisão, na óptica do político, mancha a governação do executivo de Serafim do Prado.

O político receia ainda que a mudança do mercado para uma zona periférica venha a estimular o crime e consequentemente a falta de segurança para os vendedores e compradores. "Não seria nenhum crime o Governo construir um novo mercado, porque metade dos vendedores está revoltado", notou. Os vendedores têm pouco tempo para se transferirem para o novo local que apesar de tudo, também não oferece as melhores condições higiénicas para o exercício da actividade, um assunto que tem preocupado os serviços comunitários. "Foi sempre nossa intenção mudar o mercado para uma outra zona, o local onde se encontra não oferece condições higiénicas qual). Da chove se transforma numa pocilga", disse a administradora Fernanda Cabral.

Durante o anúncio que ocorreu recentemente a mesma exortou aos vendedores a não mostrarem resistência aquando da sua transferência para o novo local e afastarem o sentimento de revolta.

Segundo ela, o novo mercado é maior e irá albergar todos os vendedores, para além de se situar no alto, o que evitará que o mesmo seja inundado pelas águas das chuvas. No entanto, alguns vendedores que falaram à nossa reportagem discordaram das posições defendidas pela administradora, porque o mercado não oferece nada de novo, as condições continuam péssimas, comparadas ao antigo.

Essa é a opinião de António Bento que há mais de 13 anos vende naquele mercado. Para além da falta de

condições, o vendedor receia que o novo mercado não absorva toda a gente. "Esse tipo de processo não tem sido transparente, os que nunca tiveram lugar muitas vezes têm sido a prioridade em detrimento dos mais antigos, este é o meu receio", desabafou.

Para ele, o novo local é semelhante ao antigo, porque quando chove também se transforma em pântano. "Como é que as pessoas vão vender por cima das águas", interrogou-se.

Na sua óptica, o que está a ocorrer é uma violação contra os direitos humanos.

Maria Kambala, outra vendedora daquele mercado aplaudiu a decisão sobre a transferência do mercado, mas discorda do local.

Para ela, o ideal seria transferir o mesmo para o centro da cidade para facilitar a vida da população e em particular dos vendedores. "Será que não se viu um outro lugar, quem é que vai vender naquele mato"?, interrogou-se a fonte.

Entretanto, as opiniões em relação à mudança do mercado dividem-se. Enquanto uns apoiam, outros estão contra e prometem manifestar-se para protestar a medida

07.12.2 Policia mata vendedora ambulante

Agora...08-12-07

Uma vendeira de 26 anos, que em vida se chamou Isabel, foi morta à queima-roupa por um agente da Polícia ao princípio da noite desta terça-feira, 4, na Rua Henriques Gago da Graça, junto ao mercado informal das Pedrinhas, próximo ao mercado dos Congolezes. O agente que disparou contra a vendedora, estava em serviço no quadro da operação designada como "Tango 007", que visa desmantelar os mercados informais montados em locais inadequados e melhorar a circulação rodoviária na capital.

Apesar das constantes formações sobre métodos de actuação e respeito aos direitos humanos de que os agentes da ordem pública têm beneficiado, à luz da nova metodologia de trabalho que o Ministério do Interior está a implementar e cujo principal objectivo é aproximar a polícia do cidadão, é visível a forma "desumana" como os seus efectivos actuam.

As vendedoras que presenciaram o triste incidente, dizem que já era previsível que um dia isso podia acontecer, porque os polícias maltratam-lhes batendo com porretes, tudo isso quando não cobram alguns valores monetários, vulgo saldo, para permitir que vendam naquele local sob a sua protecção.

"Mesmo a galinha, o seu dono tem plano de a matar. Aqui é onde ele tirou a pistola, a senhora deixou cair o dinheiro, o polícia primeiro apanhou o dinheiro, guardou e depois tirou a pistola e matou a senhora.

Praticamente é um roubo, se formos a analisar", explicou uma vendedora que acompanhou o acto, mas que por uma questão de segurança, pois ela vende naquele local e os polícias continuarão a actuar, solicitou à nossa reportagem para não revelarmos o seu nome.

Acrescentou "Ele apareceu aqui, encostou a aproximadamente dez metros da vítima e nós dissemos: Você matou a senhora! Ele disse: Não, é do susto do disparo, e ao mover o corpo deu uma bofetada na irmã da senhora que estava a chorar". Antes do agente, com a patente de sargento, efectuar o disparo ao ar para afugentar as vendedoras e os clientes que se encontravam no mercado, a população revoltouse contra eles por causa dos maus-tratos que estavam a sofrer e começaram a atirar pedras e garrafas. Durante os escassos momentos em que as vendedoras insurgiram-se contra a ordem de retirada, por volta das 18 e 30 minutos, feriram um dos agentes na face e, na tentativa de as dispersar, um outro elemento fez o disparo que resultou na morte da cidadã. "Ele saiu daqui normalmente, ninguém lhe fez nada e ficamos pacificamente só a olhar para ele, a ver o que é que ele haveria de fazer", rematou a fonte que vimos citando.

O porta-voz do Comando Provincial da Polícia, intendente Divaldo Martins, disse que a corporação assume a responsabilidade e pede desculpas, aos cidadãos, pelo incidente onde um elemento da corporação matou uma vendedora com um disparo de arma de fogo.

O intendente explicou que pelo facto do agente se encontrar, no momento do acto, em serviço, a Corporação assume a responsabilidade do sucedido. O autor dos disparos, cujo nome não foi revelado, de acordo com Divaldo Martins, está detido e a prestar declarações na Direcção Provincial de Investigação Criminal (DIPIC), tendo sido aberto um processo com o número 001/07, que será submetido ao Ministério público para julgamento.

Segundo o porta-voz, o arguido terá a possibilidade de constituir um advogado de defesa, já que poderá ser acusado de ter cometido um crime de homicídio voluntário ou involuntário.

"Em função da gravidade da infracção, está igualmente em curso um processo que poderá resultar na expulsão do infractor, pelo que o comando provincial está já a tomar medidas para o rigoroso cumprimento das regras básicas de actuação policial, no sentido de acabar com este tipo de atitudes", sublinhou.

No entanto, Divaldo Martins pediu a colaboração da população em acatar as orientações das autoridades policiais, bem como a denunciar os eventuais casos de excesso por parte dos agentes em serviço, acrescentando que a operação "Tango" vai continuar com o reforço das medidas de fiscalização por parte da

Polícia Nacional.

O mercado das Pedrinhas é muito frequentado há anos pelas vendedoras que adquirem os produtos perecíveis à porta dos armazéns que se encontram nas proximidades e comercializam ali mesmo, mas com o início da operação que visa descongestionar os habituais lugares de aglomerações de pessoas na via pública, as coisas mudaram.

Neste momento, ainda está por reabrir o Mercado dos Congolenses, espaço legal de vendas situado nos arredores ao local onde se encontra montado o mercado provisório, entretanto, já desfeito, sem que às pessoas tivesse sido indicado um outro espaço para exercer a sua actividade comercial.

07.12.3 Exige-se participação da sociedade

Capital.15-12-07

O mais berrante é que os vendedores ambulantes e mercados anárquicos têm sempre clientes. Aliás, mesmo com a operação Tango2007 e as novas medidas da Fiscalização em vigor, em pleno casco urbano da cidade, repartido principalmente entre Ingombota e Maianga, por exemplo, na rua dos Combatentes, entre a Pensão Invicta e o supermercado Ulika; rua Eugénio de Castro na zona que vai desde as Jembas, passa pelo Cine Atlântico, envolvendo o Macarenco e a empresa César e Filhos; na Oh Chi Min, bem como na rua Rei Katyavala para só citar estes pontos, ainda se assiste a cenários de muita gente a vender artigos na rua.

Os potenciais clientes desses vendedores são, em muitos casos, pessoas com algum nível social que lhes permitiria fazer um julgamento correcto das suas próprias acções em relação às preocupações da governação quanto ao bem comum, a julgar, não só pelos bens que compram, mas também pelos carros em que se fazem transportar. São situações reveladoras de que afinal, o problema da reposição da ordem na via pública, seja de que forma for, tem outros contornos que passam pelo envolvimento no processo de mais sectores sociais, não exclusivamente governamentais. As afirmações do porta-voz do Comando Provincial de Luanda da PN, Divaldo Martins, foram bem claras nesse sentido, quando dizia que a polícia estava a fazer o seu trabalho, mas se tratava, segundo ele, de uma empreitada que deve contar com mais instituições para a sua complementaridade.

As igrejas, servindo-se do seu poder aglutinador e persuasor, podem neste aspecto, desempenhar um papel vital na transmissão de mensagens de civismo. «As pregações já não se devem cingir apenas ao evangelho», como considerou um clérigo, para quem, mesmo as formações políticas, através das suas instituições de massas, também podem se envolver nisso.

«Não incitando a violência como, por exemplo, se incentivar o povo a se rebelar contra as autoridades. Mas sim, ensinar a mulher vendedeira, os jovens, que não se pode vender ou comprar em qualquer lugar, não se pode estacionar o carro à toa».

As assembleias e comissões de moradores e os sobas, na qualidade de parceiros do GPL, ainda estão adormecidas. Comissões de moradores, por exemplo que permitem que vendedeiras ambulantes se implantem debaixo dos edifícios com bacias de mercadoria diversa, transformando os passeios em pracinhas, também têm a sua quota-parte.

O argumento de se vender na rua a pretexto de se estar na condição de deslocado, de acordo com observadores e analistas sócias, já não faz tanto sentido, a partir do momento em que se verifica que muitos dos jovens e mulheres «zungueiros» provêm de fora da capital do país. Alguns, como podemos verificar, passam largos meses a fazer negócios em Luanda e, nesta altura do ano, regressam às suas terras para levarem os rendimentos.

07.12.4 Erros de planificação

Capital...15-12-07

ALGUNS erros do Governo são decorrentes daquilo que se descreve como «má planificação dos programas de execução». Um dos exemplos é o começo do desmantelamento dos pequenos mercados informais, ainda que ilegais, sem se inaugurarem os mercados oficiais. Outrossim, são as várias obras em curso na cidade de Luanda. Depois de anunciados os ambiciosos projectos, eis que se transformaram num agravo da já caótica situação das estradas.

Supõem-se que a elaboração dos planos de construção ou reparação de estradas tenha obedecido a cálculos no tempo e no espaço por formas a evitar que o arranque das obras não colidisse com a época chuvosa. O mais certo é que as obras arrancaram e as chuvas não se fizeram esperar.

Estas situações ilustram alguma ligeireza no investimento do saber dos «pensólogos» do Estado na hora da planificação e elaboração de planos de execução prolongada. Neste aspecto o Governo é criticado pela sociedade pois, as consequências da má planificação estão bem patentes no desastre que se vive nas ruas da capital, com repercussões na circulação rodoviária.

Muitos sectores destacam, por exemplo, o facto de as inúmeras obras terem sido iniciadas num período relativamente curto entre a época chuvosa e a do cacimbo. «o mais correcto seria não começar". Portanto, em face de situações como esta, a que se pode juntar a falta de iluminação em muitas estradas de alto movimento, todos os esforços de imposição da

ordem nas estradas, como a operação Tango 2002, embora bem vindas, sofrem sempre algum ricochete..

07.12.5 «É melhor só fazer coragem»

Capital...15-12-07

Por quê insistem em vender na rua? Dependemos desta praça, se ela se acabar não vamos ter como sustentar as nossas famílias. Não temos emprego. No meu caso particular, sou viúva e não tenho marido, eu sou o pai e a mãe, dependo da praça para o sustento dos meus filhos. Já que não querem nos ver a vender aqui, então procurem um sítio onde possamos vender.

Qual a sua opinião sobre a acção da Polícia?
Não é boa. Não nos deixam vender á vontade, não conseguimos levar dinheiro suficiente para casa. Nos batem, maltratam e não respeitam ninguém.

Tem valido vender, mesmo ante tanta correria?
Estamos a passar mal. Eu, por exemplo, tenho dificuldades em correr, sou obrigada a ficar em casa. Todo dinheiro do negocio está a acabar por causa do tempo que estou sem vender. Ontem foi a morte da nossa colega, gora estamos todas com medo. Iria para um mercado mais distante, porem mais espaçoso!

Até posso ir, mas naqueles dias em que não vendemos nada, ou então, só conseguimos 500 kwanzas, a pessoa apanha ainda táxi ou faz como para chegar em casa e dar aos filhos para comerem! E nisso que se deve pensar.

Então vai continuar a vender aqui!
Tenho de continuar. Este meu filho, por exemplo, agora está. a chorar de fome, não posso ficar em casa a olhar para os meus filhos com fome. Se é de mim que eles esperam então tenho que fazer alguma coisa e quando chegar o meu dia já não vou poder fazer nada. Não tem medo, depois da morte da sua colega!
Tenho. Mas não tenho ninguém que pode me ajudar. Tenho medo que me aconteça o mesmo, mas não tenho outra saída. É só fazer coragem.

07.12.6 Levantar a Irá da Policia

Capital...15-12-07

É comum a sociedade unir-se sempre que a questão for uma posição endurecida das autoridades, mas raras vezes a mesma sociedade procede da mesma forma quando o que se procura são formas conjugadas para se debelar um mal, no caso, a desordem nas ruas de Luanda, quer em termos de mercados anárquicos como em termos do desregramento na condução automóvel. Trata-se de duas situações que melindram qualquer cidadão interessado em se sentir orgulhado pela imagem do seu país, não obstante as responsabilidades incontornáveis do próprio Estado nisso.

O mais grave é que se deixou crescer tanto o «cancro» social que até os cidadãos «zungueiros» perderam a noção do respeito que deviam às autoridades policiais. É comum, sobretudo nestes dias em que há medidas de austeridade em curso, verem-se mulheres e jovens em frontal desálio à polícia nas ruas.

A situação atingiu tanto o impossível, que grupos de mulheres zungueiras, com seus pertences à cabeça, saltam para o lado da rua oposto àquele onde está um agente e diz «me dá tiro. Me mata», como se com ele estivesse a brincar às escondidas. Parece que alguma coisa tem que ser feita, quanto antes.

07.12.7 Viver quixiquilando em Luanda

Angolense...15-12-07

O custo de vida em Luanda, a cidade mais cara do mundo, levou os cidadãos à aprendizagem de experiências únicas. Uma delas, é a forma de poupança popular (quixiquila), um jogo hoje de domínio público em todo país, presente em todos os ramos de actividade, incluindo altas esferas da sociedade. Entendidos sobre a língua nacional Kimbundo, traduzem restritivamente o termo quixiquila como querendo dizer "dar para depois receber".

É uma forma de enfrentar desafios, dependendo o seu sucesso da qualidade axiológica e ética do grupo. E, neste domínio, sobressai a gritante degradação dos valores morais, não exigisse a quixiquila uma sociedade moralizada. Por isso, actualmente, pratica-se mais entre grupos que frequentam a mesma religião e sede religiosa, serviço e grupo familiar.

"Os depósitos são geralmente feitos sob responsabilidade de pessoa considerada idónea no seio de um determinado grupo, desempenhando o papel de mãe ou pai de cada rodada.

Os designados por pai ou mãe, são responsáveis pelas recolhidas e reembolsos aos integrantes do grupo, cabendo-lhes também a responsabilidade de cobranças coercivas, quando a isso forem obrigados.

Não fosse a desonestidade de alguns, a modalidade teria alcançado outras latitudes, agrupando círculos de amizade mais vastos e diversificados, uma alternativa e um produto substituto ao crédito bancário e sem juros. No meio luandense, abundam relatos de pessoas que foram bem sucedidas e continuam a jogar e outras que desistiram por terem feito parte de grupos com membros que não honraram os seus compromissos, depois de receber o prémio dos parceiros.

Quifunde Luzia José Quiteque já jogou várias vezes, nos serviços, no bairro e em círculos de suas amizades. "Joguei tantas vezes na quixiquila, algumas vezes recebi mas, nas outras, quando chegava a minha vez, alguns

colegas alegavam indisponibilidade do respectivo montante. A primeira vez perdi 300 dólares e na segunda, na super quixiquila, era por depósitos bancários no BFA e, por fim, fiquei sem receber 500 dólares.

Agora, decidi não jogar mais e só joguei se for a primeira a receber", porque considero-me honesta" - relatou assim a sua experiência ao nosso jornal.

O jogo rola também nos meios afortunados, pois, quando maior for a contribuição pessoal maior é o saldo a receber na respectiva vez. Contudo, é nas camadas mais carenciadas onde tais reservas se impõem pela imperiosa necessidade de sobrevivência. Nas ruas de Luanda, zungueiras e zungueiros movem-se à força desta forma peculiar de poupar. Fazem quixiquila até de cem kuanzas, em grupos numerosos e solidários. A necessidade obriga a que as contribuições e atribuições sejam diárias, porque a maioria a vive em extrema pobreza.

Quinta-feira, 29 de Novembro de 2007, Ângela Maria, há poucos anos a morar em Luanda, vinda do Lobito, era uma pessoa feliz. Qual o motivo? Era seu dia de receber numa partida de 35 zungueiras. A contribuição foi 1000 kuanzas, e assim, esperava ansiosamente levar para casa 35 mil kuanzas, cerca de 500 dólares.

"Jogo sempre, na nossa mesma igreja e ninguém falta aos compromissos. Tem sido uma grande ajuda, já que não temos possibilidades nos bancos. Já comprei uma arca e um terreno na zona do paraíso (Kikolo). Agora, como estou no "aluguer", penso em construir a casa no terreno que comprei"- contou momentos antes de receber o montante.

Se abastados e trabalhadores médios também jogam para melhorar as suas condições sociais cada vez mais, na lógica do critério de racionalidade humana "quanto mais melhor", a verdade que sobra ao observador desta Luanda, cidade mais cara do mundo, é a seguinte: há um ser superior que ensinou esta gente a sobreviver e a quixiquila faz parte do quotidiano dos luandenses pobres até à última exaustão.

A comunhão envolve essencialmente mulheres de baixa renda e com encargos familiares elevados.

Margarida Cuiale vende ovos nos arredores do mercado de São Paulo. "É graças à quixiquila que consigo estar aqui. Somos dez e a nossa quixiquila é de dez mil e quando chega a minha vez faço compras para a revenda e compro comida para os meus 8 filhos" "Nos outros dias vamos apertando o cinto, esperando a vez para receber os cem mil kuanzas, que também não chegam pela quantidade da família a criar. Mas mesmo assim graças a Deus já tenho casa própria e vou melhorar as condições de vida".

Margarida é pentecostal e pratica as suas poupanças com grupos da mesma "religião, pelos quais nutre a

máxima confiança.

Por seu lado, Ana Maria Caiumbo, empreendedora, é empresária emergente no ramo de pastelaria. Joga a quixiquila há vários anos e, presentemente, sempre que pode participa das rodadas com os seus funcionários. "Foi com isso que comprei a minha primeira arca e comecei a fazer viagens, logo que sai do Centro de Imprensa Aníbal de Melo". Nunca tive problemas e aqui na pastelaria Sandeleji, se houver um problema no pagamento de um membro, no fim do mês resolvemos o assunto e se alguém morrer, o responsável vai à família para reembolsar" – contou-nos.

A quixiquila, apesar destes constrangimentos, tem melhorado a capacidade económica de muita gente, principalmente em Luanda.

Uma ronda relâmpago às praças e outros lugares onde esta gente procura meios de sobrevivência, permite concluir que se vive quixiquilando

ANO 2008

JANEIRO 2008

08.1.1 Três mil cidadão da zona rural recebem micro-crédito

Cruzeiro do Sul...05-01-08

Três mil e 730 cidadãos residentes na zona rural de alguns municípios da província do Huambo estão a beneficiar de micro-crédito, desde o princípio deste ano preste a terminar, da organização não governamental "DW".

No quadro do programa de micro finanças a referida organização não governamental, disponibilizou três milhões 387 mil dólares norte-americanos, durante este ano, disse o seu administrador, Joaquim de Oliveira.

O montante disponibilizado, de acordo com aquele responsável, foi investido no cultivo de campos agrícolas, na criação de pequenas indústrias como a serralharia, sapataria, alfaiataria e panificações na venda de produtos alimentares e vestuários.

Joaquim de Oliveira, sem revelar a taxa de reembolso por parte dos clientes, frisou que o programa está a ser implementado nos municípios do Huambo, Cáala, Bailundo, Tchicala-Tchologanga e Kachiungo, este dois últimos beneficiam através do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração dos ex-militares da Unita.

Este programa de micro-finanças, visa apoiar os esforços do governo angolano no combate a fome e a pobreza nas zonas rurais, bem como propicia o desenvolvimento das comunidades.

08.1.2 Cidadãos de origem asiática "Zungam" em Luanda

Jornal de Angola...07-01-08

Vários cidadãos de origem asiática têm sido vistos a vender diferentes, produtos deambulando por Luanda. A presença destes cidadãos é mais notória nas áreas do Aeroporto, São Paulo, Cuca, Hoji-ya-Henda, Petrangol, Calemba, Congolese e periferia do Mercado Asa Branca.

Numa breve incursão por algumas destas áreas, uma equipa de reportagem do Jornal de Angola constatou que, de facto, asiáticos "zungam" em Luanda.

Segundo Maria Simão, vendedora ambulante do Mercado "Arreio Arreio", da zona do São Paulo, é admirável que cidadãos de origem asiática, com predominância para os de nacionalidade chinesa, comercializem produtos na zunga.

Ela interrogou-se como é possíveis pessoas que entraram em Angola, como fotógrafos, comerciantes hoje aparecerem a zungar.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola constatou o mesmo no centro comercial do Hoji-ya-Henda. Aí estes cidadãos vendiam artigos como roupas, calçados, electrodomésticos, assim como árvores e efeitos de Natal.

Por dificuldade de comunicação não foi possível o Jornal de Angola ouvir tais vendedores, pois não se expressam em português nem tão pouco em inglês ou francês.

Já na zona do Aeroporto, a presença desses ambulantes é mais discreta. A área é dominada por vendedores angolanos, congolese democratas, senegaleses, nigerianos, malianos, e outros.

08.1.3 ONG promove encontro com vendedores do Roque

Jornal de Angola...19-01-08

A Associação de Educação Cívica de Angola! AECA realiza na próxima quinta-feira, 24, um encontro com as vendedoras e vendedores do Mercado do "Roque Santeiro", em Luanda.

De acordo com Valdir de Jesus Presidente da referida Associação que falava à "Rádio Luanda", o encontro tem como objectivo falar sobre a importância do voto à nível de todos os mercados da capital.

Valdir de Jesus fez saber, por outro lado, que estes encontros se realizam no âmbito do projecto "Encontro Comunitário" e sobre a "Importância do voto".

A associação de Educação Cívica de Angola esteve engajada no processo de registo eleitoral e tem como objectivo o resgate dos valores morais e cívicos da cidadania. Durante o período de registo muitas Ong desenvolveram campanhas de educação cívica eleitoral em escolas, hospitais e mercados, divulgando mensagens sobre a importância do exercício do dever de se registar e o direito devotar.

O código de conduta eleitoral inclui as Ong que operam na área de educação cívica eleitoral, como agentes eleitorais.

08.1.4 Camponeses em Malanje recebem micro-creditos

Jornal de Angola...16-01-08

Sessenta mil dólares norte americanos foram

disponibilizados pelo Banco Sol, durante o ano de 2007, em micro-créditos concedidos a 41 associações de camponeses, no âmbito de um protocolo assinado com a instituição bancária e a Unaca - Confederação das Associações Camponesas e Cooperativas Agro-pecuárias.

De acordo com o director provincial da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (ADRA) em Malanje, Rui Miguel Roque, o projecto de concessão de micro-crédito vai prosseguir este ano, visando beneficiar às 241 associações de camponeses que a Adra controla nos municípios de Calandula, Quela, Kiwaba-Nzonje, Caculama e Cacusó.

O responsável acrescentou que os prazos do reembolso varia de um a dois anos, consoante os objectivos para os quais são cedidos os créditos.

Rui Miguel Roque frisou que a Adra em Malanje trabalha no quadro de um plano estratégico, de cinco anos, que visa a segurança alimentar, tendo como uma das componentes a criação de sustentabilidade alimentar nas comunidades.

Fez saber que o micro-crédito é um incentivo à criação de fundos comunitários auto-geridos, quer a partir de financiamentos externos como através de poupanças locais, com o fim de apoiar as comunidades rurais na intermediação e acesso aos fundos oficiais de crédito. Enquanto isso, a Associação Nacional de Deficientes de Angola (ANDA) prevê inserir e encaminhar 55 portadores de deficiência aos centros de formação profissional e reabilitação física, bem como a criação de postos de trabalho em cooperativas agropecuária.

Segundo o secretário provincial em exercício da Anda em Malanje, Joaquim André Kanzila, a acção enquadra-se no projecto da instituição "Vem Comigo", que visa facilitar a inserção dos seus filiados no mercado de emprego e reduzir a pobreza no seio desta camada.

Esforços estão a ser desenvolvidos no sentido de sensibilizar e mobilizar os deficientes físicos a aderirem ao projecto, tendo em conta o seu objecto social. O projecto "Vem Comigo" está a ser implementado na sua terceira fase e já beneficiou os deficientes das províncias do Uíje, Kwanza-Norte Sul e Bié. A Anda funciona em Malanje desde 2006.

08.1.5 Escamação de peixe é lucrativa nas zonas costeiras de Luanda

Jornal de Angola...18-01-08

AS 6 horas da manhã começam a chegar as pequenas, embarcações carregadas de peixe, capturado à madrugada, ao fazerem-se à beira-mar, são imediatamente rodeadas por várias pessoas, entre peixeiras que, posteriormente, revendem o pescado e

por outras que optam em comprar o peixe nas mãos dos pescadores.

Além dos compradores que necessitam do pescado para consumo doméstico, invadem os locais de atracagem crianças e jovens. E qual é a sua missão? Escamar o peixe.

Uma outra forma encontrada para fazer negócio, obter lucros e fazer face à vida.

Ao adquirir-se o peixe, surge sempre, alguém a propor o serviço. E sempre nestes termos: "Vamos já escamar". Fazendo-se parece ser sempre melhor, aliás a maioria dos adquirentes prefere levar já o peixe arranjado e assegurar a conservação antes de chegar a casa, quer para o consumo imediato, quer para o mediato.

O pescado escamado e sem as guelras, na opinião de consumidores, tem vantagem porque deixa de existir a preocupação de levar o lixo para distante a julgar pelo cheiro nauseabundo que os restos de peixe provocam se deixado muitas horas sem os deitar. Escamado à beira-mar, o peixe é lavado com água salgada e os restos resultantes do preparo são empurrados pelas vagas que visitam a orla, arrastando para longe o lixo do peixe que serve ainda assim de alimento para outro peixes.

E assim na praia Amélia, na Corimba, Mabunda, Ilha do Cabo, Cacucó e Benfica. Diariamente lá estão os escamadores a assediarem os compradores de peixe.

O rendimento diário de cada escamador depende muito do número de clientes. Há uma disputa entre os antigos e, novos na arte de escamar. As vezes, mulheres há que também aderem ao trabalho e quando acontece os adolescentes e os jovens quase ficam sem clientes, pois elas dominam a preferência.

Armando Cassole pratica esta actividade há três anos. Domina todos os truques. A espécie e qualidade do peixe determinam o preço. Por um monte de cinco peixes de carapau escamado recebe 200 Kwanzas, dez sardinhas graúdas está tabelada a cem Kwanzas.

Os escamadores vão pedindo a prestação de serviço aos compradores de peixe. Cada um à sua maneira. Amado Viera estava sentado numa pequena embarcação a limpar um choco. Pelo trabalho, pagaram-lhe 300 Kwanzas. Mas pelo monte de dez peixes de carapau grossos limpo pede 200 Kwanzas. Pela corvina, 200, sardinha, 1 00, e chacharu 150.

O seu rendimento por dia é de quatro mil Kwanzas. Contou que dia há em que chega a fazer cinco mil Kwanzas. Já Paulo Cadole comanda um grupo de cinco jovens recentemente idos do interior. Estes chegam a lucrar acima dos nove mil Kwanzas por dia. Cada integrante recebe cinco mil Kwanzas por semana.

Ao longo da Ilha de Luanda, podem ser divisados

jovens que vendem e escamam o peixe. "Salgado" é a designação de uma área rica em peixe. O número de escama dores no local é grande. Logo, contribui para a diminuição dos rendimentos.

Se, por um lado, o negócio de escamação prospera, por outro, houve quem escolhesse, por outra, uma outra actividade também lucrativa nas praias: as vendedoras de refeições. Depois da hora nove, montam barracas com comes e bebes, refúgio para os compradores que aguardam pelo trabalho de escamação.

08.1.6 Abertura dos mercados reabilitados depende de Job Capapinha

Angolense...26-01-08

Para os utentes dessas vias tem sido uma tortura depararem-se com o mercado na estrada, situação que tem originado engarrafamentos de carros e pessoas. Na zona do mercado dos Congolezes a situação é pior dado o trabalho de pavimentação que está a ser feito ao longo da via.

"Aqui o nosso sofrimento é grande, temos de fugir o tractor que está a arranjar a via, temos que fugir dos carros. Não temos lugar certo para colocar as nossas mercadorias, mas temos que vender para sustentar os nossos filhos", lamentou Joana.

"Aqui onde estamos a vender podem nos atropelar a qualquer momento, se um carro passar descontrolado levará muitas vidas. Se já arranjaram o mercado, o que falta para nos deixarem vender?", interrogou.

A reclamação não vem só por parte das vendedoras, todos os utentes daquela via sofrem com aquela situação. "Todos os dias passo por aqui para apanhar o táxi para ir ao trabalho, este troço é a minha desgraça, aqui os empurrões são constantes, acaba sempre por cair por cima de nós sangue de carne que vendem na estrada. Há muita poeira e muita agitação que me faz chegar mal disposta no trabalho", lamentou Teresa, uma frequentadora assídua da zona.

Marcela, outra rapariga que se desloca usualmente ao local também tem histórias tristes para contar. "Passo aqui com muito medo porque todos os dias deparo-me com correria das vendedoras que fogem dos polícias, quando me lembro que no ano passado uma vendedora foi baleada aqui, nessas corridas, o meu medo aumenta", realçou.

(...)

Porquê que os mercados não foram reabertos?

Depois de tanta espera pela inauguração, que primeiro seria no dia 11 de Novembro e depois no dia 10 de Dezembro, surgiram rumores sobre o porquê que não se abria os mercados, a maioria pensa que o Chefe de Estado não está satisfeito com as obras que foram feitas.

Segundo o Director de Mercados e Feiras do GPL, Daniel Cabinda, ouvido pelo Angolense sobre o assunto, a reabertura dos novos mercados aguarda por ordens do Governador Provincial de Luanda, Job Capapinha.

"O Governador disse que os mercados serão inaugurados ainda este mês de Janeiro, portanto, enquanto não terminar o mês, não posso Jazer qualquer pronunciamiento sobre o assunto, mas assim que terminar o prazo estaremos preparados para abrir e explicar porquê que não se inaugurou atempadamente", prometeu.

Embora se tenha recusado a fazer quaisquer esclarecimentos adicionais, Daniel Cabinda revelou um dado importante ao referir que "quando terminar o prazo estaremos preparados para abrir e explicar porquê que não se inaugurou atempadamente", pois tal afirmação deixa escapar que a promessa de Job Capapinha não será cumprida. Que tire o cavalinho da chuva quem acredita que os mercados serão reabertos em Janeiro.

Três (possíveis) motivos para o atraso Indisponibilidade na agenda do PR: Dentre as prováveis razões para os consequentes atrasos da reinauguração dos mercados a mais apontada é a falta de disponibilidade do Presidente da República, figura que deverá cortar a fita dos mercados. Em casos como estes, os governantes locais disputam a presença do PR, e neste caso seria uma excelente oportunidade para o Governador de Luanda mostrar serviço, até porque os mercados mudaram radicalmente de cara e deverão trazer uma nova tendência na concepção das praças de venda nacionais.

Mau estado das vias de acesso: Esta possibilidade ganha mais corpo se olharmos para a via de acesso ao mercado do São Paulo. Mesmo sem termos entrado no mercado já reabilitado, a visão exterior deixa claro que foram feitas obras profundas e que a nova praça terá uma qualidade impar, se comparada a outras semelhantes. Contudo, o estado da via de acesso é um verdadeiro balde de água fria, já que o alcatrão está carcomido e quando chove transforma-se num imenso lamaçal. Admitindo a hipótese de que o PR aceitou inaugurar os mercados, Capapinha faria uma figura muito feia se o mais alto mandatário da nação tivesse que passar pelas vias de acesso ao mercado do São Paulo e dos Congolenses, ainda em estado caótico. A espera por uma data simbólica: Tem sido hábito que grandes obras sejam inauguradas apenas em datas históricas ou simbólicas para a nação.

Vários são os casos de escolas ou hospitais que embora prontos, têm de esperar pelo dia "d" para serem abertos ao público. O dia 11 de Novembro foi a primeira data escolhida, mas o "evento" foi cancelado. Seguindo a lógica desta tese, o mais provável é que a fita venha a ser cortada a 4 de Fevereiro, mas uma surpresa poderá acontecer no dia da cidade de Luanda

08.1.7 Finalmente, vamos ter mercados?

S. Angolense...26-01-08

A Inauguração dos mercados dos Congolenses, ao Rangel, e do São Paulo, ao Sambizanga, deverá acontecer na próxima sexta-feira, 25 de Janeiro, dia de mais um aniversário da cidade de Luanda, soube o Semanário Angolense de boa fonte.

A acontecer efectivamente, como, de resto, já se previa de algum modo, será apenas o corolário da promessa feita pelo governador Job Capapinha, em finais de Dezembro, quando afirmara publicamente que a inauguração dos dois mercados teria que se proceder até finais de Janeiro.

Na altura, Job Capapinha, em face das interrogações que se fizeram à volta dos incompreensíveis atrasos verificados na realização da cerimónia, «explicara» ainda que a demora e devera à necessidade do seu governo proceder antes a um estudo sobre a gestão dos mercados públicos, para se determinar melhor caminho a seguir neste domínio, depois da experiência falhada em outros mercados municipais, por alegada falta de capacidade das entidades privadas a quem isso havia sido confiado. Assim, ainda na esteira das palavras do governador de Luanda, por provável recomendação dos integrantes da comissão que se encarregara do dito estudo, a gestão dos «Congolenses» e do «São Paulo» será da responsabilidade directa das respectivas administrações municipais, sob supervisão da direcção provincial dos Serviços Comunitários.

Curiosamente, porém, as cerimónias de inauguração dos dois mercados não constam do programa oficial das comemorações alusivas ao dia da cidade, como confirmou, por outro lado, uma fonte dos serviços de imprensa do Governo provincial de Luanda, quando interrogada a propósito.

PROMESSA É PROMESSA

O governador prometeu a inauguração para Janeiro, mas nada consta sobre mercados no programa oficial das comemorações do dia da cidade que temos aqui em mãos», sublinhou a nossa fonte, em conversa mantida com o jornalista no início da semana. «Por isso, não sabemos quando é que será realmente», acresceu.

No entanto, há uma explicação para isso, como acabou por referir o nosso primeiro informador, que não quis ser identificado. Segundo ele, o Governo Provincial de Luanda pretendia proceder à inauguração dos dois mercados sem alardes, tendo até projectado fazê-lo neste sábado (19) como que às escondidas do grande público.

«Eles (o GPL) estavam a planear abrir os mercados sem aviso prévio, nem qualquer simbolismo, para que depois as pessoas só assustassem quando os vissem já em funcionamento», explicou.
(...)

Sempre sem qualquer explicação oficial, ficou-se à espera que o Chefe de Estado viesse a aproveitar uma data histórica para proceder, finalmente, à inauguração dos mercados, mas elas (as datas históricas) foram passando sem que José Eduardo dos Santos se decidisse, como se insinuava para justificação dos supostos adiamentos sucessivos do dia «o».

DESINTERESSE OU DESENCANTO?

A aparente e constante indisponibilidade do Presidente para inaugurar os mercados ganhou aos olhos do público um cariz de desinteresse, quando, a 17 de Dezembro, procedeu a uma série de inaugurações de outros empreendimentos públicos, sem querer saber de «Congolenses» ou «São Paulo».

Contudo, há informações dos mentideiros que referem que, afinal, não se trata de desinteresse, mas sim de desencanto com as obras. Como se diz, o Presidente da República não está nada contente com elas devido à sua pequenez, em função dos balúrdios que teriam sido absorvidos dos cofres do Estado para a sua realização, no quadro dos investimentos públicos, com financiamento chinês.

Com o que se diz ter-se gasto, tinha de se apresentar uma coisa muito melhor. E o presidente, que contava com mercados de dois andares, está chateado e não deve querer inaugurá-los até hoje por causa disso», comentou a nossa fonte.

No seio dos vendedores, essa «chatices» é elevada ao extremo, a tal ponto que alguns deles já não esperam a inauguração dos dois mercados nos próximos dias, porque «o Presidente vai mandar parti-los outra vez, para se voltar a fazê-los como ele esperava».

Porém, como tem tudo para ser absurda, a esmagadora maioria deles não acredita numa possibilidade dessas, pelo que continua esperançada na sua reabertura dentro de dias. E este «dentro de dias», para eles, não deve escapar do dia da cidade, por ser a «data histórica» com que contam desesperadamente para tal, após se ter passado o 4 de Janeiro, o feriado dos mártires da Baixa de Kassange. «Se não for no dia 25, quando é que será então?», interrogou-se, apreensiva, uma velha quitandeira do mercado dos Congolenses. «Possas, eles já é que sabem!», atirou uma sua colega, visivelmente chateada com a demora em meio a umas xingadelas daquelas.

08.1.8 As voltas que os mercados dão

Jornal de Angola...26-01-07

TRÊS meses depois do anúncio da reinauguração dos mercados dos Congolenses e do São Paulo, vendedores e consumidores esperam ansiosos pela abertura dos mesmos no dia da cidade de Luanda, 25 de Janeiro. A acontecer, o regresso dos vendedores aos mercados

poderá ser o alcançar de uma esperança há muito moribunda. É que em várias ocasiões, como no dia 11 de Novembro, lhes foi prometido à volta aos seus lugares de trabalho, sem que, contudo, se tivesse concretizado.

Assim como quem põe um rebuçado na boca de uma criança e, de seguida, volta a tirá-lo, aos vendedores foi ainda anunciado, nas entrelinhas, que o corte da fita dos referidos mercados estava marcado para o dia 10 de Dezembro de 2007 e depois para o dia 4 de Janeiro do corrente ano. O que também não aconteceu.

Agora, -a poucos dias da comemoração de mais um aniversário da cidade da Kianda, os antigos inquilinos destes mercados dizem que já não vão aceitar mais a prorrogação do tão ansiado regresso. Já que todas as condições estão criadas.

"Ainda que o Presidente se mostrar indisponível para inaugurar os mercados, Job Capapinha ou outro governante tem de o fazer", disse um vendedor.

Para eles, os adiamentos constantes vêm simplesmente provar, mais uma vez, aquilo a que os vendedores chamaram de «incompetência, falta de punho e poder de decisão do governador de Luanda, Job Capapinha, que não vê o sofrimento do seu povo, na sua maioria dependente do comércio que aí se faz».

Em diversas vezes, Capapinha veio a terreiro afirmar que é necessário acabar com os vendedores ambulantes e que o seu pelouro tudo fará para atingir este objectivo, mas, o que se vê, na prática, é completamente o contrário. Com os sucessivos adiamentos da reinauguração dos dois mercados, defendem alguns sectores, o governador de Luanda e o seu executivo têm-se revelado os principais, incentivadores do fenómeno "vendedores de rua", que se assume cada vez mais como o grande mal da sociedade Luandense.

«Até ao momento assiste-se ao crescimento de um grande número de zungueiros e praças nas ruas e vias públicas de Luanda jamais visto. Isto porque o Governo ajudou e jogou milhares de vendedores dos mercados para as ruas e calçadas da capital do país», disse João Paulo, estudante de sociologia.

Segundo ele, mais do que se jogar os vendedores para as ruas de Luanda e estes contribuírem significativamente para a sujeira da capital, está o facto de o Governo perder avultados valores financeiros, todos os dias, porquanto, os vendedores inseridos nos mercados são obrigados a pagar uma quota diária de 10 Kwanzas.

«Estimando-se que só o mercado do São Paulo tenha cinco mil vendedores, podemos dizer que o Governo perde diariamente 50 mil Kwanzas», frisou, para depois salientar que a não inauguração dos mercados poderá influenciar nos resultados finais das eleições legislativas

em 2008.

«É que os vendedores estão desapontados com o partido no poder. E, se o Governo não conseguir melhorar a sua imagem diante destes, o eleitorado vendedor de rua poderá virar-se para outros partidos», acrescentou o futuro sociólogo.

Mas, é já nas eleições legislativas de Setembro de 2008 que o governador de Luanda também está a pensar.

Vendo que ele e o seu executivo somam erros atrás de erros, Job Capapinha reuniu-se, à semana passada, com os responsáveis das empresas de recolha de lixo, para uma vez mais falar dos males que infectam a capital do país. Neste encontro, o destaque foi o combate ao lixo e a exoneração do director da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), Antas Miguel.

Depois de ter anunciado, em Dezembro, o slogan "Natal sem lixo", Capapinha defendeu, no seu discurso, a conjugação de esforços para que Luanda esteja limpa pelo menos até Agosto.

«Essa é a nossa aposta, que vamos tentar vencer nos próximos oito meses, já que as eleições se realizam em Setembro», frisou Capapinha o desejo de há muito se ter uma Luanda mais limpa também é compartilhado por grande parte dos funcionários do seu pelouro, só que, no entanto, eles dizem que a solução não se limita apenas à exoneração dos colaboradores mais directos.

«O problema é constitucional, político, de administração, de governação, social e de educação», desabafou uma fonte do GPL.

Em alguns círculos do edifício da Governo Provincial de Luanda (GPL), a exoneração de Antas é tida como bode expiatório para esconder «a cauda» de Capapinha. Eles questionam: «Caso a cidade de Luanda não esteja limpa nos próximos oito meses, quantas cabeças ou Antas deverão rolar?». Esta pergunta surge num momento em que Capapinha considerou de positivo a operação "Natal sem lixo dando a entender que Luanda deve estar bem limpa apenas em efemérides como a quadra festiva. Entretanto, nos primeiros dias de Janeiro, os amontoados de lixo e lixeiras à céu aberto e consequentemente o cheiro nauseabundo voltaram a fazer moradia fixa na nossa Kianda.

Por esta razão, a sociedade e alguns funcionários do GPL descontentes com a política do governador, esperam, de Capapinha, menos garganta e mais eficácia.

FEVEREIRO 2008

08.2.1 "Nosso Super" chega ao Uíje

Jornal de Angola...02-02-2008

Uma loja do "Nosso Super" vai ser inaugurada, na próxima segunda-feira, na cidade do Uíje, no quadro da implementação da segunda fase do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD).

O coordenador do subgrupo técnico-operativo de infra-estruturas fiscais do Presild, Gomes Cardoso, disse que a abertura do primeiro supermercado naquela região essencialmente agrícola, e carente de uma rede comercial compatível às necessidades dos consumidores, assenta no cumprimento do seu programa estratégico, que também contempla a abertura, até Agosto corrente, de 31 estabelecimentos comerciais, visando uma cobertura a nível de todo o país.

O décimo-primeiro "Nosso Super" vai ser inaugurado pelo ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, na qualidade de acompanhante do Governo central àquela província.

Outros sete supermercados no Kwanza-Norte, Bengo, no município do Golfe, em Luanda e na província do Namibe serão inaugurados nos próximos dias.

O também coordenador da comissão instaladora do Presild - nova rede comercial, disse que vão ser abertos, ainda em Fevereiro, infra-estruturas idênticas na Lunda-Sul, Moxico, Kwanza-Sul, Luanda e nos municípios do Lobito e Soyo. No total, produzirão sete mil novos empregos directos.

Até ao fim de Janeiro deste ano, dez supermercados existentes em Angola já facturaram 36 milhões e 500 mil dólares e atenderam a três milhões e 500 mil consumidores e, como disse, continuamos a comercializar quatro mil produtos por dia, treze dos quais da cesta alimentar básica da maioria dos cidadãos angolanos.

A prioridade para a segunda e terceira fases de execução do Presild reside na conclusão dos 31 novos supermercados que, na sua opinião, vão constituir mais valia para a valorização e escoamento da produção nacional, criar novos empregos para os jovens, ao mesmo tempo que vai contribuir para a regulação dos preços dos produtos básicos no mercado. Ou seja, os novos empreendimentos contribuem para um combate inteligente à actuação, que considerou monopolista e oligopolista, de comerciantes estrangeiros, e o comércio informal exercido sem as exigidas normas higiénico-sanitárias e em locais impróprios para a venda.

A coordenação do Presild pensa ainda inaugurar, até Março corrente, os dois primeiros centros de logística e de distribuição (Clod) em Luanda e Lobito.

A organização de uma rede integrada de logística e de distribuição, nas vertentes logísticas primária e secundária para os mercados primários nacional e internacional e a vertente logística secundária, direccionada a uma articulação funcional entre grossistas, retalhistas e o consumidor final, serão, entre outras, acções a implementar nestas duas fases, ainda este ano.

A inauguração, na província do Uíje, do décimo primeiro "Nosso Super" será antecedida, domingo, pelo seminário provincial sobre o actual estado e perspectiva do Presild nova rede comercial, direccionado a governantes locais, especialistas dos sectores empresariais, financeiro, produtores agro-pecuários, artesanais e industriais.

08.2.2 "Nosso Super" chega ao Uíje

Jornal de Angola...02-02-2008

Uma loja do "Nosso Super" vai ser inaugurada, na próxima segunda-feira, na cidade do Uíje, no quadro da implementação da segunda fase do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD).

O coordenador do subgrupo técnico-operativo de infra-estruturas fiscais do Presild, Gomes Cardoso, disse que a abertura do primeiro supermercado naquela região essencialmente agrícola, e carente de uma rede comercial compatível às necessidades dos consumidores, assenta no cumprimento do seu programa estratégico, que também contempla a abertura, até Agosto corrente, de 31 estabelecimentos comerciais, visando uma cobertura a nível de todo o país.

O décimo-primeiro "Nosso Super" vai ser inaugurado pelo ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, na qualidade de acompanhante do Governo central àquela província.

Outros sete supermercados no Kwanza-Norte, Bengo, no município do Golfe, em Luanda e na província do Namibe serão inaugurados nos próximos dias.

O também coordenador da comissão instaladora do Presild - nova rede comercial, disse que vão ser abertos, ainda em Fevereiro, infra-estruturas idênticas na Lunda-Sul, Moxico, Kwanza-Sul, Luanda e nos municípios do Lobito e Soyo. No total, produzirão sete mil novos empregos directos.

Até ao fim de Janeiro deste ano, dez supermercados existentes em Angola já facturaram 36 milhões e 500 mil dólares e atenderam a três milhões e 500 mil consumidores e, como disse, continuamos a

comercializar quatro mil produtos por dia, treze dos quais da cesta alimentar básica da maioria dos cidadãos angolanos.

A prioridade para a segunda e terceira fases de execução do Presild reside na conclusão dos 31 novos supermercados que, na sua opinião, vão constituir mais valia para a valorização e escoamento da produção nacional, criar novos empregos para os Jovens, ao mesmo tempo que vai contribuir para a regulação dos preços dos produtos básicos no mercado. Ou seja, os novos empreendimentos contribuem para um combate inteligente à actuação, que considerou monopolista e oligopolista, de comerciantes estrangeiros, e o comércio informal exercido sem as exigidas normas higiénico-sanitárias e em locais impróprios para a venda.

A coordenação do Presild pensa ainda inaugurar, até Março corrente, os dois primeiros centros de logística e de distribuição (Clod) em Luanda e Lobito.

A organização de uma rede integrada de logística e de distribuição, nas vertentes logísticas primária e secundária para os mercados primários nacional e internacional e a vertente logística secundária, direccionada a uma articulação funcional entre grossistas, retalhistas e o consumidor final, serão, entre outras, acções a implementar nestas duas fases, ainda este ano.

A inauguração, na província do Uíje, do décimo primeiro "Nosso Super" será antecedida, domingo, pelo seminário provincial sobre o actual estado e perspectiva do Presild nova rede comercial, direccionado a governantes locais, especialistas dos sectores empresariais, financeiro, produtores agro-pecuários, artesanais e industriais.

08.2.3 Futuro Mercado do Panguila, praticamente acabado, poderá garantir mais dignidade aos vendedores

Jornal de Angola...03-02-2008

Já lá vão e mais de ano e meio, desde que as autoridades provinciais anunciaram a deslocação do Mercado Roque Santeiro para uma área mais espaçosa, onde se pudesse assentar condignamente os seus integrantes. Pelos cálculos feitos, os técnicos concluíram que a zona do Panguila tinha tudo para receber o mundo de gente que tem no maior mercado de África o seu ganha-pão, além da vasta gama de mercadoria.

A nova área, onde já se divisam praticamente todas as estruturas que vão dar corpo ao novo Roque, está longamente afastada da zona da actual praça, mas não de Luanda. Pois, se do Sambizanga ao Panguila se nota a distância, o mesmo não se pode dizer do resto da cidade.

O receio manifestado por alguns vendedores e clientes não passa de uma ilusão de óptica, que ganha espaço apenas por causa do estado da estrada, que, em alguns pontos, apresenta ainda sérios embaraços ao tráfego automóvel, algo que daria lugar a um verdadeiro pesadelo, caso o mercado fosse deslocado nestes dias para o Panguila.

Neste aspecto, a rejeição de certos vendedores encontra espaço para precedentes, já que, ao invés de ajudar, traria à cena outras situações... com os seus problemas também. A decisão da deslocação do mercado pelas autoridades, que, pelo que tudo indica, vai ser baptizado com o nome de "Mercado do Panguila", foi bem recebida pela sociedade.

Governo e população não se descruzaram quanto à busca de uma maneira mais justa para acomodar devidamente toda aquela gente, tanto os que vendem quanto os que volta e meia vão lá ter para adquirir os seus produtos essenciais. E não são poucos, obviamente.

E nem a lentidão, por assim dizer, que se regista na concretização da obra, justifica a paragem ou suspensão do projecto, precisamente porque a área actual não dispõe de qualquer elemento que ateste a sua existência. Mercadoria e lixo disputam o mesmo espaço. Só em espaço, o mercado do Roque deixa atrás o seu substituto do Panguila.

Condição que não lhe serve para nada, porque os focos são tantos, que às tantas fica difícil dar conta da situação, como já se provou ao longo desse tempo. Várias campanhas de limpeza ficaram pelo caminho e, para não deixar a coisa assim, como se diz na gíria, se convencionou limpar os mercados às segundas-feiras.

Outro entrave tem a ver com a disposição das barracas e corredores, que, de longe, ficam a anos-luz da estrutura do futuro mercado. Os empurrões tão habituais não mais terão lugar, pelo menos da maneira como actualmente acontecem, onde ninguém sabe, ao certo, porque está a ser acotovelado, ou se se é vítima de um comprador apressado ou de um gatuno, como se conhecem vulgarmente os larápios.

O estado de conservação da mercadoria, a arrumação por áreas e armazenamento irão conhecer igualmente uma melhoria substancial. São aspectos tão simples quanto as linhas esclarecem, mas que no Mercado Roque Santeiro são uma verdadeira dor de cabeça.

Os produtos, ou se quisermos a mercadoria, é armazenada em casas localizadas nas cercanias da praça sem as condições necessárias a esse tipo de actividade. Os comerciantes acharam por bem designá-las "casas de processo", o que, por si só, explica bem a relação das mesmas com o mercado.

Entre todas as preocupações, a mais grave prende-se com a comercialização de produtos perecíveis. Estes

são vendidos debaixo de sol ardente, poeira e lixo à mistura. Isso para não falar do fumo, que, às vezes, chega a cobrir de negro o céu sobre o mercado.

As condições de higiene não ficam por aqui, pois, o mercado não tem casas de banho para assistir as pessoas. Em certo tempo, alguém teve a iniciativa de erguer balneários públicos, mas não conseguiu ir mais além, sabe-se lá por que carga de água, passe a expressão.

Ao cair às barrocas, como são chamados os caminhos por entre as montanhas, surgiram uma série de casebres que dão guarida à prostituição, actividade ilegal e com sérios riscos para a saúde. Esta iniciativa foi já vezes sem conta denunciada nas páginas deste diário. São tantas coisas, tantas desvantagens, enfim, tanta dor de cabeça...

Com o futuro mercado, tais situações, se não acabarem de todo, vão pelo menos reduzir o seu impacto. Certeza, certeza mesmo pode-se ter das preocupações ligadas à acomodação da mercadoria e comercialização de produtos perecíveis.

08.2.4 Micro-crédito impulsiona profissões e micro-empresas

Mais de trinta grupos de jovens vão beneficiar brevemente de crédito jovem na província do Huambo, através do conselho provincial da juventude e desportos, com o devido apoio do governo local, com vista a fazer com que a juventude desempregada possa criar micro-empresas.

O chefe do departamento da Juventude e Desportos do Huambo, Martinho Sukete, justificou a concessão do crédito com o facto de os jovens serem uma das camadas mais vulneráveis em termos de desenvolvimento, tanto no aspecto económico-social, como na formação académica e profissional.

Segundo Martinho Sukete, o crédito vai servir para os jovens darem os primeiros passos na vida quotidiana. "E por esta situação (desemprego) que o Governo central, em colaboração com os governos provinciais, lançou recentemente o crédito jovem, do programa "Angola Jovem", de forma a apoiá-los nesta vertente", lembrou.

Martinho Sukete disse que o programa visa também diminuir os índices de delinquência juvenil. Defendeu, no entanto, que é necessário que os jovens adquiram formação sócio-profissional para bem gerir os seus negócios.

Adiantou que os mais de trinta jovens que receberão entre 500 a 20 mil dólares americanos, já foram beneficiados com duas acções formativas.

Apesar de não ter prestado informações sobre o prazo

de reembolso do crédito, Martinho Sukete disse que esta iniciativa do Governo constitui uma mais-valia na mudança mentalidade de muitos jovens que não têm ocupação.

08.2.5 Kinaxixi, monstro adormecido

Capital...16-02-2008

NUMA altura em que se comemora mais um aniversário da cidade de Luanda, vendedores e não só, aproveitaram a efeméride para reflectir sobre a situação dos mercados da capital do país.

Entre os vários problemas que enfrentam, actualmente, os comerciantes analisaram, em particular, a situação do mercado do Kinaxixi, encerrado em 2002. Naquela altura, os vendedores foram compulsivamente expulsos do mercado, porque as autoridades governamentais alegaram que o mercado não tinha condições de sanidade, pelo que o mesmo deveria ser transformado, a partir de 2003, no primeiro Shopping Center. Nem sequer o Belas Shopping era um embrião.

Passados seis anos, o mercado transformou-se num gigante adormecido. Segundo apuramos, o mercado do Kinaxixi é hoje um autêntico «prostíbulo» e mictório. É que as pessoas encontram naquele recinto um lugar ideal para namorar, desde que pagam uma módica quantia monetária ao guarda.

«Como há poucos espaços para namorar, desde que pagueis 500 Kwanzas podes entrar com o seu carro e namorar ali durante o tempo que quises», disse um jovem, morador daquelas redondezas.

Ao ver esta triste realidade, uma anciã, que fez ali a sua vida como quitandeira durante muitos anos, questionou as reais intenções do Governo ao suspender a actividade comercial.

«Na altura falava-se que a Macon seria um dos responsáveis pela reabilitação, mas até agora não vemos nada. Queremos saber o que vai ser feito do mercado e por que é que nos tiraram rapidamente», questionou. De salientar, que uma equipa de reportagem do A Capital deslocou-se ao GPL para saber em que pé anda o projecto do Shopping Center do Kinaxixi. Contactado o porta-vozz, Ladislau Silva, dirigiu-nos ao vice-governador Bento Soyto, que alegou desconhecer o dossier, «porque o projecto vem desde a gestão de Simão Paulo». Entre o jogo do empurra-empurra ficamos a saber que o director dos serviços comunitários é quem domina o dossier, mas este não se encontrava no gabinete.

Recorde-se que a expulsão dos ex-vendedores do Kinaxixi resultou, em parte, no aumento de jovens a venderem na rua, pois, depois de expelidos do local, ficaram sem eira nem beira, já que todas as promessas do Governo no sentido de lhes arranjam locais

alternativos para continuarem a exercer o comércio redundaram em fracasso.

08.2.6 Restaurantes ambulantes

Capital...16-02-2008

ESSAS mulheres puseram a sua arte de cozinhar ao serviço da comunidade, confeccionando pratos a base da dieta comum. Mais importante é que nesse processo, elas empregam dezenas de jovens que vendem refeições nas ruas de Luanda ao preço de apenas 100 kwanzas.

Os sinais da actividade aparecem quase sempre às 11 horas de cada dia, ou seja, no limiar da hora do almoço. Nas artérias da cidade, surgem «bandos» de jovens de ambos os sexos, na sua maioria do sexo masculino, que com caixas plásticas à cabeça ou em carros de mão, transportam dezenas de marmitas pré-fabricadas em papel prateado ou plástico.

Estes vendedores incansáveis percorrem longas distâncias em busca de clientes famintos. De tão acostumados, eles conhecem bem os cantos e recantos onde facilmente encontram os seus potenciais fregueses. «Este é já o meu terceiro mês de trabalho», contou o jovem Dilson Caculo, um dos nossos primeiros interlocutores.

Empenhados com ardor no trabalho do qual afinal depende também o seu pão diário, os servidores de comida na rua começam a ser considerados percursos da entrega ao domicílio de refeições, método adoptado por grande número de bares e restaurantes da cidade, mas apenas destinado a pessoas da alta sociedade.

Têm um olhar profundo e de longo alcance ao mesmo tempo que uma audição refinada que lhes permite captar o mínimo gesto ou assobio de mais um interessado. O que é certo é que clientes não lhes faltam e são todos os que na rua exercem actividades económicas, legais ou não. Guardas, na sua maioria castigados pelo jejum derivado do atraso das refeições idas das respectivas empresas de segurança, encontraram nestes servidores um grande alívio, até porque, com os «garotos da comida», têm até o direito de escolher o melhor prato.

Mas com os guardas estão outros interessados. Foi, pelo menos, o que nos disse Dilson Caculo quando nas imediações do jardim do Kinaxixi o encontramos a servir refeição a um fotógrafo.

O menu, segundo ele, em geral é sugerido pelos próprios clientes. «Geralmente eles nos dizem o que querem comer no dia seguinte, e nós levamos o recado à senhora que faz a comida», explicou Tony, outro servidor. A preferência tem recaído para feijoada, funge ou massa, com qualquer "conduto", uma preferência que não é casual. De acordo com João, também empregado no negócio, estes pratos, alegam os clientes,

«aguentam mais no estômago».

08.2.7 Farmácias da periferia nas mãos dos biscateiros

Folha 8...16-02-2008

A maior parte das farmácias que operam na periferia de Luanda não obedecem às normas internacionais sobre a venda de medicamentos. A situação, com a gravidade que carrega, continua a alastrar-se, pondo em risco centenas, senão mesmo milhares de vidas que acorrem aflitas a tais locais.

Segundo apurámos, esta irregularidade é maioritariamente praticada por cidadãos estrangeiros, sendo congolezes e malianos os líderes de tal prática. Diga-se em abono da verdade que, em muitos casos, estes estrangeiros se infiltram nesta actividade com ajuda de angolanos.

Para já, boa parte das farmácias que visitámos eram cantinas ou recintos de venda de bebidas alcoólicas de cidadãos nacionais que, sem sucesso na actividade, se viram obrigados a arrendar a terceiros. Nesta senda, os inclinados mais frequentes passaram a ser expatriados.

Na nossa ronda demos ainda conta de que estes estrangeiros, vindos dos seus países com o propósito único de exercer actividades comerciais, começaram por ser juntar aos nacionais possuidores de alvarás, o que significa que as duas partes eram proprietárias do negócio.

Mais tarde, na medida que a "yula" avançava e para a satisfação dos donos da terra, os imigrantes já não aceitavam fazer sociedade, exigindo alugar as licenças comerciais para poderem ser os "donos da bola". A certa altura, não menos de cinco anos, começou a ser verificar o domínio dos estrangeiros, principalmente os das nacionalidades já mencionadas, sobre as farmácias nas zonas periféricas da capital. Muitos indivíduos não pensaram duas vezes e começaram a alugar parte das suas casas para o negócio.

Pouco a pouco, os estrangeiros foram convidando amigos e parentes nos seus países de origem, para virem fazer o mesmo "trabalho". Daí em diante, tudo passaria a resumir-se simplesmente a um jogo de ilegalidades que vai desde a falta de formação do proprietário e dos funcionários a alvarás caducados. Há inclusive farmácias que nem sequer passam factura.

Os entrevistados atestaram ainda que o fraco nível de formação dos "farmacêuticos" é visto com muita superficialidade. "Há caso em que nós pedimos um medicamento e eles não dão outro, que não tem nada haver com o medicamento recomendado pelo médico", disse, Maria Teixeira, que se encontrava a comprar medicamentos na Farmácia Celpem, no bairro da Cuca.

Contrariando as informações que nos foram reveladas por uma fonte afectada ao Instituto Médio de Saúde (IMS), um dos funcionários da Farmácia Celpem garantiu a este semanário que fizera o curso de especialização em farmácia naquele mesmo instituto o que, por sinal, não condiz com a realidade, já que aquela escola anda há muito tempo encerrada.

No município do Rangel encontramos diversas farmácias, entre as quais a Neo Med, que, segundo apuramos, encontrava-se fechada porque os proprietários (que por sinal são malianos) foram notificados pela polícia económica por estarem a comercializar produtos com prazos de validade vencidos.

"As farmácias, embora não ofereçam muita segurança, têm ajudado muito a população, porque passamos a comprar os medicamentos sem termos que nos deslocar para o centro da cidade ou procurar nos vendedores ambulantes", frisou a enfermeira Vanuza da Silva.

Acrescentou ainda que "os farmacêuticos fazem de tudo para conservarem os medicamentos. É bem verdade que eles não têm os equipamentos próprios para tal e a falta de energia tem contribuído com uma quota-parte".

No Palanca, a maioria das farmácias foram encerradas, temporariamente pela Polícia por não possuírem os documentos completos e por comercializarem medicamentos expirados. Os proprietários das farmácias alegam que têm todos os documentos "em dia", como se diz na gíria, e cumprem as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

"Tratamos todos os documentos que a Lei angolana exige mas, mesmo assim somos constantemente apoquentados pelos agentes da fiscalização e da polícia económica", disse um comerciante que recusou-se dizer o seu nome e nacionalidade, mas que aparentou ser oriundo da República Democrática do Congo.

Também no Rangel, um dos municípios com o maior número de farmácias, encontramos alguns estabelecimentos de venda de medicamentos que se encontravam encerradas por ilegalidades.

Ao que tudo indica, os clientes de tais farmácias apercebem-se de que os funcionários que os atendem não dominam a profissão, mas mesmo assim preferem arriscar, alegadamente por ser mais barato e próximo de casa. "Não temos tempo para sair daqui até no centro da cidade para comprarmos os medicamentos porque, para além de serem mais caros, gastamos dinheiro com táxi, ficamos presos no engarrafamento e ainda corremos o risco de encontrarmos o nosso familiar que estiver doente já morto", disse a mulher identificada apenas por Maria, que se encontrava a comprar medicamentos numa das farmácias localizadas no bairro do Palanca.

Já na Funda, comuna mais a norte da capital, pertencente ao município de Cacucaco, constatamos a existência de uma farmácia que atende os 27 bairros do município. Ao contrário das outras farmácias, a da Funda é dirigida por farmacêuticos angolanos. Segundo apuramos, embora esteja numa zona rural abastece um número elevado de população e os medicamentos são cuidadosamente tratados pelos responsáveis do estabelecimento.

"Nos anos anteriores, os populares compravam os medicamentos no mercado paralelo e aos vendedores ambulantes, mas desde que construíram esta farmácia as coisas melhoraram", disse um interlocutor, que se dispôs a falar para este semanário. "Nem sempre os Centros de Saúde têm os medicamentos que os médicos recomendam, no entanto, a Farmácia tem tapado esta lacuna", acrescentou.

A Farmácia da Funda foi construída com base nos padrões exigidos pelo Ministério da Saúde e pelos ambientalistas. O tecto falso de palha ajuda a conservar os medicamentos no tempo de calor e na época de frio a ventoinha substitui o ar-condicionado. "Apesar de a farmácia não possuir os mesmos materiais de conservação que as do centro da cidade utilizam, os farmacêuticos nunca me venderam medicamentos deteriorados. Quando eles não têm algo que os médicos receitaram, normalmente encaminham-nos para os outros", frisou o nosso interlocutor.

Não tivemos sucesso na tentativa que fizemos para ouvir a Direcção Nacional de Medicamentos sobre a problemática que aqui abordamos, pelo facto de o seu director ter agenda apertada na altura em que lá estivemos. Mas, segundo a sua secretária, aquele responsável poderá falar nos próximos tempos.

08.2.8 Vendedoras serão retiradas das ruas do Rangel

Jornal de Angola...21-02-2008

As quitandeiras que procedem à venda de produtos nas ruas Lino Amezaga, "Pedrinhas" e junto a "Tecomat" começaram ontem a ser registadas por uma equipa da Administração Municipal do Rangel, em Luanda, com vista a sua transferência para locais próprios, deu a conhecer o administrador da circunscricção, João Domingos.

Em declarações à imprensa, o responsável explicou que as vendeiras, em função das suas áreas de residência serão transferidas para os mercados do Neves Bendinha (município do Kilamba Kixi), Cajueiro (Cazenga) e para o mercado municipal do Rangel.

Segundo João Domingos, as pessoas interessadas em vender nos mercados referenciados devem contactar as administrações comunais e municipais, no Rangel, para se inscreverem.

Referiu que logo após o levantamento que está a ser efectuado, o Comando da X divisão e a Brigada Especial de Fiscalização vão repor a legalidade nas vias. Na segunda-feira, a governadora interina da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, reabriu os mercados dos Congolenses e São Paulo.

08.2.9 "Chica" evita falar dos atrasos

Novo Jornal...22-02-2008

INTERROGADA sobre as razões que estiveram na base da reabertura tardia dos mercados São Paulo e Congolenses, a governadora interina de Luanda disse que não iria "falar do passado". Para ela, o mais importante "é a satisfação das quitandeiras".

A reabertura ocorreu três meses após a conclusão das obras, em Novembro de 2007, e quatro depois do encerramento dos locais alternativos onde as vendedoras trabalhavam.

A placa descerrada na ocasião, onde se pode ler "Inaugurado por Sua Excelência Dra. Francisca do Espírito Santo aos 18 de Fevereiro de 2008", foi feita de emergência, em substituição de uma outra que lá estava e em que constava o nome do Presidente da República. Posteriormente, foi afixada outra com o do anterior governador, Job Capapinha, mas foi substituída na semana passada (depois de este ter sido exonerado no passado dia 01).

"O Camarada Presidente mandou-me abrir os mercados", declarou a chefe interina do governo da província de Luanda.

Apesar de na semana passada, numa reunião no comité municipal do MPLA no Sambizanga, o secretário-geral do partido, Dino Matross, ter dito que O atraso se devia ao mau estado dos acessos, não se observaram melhorias nesses domínios.

As ruas Lweji Ankonda, Soba Mandume e Cónego Manuel das Neves, que levam ao S. Paulo, continuam em mau estado, o mesmo acontecendo em relação aos Congolenses, excepção para a renovada Rua do Fundão.

Recebida pelas vendedoras em apoteose, com cânticos e danças, "Chica" brindou com algumas delas, bebendo quissângua (bebida típica feita à base de cereais ou de frutas).

Entre as quitandeiras, ouviam-se palavras elogiosas às mulheres e críticas, algumas até roçavam as raías do insulto, aos homens. "Viva as mulheres, abaixo os homens", disse ao NJ Maria dos Santos, vendedora do São Paulo, asseverando que "Angola devia ter uma mulher como Presidente". PM

08.2.10 Moageiras constituem fontes de rendimentos na periferia de Luanda

Jornal de Angola...22-02-2008

O negócio de pequenas indústrias moageiras está em plena expansão na periferia de Luanda. Versadas na transformação do milho e da mandioca seca em fuba, estas unidades podem ser encontradas em diferentes pontos da capital com maior incidência nos principais mercados.

Além de gerar rendimentos aos proprietários, têm permitido empregar muitas pessoas. Muitos jovens encontram nas pequenas indústrias a oportunidade para o seu primeiro emprego.

Por exemplo o mercado do "Catintó", localizado no bairro Golfe, município do Kilamba-Kiaxi, acolhe várias moageiras. Acontece mesmo que num corredor possam estar perfilados mais de uma dezena de unidades.

Miguel Catito é proprietário de uma. A sua máquina de produção de fuba é de dois cilindros, considerada de potência aceitável. Emprega quatro pessoas, número suficiente para levar a cabo a sua actividade. São jovens dos 17 aos 20 anos.

Cada um exerce uma função específica. Por exemplo, enquanto dois se ocupam pelo peso do produto a transformar, os outros dois ocupam-se pela máquina que tortura o milho ou o bombó, a designação habitual da mandioca seca.

Por cada balde de cinco quilogramas de milho, o cliente paga 50 Kwanzas. Pela mesma quantidade de bombó, entrega-se mais dez Kwanzas.

O trabalho começa às seis horas da manhã, segundo Miguel Catito. Diariamente, a moagem factura uma média de sete mil Kwanzas. Contas feitas de segunda à sexta-feira, arrecada 35 mil Kwanzas. O pagamento dos funcionários assemelha-se ao dos taxistas. Quais os cobradores das viaturas azuis e brancas, os funcionários desta moageira levam para a casa os rendimentos do sábado.

Mas, nem sempre há eficiência nos lucros. Disse que nem sempre conseguem os sete mil Kwanzas. Vezes há em que apenas caem para o cofre cinco mil Kwanzas por dia. Mesmo assim, não é frustrante pois o proprietário considera rentável o negócio.

Ao lado da de Miguel Catito, está a moageira de Fernando Capitango. O som ruidoso envolve o local. As máquinas lançam a fuba no ar e o pó envolve todos, ou seja, suja-os. Funcionários e clientes.

Capitango tem três moagens. Cada de seis cilindros. Obviamente, tem maior número de empregados. 15. O

preço é o mesmo que a primeira pratica. Num período de cinco dias, factura uma média de 105 mil Kwanzas. No sexto dia da semana, o dinheiro do trabalho é repartido pelos empregados. Cada um recebe quatro mil Kwanzas.

Já na moagem "Tira Bwé"- curioso o nome! - o negócio não prospera como nas outras. O fracasso é atribuído ao estado obsoleto da máquina. Resultado: a facturação oscila entre os quatro e três mil Kwanzas por dia. Face à improdutividade, Marcolino Sandumbo teve que reduzir o número de empregados.

Perspectiva: adquirir uma nova. Terá de desembolsar dois ou três mil dólares, dependendo da cilindragem, confirmou.

No bairro Rocha Pinto existem também algumas moageiras.

Nestas, os preços são superiores aos das primeiras. Por cinco quilos de milho ou de bombó transformado, paga-se 100 Kwanzas.

João Vigário é um dos donos de uma máquina. Disse que praticam este preço devido a não concorrência na área, como também a vulgar pelo desgaste rápido das peças, adquiridas a preços altos para a sua reposição.

A concorrência faz multiplicar os lucros. A farinha, alegam os solicitantes pelo serviço, é fina. Pressupõe logo bom desempenho das máquinas que são submetidas a constantes manutenção.

A exigência pela qualidade do produto é um facto. Fausto Pinheiro tem sido vítima disso. A forma como devolve o produto transformado, força o cliente a franzir o sobrolho. Logo, perde para o seu colega João Vigário, cujo trabalho reúne empatia.

08.2.11 Mercado Histórico

Novo Jornal...22-02-2008

O MERCADO. DE SÃO PAULO é o mais antigo de Luanda e, talvez, de Angola. Construído em 1948, na sequência do desabamento do seu antecessor, o Xamavo, devido a uma enxurrada, que resultou na morte de muitas vendedoras situava-se onde hoje estão os armazéns da Gajajeira -, a sua edificação resultou de uma contribuição das quitandeiras, que pagaram 5 escudos (moeda da época), cada uma.

Segundo Ana Francisco Miguel, ainda peixeira, 70 anos, que presenciou a queda do Xamavo e a construção do São Paulo, após a derrocada do primeiro as vendedoras passaram a comercializar os seus produtos sobre sacos, esteiras (luandus) e outros objectos na via pública.

Diz a lenda popular que a chuvada que varreu o mercado foi consequência do facto de uma vendedora ter visto o seu dinheiro roubado e, como retaliação,

lançou uma "praga" com os efeitos catastróficos que se conhecem. Em 14 de Setembro de 1992, José Eduardo dos Santos rendeu homenagem à mulher quitandeira, mandando erigir em frente do mercado um monumento em sua honra. P M

08.2.12 Mercado do Kinaxixi é ninho de víboras

Folha 8...23-02-2008

O ex-mercado do Kinaxixi, município das Ingombotas, transformou-se num beijo de prostituição, delinquência e tráfico de droga, denunciou a UNITA.

O coordenador regional de Luanda desta formação política, Francisco Fernando Faleua, referiu que o objectivo pelo qual as autoridades governamentais se propuseram não se concretizaram, vindo o mercado, então um local apazível, a transformar-se num ninho de víboras, num sítio perigoso à circulação dos cidadãos, sobretudo à noite.

"É com muito pesar que a direcção da UNITA observa o subaproveitamento do mercado de Kinaxixi, onde milhares de cidadãos perderam o seu pão", disse Fernando Francisco, lamentando que o governo se tenha precipitado, impedindo as pessoas de continuarem a tratar dos seus negócios, a cuidarem das suas vidas, de ganharem o seu pão, uma vez que, pelos vistos, não tinha programas concretos e imediatos para o local.

"É triste o que acontece no ex-mercado do Kinaxixi. As pessoas são assaltadas a olho nú, à luz do dia, e ninguém toma medidas para conter esse mal que enferma a sociedade luandense", acrescentou.

Prosseguindo, referiu que, após o X Congresso da Unita, a província de Luanda ascendeu, em termos eleitorais, ao estatuto de região, e a sua estruturação consta de coordenações municipais e de zona. Para ele, Luanda deixou de ser, a zona de influência do MPLA e todas as formações política estão em condições mobilizar o eleitorado.

"O voto em Luanda será em consciência, e os milhões que vivem nesta urbe, face à actual realidade, clamam por uma mudança", referiu, salientando que a sua formação política já traçou a sua estratégia eleitoral de como intervir na capital.

Segundo ele, com a UNITA no poder, a sociedade poderá contar com uma Angola que abre oportunidades a todos e a todos garante a oportunidade de sobreviver sem sobressaltos.

"Somos todos nós que todos os dias somos testemunhas de ondas de violência provocadas pela falta de emprego, pela desigualdade social. Espero que os angolanos no dia do voto alterem a actual situação desumana em que vive o povo", notou.

08.2.13 Vendedores quase lincham administradores de mercados

Capital...23-02-2008

As quatro viaturas azuis escuros que se concentram defronte ao mercado São Paulo, na manhã de terça-feira, foram chamadas de emergência para dispersar o que se adivinhava como uma manifestação de antigas vendedoras do renovado mercado que se viram de fora na atribuição de lugares para as suas vendas.

O motivo para a confusão que se assistia, sobretudo de senhoras que há muito exercia o comércio naquele espaço, deveu-se ao facto da administração do mercado apresentar critérios considerados duvidosos para a concessão de lugares, algumas das quais beneficiavam pessoas que até ao encerramento do mercado «nada tinham a ver com o mesmo», ou melhor, «nunca sequer foram vistas a vender no local».

As reclamações subiram ainda mais de tom nesse dia, um dia depois da reinauguração do mercado, pelo facto de a governadora interina de Luanda, que procedeu ao corte de fita, garantiu que estavam assegurados os espaços para absorver todos aqueles que já comercializavam no local, uma vontade, aliás, do Presidente da República, que a governante tratou de transmitir.

E qual não foi espanto das vendedoras? A decência das bancadas passou por processos que ninguém entre as vendedoras consegue explicar e nem o próprio administrador do mercado, Francisco José Raposo, se dignou a explicar.

Aliás, este, o administrador, como que a tentar fugir das acusações de critérios pouco claros na distribuição das bancadas, atirou a bola para as quitandeiras, acusando-as de arrombamento dos portões.

Na verdade, segundo algumas das vendedoras abordadas por este jornal, não é assim que as coisas aconteceram: o que elas fizeram foi exigir do administrador do mercado esclarecimento sobre o processo de cedência dos balcões de venda, que elas consideravam pouco transparente.

«Ninguém arrombou o portão, o que aconteceu foi que abriram o portão e nós entramos para saber o que estava a acontecer connosco para não recebermos lugar para vender», explica Justina Augusto, vendedora de bebidas, uma opinião dividida por Clementina Nanga para quem «as pessoas que já tinham desaparecido do mercado, negociaram e os seus nomes foram incluídos na lista» como contempladas de um espaço. Esta situação e a falta de explicação por parte do responsável do mercado levou a que algumas das quitandeiras, em número não precisos, perdessem a cabeça e se revoltassem, mostrando-se, inclusive, intransigentes quando convidadas a abandonar as

instalações que alberga o mercado.

«Nós temos autorização», com base nas palavras de Francisca do Espírito Santo, «de vender neste mercado, porque somos as quitandeiras e devíamos beneficiar do espaço», comentou Mariana Domingas, que se dedicava até ao encerramento do mercado à comercialização de bijuterias.

«Há pessoas que nunca venderam neste mercado, mas que se aproveitaram do período de apresentação de cartões, foram dando dinheiro e conseguiram um lugar que era de algumas vendedoras mais antigas, como eu, por exemplo», lamentou Engrácia de Azevedo.

«Não vamos sair daqui», ameaçou uma das vendedoras, uma achega que tomou as coisas insustentáveis, a tal ponto que a administração não teve alternativa senão pedir socorro urgente à Polícia Nacional, que fez deslocar ao local quatro viaturas repletas de agentes da ordem pública que, ainda assim, teve de usar de muita diplomacia para persuadir as vendedoras a deixarem o local, onde exigiam um espaço para exercerem a sua actividade.

Sem convencer, Francisco José garantiu, por seu turno, que ficaram de fora da listas das contempladas as vendedoras que até ao encerramento do mercado não estavam cadastradas, pelo que não poderia ser enquadradas no leque daqueles que possuíam já os cartões e pagavam todas as suas obrigações.

As vendedoras, já fora do mercado, após entendimento com a Polícia, afirmaram que as coisas não ficarão por aqui, já que permaneceram este tempo todo sem nada fazer, por conta do processo de reabilitação do mercado, pelo que prometem continuar a bater-se por conquistarem o seu pedaço de chão.

08.2.14 Angola terá Observatório de Emprego

Jornal de Angola...23-02-2008

Angola terá um Observatório de Emprego que fornecerá candidatos a lugares nas empresas do país, anunciou a directora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Gita Honwana Welch.

A agência pretende criar um banco de dados sobre o número da oferta de candidatos, onde as entidades empregadoras de todas as províncias terão acesso para buscar empregados com o perfil requerido.

Num programa que conta com a colaboração do Ministério do Emprego e Segurança Social, o PNUD pretende assim ajudar o Governo a reduzir o índice de desemprego, apostando na capacitação de quadros.

Para Gita Honwana Welch, Angola tem registado nos

últimos anos um crescimento no índice de desenvolvimento humano, o que representa uma melhoria na condição de vida.

Este ano, o relatório sobre o desenvolvimento humano apresenta o tema sobre "as mudanças climáticas" e a questão dos desastres naturais.

O PNUD afirma que dará continuidade ao seu programa de acção de minas com vista ao reassentamento das populações, prioridade às acções nas áreas de governação democrática, redução da pobreza, combate ao HIV /Sida, malária, tuberculose, meio ambiente, entre outros.

A agência está representada em 160 países em desenvolvimento, respondendo às necessidades específicas de cada localidade com o apoio do sector público e privado e as organizações não-governamentais.

A organização também tem a responsabilidade de estimular e preparar os países para cumprirem os objectivos de desenvolvimento do Milénio, a que se comprometeram atingir até 2015. Os objectivos dizem respeito às acções para a melhoria do desenvolvimento humano e uma série de indicadores socio-económico

Em parceria com o Ministério da Educação, pretende incluir no currículo escolar disciplinas sobre o desenvolvimento do empresariado.

As disciplinas sobre o empresariado serão ministradas aos alunos do ensino secundário, para que, nos primeiros anos de ensino base, tenham a noção de economia. "O projecto de inclusão das disciplinas no currículo escolar ainda está na sua fase piloto indicou Gita Welch.

08.2.15 Preços do pão pelas ruas da amargura

Agora...23-02-2008

O preço do pão subiu em Luanda e continua a registar ligeira progressão, prejudicada sobremaneira os consumidores de baixa renda. O dia-a-dia das padarias, revendedores e consumidores é marcado pela especulação. Tudo começou quando em Dezembro último o preço disparou, dando lugar, até a esta altura, a uma onda progressiva de carestia onde em alguns estabelecimento chegou a 50% sem, no entanto, qualquer justificação palpável.

A disparidade de preço entre os agentes comerciais é deveras abismal, é como se diz: "Cada um manda no que é seu", ou seja, cada um apreça o seu produto quando e como quiser.

Meia dúzia de consumidores em fila à espera da sua vez, para a compra do pão, é cenário normal e habitual

há padaria Milénio, situado na baixa da cidade, onde o "pão cassete" chega a custar 25kz, sendo que o chamado "pão de leite" fica por 3Dkz, preço ainda assim menor do que o do pão cassete em outros estabelecimentos. Deste modo, o mesmo produto comprado a 30kz numa qualquer padaria, noutra pode variar de 15 a 25kz, sendo precisamente isso o que se verifica nas padarias Casa do Pão e Lima.

"O preço tem subido muito nos últimos meses e ninguém controla o negócio", disse uma consumidora que na altura se encontrava na fila de uma padaria, situada no bairro da Cuca. Para Fátima Germano, não há razões para tanta especulação e disparidade de preços, sendo que a quadra festiva terminou e é nela que "a corrida pelos bolos de Natal encarece o trigo".

Se o custo do pão disparou no início da quadra festiva, devido ao encarecimento das matérias-primas e continuou numa razão de 10kz, tanto nas padarias como nas revendedoras, alguns funcionários confessam que já não há razões para se manter a tendência altista.

À semelhança do que acontece nas padarias, as revendedoras, na ânsia do seu "ganha-pão", também aproveitam a anarquia a que está exposto o mercado para melhor especularem.

" Nós só vendemos assim para ganhar: comprámos a 20kz e vende, mos a 30kz, não é muito", justificou uma revendedora, garantindo que o preço apenas sobe quando o trigo encarece.

Enquanto nos bairros periféricos o preço oscila entre 15 a 25kz, no centro da cidade o mesmo já chegou a 30 Kwanzas. Com a onda de especulação das revendedoras que se verifica no mercado informal, consumidores receiam que se uniformize. "Dezembro passado nós comprávamos o pão cassete 15kz e não passaram três meses já compramos o mesmo a 30kz. Não vai demorar para passarmos a comprá-lo a 50kz", lamentou uma interlocutora, para bem autoridades competentes deviam fiscalizar melhor as padarias e fazer prevalecer um preço único, porque "O consumidor normal, de baixa renda, não pode ter o principal bem da sua refeição diária a um preço que não está ao alcance do seu bolso".

O consumidor de poucos rendimentos vive hoje em Angola com menos de um dólar por dia, e ter o preço do pão acima de 30 kz, "está completamente acima dos seus rendimentos", como considerou a nossa interlocutora.

08.2.16 E nos Congolenses as vendedoras falaram...

Capital...23-02-2008

O mesmo cenário foi vivido no mercado dos Congolenses, ao Rangel, onde, após a inauguração,

vendedoras há que ficaram a ver navios, à semelhança das suas confrades do São Paulo.

Foram, simplesmente, ultrapassadas pela direita num processo que contou, tal como as próprias acusam, com o beneplácito do administrador do mercado, sobre quem impendem acusações de distribuição de bancada de acordo com as suas conveniências.

O mercado viveu também, na semana que hoje termina, uma grande agitação, com as vendedoras a prometerem actos de vandalismo como forma reivindicar um direito de que se dizem ter sido coarctados.

Se a situação manter-se tal como está, prometem, as vendedoras colocam a hipótese de investirem numa manifestação de rua para exigir uma espécie de reposição da legalizada, pois dizem terem sido ignorados os longos anos passados por pessoas que começaram a vender desde as primeiras horas de vida do mercado.

08.2.17 Concorrência com informais desmotiva lavadores de carros

Jornal de Angola...27-02-2008

Os lavadores de carros integrados no projecto Carsukula, do Crédito Jovem vêem os seus rendimentos baixarem, devido à disputa que mantêm com os lavadores a balde, que, estabelecendo preços mais baixos, atraem para si a maioria da clientela.

A desmotivação toma epicentro pelo facto de os primeiros serem obrigados a depositar os rendimentos no banco, enquanto os lavadores tradicionais levam os seus proventos diários para casa. Resultado: alguns grupos (oito pessoas) estão a desintegrar-se das cooperativas, voltando à lavagem informal.

Para o coordenador do projecto, Raul Pedra, a situação começa a ser preocupantes, já que os lavadores de carro com balde constituem a maioria, não sendo por possível uma competição em pé de igualdade.

Os lavadores do projecto Carsukula beneficiaram de uma formação para maior capacidade de manuseamento dos kits. O grande problema reside na repartição da renda, uma vez que estavam habituados a levar dinheiro para casa.

Neste tipo de negócio, explicou, os jovens devem aprender a fazer depósito bancário para melhor gerirem e desenvolverem a actividade.

A situação já era previsível, segundo Raul Pedra uma vez que todos os jovens não foram ainda beneficiados de quites. A direcção vai este ano proceder à entrega de

200 carrinhos, nalgumas províncias em que se inclui Luanda.

Até ao momento, o projecto apenas entregou 25 carrinhos em Luanda, onde os beneficiários já exercem as suas actividades há cerca de três meses, no Aeroporto, nos largos de Kinaxixi e do Banco de Poupança e Crédito (BPC), bem como no Cemitério Alto das Cruzes. Por cada uma dessas cooperativas, foram distribuídos quatro caninhos - um para dois integrantes.

Uma cooperativa (oito pessoas) do projecto Carsukula factura mensalmente qualquer coisa como 90 mil Kwanzas, com os novos carrinhos móveis, segundo o responsável do departamento de protecção e participação da juventude, Raul Pedro.

Para o lavador Feliciano Carlos, o depósito do valor no banco causa vários inconvenientes, dentre os quais a falta de dinheiro para a alimentação e transporte.

Por seu turno, Celestino Domingos, 18 anos, defende a repartição dos valores da renda diária em curto período. Lavador há um ano, prevê pouca arrecadação de receitas.

Deste modo, os valores arrecadados devem ser entregues num período semanal, em função dos gastos. Os lucros de lavagem informal têm uma ligeira diferença com os de formal.

A diferença de preços é de 200 Kwanzas, favorável para o formal. Os informais cobram entre os 300 e os 500 Kwanzas para automóveis ligeiros e mil para jeeps. Os jovens com os carros móveis estipulam uma tarifa de 700 Kwanzas para ligeiros e mil e 200 Kwanzas para jeeps.

O dinheiro adquirido é depositado no Ministério da Juventude e Desportos sob a gerência do projecto, para num período semanal ou mensal os jovens receberem a remuneração.

O projecto vai enquadrar onze jovens no ensino, após a obtenção dos bilhetes de identidade, ao mesmo tempo que vai estimular os jovens para o seu próprio negócio de forma autónoma, atendendo directamente os clientes."

Inserido no projecto Angola Jovem, o projecto Carsukula visa o fomento do emprego e a promoção de valores de sustentabilidade e responsabilidade individual, proporcionando aos jovens actividades úteis à sociedade. ao mesmo tempo que contribui para limpeza e conservação das cidades.

Para o projecto Carsukula, o Ministério da Juventude e Desportos disponibilizou verbas, no quadro do Orçamento Geral do Estado, adquirindo ca11'inhos no exterior do país.

Os carrinhos foram concebidos especialmente para desenvolverem uma lavagem perfeita, minimizando o consumo de água e o impacto do meio ambiente. O sistema adapta-se aos diferentes tipos de estacionamento que podem ser na rua, em shoppings, hipermercados, aeroportos, parques municipais, complexos empresariais e condomínios.

O método consiste numa combinação de lavagem manual, com alta tecnologia exclusiva que utiliza unidades móveis (carrinho de lavagem). r Eles dispõem de água, lança de pressão, aspirador, máquina e espaço para a colocação do lixo e produtos de limpeza. I

08.2.18 Conservadora pede compreensão dos cidadãos no acto de levantamento de documentos

Jornal de Angola...27-02-2008

A conservadora da 5ª Conservatória de Registo Civil de Luanda, no município do Kilamba Kiaxi, Rosária Graça dos Santos, apelou à população a ter maior compreensão e paciência durante o tratamento e levantamento dos seus documentos na repartição.

Rosária Graça dos Santos disse que alguns cidadãos que procuram pelos serviços desta unidade de registo têm reclamado a morosidade na entrega ou tratamento de documentos.

Para si, essa situação, em alguns casos, é originada por certas pessoas que "causam desordem" e em função disso facultam a morosidade do atendimento aos interessados no tratamento e recepção de documentos. A responsável considera ser necessário que a população tenha maior paciência aquando do tratamento dos seus documentos, quer sejam cédulas, certidões narrativas de nascimento ou de casamentos, pois e runa ou de outra forma os mesmos lhes chegarão a mão.

"As pessoas manifestam-se muito impacientes nestes casos, esquecendo-se que elas são as principais causadoras das suas dificuldades, pois adiam o registo dos seus filhos ao invés de o fazerem ao fim de 30 dias após o seu nascimento, como mandam as regras e não meses ou anos depois quando já estejam em idade escolar", sublinhou a conservadora.

Segundo ela, urge também a necessidade dos pais e outros encarregados de educação zelarem para o cumprimento desta norma, consciencializarem-se do facto e registarem os seus filhos à nascença, de forma a evitarem todo o tipo de transtornos derivados da morosidade deste processo.

Referindo-se às certidões narrativas de nascimento solicitadas, a conservadora considerou haver maior reclamações, pois alguns querem com urgência ou seja prontas num período de quatro dias, daí que as

assinaturas dos assentos são feitas, copiadas e autenticadas imediatamente para posterior entrega aos devidos utentes.

Em relação as cédulas, disse haver um processo normal, pois o indivíduo recém registado só não leva o seu documento devido ao facto de haver grande densidade populacional a nível do município do Kilamba Kiaxi, desde a sua expansão.

No entanto, afirmou, existem cédulas passadas, embora se tenha verificado algum atraso superado com o destacamento de três funcionários destinados apenas ao seu preenchimento, daí poder-se dizer que há condições para entrega da documentação aos respectivos donos num período de oito dias após o seu tratamento.

Rosária dos Santos apelou também aos cidadãos a reclamarem as suas cédulas, caso não as recebam findos os oito dias, junto dos funcionários em serviço reservados a entrega dos documentos, no sentido de se formalizar e solucionar a questão.

A 5ª Conservatória de Registo Civil de Luanda efectua 30 a 40 registos de nascimento por dia, na sua maioria a menores dos zero a seis anos de idade.

Na 5ª conservatória registam-se diariamente cerca de 20 casos de óbitos e por cada sexta-feira realiza oito a dez casamentos, contrários aos 15 a 16 no período de Dezembro 00 ano transacto.

A instituição utiliza os dias de segunda a quinta-feira para entrega das cédulas, quarta e quinta para certidões, enquanto a sexta-feira está reservada para casamentos

08.2.19 Os vendedores de rua

Jornal de Angola...27-01-2008

OS vendedores de rua, que se metem no meio do trânsito e bloqueiam os passeios, exercem uma actividade a todos os titulas esforçada, quase desportiva. Tornaram-se um símbolo distintivo da capital.

As análises mais classistas, algumas até de círculos de onde não se esperava tanto apego à política, tendem a percebê-los como um sinal de pobreza.

Cá por mim, hoje por hoje, associo-os mais a uma manifestação própria da fase de entrada dos jovens para a vida activa.

Trata-se de um período em que se quer ter um emprego, algum dinheiro para as despesas que a idade exige, roupas, calçado de marca e mais algum para os tempos de lazer.

Nesse período de transição da vida, por onde todos passamos, porventura mais curta entre os nossos jovens, pelas razões dos tempos que foram para ficar, a

idade adulta e a vontade de ter um emprego parece ser o denominador comum e a explicação para que muitos jovens percorram as ruas de Luanda a vender.

Muitos confessam que até estudam. Daí que seja de concluir para uma boa parte deles a venda na rua seja apenas uma actividade sazonal, ou seja, uma forma de passar o tempo, juntando o útil ao agradável. Daí que o número aumente claramente no período de férias escolares e que diminua durante as aulas.

Não cabe, portanto, na modesta maneira de ver o problema, a perseguição cega, e por vezes violenta, que se faz aos jovens vendedores de rua, como por vezes se vê. Se a venda de rua transformou a capital numa imensa feira a céu aberto, que ajuda a perturbar o caótico trânsito da cidade, a culpa não é certamente dos jovens vendedores, que além de quererem garantir algum dinheiro para as suas despesas próprias, servem de montra para nos alertar sobre que falta em casa.

Há quem tenha o dever de regular essa actividade. O comércio? A polícia económica? A fiscalização?

Há que reconhecer que os vendedores têm vindo a assumir um comportamento cada vez mais civilizado. O hábito de assediá-lo cliente como acontecia no período em que essa actividade surgiu, pelas razões que não são as mesmas de hoje, parece estar a desaparecer e a dar lugar a atitudes mais correctas.

Não vejo necessidade de perseguir os vendedores. Antes pelo contrário, o que há que identificar e punir é a prática persistente de alguns comerciantes que os exploram de maneira ilegal e despudorada, descarregando contentores inteiros nas suas mãos e inundando a cidade de produtos que já estão à venda na maior parte das lojas da capital, promovendo com isso a concorrência desleal, redes de comercialização descontroladas e redes de socialização entre os jovens propícias à formação de ilegais, na maneira mais branda de ver o problema.

O comércio que fornece produtos aos vendedores de rua é um comércio que se aproveita da idade, da energia e da vontade desses jovens e que não assume qualquer responsabilidade social, nem parece fazer-se conduzir por qualquer género de ética comercial.

Os comerciantes utilizam-nos para colocarem em circulação os seus produtos, sem que sejam obrigados a pagar-lhes um salário, a garantir-lhes a segurança social e a dar entrada no tesouro público dos impostos devidos pelo usufruto do trabalho de outrem.

O que os grossistas fazem aqui é transformar os jovens vendedores da cidade capital em retalhistas que garantem um lucro imediato, à saída da porta do contentor.

FEVREIRO 2008

08.2.1 GPL prova desemprego aos vendedores dos mercados

Folha 8...02-02-2008

O governador da província de Luanda, Job Castelo Capapinha, em reunião com administradores municipais e outros colaboradores, garantiu, na última semana do mês de Dezembro de 2007, que os mercados dos Congolenses e São Paulo seriam reinaugurados em Janeiro, porém, a promessa não foi cumprida.

O promessa de reinauguração dos mercados foi encarada com grande expectativa no seio dos vendedores, visto ter sido o primeiro pronunciamento sobre o assunto feito por determinado governante, no caso, o governador da província, visto como sendo o único que sabe da verdade à cerca do processo. Na altura do pronunciamento, Capapinha, garantiu que estava ultrapassada a situação que condicionava a reinauguração dos referidos estabelecimentos, adiantando prender-se com a forma de gestão a ser implementada. A pública e a privada foram as possibilidades. A escolha caiu para a pública em consequência do insucesso que o GPL teve com a experiência da gestão privada, segundo explicações do governador, que, diz ter pedido "uma moratória ao Presidente da República" para o atraso que se verifica na reinauguração dos mercados.

Capapinha não cumpriu com a promessa para tristeza das centenas de vendedores que dependem dos referidos estabelecimentos para sustentar as respectivas famílias, como é o caso de Marta de Jesus, 50 anos de idade, e sem "forças para andar nas corridas como os jovens" que andam nas corridas com os fiscais por venderem nas vias de acesso aos mercados. Desde Outubro que os vendedores estão sem local para vender, em consequência da destruição dos mercados provisórios que tinham sido construídos depois do encerramento dos mercados antigos. Os provisórios deram lugar aos futuros parques de estacionamento, lançando os vendedores à rua.

Surgiu a promessa que a reinauguração dos mercados aconteceria quinze dias depois, o que não se efectivou. A segunda promessa tinha em conta que, no dia 11 de Novembro, os mercados estariam disponíveis para as vendas. Outro fracasso. Outra promessa indicava o dia 10 de Dezembro de 2007, seguindo a tal que indicava o mês de Janeiro, com a particularidade de esta ter sido a única feita pública e oficialmente, pelo que, dava maiores garantias aos vendedores. Facto -é que também não passou de um falso alarme, motivando interrogações como: "afinal o que se estará a passar?"

08.2.2 Futuro Mercado do Panguila, praticamente acabado, poderá garantir mais dignidade aos vendedores

Jornal de Angola...03-02-2008

Já lá vão e mais de ano e meio, desde que as autoridades provinciais anunciaram a deslocação do Mercado Roque Santeiro para uma área mais espaçosa, onde se pudesse assentar condignamente os seus integrantes. Pelos cálculos feitos, os técnicos concluíram que a zona do Panguila tinha tudo para receber o mundo de gente que tem no maior mercado de África o seu ganha-pão, além da vasta gama de mercadoria.

A nova área, onde já se divisam praticamente todas as estruturas que vão dar corpo ao novo Roque, está longamente afastada da zona da actual praça, mas não de Luanda. Pois, se do Sambizanga ao Panguila se nota a distância, o mesmo não se pode dizer do resto da cidade.

O receio manifestado por alguns vendedores e clientes não passa de uma ilusão de óptica, que ganha espaço apenas por causa do estado da estrada, que, em alguns pontos, apresenta ainda sérios embaraços ao tráfego automóvel, algo que daria lugar a um verdadeiro pesadelo, caso o mercado fosse deslocado nestes dias para o Panguila.

Neste aspecto, a rejeição de certos vendedores encontra espaço para precedentes, já que, ao invés de ajudar, traria à cena outras situações... com os seus problemas também. A decisão da deslocação do mercado pelas autoridades, que, pelo que tudo indica, vai ser baptizado com o nome de "Mercado do Panguila", foi bem recebida pela sociedade.

Governo e população não se descruzaram quanto à busca de uma maneira mais justa para acomodar devidamente toda aquela gente, tanto os que vendem quanto os que volta e meia vão lá ter para adquirir os seus produtos essenciais. E não são poucos, obviamente.

E nem a lentidão, por assim dizer, que se regista na concretização da obra, justifica a paragem ou suspensão do projecto, precisamente porque a área actual não dispõe de qualquer elemento que ateste a sua existência. Mercadoria e lixo disputam o mesmo espaço. Só em espaço, ° ainda mercado do Roque deixa atrás o seu substituto do Panguila.

Condição que não lhe serve para nada, porque os focos são tantos, que às tantas fica difícil dar conta da situação, como já se provou ao longo desse tempo. Várias campanhas de limpeza ficaram pelo caminho e, para não deixar a coisa assim, como se diz na gíria, se convencionou limpar os mercados às segundas-feiras.

Outro entrave tem a ver com a disposição das barracas e corredores, que, de longe, ficam a anos-luz da estrutura do futuro mercado. Os empurrões tão habituais não mais terão lugar, pelo menos da maneira como actualmente acontecem, onde ninguém sabe, ao certo, porque está a ser acotovelado, ou se se é vítima de um comprador apressado ou de um gatuno, como se conhecem vulgarmente os larápios.

O estado de conservação da mercadoria, a arrumação por áreas e armazenamento irão conhecer igualmente uma melhoria substancial. São aspectos tão simples quanto as linhas esclarecem, mas que no Mercado Roque Santeiro são uma verdadeira dor de cabeça.

Os produtos, ou se quisermos a mercadoria, é armazenada em casas localizadas nas cercanias da praça sem as condições necessárias a esse tipo de actividade. Os comerciantes acharam por bem designá-las "casas de processo", o que, por si só, explica bem a relação das mesmas com o mercado.

Entre todas as preocupações, a mais grave prende-se com a comercialização de produtos perecíveis. Estes são vendidos debaixo de sol ardente, poeira e lixo à mistura. Isso para não falar do fumo, que, às vezes, chega a cobrir de negro o céu sobre o mercado. (...)

Com o futuro mercado, tais situações, se não acabarem de todo, vão pelo menos reduzir o seu impacto. Certeza, certeza mesmo pode-se ter das preocupações ligadas à acomodação da mercadoria e comercialização de produtos perecíveis.

08.2.3 Inauguração dos Congolenses e do S. Paulo só na 2ª feira (4)

S. Angolense...09-02-08

OS reabilitados mercados dos Congolenses e do São Paulo só deverão ser, finalmente, inaugurados na próxima segunda-feira, 4 de Fevereiro, feriado nacional, quatro dias depois de esgotado o prazo que o próprio Governador Provincial de Luanda tinha dado como certo para a realização da cerimónia, segundo soube o Semanário Angolense de boa fonte.

Num pronunciamento público feito em finais de Dezembro, que, entre outros, serviu para que o Governador de Luanda se explicasse sobre a demora na reabertura daqueles dois mercados, Job Capapinha prometera que a sua reinauguração aconteceria, impreterivelmente, ao longo do mês de Janeiro. Porém, foi incapaz de honrar a sua palavra, por razões que este jornal desconhece.

Na altura, o Governador de Luanda dissera também que a demora na reabertura dos recintos se deveria a problemas ligados à sua gestão, uma vez que a experiência com a sua atribuição a entidades privadas feita

noutros mercados se mostrara ineficaz e/ ou prejudicial.

Segundo Job Capapinha, uma comissão de estudo criada para analisar o assunto concluíra que seria melhor que a gestão dos mercados dos Congolenses e do São Paulo fosse da responsabilidade directa das correspondentes administrações municipais (Rangel e Sambizanga), sob supervisão da direcção dos serviços comunitários do Governo Provincial de Luanda.

Ora, explicadas, aparentemente, as causas da morosidade da inauguração e em face da promessa do Governador, estava todo o mundo (incluindo os já desesperados vendedores) à espera que eles fossem reabertos no dia da cidade de Luanda (comemorado a 25 de Janeiro), como este jornal anunciara, com base em fontes seguras do próprio GPL, mas, contra todas as expectativas, mais uma vez, tal não se concretizou.

E agora, surge esta nova data, ao que soube o Semanário Angolense, anunciada por Job Capapinha, no sábado da semana passada, no cine Atlântico, durante um encontro que teve com as comissões de moradores e condóminos de vários bairros de Luanda. «O Governo provincial considerou ser melhor que a inauguração se procedesse numa data nacional/», disse uma fonte da administração municipal do Rangel, referindo-se ao «4 de Fevereiro», dia em que se comemora o início da luta armada de libertação nacional, corno a data «ideal».

Coincidente e curiosamente, foi também no «4 de Fevereiro» do ano passado que o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, procedeu à inauguração de uma série de mercados então reabilitados ou construídos de raiz em vários pontos da cidade, mas já é quase certo de que, desta vez, não será ele a dirigir a cerimónia, embora se possa decidir à última hora, para fazer a felicidade de Job Capapinha e seus colaboradores.

De resto, é possível que ao último adiamento não esteja alheio uma derradeira tentativa de Job Capapinha para demover o Presidente da República a proceder à inauguração dos dois mercados, como parece ser sua obsessão, se bem que o Chefe de Estado já tenha dado mostras de que não está mais muito interessado nisso. Segundo algumas vozes, José Eduardo dos Santos estaria desencantado com o resultado das obras de reabilitação que lhe foi apresentado, uma vez que, pelo dinheiro que se diz ter sido empregue, ele esperava por coisa melhor, de maior grandiosidade, partindo daí a sua suposta recusa em honrar a reabertura dos referidos mercados com a sua presença, por serem comezinhos, apesar dos esforços do Governador em sentido contrário, a carácter de obsessão.

Uma obsessão que está a ter reflexos tremendamente negativos na vida de milhares de cidadãos que faziam pela vida nos «velhos» mercados, a níveis que se acentuam a cada dia que ficam à espera que a abertura dos «novos», finalmente, se processe.

«Por enquanto, não temos nada que indique que o Presidente virá à inauguração», disse a nossa fonte, reforçando apenas que tudo está a ser preparado para que, efectivamente, ela aconteça na próxima segunda-feira, como Job Capapinha anunciou no encontro do «Atlântico».

«Uff (, até que enfim», dirão certamente os vendedores dos dois mercados, que por enquanto continuam sem entender as verdadeiras razões da sua desgastante espera pelo regresso ao trabalho. Será desta?

08.2.4 Micro-crédito impulsiona profissões e micro-empresas

Jornal de Angola...12-02-2008

Mais de trinta grupos de jovens vão beneficiar brevemente de crédito jovem na província do Huambo, através do conselho provincial da juventude e desportos, com o devido apoio do governo local, com vista a fazer com que a juventude desempregada possa criar micro-empresas.

O chefe do departamento da Juventude e Desportos do Huambo, Martinho Sukete, justificou a concessão do crédito com o facto de os jovens serem uma das camadas mais vulneráveis em termos de desenvolvimento, tanto no aspecto económico-social, como na formação académica e profissional.

Segundo Martinho Sukete, o crédito vai servir para os jovens darem os primeiros passos na vida quotidiana. "E por esta situação (desemprego) que o Governo central, em colaboração com os governos provinciais, lançou recentemente o crédito jovem, do programa "Angola Jovem", de forma a apoiá-los nesta vertente", lembrou.

Martinho Sukete disse que o programa visa também diminuir os índices de delinquência juvenil.

Defendeu, no entanto, que é necessário que os jovens adquiram formação sócio-profissional para bem gerir os seus negócios.

Adiantou que os mais de trinta jovens que receberão entre 500 a 20 mil dólares americanos, já foram beneficiados com duas acções formativas.

Apesar de não ter prestado informações sobre o prazo de reembolso do crédito, Martinho Sukete disse que esta iniciativa do Governo constitui uma mais-valia na mudança mentalidade de muitos jovens que não têm ocupação.

08.2.5 Farmácias da periferia nas mãos dos biscateiros

Folha 8...16-02-2008

A maior parte das farmácias que operam na periferia de Luanda não obedecem às normas internacionais sobre a venda de medicamentos. A situação, com a gravidade que carrega, continua a alastrar-se, pondo em risco centenas, senão mesmo milhares de vidas que acorrem aflitas a tais locais.

Segundo apurámos, esta irregularidade é maioritariamente praticada por cidadãos estrangeiros, sendo congolese e malianos os líderes de tal prática. Diga-se em abono da verdade que, em muitos casos, estes estrangeiros se infiltram nesta actividade com ajuda de angolanos.

Para já, boa parte das farmácias que visitámos eram cantinas ou recintos de venda de bebidas alcoólicas de cidadãos nacionais que, sem sucesso na actividade, se viram obrigados a arrendar a terceiros. Nesta senda, os inclinados mais frequentes passaram a ser expatriados.

Na nossa ronda demos ainda conta de que estes estrangeiros, vindos dos seus países com o propósito único de exercer actividades comerciais, começaram por ser juntar aos nacionais possuidores de alvarás, o que significa que as duas partes eram proprietárias do negócio.

Mais tarde, na medida que a "yula" avançava e para a satisfação dos donos da terra, os imigrantes já não aceitavam fazer sociedade, exigindo alugar as licenças comerciais para poderem ser os "donos da bola".

A certa altura, não menos de cinco anos, começou a se verificar o domínio dos estrangeiros, principalmente os das nacionalidades já mencionadas, sobre as farmácias nas zonas periféricas da capital. Muitos indivíduos não pensaram duas vezes e começaram a alugar parte das suas casas para o negócio.

Pouco a pouco, os estrangeiros foram convidando amigos e parentes nos seus países de origem, para virem fazer o mesmo "trabalho". Daí em diante, tudo passaria a resumir-se simplesmente a um jogo de ilegalidades que vai desde a falta de formação do proprietário e dos funcionários a alvarás caducados. Há inclusive farmácias que nem sequer passam factura.

Os entrevistados atestaram ainda que o fraco nível de formação dos "farmacêuticos" é visto com muita superficialidade. "Há caso em que nós pedimos um medicamento e eles não dão outro, que não tem nada haver com o medicamento recomendado pelo médico", disse, Maria Teixeira, que se encontrava a comprar medicamentos na Farmácia Celpem, no bairro da Cuca. Contrariando as informações que nos foram reveladas por uma fonte afectada ao Instituto Médio de Saúde (IMS), um dos funcionários da Farmácia Celpem garantiu a este semanário que fizera o curso de especialização em farmácia naquele mesmo instituto o que, por sinal, não condiz com a realidade, já que aquela escola anda há muito tempo encerrada.

No município do Rangel encontramos diversas farmácias, entre as quais a Neo Med, que, segundo apurámos, encontrava-se fechada porque os proprietários (que por sinal são malianos) foram notificados pela polícia económica por estarem a comercializar produtos com prazos de validade vencidos.

"As' farmácias, embora não ofereçam muita segurança, têm ajudado muito a população, porque passamos a comprar os medicamentos sem termos que nos deslocar para o centro da cidade ou procurar nos vendedores ambulantes", frisou a enfermeira Vanuza da Silva.

Acrescentou ainda que "os farmacêuticos fazem de tudo para conservarem os medicamentos. É bem verdade que eles não têm os equipamentos próprios para tal e a falta de energia tem contribuído com uma quota-parte".

No Palanca, a maioria das farmácias foram encerradas, temporariamente pela Polícia por não possuírem os documentos completos e por comercializarem medicamentos expirados. Os proprietários das farmácias alegam que têm todos os documentos "em dia", como se diz na gíria, e cumprem as normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

"Tratamos todos os documentos que a Lei angolana exige mas, mesmo assim somos constantemente apoquentados pelos agentes da fiscalização e da polícia económica", disse um comerciante que recusou-se dizer o seu nome e nacionalidade, mas que aparentou ser oriundo da República Democrática do Congo.

Também no Rangel, um dos municípios com o maior número de farmácias, encontramos alguns estabelecimentos de venda de medicamentos que se encontravam encerradas por ilegalidades.

Ao que tudo indica, os clientes de tais farmácia apercebem-se de que os funcionários que os atendem não dominam a profissão, mas mesmo assim preferem arriscar, alegadamente por ser mais barato e próximo de casa. "Não temos tempo para sair daqui até no centro da cidade para comprarmos os medicamentos porque, para além de serem mais caros, gastamos dinheiro com táxi, ficamos presos no engarrafamento e ainda corremos o risco de encontrarmos o nosso familiar que estiver doente já morto", disse a mulher identificada apenas por Maria, que se encontrava a comprar medicamentos numa das farmácia localizadas no bairro do Palanca.

Já na Funda, comuna mais a norte da capital, pertencente ao município de Cacucaco, constatamos a existência de uma farmácia que atende os 27 bairros do município. Ao contrário das outras farmácias, a da Funda é dirigida por farmacêuticos angolanos. Segundo apurámos, embora esteja numa zona rural abastece um número elevado de população e os medicamentos são

cuidadosamente tratados pelos responsáveis do estabelecimento.

Não tivemos sucesso na tentativa que fizemos para ouvir a Direcção Nacional de Medicamentos sobre a problemática que aqui abordamos, pelo facto de o seu director ter agenda apertada na altura em que lá estivemos. Mas, segundo a sua secretária, aquele responsável poderá falar nos próximos tempos.

08.2.6 Alento para «milhares» de aflitos

Capital...16-02-2008

O jovem Joaquim, engraxador de sapatos, disse-nos, por exemplo, que se tomou cliente de Dilson há tempos. Anteriormente tinham dificuldades de comprar comida quente, já que os parques rendimentos da venda de guloseimas e da graxa de sapatos não lhe permitiam grandes voos. «Bebia uma gasosa, comprava um pão, e ficava ali. Mas agora, com o aparecimento destes moços, com 100 kwanzas já consigo comer bem», manifestou.

Vinte e quatro anos, Júlia, jovem zungueira, não escondeu a sua adesão a compra das refeições servidas na rua. Recorreu aos moços das marmitas prateadas depois de notar que a compra de refeições nas casas tradicionais que até então detinham o monopólio da confecção e venda de comida pronta a comer, prejudicava o negócio pessoal dela.

«Elas vendem pratos caros e, se todos os dias tivermos que comprar nelas, não conseguimos ter lucros nos nossos negócios», adiantou Júlia à nossa reportagem, cuja ronda permitiu verificar, neste âmbito, e o universo de clientes destes jovens não se limita aos zungueiros, seguranças, lavadores de carros, raboteiros ou engraxadores de sapatos. Há também funcionários, públicos ou não, que viram nos «take away móveis» uma porta de saída para solucionar as suas limitações financeiras na hora do almoço.

O senhor Celestino, 40 anos, é um exemplo. Entende que com o encerramento do mercado do Kinaxixe as coisas se complicaram. «Antes tínhamos o mercado onde podíamos comprar qualquer coisa. Agora que fecharam, o dinheiro só dá mesmo para comprar nestes miúdos», constatou, concordantemente com outras vozes, segundo as quais, o encerramento do referido mercado onde já era possível tomarem-se refeições à vontade, fez com que, algumas casas que se dedicam à confecção e venda de refeições inflammassem os preços. «A pagar todos os dias 300 ou 500 kwanzas por um prato de comida, no final do mês não resta nada para levar para casa», lamentou Celestino.

08.2.7 De onde vem essa vontade de bem servir?

Capital...16-02-2008

COMO todas as artes, esta teve origem em várias situações. No caso de Alzira Damião, tudo começou num estado emocional de revolta e a frustração que a consumia. Foi assim que o empreendedorismo nesse sentido a apelou para este negócio. Antiga vendedora do encerrado mercado do Kinaxixi, esse monstro adormecido bem no centro da cidade de Luanda, sob o olhar de esguelha da rainha Nzinga Mbandi.

Alzira tinha um espaço neste mercado e explorava-o, cozinhando os mais diversos kitute da nossa gastronomia. Mais de cinco anos a trabalhar no local, já tinha atraído um vasto número de clientes que até, segundo ela, recomendavam, ao telefone, as refeições e o número de pratos que gostariam de consumir. A bonança não tardou a acabar quando, inesperadamente os gestores da coisa pública decidiram transformar o velho mercado num shopping para outro tipo de inquilinos. A medida caiu como um balde de água fria em pessoas como Alzira. O horizonte de esperança estava cada vez mais escuro, pois, nem sequer lhes era apontado um sítio onde os negócios pudessem prosseguir.

E como contra a força do Estado não se rema, não havia outra alternativa senão ceder e abandonar o Kinaxixi, ainda que com a garganta a doer de saudade. Alzira levou tudo para a sua casa. Ficou parada por muito tempo, mas como sabe que barco parado não ganha frete, começou a cozinhar no seu quintal e lá mesmo servir as refeições. No começo fazia-o em pequena escala. Viu que sobrava muita comida, o que representava um desperdício.

Foi aí que, em conversa com clientes amigos, chegou à conclusão de que a venda de comida de refeições «in situ» resultava. Entretanto, a empreitada era grande, sugerindo o emprego de pessoal auxiliar. Nasceu então a ideia de enquadrar em seu tomo, para além de raparigas na cozinha, outro número de ajudantes eram precisos para a distribuição das refeições nas ruas, à preço acessível.

Ela disse que difícil foi começar, mas a medida que o negócio se agigantou, ganhou traquejo.

08.2.8 Espaços de venda são distribuídos hoje

Jornal de Angola...19-02-2008

O processo de distribuição dos espaços aos vendedores, quer no mercado dos Congolenses, quer no do São Paulo, inicia hoje. A garantia foi dada pelos seus responsáveis, ontem, à margem do acto de inauguração dos dois mercados pela Governadora interina da província de Luanda, Francisca do Espírito

Santo.

O administrador do mercado dos Congolenses, Raul da Silva, que reconheceu ser, insuficiente o número de bancadas, tendo 'em conta o total de vendedores registados, disse que o pessoal excedente será encaminhado para o mercado do Bairro Popular.

"Nós temos três mil e 700 vendedores, mil e oito bancadas, 28 lojas grandes e 73 pequenas. Quando estes espaços se esgotarem, vamos transferi-los para o mercado do Bairro Popular", disse.

A coordenadora adjunta do mercado do São Paulo, Teresa de Brito Teixeira, não avançou outros pormenores, disse apenas que a administração vai a partir de hoje distribuir os espaços.

As vendedoras dos mercados dos Congolenses e do São Paulo estão ansiosas por saberem a localização exacta dos seus espaços de venda. Isto as preocupa pelo facto de o número de espaços de venda (bancadas) existente actualmente quer num, quer no outro mercado, ser inferior ao número de vendedores que cada um possuía antes da reabilitação. Elas não querem ficar sem espaço para retomarem os seus negócios após à paragem de cerca de quatro meses devido aos trabalhos de reabilitação. É o caso de Lourenço Rodrigues, Teresa de Fátima, Santa Luzia, Catarina de Tomás, Domingas Leitão, Fátima Sabino, Maria Bernardo e Francisca Miranda.

Todas elas são vendedoras do mercado do São Paulo há mais de 15 anos. Não sabem ainda em que bancada irão comercializar os seus produtos. Por este motivo, deslocaram-se até lá, não só para assistir à inauguração, como também para se inteirarem do processo de ocupação dos lugares. Da parte da administração do mercado não obtiveram qualquer informação a respeito. Enquanto aguardam por uma informação, passeiam pelo mercado e partilham as suas impressões com as colegas. Luzia Jorge e Virgínia dos Santos, que são também vendedoras do mercado do São Paulo, estão mais apreensivas porque souberam que o espaço reservado actualmente ao serviço de cozinha, além de ser pequeno, terá uma gerência. Essa é a área de negócio destas duas mulheres, que tal como as demais, fazem-se acompanhar dos respectivos passes que comprovam o seu vínculo ao mercado.

Menos agitadas, Alzira da Costa, Vitória e Ana Joaquim acreditam que a administração do mercado vai arranjar espaço para todos. Elas, mais do que as outras, demonstravam alegria pela reabertura do mercado.

Nos Congolenses, o ambiente foi mais festivo (com música alta inclusive) do que de agitação, ao contrário do São Paulo. O número de bancadas (mil e oito) e de lojas (28 grandes e 73 pequenas) também não é suficiente para todos os vendedores (três mil e 700), ao que tudo indica. Mas Eva Cafala e Isabel Alexandre, ambas vendedoras, não ficaram exaltadas com a situação. Dizem receber garantias da administração de que

terão o seu espaço.

08.2.9 Luanda terá novos mercados

Jornal de Angola...19-02-2008

A cidade de Luanda terá novos mercados. Segundo a Governadora interina da província, Francisca do Espírito Santo, o programa de construção de mercados vai continuar, para albergar as mulheres e homens que pretendem realizar actividade comercial.

Francisca do Espírito Santo fez esta revelação ontem, na cerimónia de reabertura do Mercado dos Congolenses. Ainda ontem foi igualmente reaberto o do São Paulo. Ambos os estabelecimentos estiveram encerrados para reabilitação.

Os mercados ora reabilitados apresentam um aspecto moderno.

Dispõem agora das necessárias condições para a prática de comércio dos mais diferentes produtos, assim como de mais espaço e meios técnicos, como frigoríficos para conservação de produtos, entre outros.

Francisca do Espírito Santo recordou que está já em obras o mercado do Panguila, no município do Cacucaco.

A Governadora apelou as quitadeiras e os usuários dos mercados a cuidarem dessas infra-estruturas. Exortou-os a velarem pela higiene e limpeza, a gerirem convenientemente os espaços reservados às áreas de comercialização e a não danificarem as estruturas e meios colocados à sua disposição, para que o mercado cumpra com o papel de dar oportunidade de negócios a centenas de angolanos e para que possa durar muito tempo.

Francisca do Espírito Santo disse que o Governo está satisfeito com a qualidade dos mercados. Segundo ela, os projectos de construção dos mercados foram cumpridos exactamente conforme haviam sido programados.

Questionada sobre o que representa para ela a satisfação da população (manifestada no acto de inauguração), respondeu que representa aquilo que a população sente quando o Governo consegue implementar projectos que vão ao encontro das necessidades básicas da população

O mercado dos Congolenses possui quatro naves com 1009 bancas para a venda de produtos, duas câmaras frigoríficas, um armazém para produtos secos, uma área administrativa, 101 lojas novas, 5 viveiros, 88 quiosques, um gerador de 200 KV A, um tanque de água, 4 instalações sanitárias públicas, uma casa de guarda e um parque de estacionamento.

A obra esteve a cargo da construtora China Jiangsu

Internacional e foi fiscalizada pela empresa Consurb-Construções urbanas. No mercado do São Paulo, que tem uma área total 7.039 metros quadrados, foi construída uma nave com 753 bancas, duas câmaras frigoríficas, 119 quiosques, 4 armazéns, instalações sanitárias para homens e mulheres, um gerador de 530 KVA, uma casa de guarda, uma cantina e dois parques de estacionamento. A modernização dos mercados vai permitir que os vendedores comercializem os seus produtos com maior segurança e em melhores condições de higiene.

08.2.10 Vendedoras serão retiradas das ruas do Rangel

Jornal de Angola...21-02-08

As quitadeiras que procedem à venda de produtos nas ruas Lino Amezaga, "Pedrinhas" e junto a "Tecomat" começaram ontem a ser registadas por uma equipa da Administração Municipal do Rangel, em Luanda, com vista a sua transferência para locais próprios, deu a conhecer o administrador da circunscrição, João Domingos.

Em declarações à imprensa, o responsável explicou que as vendedeiras, em função das suas áreas de residência serão transferidas para os mercados do Neves Bendinha (município do Kilamba Kiayi), Cajueiro (Cazenga) e para o mercado municipal do Rangel.

Segundo João Domingos, as pessoas interessadas em vender nos mercados referenciados devem contactar as administrações comunais e municipais, no Rangel, para se inscreverem.

Referiu que logo após o levantamento que está a ser efectuado, o Comando da X divisão e a Brigada Especial de Fiscalização vão repor a legalidade nas vias. Na segunda-feira, a governadora interina da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, reabriu os mercados dos Congolenses e São Paulo.³ Governação e Descentralização

MARCO 2008

08.3.1 Em nossa casa, mandamos nos!

A Capital...01-03-08

TERESA Angelina faz conta dos valores em mão. «Se não comprarem outra, aqui vai sair o meu almoço e o jantar de lá em casa», disse ao indicar para os 700 kwanzas que acabava de receber pela venda de um conjunto de almofadas.

Ela conta que, há anos, é a responsável pelo sustento de casa. «Tudo é comigo, desde a água até à caixa de fósforo», contou em tom irónico. O marido, acrescentou, não trabalha há mais de 14 anos e os filhos ainda se encontram em idade escolar. «Até a casa quem construiu fui eu».

Não é um caso único. As mulheres conformam a grande maioria entre os frequentadores do mercado Roque Santeiro, entre clientes e vendedores. E são elas, também, as verdadeiras garantias de sustento, em lares onde os maridos estão desempregados. Da nossa ronda pelo mercado, notamos que as mulheres com quem falamos tinham essa mesma particularidade, de sustentar as respectivas famílias. Sebastiana na, por exemplo, contou que marido deixou de trabalhar desde a independência. A partir daí, todo o encargo do sustento dos sete filhos do casal recai sobre os seus ombros. «Não é fácil, mas vamos fazer como?!», questionou-se para, em seguida, concluir com um sorriso: «é a vida».

08.3.2 Candonga de água penaliza rocha pinto

Semanario Angolense...01-03-08

Milhares de moradores do bairro Rocha Pinto têm sido privados do abastecimento de água devido à venda ilícita desse precioso líquido aos candongueiros das cisternas.

A água tem sido vendida a partir de tanques subterrâneos feitos nos quintais de alguns moradores. Há indicações de que as pessoas envolvidas no negócio ergueram enormes reservatórios, com o propósito de proceder à venda de água aos camiões cisternas e aos vizinhos sedentos.

Alguns moradores contactados pelo Semanário Angolense acusaram tais negociantes de estarem a efectuar cortes sistemáticos nas condutas, desviando o precioso líquido para os seus tanques de armazenamento.

Estes, depois de abastecidos, são vendidos aos candongueiros do ramo. No processo de transferência

da água dos reservatórios para os camiões, os intervenientes têm feito uso de electro-bombas, conforme constatou este jornal numa das visitas efectuadas àquele bairro.

«Devido aos desvios, estamos há vários meses privados do acesso à água», queixou-se uma moradora, visivelmente revoltada com o negócio.

Júlia Francisca, uma outra residente no Rocha Pinto, disse que, apesar das inúmeras denúncias feitas sobre o caso, a Empresa Pública de Abastecimento de Água de Luanda (EPAL) «tem estado a ignorar o drama dos moradores do Rocha Pinto».

Para contornar a crise, disseram que um número considerável de moradores não tem tido outra saída senão comprar a água aos detentores de reservatórios. Alguns moradores denunciaram que essa aparente impunidade resultava de um suposto envolvimento de alguns funcionários da EPAL e de agentes da polícia afectos à 4.a Divisão.

Apontaram o nome de um indivíduo, identificado apenas por Cabedal, como sendo um dos «maiores sabotadores de água» naquela zona.

Os preços de venda de uma cisterna aos candongueiros variam entre os 2 e os três mil Kwanzas. Estes, por sua vez, revendem o produto pelo dobro do preço, na periferia da cidade.

O Semanário Angolense não foi bem sucedido na sua tentativa de ouvir a versão sobre o assunto por parte do Gabinete de Comunicação e Imagem da EPAL.

08.3.3 «Saqueiro»

Capital...01-03-08

«Saqueeeeeiro». O grito da quitandeira soou estridente. Ecoou entre as pessoas e barracas que, ao meio-dia da última segunda-feira, 25, povoavam o mercado do Parque, no bairro Rocha Pinto, em Luanda. O chamado sobrepôs-se a vários ruídos comuns ao quotidiano do mercado: aceleração de automóveis, pregão de vendedores ambulantes, conversas em voz alta ou, ainda, barulhentas gargalhadas. Mesmo assim, o grito da quitandeira chegou a um grupo de jovens que se pôs, de imediato, em correria desenfreada. Segunda, um rapaz negro, de baixa e magra estatura, foi o primeiro a chegar.

«Estou aqui», respondeu ao exhibir, para a corpulenta vendedora ainda aos gritos, uma pilha de sacos de plástico, tingidos de azul e branco, que carregava consigo. Era um autêntico contraste, o azul que sobressaía dos sacos e o laranja berrante dos calções curtos que envergava. A troco de 20 kwanzas, lá entregou a um cliente a embalagem de plástico que precisava para carregar os produtos acabados de adquirir.

O mercado do Parque é a principal referência do bairro Rocha Pinto. Representa, para aquela circunscrição, o mesmo significado que o mercado do Roque Santeiro tem para o município do Sambizanga. Inicialmente um ponto de partida para camionistas de viagem para o interior do país, o Parque cresceu e, hoje, já é o segundo maior mercado informal da cidade de Luanda. E isso mede-se pela sua dimensão, embora não oficialmente especificada, e pelo número de populares que ganham a vida ali sub empregados, em número igualmente desconhecido.

Ali, como, de resto, acontece em todos os mercados informais, em Luanda, não há nada mais comum que ouvir, segundo sim, segundo não, uma voz estridente a chamar bem alto por um saqueiro. Foi o que presenciamos ao meio-dia de 25 de Fevereiro.

Dir-se-ia que, no mercado informal, a ocasião fez o saqueiro. O fluxo de compras é grande. Tão grande é que, a dado passo, os clientes passaram a ter necessidade de um maior número de embalagens para carregar os bens que adquirem. Aí surgiram os saqueiros, crianças com menos de 14 anos que passam o dia a andar de um lado para outro, nos mercados, a espera que alguém chame por eles. Depois vendem os sacos plásticos, a troco de 20 kwanzas, e oferecem ainda os seus préstimos como estivadores mirins. É este o ganha-pão do pequeno Segundo, de 13 anos de idade. Vender sacos e carregar compras é, também, a garantia de sustento para um verdadeiro exército de crianças que, como Segundo, fugiram das carências da vida noutras províncias do país para enfrentar os desafios, se calhar maiores ainda, da cidade grande, Luanda. (...)

Estudar, nem pensar, disse ele. Quando, há três anos, decidiu largar a casa dos pais, em Benguela, para tentar a sorte em Luanda, era essa a ideia que tinha em mente. «Queria trabalhar, estudar e, depois, voltar com dinheiro para ajudar a família», revela. Mas a realidade logo frustrou os seus planos. «A vida aqui é muito agitada», insiste.

Quando saiu de Benguela, tinha apenas 10 anos de idade e os conhecimentos lhe permitiam a terceira classe do ensino de base. Hoje, aos 13 anos, não é senão um retrato tímido do que era antes. Fez um corte extravagante na cabeça, bem ao estilo dos astros norte-americanos, tatuou uma cobra gigante na sua perna direita e colocou uma grossa argola em cada uma das suas orelhas. Mais do que isso, Segunda mudou, completamente, os seus objectivos.

«Vou estudar para quê?», questionou para, a seguir, ressaltar. «Vou estudar com o quê, se nem sequer ganho dinheiro suficiente para comer?».

Para já, não pensa em regressar. Em Benguela, conta, deixou uma família pobre. O seu pai, a mãe e mais seis irmãos. O pai é frentista num posto do abastecimento de combustível. O pouco que ganha não serve para sustentar os filhos. A mãe é camponesa. Ou melhor,

detém uma pequena lavra onde planta hortícolas para ajudar o sustento da família. Ele, como filho mais velho, sentiu o peso da responsabilidade e rumou para Luanda. Aqui, agora, vê o seu sonho de se formar e ter um bom emprego esvaír-se, dia após dia, pelo mesmo bolso em que guarda o seu rendimento diário de mil kwanzas. «Agora só estou a juntar dinheiro para comprar uma motorizada e para construir uma pequena casa, quando voltar».

08.3.4 A saga do «Robo-velocistas»

A capital...01-03-08

Ondinho da Silva viu-se mergulhado neste mundo de estivador com apenas 17 anos de idade. Foi forçado, ou seja, a vida ensinou-lhe assim...

Porém, ele tem uma forma própria de ganhar a vida nesta vida. Fâ-lo a transportar a carga sobre o ombro e também com as pernas, a correr atrás das viaturas em serviço de táxi, sobretudo provenientes do Roque Santeiro, e que geralmente transportam consigo mercadorias.

Como ele, a legião é enorme, qual deles o mais veloz, porque aqui a lei é chegar primeiro e transportar mais, o que significa voltar para a casa ou seja lá onde repouse o corpo com algum «tostão», mesmo que furado, para contar história.

08.3.5 Kixicrédito para baixa renda

Novo Jornal...07-03-08

Só na província do Huambo, 3 mil pessoas receberam, até ao início deste ano, financiamentos da Kixicrédito, num total de 1,2 milhões de dólares (KZ 92,4 milhões), concedidos nas duas agências que a instituição possui na província, uma na capital e outra no Bailundo.

A Kixicrédito tem como alvo primordial famílias de baixa renda que, na luta pela sobrevivência, tenham pequenos projectos susceptíveis de gerar lucros. Para o efeito, ele dispõe de produtos como "kixisolidário", "kixireforçado", "kixisalário" e o "kixinegocio".

Exceptuando os dois últimos pacotes, os restantes serviços estão disponíveis ao cliente com a condição primária de constituição de grupos compostos por 10 a 30 pessoas.

Uma vez constituído, cada grupo apresenta as suas necessidades, ideias e projectos de aplicação monetária à Kixicrédito, que por sua vez os analisa. Aprovado o projecto, a instituição reserva um período de um mês para orientação dos integrantes dos grupos que aprendem como gerir o empréstimo de forma solidária.

Este modelo obriga necessariamente a que todos os membros dos grupos se conheçam, exista res-

ponsabilidade colectiva e se acautele possíveis falhas de um dos integrantes na hora do reembolso do crédito.

Os prazos de reembolso vão de 5 a 12 meses para um crédito que varia entre o equivalente a 250 dólares e os 1.000 dólares, a uma taxa de juros de 3%.

No final do reembolso, os integrantes do grupo são livres de continuar, ou não no projecto, e o valor do empréstimo também pode ser acrescido em mais 100 dólares que o anterior. O pacote "kixisolidário" é o que envolve o maior montante. Cada grupo elege normalmente dois comités de cinco membros cada, o de crédito e o de gestão. Esse último escolhe um presidente e seu adjunto, assim como o secretário, o tesoureiro e o auditor.

Enquanto o primeiro recebe o dinheiro do grupo junto do credor para a repartição, o segundo faz a gestão colectiva desses montantes. Apesar da Kixicrédito não ter como prioritária a política de garantias reais, onde podiam se envolver bens móveis e imóveis, em função das possibilidades do seu grupo-alvo, a instituição, ainda assim, também tem serviços de crédito individual, como o "kixinegocio" e o "kixisalário".

No primeiro pacote, o privilégio recai sobre pessoas que tenham sucessos nos empréstimos iniciais, com o tecto a atingir os 10 mil dólares (KZ 77 mil), enquanto o segundo é reservado aos trabalhadores que auferem salários abaixo do equivalente a 500 dólares.

Uma vez manifestado o interesse e comprovado o seu vínculo laboral com o organismo ou empresa mencionado, a Kixicrédito disponibiliza valores equivalentes a cinco ordenados adiantados, para serem reembolsados em doze meses, com uma taxa de juro de 3%.

Contudo, esta sociedade financeira, apesar de reconhecida em Diário da República, aguarda pela respectiva licença do Banco Nacional de Angola (BNA), como instituição supervisora do sector, pois não há ainda uma regulamentação específica sobre as agências viradas para o micro-crédito.

A Kixicrédito, tanto no Huambo como em Luanda, começou na pele de um projecto humanitário denominado "Modos de Vida Sustentáveis", em 2001, integrado nos esforços de luta contra a pobreza urbana, financiado pelo governo britânico, na altura monitorizado pela ONG Development Workshop (DW).

O referido projecto evoluiu para uma instituição autónoma de micro-créditos auto-sustentáveis, nos moldes conhecidos actualmente.

Este semestre, a Kixicrédito vai estender o seu raio de acção à vizinha província do Bié, onde já se vão criando as condições para o efeito. Mais de 60% dos clientes da Kixicrédito são do sexo feminino, o que mostra o peso

que as mulheres começam a ter na sobrevivência de muitos lares em Angola.

08.3.6 Zunga actividade que envelhece Angolanos

Folha8...08-03-08

Os milhares de angolanos que diariamente deambulam pelas mas da capital podem correr sérios problemas de saúde decorrentes da zunga.

A directora clínica do centro de saúde da Samba, Emília Angola, aludiu a desvios da coluna, atritos cervicais, hérnia discal, dores no pescoço e cansaço constante como principais consequências que podem advir do exercício da zunga.

Neste sentido, especificou que a actividade em si não é um risco, é-o sim pela maneira como é exercida pelas suas praticantes.

"A zunga é uma actividade como qualquer outra, que as pessoas desempenham para o seu ganha-pão, e não é um risco, a não ser pela forma como é feita", disse.

A título de exemplo, especificou que quando as mulheres vão à zunga alimentam-se mal, transportando peso excessivo e muitas vezes com crianças às costas.

"Estas e outras situações é que podem causar riscos à zungueira", acrescentou.

A nossa interlocutora manifestou a sua preocupação relativamente ao facto de que as mães sempre que vão à zunga, os seus bebés não mamam o suficiente, o que de certa forma dificulta o crescimento da criança.

As outras questões, que suscitaram inquietação por parte da directora Emília Angola, têm a ver com o peso excessivo que a maior parte das mulheres que exercem a actividade da zunga carregam ao longo do seu trabalho, e com o longo tempo que passam fome, daí as consequências já referenciadas.

"O peso demasiado que a maior parte destas zungueiras carrega e o tempo que ficam sem se alimentar em condições são outros motivos que dão origem aos diversos problemas de saúde nas mulheres". Explicou.

Quanto às mulheres grávidas, a médica disse que o peso fora do normal e o tempo excessivo sem uma alimentação adequada causa repercussões nefastas ao ponto de o feto não se desenvolver em condições.

Um outro facto com que as mães da zunga se deparam tem a ver com as correrias a que são submetidas por parte da polícia e, como é óbvio, muitas tropeçam e caem, e daí o aparecimento de traumatismos abdominais que podem resultar num

aborto, fractura ou ainda na morte do feto.

Interrogada sobre a possibilidade de o trabalho da zunga provocar tuberculose, garantiu não haver qualquer perigo, mas alertou a todas as mulheres envolvidas nesta actividade a se alimentarem devidamente porque caso contrário correrão o risco de desnutrição.

"Quando a polícia corre com uma mulher grávida, esta pode tropeçar e cair. Se assim acontecer, a senhora pode sofrer fracturas, podem surgir problemas que resultem num aborto ou ainda na morte fetal".

A Zungueira Antónia Maravilha é mãe de cinco filhos, viúva há seis anos e na zunga há sete anos.

Ela diz que nunca teve problemas de saúde como dores no peito, na coluna ou outro tipo de problema, porque nunca leva peso excessivo. "Faço isso para não ter problemas. Não quero deixar os meus filhos", pontualizou Antónia Maravilha que é, neste momento, pai e mãe da sua família.

Ela é uma mulher muito batalhadora e a prova disso consiste na sua capacidade de organização, o que lhe possibilitou colocar no sistema normal de ensino todos os seus filhos, com destaque para o primogénito que, aos dezasseis anos, é estudante no Instituto Médio Politécnica Semione Mukune.

O menino pensa em ser funcionário público para que sua mãe deixe de zungar. Dona Maravilha explicou que mesmo antes da morte do seu marido, que era pedreiro, ela já zungava e era/é com esse dinheiro que sempre pagavam as contas. "... Nem pensar! Desistir da zunga ou então de lutar pela vida dos meus filhos nunca vai acontecer, a não ser quando a própria saúde não me permite.

08.3.7 Mulher Zungueira

A Capital...08-03-08

Há cada vez mais mulheres que acabam por se tornar chefes das respectivas famílias. Para garantirem o «pão de cada dia» muitas mulheres suportam pesadas penitências. Algumas, com mais sorte, transformaram-se em vendedoras de bancadas. Outras, optaram por uma via que lhes pareceu mais rentável: deambular pelas ruas da cidade, a apregoar a alto e bom som os produtos que comercializam. Estas são as zungueiras. A guerra que, felizmente, já terminou não deixa de ter as suas marcas nesse fenómeno. Os homens, os tradicionais chefes de família, tiveram de servir a pátria, incorporando-se nas Forças Armadas Angolanas (FAA). Deixaram para trás a família, mulheres e filhos. As mães não poderiam, então, ficar de mãos atadas; ver a família definhar por conta de múltiplas carências. Por isso, arregaçaram as mangas e puseram, elas também, mãos à obra.

Constância é, hoje, um exemplo vivo dessas mulheres de arma, que jamais cruzam os braços perante o sofrimento. Hoje, depois da guerra, são elas que têm que cuidar dos filhos e, mesmo, dos maridos desmobilizados do serviço militares que Jamais conseguiram um emprego. Outras há que, nem sequer contam, em casa, com o conforto da presença masculina.

Constância mantém há anos a sua rotina. Levanta-se de manhã cedo. Numa zona insegura, como é o bairro do Golfe, ela levanta-se religiosamente às 05 horas da manhã. Parte, nos primeiros táxis do dia, para o mercado da Estalagem, em Viana, onde compra tudo o que precisa. Depois, apanha um terceiro táxi de regresso ao mercado dos Congolenses. A partir daí, desce a pé para a baixa de Luanda com uma banheira na cabeça com batata, mandioca, couve, repolho e outros produtos que procura revender às donas de casa ao longo do seu percurso.

Tem a pele enrugada. Os pés empoeirados de tanto caminhar mal cabem dentro de umas chinelas gastas de tanto uso. «É muito sacrifício, todos os dias é a mesma coisa», diz ela, depois de pousar, no chão, a banheira carregada que trazia à cabeça para poder conversar um pouco com os jornalistas.

E os filhos? São três, conta a Constância. Conta também que os deixa, todos os dias, em casa da sua irmã mais nova. «Tem de ser», diz. «Se não fizer assim não consigo pagar a comida nem a renda da casa em que moro», conclui.

O que ela chama de casa é, apenas, um casebre de um quarto e sala, pequeno demais para as seis pessoas com quem divide o tecto. Não obstante a sua condição social, teve ainda de estender a mão a duas irmãs menores. Uma delas, infelizmente, já é mãe solteira e ganha a vida na zunga, tal como Constância. F têm, ambas, que andar todo o dia pela cidade, com carga à cabeça e criança nas costas, enquanto apregoam, para quem pode comprar, os produtos que vendem.

Constância está nessa vida há três anos. Tudo começou quando, num belo dia, o marido pediu separação, disse que já não podia continuar a viver com ela. Dito e feito, ele desapareceu, deixando-a com a pesada obrigação de cuidar dos três filhos menores. Há três anos que ele não dá sinal, nem sequer para saber dos filhos. Aflita, ela recorreu aos familiares para não morrer à fome.

A ajuda familiar nem sempre chegou. Tinha de ser, ela própria, a dar um rumo à sua vida. Arrumou algum dinheiro, sabe lá deus como, e decidiu investir no que ela chama de negócio da zunga. Ficar sentada, numa bancada, não é coisa que a agrada, apesar de ser mais confortável que andar por aí, quase à deriva. O problema, insiste, é que se ganha mais quando se procura pelo cliente. Vende-se muito mais, diz ela. «Prefiro zungar, bater de porta em porta porque ganho mais»,

Há quem não gosta do que elas fazem. Elas são perseguidas, assaltadas e maltratadas inclusive pelas autoridades policiais. Mas não têm como. Há que suportar tudo isso em nome da dignidade, em nome da sobrevivência e da perspectiva de se construir, para eles, um futuro melhor que o destino da mãe zungueira. Vergonha? Nem pensar. «Não estamos a roubar, só queremos sustentar os nossos filhos», comentou a zungueira Constância, fazendo sinal de que chegara ao fim o tempo que reservara para a conversa com a jornalista.

Adelaide está sempre apressada. «Hoje mais do que nunca», disse. Saiu de casa tarde para a rua. O seu filho mais velho tinha passado a noite toda com febre. Só melhorou por volta das oito horas. Só então ela pode sair de casa para, na zunga, ganhar dinheiro para o medicamento e a comida do filho doente e dos outros irmãos deste. «Vamos conversar mesmo assim», sugere. E lá vamos nós, tentando acompanhar os seus passos largos, enquanto vai contando a sua história de zungueira.

É natural de Benguela, tem três filhos, vive ao lado da Lagoa de Pedro da Barra, numa casa arrendada. Veio para Luanda ao encontro do marido, que saiu antes de Benguela para criar condições de estabilidade para a mulher e os filhos. O marido de dona Adelaide até conseguiu emprego como segurança, num dos armazéns no bairro do São Paulo. Quando ela chegou viu que o companheiro não ganhava o suficiente para as necessidades que tinham. «Como mãe, não aguentava ver os meus filhos a passar fome», conta.

Foi então que optou pela rua. Por ser na altura do início das aulas, optou por vender materiais escolares: cadernos, lápis, cantis, livros. Pediu dinheiro emprestado de uma vizinha. Foram dez mil kwanzas para a compra do material. Deu os primeiros passos para o negócio. Depois de um ano, conseguiu pagar a dívida e, hoje, diz que está mais aliviada. «Graças a Deus já não tenho dívidas muito altas para pagar, nem os meus filhos passam fome».

Mas ainda há projectos traçados. A maior ambição dela, neste momento, é juntar as economias do casal para construírem uma casa, a casa própria. A casa arrenda, em que vivem, fica inundada quando chove. Mesmo assim é tão pequena que mal cabe para os cinco membros da família.

PELA DIGNIDADE

Porquê as zungueiras andam em grupo? «Para nos defendermos se uma for assaltada», diz Cláudia (31). «Assim é mais seguro», insiste. Ela anda com mais duas pessoas. A sua irmã Maria (30) e a prima Natália (38). Felizmente, para as duas primeiras, os maridos estão empregados. Só Natália tem o marido desempregado.(...)

Quando tem pouco rendimento, deixa de fazer as refeições na rua a pensar neles. Prefere, inclusive, guardar os

habituais duzentos kwanzas do almoço, passar fome para chegar em casa e ver o sorriso dos filhos, o que acontece sempre que ela chega a casa com um saco nas mãos.

«É só de mim que eles esperam o que comer, estudar, para fazer tudo».

Do parceiro, ela não reclama só a falta de dinheiro. Diz que se ele fosse mais companheiro, se soubesse valorizar o que tem, talvez ela não sentisse tanto o peso do fardo em que se transformou sua vida.

08.3.8 Chineses e vietnamitas roubam "empregos" a angolanos

Agora...22-03-08

A sua integração no “exército” de desempregados angolanos que encontram na venda ambulante uma solução para a sua sobrevivência, está a preocupar os nativos, uma vez que vendem os seus produtos ao desbarato e, como tal, chamam à si a maior clientela, na sua maioria de baixa renda

Há quatro anos, num mês como este, viriam a ser consolidadas as relações, iniciadas nos princípios dos anos 80 entre Angola e a China, no quadro da cooperação “consolidando a amizade, buscando o desenvolvimento comum”.

O ponto mais alto da relação entre Luanda e Pequim viria a ser marcado com a disponibilização, por parte daquele país asiático, de um volumoso empréstimo na ordem dos 2 biliões de dólares, através do Eximbank, que serviriam para a reconstrução nacional.

Tudo aconteceu, em Março de 2004, depois de abortada a realização da tão propalada conferência internacional de doadores para a reconstrução de Angola, devido ao “braço-de-ferro” entre o Governo angolano, FMI (Fundo Monetário Internacional) e os potenciais doadores ocidentais.

Devido às condições que tinham sido impostas pelo FMI, em matéria de política macroeconómica e as exigências das potências ocidentais no que respeita à boa governação e direitos humanos, o Executivo fez da China, que já tinha os olhos postos em Angola, faz tempo, um parceiro ideal.

Dois anos depois de o país ter começado a utilizar o astronómico empréstimo foi notória a presença de trabalhadores chineses disseminados um pouco por todo o país, com maior realce para Luanda, fruto do aludido acordo Estado/Estado, firmado entre as partes. Tal convénio foi considerado pelo embaixador de Angola na China, João Manuel Bernardo, “um modelo de benefício recíproco”, enquanto alguns governantes angolanos chamam-no o “guia de salvação”.

As empresas chinesas estão presentes na reconstrução de Angola, que se transformou num canteiro de obras, em quase todas as áreas, tais como a agricultura, recursos hídricos, rede de distribuição de energia, telecomunicações, rodoviária, ferroviária e construção de hospitais e escolas, além da área petrolífera.

A presença chinesa no país superou a portuguesa. A título de exemplo, só em 2006, tal como noticiou o AGORA, para a requalificação de alguns bairros de Luanda, nomeadamente Nelitô Soares, Precol, Cazenga e Maianga, os dados não oficiais apontavam para o envolvimento directo de 600 chineses.

Estimativas não oficiais admitiram naquele ano que até 2008 existiriam milhares de chineses a trabalhar em Angola, no quadro de novos empréstimos.

Informações não desmentidas até a presente data, pelo menos oficialmente, dão conta de que grande parte da força de trabalho chinesa que aportou e continua a aportar ao país é constituída por prisioneiros de delito comum

A prática de exploração deste tipo de mão-de-obra é uma das estratégias muito comuns levada a cabo por empresas chinesas nos países africanos onde operam, conforme defendem especialistas em estudos africanos.

08.3.9 Fiscais do Governo Provincial de Luanda têm licença para roubar

Angolense...22-03-08

Normalmente andam aos pares. Apresentam-se de farda verde surrada e suja. São franzinos e com caras de poucos amigos. Estão pelas ruas da cidade, nas paragens de táxis, nas ruelas, nos mercados informais. A sua missão: combater as transgressões administrativas.

Até aqui tiveram como inimigo número um os zungueiros, vendedores ambulantes que se fazem a rua em busca de sustento. O combate é feroz e impiedoso. Foi o que aconteceu na segunda-feira, nos Congolenses, 17, por volta das 10 horas, quando um fiscal pontapeou uma vendedora, depois de uma longa perseguição. Depois de jogar a senhora ao chão, o funcionário do G.P.L levou a bacia com as frutas, sem se importar com o choro e nem com as pragas da proprietária.

Em outros momentos estes homens servem-se dos carros de serviço para correr atrás dos vendedores e quando os apanham recolhem os seus haveres, que colocam nas carrinhas. "É uma vergonha o que eles fazem, nós já somos pobres e ainda somos roubadas", lamentou Cristina, vendedora de roupa na Mutamba. Embora esteja insatisfeita com a situação, só tem duas

opções: ou deixa os fiscais levarem os seus artigos ou paga-lhes diariamente uma "propina" de 1 00 Kwanzas para não ser incomodada. Normalmente, opta pela segunda.

A situação tornou-se mais preocupante nos últimos tempos, tudo porque os fiscais, já famosos pelas suas atitudes grosseiras e pela apetência pelo que é alheio, receberam uma nova ferramenta de pilhagem: os bloqueadores de carros.

Estes objectos foram-lhes entregues para combater o mau estacionamento, um hábito comum na cidade capital. Quem fosse apanhado a cometer essa transgressão deveria ter o seu carro bloqueado e ser obrigado a pagar uma quantia que pode chegar até aos 50.000 Kwanzas.

Na verdade, este esforço de nada serviu, senão para encher os bolsos dos fiscalizadores. Para conseguir algum, estes homens ficam à socapa, a espera que alguém estacione no passeio e assim que a pessoa fecha a viatura eles bloqueiam-na. Só então começam a conversa que pode tomar rumos diferentes, dependendo da disponibilidade do infractor.

Os fiscais não perdem tempo em rodeio, como explicou o condutor Alves Pires. "Eles disseram-me que a multa era de 25.000 Kwanzas, mas que se eu garantisse alguma coisa eles desbloqueariam o meu carro", explicou, lembrando um episódio que viveu na semana passada, nos Combatentes. Uma vez que a quantia sugerida é exactamente o valor do seu salário, preferiu desembolsar 50 dólares para ver-se livre do embaraço. Este é por norma o valor cobrado, como nos contaram as várias vítimas dos funcionários do Governo Provincial de Luanda.

O mais caricato, segundo os condutores, é que os fiscais não querem perder tempo com carros mal estacionados, cujos proprietários estejam em parte incerta. É que eles não gostam de ter a sua ferramenta de pilhagem ocupada, porque assim deixam de facturar. Diante do cenário, as pessoas ouvidas pedem uma acção enérgica dos seus superiores hierárquicos com vista a pôr cobro a esta tendência.

ABRIL 2008

08.4.1 Pão escasseia no mercado

A capital...29-04-08

Para o efeito o A Capital efectuou uma ronda por algumas padarias da cidade capital com o intuito de constatar «in loco» o verdadeiro alcance da situação junto de alguns gestores de padarias.

O chefe de vendas da padaria Lima, ao Maculusso, Ricardo Miguel, foi um dos nossos entrevistados e, em seu entender, a subida do preço do pão deve-se ao aumento do custo da farinha de trigo.

Naquele estabelecimento, até finais do ano passado o pão cassette era comercializado ao valor de 15 kwanzas (k.z), mas hoje, em função da subida do preço da farinha de trigo, o mesmo pão é comercializado a 25 kz. Ricardo Miguel explicou que anteriormente o saco de farinha de trigo de cinquenta quilos era adquirido nos diferentes armazéns no valor de dois mil e 600 kz, contudo, «neste momento estamos a comprá-lo no valor de três mil e 700 kz.

No caso da farinha Aguiá do Norte, considerada a melhor do nosso mercado, está a ser comercializada a quatro mil kz».

O supervisor da referida padaria, adianta ainda que esta situação tem causado embaraços junto dos clientes que começam sentir dificuldade na aquisição do produto, além do mais, destaca, nem sempre a farinha que surge no mercado é de boa qualidade.

«Não ajuda a desenvolver o próprio pão. Isso dificulta a comercialização do pão, porque os clientes reclamam a forma como este se apresenta», queixou-se.

«Se continuarmos com este ritmo teremos muitas dificuldades, haverá pouco pão no mercado se os preços continuarem a subir, será impossível suportar os custos que envolvem a feitura do pão, e quando falo do pão falo também dos outros derivados do trigo», alertou Ricardo Miguel, para quem o Governo devia implementar uma lei que estabelecesse um preço único da farinha.

«Deve regulamentar o mercado porque não fica bem cada um estabelecer o seu preço, pois, o pão é utilizado a nível mundial e deve ter um preço acessível.

Veja que ao ser comercializado pelos revendedores, fica mais caro ainda». Até agora, de acordo com Ricardo Miguel, a farinha é adquirida sobretudo nos armazéns da Arosfarn, Atlas Grupo, para além de outros não menos referenciados.

08.4.2 Praça do "arreio" vota aos congolenses e reinstala-se a agitação

Angolense...31-04-08

Tudo apontava para o fim da famosa praça do "arreio", nas redondezas do mercado dos congolenses, quando a Polícia Nacional lançou, no ano passado, a operação "Tango 2007", pondo em debandada milhares de pessoas, com alguns episódios tristes como o caso da morte de uma vendedora. O incidente gerou repulsa na sociedade civil.

Os maus tratos físicos e morais, bem como os prejuízos materiais foram rapidamente esquecidos e, hoje, no mesmo local, é frequente ver vendedores e polícias a trocarem impressões, num diálogo pacífico que mostra a mudança de atitude por parte das autoridades, talvez comovidas com a persistência e o drama social desta população.

O mercado ressurgiu ainda mais activo, com uma enchente constante desde a madrugada até ao completo pôr-do-sol. E, quando a noite se apodera do espaço, a tristeza invade esta gente, na sua maioria senhoras. Tantas vezes, não conseguem levar para a casa a receita almejada para sustentar a família.

Quando mais se aproxima o fim do dia, mais barulhenta se torna a praça e o perigo espreita a qualquer altura pois, abundam grupos de marginais.

Para as vendedoras de fardos, a retirada é sempre dolorosa porque, por falta de transporte, às noites, são forçadas a abandonar pilhas de fardo no local.

Quem observa o mercado logo pela manhã apercebe-se da batalha travada no dia anterior. As empresas de recolha de lixo, são as primeiras a queixarem-se das quantidades industriais de lixo, que todos os dias se acumulam naquele triângulo.

Um funcionário da ELISAL, empresa de recolha de lixo de Luanda, considera o sítio como um dos mais sujos e obstruídos de Luanda e por isso difícil de limpar.

"Aqui parece que tem uma fabrica de lixo. Todos os dias recolhemos aqui muitas toneladas. Na madrugada seguinte está tudo na mesma e várias vezes nos perguntamos sobre o que aqui andamos a fazer, porque limpamos e a seguir os outros voltam a sujar" - deplorou.

Por seu lado, o taxista João Ndombaxi afirma: "tudo que vejo aqui de manhã aqui diz-me logo como foi o dia de ontem para as minhas mamãs. Estes fardos espalhados na lama, ou não conseguiram vender ou então às tantas da noite tiveram que correr".

Ndombaxi "fura" neste mercado, transpondo passagens várias vezes ao dia. Diz que o faz em nome dos clientes.

Podem bater e nos correr mas voltamos sempre porque é

aqui onde tiramos o pão para os nossos filhos. Como vê lá em cima há polícia mas aqui estamos a vender e se descerem, nós subimos" disse.

As últimas palavras da nossa entrevistada espelham o que se passa nos restantes mercados paralelos de Luanda. É um drama social preocupante, que não se resolve com bastonadas.

08.4.3 Fiscais do GPL em vias de extinção

Agora 26 De Abril de 2008

Agentes incorporados na direcção provincial de fiscalização de Luanda vão deixar de fazer parte desta instituição, na sequência de um processo de reforma que o executivo de Francisca do Espírito Santo está a efectuar.

Segundo apurámos, os actuais fiscais são funcionários da Polícia mas foram incorporarem-se na fiscalização de Luanda simplesmente para emprestar o seu "charme". Deste modo e, como consequência da "nova cara" que se pretende dar aos referidos serviços, vão voltar para onde saíram.

Ao que tudo indica, a governadora não quer o espírito de polícia nos serviços de fiscalização da capital. Para já, desde que os tais vigias entraram em acção, há pelo menos três anos, o que GPL mais conseguiu foi beliscar a sua imagem.

A reforma vai trazer fiscais completamente civis e menos musculados, o que significa que nos próximos tempos o governo de Luanda vai abrir um concurso público com vista a recrutar novo pessoal. A intenção, segundo as nossas fontes, é constituir uma fiscalização mais sensibilizadora do que repressiva.

Não se sabe ao certo se terá uma nova denominação, mas comenta-se que a nova designação seria de guardas municipais.

Vendedoras ambulantes (zungueiras), kinguilas e lavadores informais de carros, que são as pessoas mais indicadas para falar sobre o comportamento dos fiscais em vias de extinção, congratularam-se com a ideia da reforma.

"Acho boa iniciativa trocar de fiscais, porque estes não têm o mínimo de respeito pela vida dos outros. Eles conhecem as razões que nos leva a vender na rua, mas nos batem e recebem dinheiro. Por isso, acho que estes camaradas devem voltar onde não deviam ter saído", disse Luísa de Almeida, vendedora de dólares.

"Se for para o nosso bem, agradecemos. A forma como os fiscais nos tratam é condenável. Conseguir um emprego é muito difícil, isto não é segredo para ninguém. Somos jovens, não temos emprego, mas ganhámos a coragem de vender na rua para não ir

roubar. Não é justo que o GPL ao invés de nos arranjar um outro lugar para vender ou emprego condigno, mande nos dar corrida e receber as nossas coisas", frisou Lito, vendedor ambulante.

Rita Xilombo, 32 anos, uma outra vendedora, contou que durante o ano de 2006, altura que iniciou a actividade de "zungueira", levou vários pontapés dos fiscais, tendo uma das vezes deixado cair o seu filho. A opressão dos vigias era tanta, mas as suas necessidades eram maiores, por isso, não desistiu do seu ganha-pão.

"Eles bateram-me muito e apoderam-se várias vezes dos meus produtos. Até já deixei cair o meu filho numa destas corridas. Mas não podia deixar de vender. Tenho quatros filhos e não dá para ficar parada em casa.

Se a governadora está a pensar em mudar os actuais fiscais está muito bem, mas seria melhor que mudassem também de comportamento", sugeriu a interlocutora.

Seguramente estes trabalhadores do mercado informal não são os únicos que têm tristes lembranças sobre o comportamento dos fiscais. O AGORA, por exemplo, também já foi vítima de atitudes musculadas dos referidos vigilantes. Em Setembro do ano passado, um grupo deles ameaçou de morte jornalistas deste semanário.

A ameaça foi proferida quando os fiscais estavam em plena acção para receber dinheiros das "kinguilas" que exerciam a actividade, na rua Lourenço Mendes da Conceição.

Apercebendo-se de que estavam a ser assistidos e fotografados, cinco agentes desceram da viatura em que se faziam transportar e ameaçaram disparar em direcção às janelas da nossa redacção onde estavam os escribas.

Um deles, que parecia ser o chefe, manipulou a arma e apontou em nossa direcção, enquanto os outros tentavam entrar à força na casa da vizinha, confundindo-a com a porta do AGORA, com o objectivo de receber a máquina fotográfica. Alguns minutos depois abandonaram a área, deixando a promessa de que funcionários do jornal morreriam caso se publicasse o sucedido.

08.4.4 Informações sobre mercado agrícola chegam ao país

Agora 26 De Abril de 2008

O Instituto Nacional de Cereais (Incer) projecta, para os próximos dois anos, a criação de um Sistema de Informação de Mercados Agrícolas de Grãos, como forma de regular o preço do produto no mercado interno.

O facto foi revelado esta semana pela coordenadora do projecto, Santa Ribeiro Baptista, durante um encontro consultivo com produtores da região de Luanda.

Santa Ribeiro disse que o projecto surge para o asseguramento de informações aos mercados de cereais, prevendo com isso promover a competição entre produtores nacionais e identificação de novas oportunidades de negócio.

A iniciativa enquadra-se no âmbito do programa de ajuda do Ministério da Agricultura que visa transformar os camponeses em empreendedores comerciais, além de disponibilizar a esse grupo produtos básicos de consumo a preços acessíveis.

O sistema vai fornecer informação sobre os preços dos produtos nos mercados grossista, retalhista, aos bancos, organizações não governamentais e operadores do sector público e privado.

As agências de informação de comércio internacional e os consumidores também estarão mais próximos dos dados.

MAIO 2008

08.5.1 Mercado Municipal de São Paulo acolhe vendedores ambulantes

Jornal de Angola 9 De Maio de 2008

Mais de mil vendedores que exerciam actividades ilegais ao longo da rua Ngola Kiluanji, em Luanda, começaram ontem a ser incorporados no Mercado Municipal de São Paulo.

De acordo com o assessor do administrador municipal do Sambizanga para a área dos Mercados, Victorino Kiteculo, a acomodação dos vendedores consiste na atribuição de espaços e tendas.

Segundo ele, com esta acção a administração municipal do Sambizanga pretende extinguir todos os focos de vendedores ambulantes, fazendo-os cumprir com as disposições legais do Governo Provincial de Luanda.

Os novos inquilinos começaram a ser acomodados em algumas bancadas livres no interior do mercado e num vasto espaço, antes concebido para o estacionamento de viaturas.

Esta acção resultou na diminuição, no período da manhã de ontem, do número de pessoas a vender ao longo da rua Ngola Kiluanji, sobretudo no chamado "Arreou arreou", o que melhorou a fluidez do trânsito nos dois sentidos.

Com uma área total de 7035 mil e 35 metros quadrados, o mercado de São Paulo tinha apenas 753 vendedores.

Possui uma área administrativa com quatro gabinetes, igual número de armazéns, duas câmaras frigoríficas e 118 lojas. Também dispõe de um parque de estacionamento.

08.5.2 Cooperativas agro-pecuárias beneficiam de micro-créditos

Jornal de Angola 30 De Maio de 2008

Cooperativas agro-pecuárias controladas pela Unaca na província do Huambo obtiveram, do Banco Sol, um empréstimo financeiro de 165 mil e 300 dólares norte-americanos.

Foram beneficiadas 34 das 101 cooperativas, segundo o vice-presidente da Unaca, Abílio Ukuassapi.

O financiamento, acrescentou, abrangeu também oito das 629 associações existentes na província.

Esclareceu que os beneficiários do empréstimo são

camponeses dos municípios sede do Huambo, Caála, Londuimbali, Bailundo, Ukuma, Tchindjendje, Katchiungo, Ekunha, Longonjo e Mungo.

"Com esse financiamento, os nossos associados têm estado a desenvolver melhor a actividade produtiva", salientou o responsável.

Disse existir agora maior facilidade de circulação em algumas localidades, cujas vias foram reabilitadas, mas apelou às autoridades a recuperar as estradas secundárias e terciárias, visando facilitar o escoamento dos produtos do campo para os centros de maior consumo.

Explicou que a insuficiência de meios mecanizados para a preparação da terra e os elevados custos dos fertilizantes têm sido as principais preocupações das cooperativas e associações de camponeses na província.

JUNHO 2008

08.6.1 Facturação à grande no mercado do catintom

Agora 7 De Junho de 2008

Mais de duas mil pessoas encontraram alternativas de sobrevivência, vendendo naquele espaço arrendado, enquanto aguardam pela construção definitiva do mercado novo, conforme consta do programa do governo provincial.

No actual espaço, as condições higiénicas e a segurança são preocupação dos utentes que apelam à SAPCIL, Lda., empresa que gere o mercado, no sentido de inverter a situação, porque as quotas diárias, chegam para cobrir as despesas com o pessoal de limpeza e segurança.

Sob sol ardente, milhares de vendedores, repartidos em secções diferentes, efectuam, diariamente, as suas transacções. Não têm repouso, sob pena de ficarem sem nada para comer, mesmo em dia de feriado ou aos domingos são vistos sentados à espera de clientes ou de cargas fretadas a partir de outras regiões do país.

É o caso de Genoveva Paciência, 44 anos, com 8 filhos para sustentar. É segunda mulher de João Ngola que "trabalha como pedreiro no Camama", mas os salários do marido não chegam para aguentar as despesas de casa, por isso, todos os dias está na praça a vender melancias.

"Cada melancia custa 500kz", explica-nos. Mas o preço varia durante o dia. "As manhãs os preços dos produtos são mais altos, mas depois do meio-dia a tendência é de baixar, sob pena de regressar a casa com as mãos vazias", disse.

Afirmou que tem tirado lucros da sua actividade, pois consegue sustentar a família e comprar outros meios.

Quanto aos embarços, reconheceu que a segurança não se faz sentir e a limpeza em algumas secções exige-se mais, apelando, para o efeito à gestão do mercado, no sentido de se empenhar, para manter o lugar seguro e limpo.

Albertina Marta, que vende diversos produtos do campo, reconheceu os benefícios que usufrui das vendas, mas acredita que se vendessem num lugar definitivo os ganhos seriam maiores.

"Perdemos muito tempo em organizar ou comprar lugar, porque ainda existe desordem", explicou. A presença dos agentes da ordem não é notada, mas a administração do mercado garante que não há motivos de preocupação. "

Porque a SAPCIL, Lda., como gestora do espaço tem

dados provas, na medida do possível, de oferecer condições favoráveis aos usuários do mercado", disse Eduardo Fernando, da SAPCIL, ao telefone.

Apesar destas garantias, a nossa reportagem apurou que as secções do tomate, banana, abacates e cabritos são as que requerem maior intervenção, em termos de limpeza.

Zenaida, 30 anos, pensando que se tratava de clientes, disse à nossa reportagem que o tomate que estava a comercializar é da melhor qualidade, porque veio do Kwanza Sul. "Mano a caixa custa 1200 Kz, o tomate maduro e o verde estamos a fazer 1100kz, mas de manhã vedemos a mil e 500 kwanzas, porque chega muita gente de outros mercados que se serve do catintom como mercado de aquisição de muitos produtos do campo", apregoava a vendedora.

Sentada sobre a caixa cheia de banana, Augusta Ngueve, natural do Huambo, mãe de 3 filhos, mesmo grávida estava a vender. "Só saio da minha casa até aqui. A banana vem do Kwanza-Sul com a minha irmã, num camião fretado por mim e posta no mercado vendido a 1000 kwanzas a caixa às retalhistas", disse.

E quando não acaba, revelou que concede crédito (kilapi) para receber o dinheiro mais tarde, "no máximo uma semana".

Uma actividade apenas de senhoras, a venda de tomate, banana, melancia, abóboras e outros produtos, já melhorou a vida de muitas pessoas, segundo as declarações de Matilde Ngonga, que duas vezes por semana escala Luanda, para vender a banana, que adquire em Benguela sua terra natal.

"Estou há 5 anos a vender banana. Comecei aos 24 anos depois da morte do meu pai e pensando nos meus irmãos mais novos, tive que optar em fazer aventura, viajando noite e dia de Benguela para Luanda e actualmente já temos o suficiente para sobreviver", lembrou Matilde Ngonga.

Quem fica com o dinheiro? A praça do Catintom resulta da transferência dos vendedores do Rocha Pinto (antigo mercado do parque) e outros do município da Maianga.

No entanto, os cerca de 3 milhões de kwanzas arrecadados mensalmente, são repartidos entre o arrendamento do espaço, salários e direcção provincial de mercados e feiras.

"Gastamos muito dinheiro com o arrendamento do terreno, porque ainda não temos uma infra-estrutura definitiva, como as que foram erguidas pelo Governo no Asa Branca, Panguila e Congolenses. Caso isto se efective teremos mais ganhos, para maximizar as nossas actividades", disse o administrador.

O nosso interlocutor indicou que a manutenção do

mercado conta com 60 trabalhadores divididos em seguranças, pessoal de limpeza e a administração local, enquanto a direcção provincial de mercados e feiras exerce a actividade de fiscalização.

Quanto aos preços, revelou que por se tratar de um mercado informal, embora com uma gestão privada e organizada "os preços dependem dos próprios vendedores, cabendo a nós a gestão do espaço físico".

Os uniformes mereceram outro destaque durante a conversa com Eduardo Fernando, reconhecendo, no entanto a que seria um bom princípio, mas por se tratar de um mercado informal, os utentes não são obrigados a usar uniformes, "quando tivermos uma infra-estrutura apropriada haverá necessidade de organizar melhor os vendedores incluindo a aquisição de uniformes para os diferentes sectores de produtos", sublinhou.

Como acontece com qualquer mercado a céu aberto, no Catintom, a comercialização de perecíveis é feita sem a observância das regras de higiene. Por isso a nossa fonte informou haver uma grande preocupação a esse respeito.

Está para breve a montagem de um posto de transformação (PT) e consequentemente a instalação das câmaras frigoríficas para a conservação dos frescos.

Garantiu ter mantido encontros com a associação dos vendedores para melhorar a actividade. Ao impedir que pessoas vendam de forma muito desordenada, a nossa fiscalização tem cumprido para impor a disciplina, mas as vendedoras de cabritos, reclamam a sobre facturação.

"Nós pagamos 50kz mais 25kz, da casa do processo (arrecadação)", desabafou uma vendedora, quando apresentava a queixa aos agentes da administração, em função das cobranças que o pessoal da limpeza estava a fazer.

"O que nos decepiona são as crescentes pressões da parte da fiscalização. Pagamos, mas a limpeza na nossa secção não é garantida e se o fazemos de pagar novamente", lamentou a fonte.

Em relação às trabalhadoras de sexo, (prostitutas), o Catintom, pelas suas características, ainda não regista o fenómeno, pelo que as autoridades do mercado desencorajam qualquer pessoa que queira incentivar tal prática.

Contudo os camionistas que dia e noite rasgam as estradas, garantem que com a reabilitação das vias, a circulação de pessoas e bens é mais favorecida, conforme contou João Manuel da Costa, que há 4 anos transporta produtos diversos do Huambo para Luanda. "Por semana posso fazer duas viagens, dependendo dos fretadores. Havendo carga no Huambo, não há necessidade de permanecer muitos dias aqui".

Predominam naquele mercado produtos industriais e do campo adquiridos, sobretudo, nas províncias do Kwanza-Sul, Benguela e Huambo.

08.6.2 O que há por detrás das zungueiras?

Angolense 14 De Junho de 2008

A ideia que se tem destes homens e mulheres que passam grande parte do dia pelas ruas do São Paulo é que são mulheres iletradas que buscam o lucro fácil. Um olhar mais atento a esta franja da sociedade permite divisar o que está por trás da cortina do preconceito.

São, na verdade, homens e mulheres que perderam as esperanças de conseguir um emprego condigno, mas que não suportam o facto de ver as suas famílias passarem por dificuldades.

Provêm maioritariamente do interior do país e vieram para a cidade grande em busca da tão ansiada realização pessoal.

Quando ainda na sua fase de criança, Inácio José, agora com 29 anos, natural do Bié, sonhava em ser médico, influenciado pelo pai que na altura era um auxiliar de saúde, no Kuito. "A guerra que o país viveu estragou a vida de muita gente", lamenta, ele mesmo uma vítima de toda esta tragédia.

Perdeu os pais e foi obrigado a lutar pela vida sozinho. Abandonou o Kuito e rumou para Benguela onde teve que deambular pelas ruas a pedir esmola.

"Mais tarde fui para um centro de acolhimento onde estudei até a oitava classe, não consegui entrar para o médio, foi então que um Padre trouxe-me até Luanda". Foi na cidade grande onde o rapaz achou que o sonho de se tornar médico estava cada vez mais próximo. Enganou-se. Aqui as dificuldades eram maiores.

O primeiro passo foi procurar um espaço para viver, tendo encontrado abrigo no município de Cacucaco. "Arranjei trabalho e me matriculei no Colégio Berço dos Abes, no curso de enfermagem", lembrou, para instantes depois frisar que não conseguiu terminar.

O sonho ficou-se pelo segundo ano. O pequeno Inácio é hoje um homem, constituiu família e as dificuldades começaram a apertar. Os cento e cinquenta dólares que ganhava já não davam para pagar as propinas.

Foi para encontrar uma saída para a "crise" que começou a sua odisseia como zungueiro. Optou por vender medicamentos no mercado do "arreio". Para a escolha contribuiu o facto de já ter trabalhado numa farmácia, durante um ano.

Confessa que já teve vergonha do emprego, mas é

como farmacêutico de rua que consegue pagar os 1800 kwanzas de renda de casa e garantir o pão dos seus três filhos.

Luzia António, 22 anos, tem uma história similar de luta pela sobrevivência. Encontramo-la na paragem de Viana, a espera do comboio.

Oito, nove horas o mais tardar, chega ao mercado do São Paulo. O primeiro passo é visitar os armazéns para ver se encontra alguma mercadoria a fim de preencher a sua bancada. "Vendo aquilo que encontro nos armazéns, não tenho um negócio específico", explicou.

Antes de vender no mercado "arreio" Luzia conta que trabalhava como garçom num restaurante e estudava no período nocturno.

Por razões que ela preferiu omitir teve que abandonar o emprego, tornando-se apenas estudante. Cansada da vida de batalhar no mercado do emprego e de depender do marido, Luzia decidiu sair de casa e ir a luta.

"Quando cheguei ao São Paulo não queria vender na rua, queria um emprego dentro dos armazéns, mas estavam a cobrar dinheiro para preencher uma vaga" explicou. Não pagou porque não dispunha do valor que lhe foi exigido.

Mais tarde e por intermédio de uma amiga, conseguiu um emprego como empregada doméstica onde trabalhou durante dois anos, período em que continuou a estudar.

"Tive que desistir porque era muito trabalho para pouco salário e a senhora não dava comida, trancava tudo". No mesmo dia em que decidiu abandonar o emprego de auxiliar de serviços gerais abraçou o de vendedora de rua.

Com duas filhas e sem marido, neste momento Luzia está a concluir a décima classe, em Viana e não pensa em parar.

Quer ir muito mais além. "Quero ter um emprego condigno, até porquê ainda sou muito jovem. O facto de estarmos aqui a vender não significa que sejamos analfabetas", realçou, acrescentando que o que realmente lhes faltou foi uma oportunidade.

08.6.3 Jovens queixam-se das dificuldades no acesso ao crédito

Cruzeiro do Sul 14 De Junho de 2008

Uma ronda efectuada pelo CS, em que se auscultou jovens empreendedores da província, acabou por confirmar as queixas constantes do quanto é difícil abrir-se um negócio neste canto do país.

A lamentação constante é que abrir um negócio na

província não está fácil. Se o acesso ao crédito é um privilégio de poucos, a aquisição de espaços e a excessiva burocracia das repartições locais são quase que um crónico empecilho.

A insuficiência no fornecimento de energia eléctrica foi também apontada como um entrave a determinados projectos empresariais.

Paulo Showas, responsável do empresariado jovem associado na província, diz que as dificuldades reduzem iniciativas de criação de micro empresas sobretudo do ramo comercial diversificado, nomeadamente hotéis, hospedarias e serviços de Rent Car, além de pequenas agremiações de construção civil.

Nos últimos tempos, investimento em festas, realização de espectáculos e pequenas maratonas parece atrair mais os jovens que procuram por espaço no mundo de negócios.

Paulo Showas, diz, por isso, que a sua associação que congrega 270 jovens empresários tem pressionado as instituições bancárias no sentido de facilitarem o acesso dos jovens ao crédito.

Mas nem tudo é um mar de problemas. O responsável local da Hotelaria e Turismo, Agostinho Francisco João, diz que, até 2010, devem ser erguidos 16 unidades hoteleiras de média e grande dimensão na província, empreendimentos em que aparecem também alguns jovens envolvidos.

Espera-se que as unidades hoteleiras a serem erguidas, sobretudo nos arredores da cidade do Lubango, potenciem ainda mais o sector hoteleiro, tendo em vista o CAN de 2010 que terá uma das séries a competir na província.

O maior centro comercial da região sul, o Millenium, é uma unidade que deve contribuir também para esta imagem que se pretende. Com um número considerável de jovens à sua testa, o Millenium deve abrir as portas em Agosto próximo com 113 lojas, casinos, restaurantes e outros serviços.

Pela sua dimensão e qualidade mereceu rasgados elogios do governador Ramos da Cruz que uma visita ao empreendimento, que considerou como uma boa lição da força empreendedora dos jovens. Mas ainda sobre as iniciativas empresariais, estão também engajadas as mulheres.

A Associação das mulheres empresárias da Huíla, dirigida por Verónica Rito, dedica-se sobretudo na abertura de salões de beleza, boutiques, bijutéria e restaurantes, além da costura.

O CS ouviu ainda um homem dedicado à arte há dezasseis anos, o conhecido escultor Pascoal Manuel Duango "Padu". Na sua opinião a arte carece de incentivos de todo o tipo.

Os restritos apoios institucionais do ministério da Cultura e a falta de oportunidade para a exposição de peças são dificuldades sérias ao trabalho dos homens da arte. Padu aponta outra dificuldade: a questão cultural, ou seja da falta de gosto pela arte por parte da população.

Com quadros vendidos e a circular pelos quatro cantos do mundo, acredita na mudança de cenário com o andar do tempo.

Sobre a questão do acesso ao crédito, tentamos ouvir o conselho provincial da juventude, mas não foi possível por dificuldades de contacto com Fernando Cativa, o seu presidente.

08.6.4 Flagrantes de corrupção entre polícias e fiscais na via pública

A Capital 21 De Junho de 2008

Que a criminalidade anda à solta pelas ruas de Luanda, toda gente sabe. O que poucos têm conhecimento é que, nos últimos tempos, muitos dos agentes que deveriam combatê-la, também são protagonistas de tais acções reprovadas, constantemente, pelas altas patentes do Ministério do Interior.

Uma equipa de reportagem do A Capital acompanha, há algumas semanas, casos de má actuação e corrupção de agentes policiais e até mesmo de fiscais do governo provincial de Luanda, na via pública.

Entre os múltiplos casos a que nos propusemos reportar, o mais comum é, seguramente, a postura de alguns agentes da Polícia de Trânsito que actuam nas mais variadas ruas da capital do país, como por exemplo, a que liga os bairros do São Paulo e do Hoji Ya Henda.

Quinta-feira, 19, o relógio marcava 8 horas e 45 minutos, quando o patrulheiro da Polícia de Trânsito chega à zona da Cuca e distribui quatro dos agentes da sua corporação, para ordenar o trânsito naquela rua. Sem mais, nem demora, mal descem da viatura, começam logo a organizar o tráfego, até então bastante atabalhoado, para não dizer parado.

Duas horas depois, os motoristas já circulam com maior celeridade, pelo que, os agentes de trânsito passam para a outra fase do seu trabalho: interpelar os automobilistas e constatar quem está a conduzir na ilegalidade, para, conseqüentemente, ser punido com uma multa ou encaminhado até à Unidade Operativa, no caso dos desencartados.

Até então o cenário parece perfeito. E quem não prestar a devida atenção, ao gesto dos motoristas de

táxis que são intimados pelos agentes, pode até pensar que a vida dos condutores que, por aí circulam, é um mar de rosas. Mas não.

Para os mais atentos é possível divisar uma acção corrupta entre os dois protagonistas. É que, quando o agente policial manda parar as viaturas hiaces de cor azul e branco, ao invés de ser o Polícia a ir ter com o automobilista e pedir que lhe sejam facultados os documentos, é o contrário.

O taxista pára a viatura, pede ao cobrador que lhe dê 300 kwanzas, coloca o dinheiro no meio da carta da condução, vai ao encontro do regulador de trânsito e dá-lhe o documento, para num ápice o agente retirar a quantia e colocar no bolso, sem que ao menos constate a veracidade do documento. «É sempre a mesma coisa. Quando nos mandam parar, é só para pedir o dinheiro do saldo. Não complicam», conta aborrecido, aos passageiros, um automobilista que também já foi vítima da acção corrupta dos policiais.

Esta acção é feita um pouco por todas as ruas da periferia de Luanda, onde são destacados os polícias da Brigada Especial de Trânsito, da Viação e Trânsito e até os do giro da Unidade Operativa.

Pudemos constatar a mesma acção dos policiais nas ruas principais de Viana, Rocha, do Roque Santeiro, São Paulo Congolenses. A zona do Hoji Ya Henda, por exemplo, foi baptizado pelos agentes da (des) ordem pública de «Cafunfo», numa alusão à zona diamantífera das Lundas.

É que por ali circulam muitos automobilistas desencartados e outros até com a documentação da viatura incompleta ou vencida.

«Eles não escondem a intenção de retirar sempre alguns kwanzas aos taxistas. E, às vezes, até prometem dar outras condições, as chamadas senhas para aqueles que não têm carta de condução», revela um automobilista.

Durante os dias de «operação capital» constatamos ainda um patrulheiro que quase que diariamente, à noite, está na zona da Cuca, próximo da antiga fábrica de plásticos, CIPAL, à espera de uma vítima que conduza na contra mão.

Para tal, os polícias preferem parar a viatura num lugar escuro, por detrás de um monte de areia, à espera dos automobilistas que vêm do sentido contrário. O grande objectivo é apanhá-los em flagrante, de modo a que possam pagar algum dinheiro, caso não queiram ir parar à cadeia.

Outra situação não muito diferente assistimos no bairro do São Paulo, onde um grupo de polícias do giro, ligado à IIª divisão, espera, pacientemente, que o crime aconteça. Tendo em conta que as placas de proibição estão a ser constantemente alteradas, os agentes ficam à espera que o motorista entre pela rua, agora, proibida,

para poderem actuar.

O caricato de todas as artimanhas, para se conseguir mais alguns parques recursos, é a actuação dos fiscais do GPL.

Apercebendo-se que, por volta das 12 e 18 horas, boa parte dos funcionários públicos e não só que estacionam as suas viaturas nos passeios - por falta de parques de estacionamento - precisam de sair, os fiscais concentram-se debaixo dos prédios «bem escondidinhos», para assim que o motorista subir na viatura, ser accionado e compulsivamente multado.

Eles demonstram, logo à primeira, a imagem de uma autoridade severa, insensível, mas quase sempre preparada a uma conversa que envolve uns kwanzas.

Ou seja a solução está no suborno. «Eles dividem-se e até correm para pedir a gasosa», disseram um automobilista.

Entretanto, uma pergunta se coloca: qual a verdadeira missão dos agentes da ordem pública?

Alguns observadores que falaram à nossa reportagem, disseram que o principal objectivo da corporação é a prevenção. «Não é concebível que o polícia espera que o crime aconteça para depois actuam.

«Como se sabe, em qualquer confronto que não seja justamente arbitrado, a parte menos disposta a respeitar as regras do jogo dispõe de uma vantagem competitiva», por isso justificaram algumas fontes.

Entretanto, os automobilistas reclamam a actuação dos agentes de giro e dos de trânsito. Para eles, é uma clara demonstração que o interesse de todos quererem inter-pelar os automobilistas é a gasosa que dá. «Uma das soluções passa pela separação dos agentes de giro dos de trânsito ou dos que fazem outras operações. Tem de saber-se quem é quem».

Entretanto, durante a nossa reportagem constatámos que existem muitos policiais com postura diferente. Vimos outros, porém, que primam pela cordialidade com os cidadãos.

08.6.5 Camponeses do Kwanza-Sul beneficiaram de micro-crédito

Jornal de Angola 21 De Junho de 2008

O Banco de Poupança e Crédito "BPC" concedeu recentemente um crédito de 250 mil dólares a 825 camponeses filiados na Unaca Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias do Kwanza-Sul.

Os beneficiários, pertencentes a 165 grupos, de cinco elementos cada, deverão proceder ao pagamento da dívida no prazo de 18 meses, segundo o presidente executivo em exercício da Unaca, David Nunes.

O responsável falava no final da terceira assembleia-geral ordinária da Unaca, que decorreu no último fim-de-semana, no Sumbe. O encontro balanceou as actividades da organização e perspectivou outras acções.

A terceira assembleia-geral ordinária da Unaca aprovou, entre outros documentos, o plano das actividades a serem desenvolvidas de Junho deste ano até 2009, metodologia de organização interna e quotização.

O vice-presidente da direcção executiva da Unaca - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias, Albano da Silva Lussaty, congratulou-se com o crescimento do movimento associativo na região.

Actualmente existem 112 cooperativas agrícolas e 300 associações de camponeses, o que, no seu entender, demonstra o empenho dos camponeses no combate à fome e à miséria no seio da população.

08.6.6 Crédito jovem implementa mais de 50 projectos na Lunda-Norte

Jornal de Angola 24 De Junho de 2008

Cinquenta e oito projectos sociais relacionados com as cooperativas dos municípios do Lucapa e Xá-Muteba, província da Lunda-Norte, foram seleccionadas, no quadro do programa "Crédito Jovem", uma iniciativa da direcção local da Juventude e Desportos, informou à Angop uma fonte institucional.

Segundo o chefe do departamento juvenil, Paulo Capussa Chico, foram seleccionadas cooperativas com projectos direccionados ao comércio precário, oficinas mecânicas e recauchutagem.

Os projectos serão encaminhados para Instituto Nacional de Formação de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e o Banco de Poupança e Crédito (Bpc), para serem avaliados e, posteriormente, financiados.

Paulo Chico informou que as cooperativas vão receber, anualmente, o equivalente em kwanzas a 20 mil dólares, reembolsáveis.

De acordo com o responsável, o programa "Crédito Jovem", promovido pelo Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD), abrange nove municípios da província, com objectivo de garantir o auto-emprego e reduzir a pobreza nas comunidades. A primeira fase do programa nesta região já beneficiou 56 cooperativas sociais.

08.6.7 Antigos combatentes beneficiam de micro-crédito

Jornal de Angola 24 De Junho de 2008

Dois mil antigos combatentes e veteranos de guerra no Zaire estão a beneficiar de micro-crédito, através do Banco de Poupança e Crédito (BPC), no âmbito da política de concessão de créditos sociais desta instituição bancária.

A informação foi avançada ontem à Angop, em Mbanza Kongo, pelo chefe do departamento provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra da direcção local de Assistência e Reinserção Social, Lázaro Fundo.

Segundo o responsável, beneficiam destes micro-crédito, cifrado até dois mil dólares americanos cada, os antigos combatentes, veteranos de guerra e deficientes de guerra controlados pelo seu departamento, que recebem regularmente as suas pensões através do balcão local do Banco de Poupança e Crédito.

Lázaro Fundo explicou que apenas os antigos combatentes e veteranos de guerra do município de Mbanza Kongo estão, nesta primeira fase, que iniciou este mês, a beneficiar destes incentivos bancários.

O interlocutor esclareceu que os seus assistidos, que se encontram nos restantes municípios, nomeadamente Kuimba, Nóqui, N'zeto, Tomboco e Soyo, estão fora deste processo nesta fase devido a inexistência de agências do BPC nas respectivas localidades.

Segundo ainda o responsável, este processo de concessão de micro crédito só abrange os antigos combatentes e veteranos que participaram na primeira guerra de libertação nacional (1961/1975), tratando-se daqueles que combateram, quer de armas na mão, quer na clandestinidade, contra a presença colonial, independentemente do movimento de libertação a que pertenceram.

Relativamente aos deficientes de guerra, disse, a instituição vai receber todos que estejam nesta condição e a beneficiarem de pensões de invalidez, não estando em causa o período do conflito armado em que contraíram tais deficiências.

O chefe de departamento dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra no Zaire acrescentou que, estando o micro-crédito enquadrado nas modalidades de créditos sociais, iguais aos cedidos pelo BPC a qualquer funcionário público ou similar, o período de reembolso dos valores vai até três anos. fios da urbanização e promover o desenvolvimento urbano sustentável", adiantou.

O processo de urbanização em Angola sublinhou Ana Dias Lourenço, foi fortemente marcado pelo modelo e pelo ritmo da colonização portuguesa. A rede urbana era harmoniosa e respondia às necessidades do

território de então e aos seus ritmos de crescimento.

A ministra do Planeamento recordou que o crescimento das cidades angolanas está ligado aos movimentos migratórios internos resultantes da instabilidade político-militar que o país viveu e que o efeito da guerra proporcionou um êxodo populacional elevado e um florescimento da actividade informal.

A ministra acentuou ainda que a experiência em Africa revela que as melhorias verificadas na actividade agrícola levam à diminuição dos fluxos migratórios para as cidades.

Em Angola, segundo a ministra, apesar de não se considerar possível o retomo total da população para o campo, a estratégia de desenvolvimento que elege a recuperação da agricultura, o desenvolvimento integrado das comunidades rurais e a electrificação rural permitirá a redefinição e a recuperação económica e social dos centros urbanos.

"Não é possível pensar na questão urbana em Angola sem resolver o problema da agricultura", defendeu a ministra angolana.

08.6.8 Camponeses no Namibe recebem micro-crédito

Jornal de Angola 27 De Junho de 2008

Pelo menos dez cooperativas de camponeses receberam micro-crédito concedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), no Namibe, no primeiro semestre deste ano, no âmbito do programa de combate à pobreza.

Segundo a secretária executiva da UNACA - Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias, Felícia Nene, os camponeses receberam entre 200 a mil e 300 dólares norte-americanos, a serem utilizados na compra de motobombas.

A responsável acrescentou que muitos camponeses não têm efectuado o reembolso do montante adquirido, o que tem dificultado a entrega de créditos a outros.

Referiu que os homens do campo se debatem com a falta de meios de transporte para o escoamento dos produtos para o mercado.

Durante o período agrícola de 2007/08, foram comercializadas 284 toneladas de produtos diversos pelas cooperativas do Namibe.

A UNACA- Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias controla no Namibe 17 cooperativas e 103 associações.

08.6.9 Kixi-Crédito prevê emprestar 15 milhões de dólares aos pobres

Angolense 28 De Junho de 2008

A carteira de créditos do Kixi-Crédito está estimada em 15 milhões de dólares norte-americanos, até ao fim de 2008, ultrapassando assim o montante do ano anterior, que foi de 12 milhões. O volume de negócios confirma a tendência de expansão da única instituição financeira do país que, não sendo banco, presta serviços financeiros aos chamados grupos pobres e economicamente activos.

A expansão e a conquista do mercado é fruto da cultura de crédito que a população alvo ganhou nos últimos anos, de acordo com o director executivo, Joaquim Catinda, é, nas palavras do responsável, o serviço de micro-crédito mais concorrido em Luanda e no Huambo, onde para já se encontra representado.

Na capital funciona com cinco agências e, no planalto central, conta com duas instalações, sendo uma na cidade do Huambo e outra na sede do município do Bailundo.

Como instituição financeira arrancou em Dezembro de 2006, dando sequência a um projecto humanitário iniciado em 1999. Em cerca de 18 meses de funcionamento, presta serviços financeiros a cerca de 10 mil clientes activos, um volume de negócios quantificado em cerca de 10 milhões de dólares norte-americanos por mês.

Uma das razões da elevada procura deste serviço de micro-finanças é o facto de ser menos exigente em termos de garantias reais, comparativamente à banca formal.

São clientes da instituição todas as pessoas de baixa renda, vendedores ambulantes e trabalhadores com salários inferiores a 500 dólares mensais, sem possibilidades de recorrer aos bancos normais.

O Kixi-Crédito oferece cerca de cinco produtos. O primeiro, através do qual se entra na instituição, é o kixisolidário, que é feito através da formação de grupos solidários, entre 20 a 30 pessoas que se conhecem e vivem na mesma área, exercendo uma actividade comercial ou negócio.

Nesta modalidade, reina o princípio de solidariedade, o quer dizer que o grupo é responsável pela dívida de qualquer membro que, por várias razões não seja capaz de reembolsar as suas prestações.

O valor mínimo do empréstimo neste caso, são 250 dólares norte-americanos para cada elemento do grupo, reembolsáveis em 10 prestações quinzenais, durante cinco meses, a uma taxa de três por cento. Em caso de atraso no pagamento acresce-se à prestação uma penalização de 5%.

Ainda nesta modalidade (kixi-solidário), os grupos graduam, o quer dizer que se no primeiro ciclo cada membro receber 250 dólares, no segundo passam para 400, no terceiro 600 e no quarto 800, até chegarem aos 1000.

Depois deste, há um produto para clientes mais antigos, denominado Kixireforçado. As modalidades são as mesmas, mas aqui os grupos são mais pequenos, entre 3 a cinco elementos, sendo o valor de empréstimo de 1000 a 2500 dólares para cada membro. Os prazos de reembolso são os mesmos.

A seguir surge o Kixinegocio, que é um crédito individual, destinado a cliente que evoluíram do kixireforçado, que têm acesso ao crédito a partir dos 2500 aos 10 mil dólares, que é o tecto máximo. Os reembolsos são igualmente quinzenais, mas num prazo mais dilatado, de 10 meses.

Não sendo banco, o Kixi-Crédito trabalha com os bancos Fomento e Millennium de Angola, em Luanda e com o Banco de Poupança e Crédito, BPC, no Bailundo (Huambo). É nestes três bancos onde os clientes levantam os seus micro créditos.

De acordo com o director executivo, apesar da elevada taxa de risco, este segmento de mercado oferece mais oportunidades de crescimento e rentabilidade do negócio, uma vez que recorrem ao micro-crédito, os pobres que, não tendo acesso aos bancos, procuram uma possibilidade em instituições deste género.

O gestor cita como exemplo um guarda-nocturno, cujo salário mensal de 200 dólares não sendo suficiente para recorrer a um crédito num banco formal, procurou-o para uma oportunidade de crédito. " Eles só querem uma oportunidade e, no caso deste guarda, procurou-me para ver se comprava uma mota, para fazer táxis durante as folgas, porque o seu vencimento não era suficiente para sustentar a família.

Recebi-o e fui com ele a uma agência, fez o crédito, comprou o que queria, amortizou até ao fim e agora já vai na segunda mota" elucidou.

Depois de Luanda e Huambo, segundo Joaquim Catinda, o Kixi-Crédito deve chegar ainda este ano a Cabinda, Benguela e Bié. Nas suas actuais sete instalações, trabalham cento e vinte trabalhadores, entre contabilistas, conselheiros e fiscais de crédito.

Estes últimos têm a missão de se deslocar aos locais de actividade dos clientes, para se inteirar sobre o andamento dos negócios.

08.7.1 A "vida fácil" dos ambulantes

Jornal de Angola 12 De Julho de 2008

A falta de empregos ou o défice do mercado de trabalho é que gera a legião de ambulantes que temos ou o comércio precário ambulante é que gera desemprego?)

Nos últimos tempos, em diversas ocasiões e artigos publicados neste semanário, tenho-me referido aos vendedores ambulantes de ruas. Sendo um fenómeno económico e social sempre crescente, sobretudo na cidade de Luanda, a questão é tema de interesse inegável para qualquer político, economista ou analista.

Nunca será demais abordá-lo, na perspectiva do enquadramento da sua génese política e económica, propondo ou sugerindo algumas medidas que, a serem tomadas, invertam seguramente a situação para a normalidade.

É que, de facto, se em tempo de guerra podíamos dar a um leque de actividades comerciais informais uma legitimidade decorrente do estado de excepção ou emergência virtual, em tempo de paz a venda ambulante pelas ruas, com as proporções que hoje tem, constitui uma anormalidade social e económica que raia a aberração e clama por soluções urgentes.

Com o fim da guerra e o advento da paz estável que o país passou a viver desde 2002, o espectáculo diário que a nacionais e estrangeiros proporciona a venda ambulante massiva por todas as artérias e sítios da cidade de Luanda impressiona profundamente pela negativa, para além de frontalmente contradizer-se ou entrar em rota de colisão com o nosso tão propalado crescimento económico nos últimos quatro / cinco anos.

Em Maio último estimei em "2a 3 mil os jovens (do sexo masculino e sem incluir as zungueiras) recalcitrantes que teimam em revender exclusivamente nas ruas e que só querem ser vendedores ambulantes, desafiando abertamente a organização urbana (da cidade de Luanda) que as autoridades têm procurado assegurar com muito esforço e trabalho, mas em vão"

(1). Ninguém contrapôs nem me desmentiu, o que pode significar que o cálculo pode estar mais certo do que errado, e ainda bem para a credibilidade e seriedade das minhas análises. A grande questão que se põe é saber, exactamente, se a falta de empregos ou o desemprego voluntário é que gera a legião de vendedores ambulantes que temos hoje pelas ruas de Luanda, ou se os vendedores ambulantes é que, com a existência massiva que têm, criam ou fomentam

indirectamente o desemprego. É interessantíssimo, de certo modo inédito, colocar a discussão deste assunto nestes termos.

Estou convicto de que é esta versatilidade de pensamento ou de raciocínio na abordagem dos nossos problemas nacionais, durante a guerra como no pós-guerra, que flagrantemente apresenta um enorme "défice" entre, por exemplo, os deputados à Assembleia Nacional. A excepção das intervenções que fazem nas reuniões de bancada, de especialidade ou nas plenárias segundo me confidenciou uma fonte segura que acompanha de perto os trabalhos parlamentares - não se lhes vê que sejam capazes de levar ao Parlamento o contributo do seu discurso direccionado, suponhamos, a um problema político, económico ou social concreto e para o qual tragam propostas ou sugestões pessoais de solução.

Quando intervêm (poucos o fazem, enquanto a maioria só marca presença física e para votar por mão levantada) não dominam a dialéctica da argumentação que possa motivar o "presidium" a adoptá-las como temas de reflexão e estudo aprofundado nas comissões especializadas ou quiçá mesmo como projectos de resolução, iniciativa legislativa e recomendações.

Dir-me-ão alguns que as coisas se passam desta maneira porque os assuntos que se debatem são apenas e só os agendados. De acordo, naturalmente, mas quem é que aprova as "agendas" ou as "ordens de trabalho"? Não são os deputados? Não é própria Assembleia Nacional? Chego deste modo à conclusão (e aqui expresse o meu aplauso à Direcção do Partido MPLA, na pessoa do seu Presidente) de que foi necessária e muitíssimo oportuna a grande "vassourada" que atingiu em cheio 90 dos seus deputados que exerceram funções durante longos 16 anos. Enganaram -se, final e dolorosamente, aqueles que ficando sempre calados, amorfos ou simples "yesmen", arquitectavam garantir o "tacho" de forma calculista e oportunista por mais um mandato de quatro anos, sem em nada terem contribuído para a solução dos grandes problemas e dificuldades que desde há muitos anos afectam diariamente os cidadãos comuns e desfavorecidos, filhos desta Pátria amada, vivendo no país ou emigrados no exterior. Aqueles que foram capazes de "fazer um pé de meia" com o muito dinheiro que imerecidamente receberam dos cofres do Estado, enquanto longevos deputados, que saibam pelo menos agora investi-lo na criação de empreendimentos e de postos de trabalho produtivos e socialmente úteis, ajudando assim a reduzir ou erradicar do nosso seio a desprestigiante venda ambulante pelas ruas de Luanda e o desemprego de milhares de jovens angolanos na idade activa.

(2)

(O pequeno comércio informal de Luanda é capaz de sustentar, vestir e calçar bem, pagar a renda de casa e dar o dinheiro para as propinas dos filhos a toda a população residente desempregada ou sub-empregada,

actual e futura, ainda que seja de milhões. A venda ambulante pelas ruas é a sua variante mais aliciante, porque gera rendimentos pecuniários diários e imediatos, com muito pouco ou nenhum esforço e despesas. Porém, esta "vida fácil" não convém nem à juventude nem à Nação angolana, pelo que deve cessar por proibição legal a nível nacional, substituída pelo emprego produtivo e socialmente útil, remunerado em correspondência com a complexidade do trabalho prestado e com o custo de vida)

Quando as estimativas referem que 70 por cento dos habitantes de Luanda trabalha no sector informal da economia (3), isso significa em primeiro lugar que são para cima de um milhão as pessoas em idade activa que não se identificam como funcionários públicos ou equiparados (civis e militares) nem como empregados do sector empresarial misto ou privado; e, em segundo lugar, que essas pessoas exercem exclusivamente actividades mercantis e de prestação de serviços fora do sistema legal, por conta própria uns e por conta alheia os restantes, considerando que no sector informal não há agricultura e pescas nem indústrias relevantes, mas com a predominância quase absoluta do comércio sob as mais variadas formas e a prestação de serviços, igualmente desde os mais bizarros e extravagantes aos de alguma utilidade social. Logo, nesta área de comércio e prestação de serviços informais ou seja de actividades precárias não legalizadas incluem-se todos quantos, entre os 18 e os 60 anos de idade, estão formalmente desempregados, mas que têm habitação própria ou arrendada, conseguem alimentar-se a si e às suas famílias, têm os filhos a estudar, possuem viatura ou viaturas próprias, enfim, que sobrevivem e vivem com desafogo financeiro, são homens e mulheres de negócios que fazem poupanças que depositam em bancos, reinvestem no comércio paralelo e aplicam na construção civil lucrativa ou especulativa e na pequena agricultura de subsistência ou de lazer. Do ponto de vista da sua evolução política, económica e social, Angola de hoje transporta-nos ao que ocorreu nos séculos XVII e XVIII em vários países da Europa, incluindo Portugal, quando as classes políticas, económicas e sociais até então dominantes (a nobreza e o clero) perderam a sua importância como detentoras das riquezas nacionais dos reinos e uma nova classe a burguesia emergiu da actividade mercantil, criou o capitalismo e passou a dominar o mundo através da força e do poder do dinheiro. Similarmente, com efeito, entre nós facilmente nos apercebemos hoje de que já não são os funcionários públicos (à excepção dos titulares de cargos de governo e de direcção, de cargos políticos e de dirigentes militares ou civis) que detêm a importância social dos outros tempos, quando os seus salários não cobrem de longe as despesas devido aos custos sempre inflacionado dos preços e não lhes permitem fazer qualquer tipo de poupanças. Se o mercado paralelo da economia nacional, só em Luanda, absorve, emprega, sustenta e garante a sobrevivência de mais de metade da sua população residente, substituindo-se ao Estado que não investe nos sectores económicos ociosos e paralisados da agricultura e das indústrias,

geradores por excelência dos postos de trabalho técnicos especializados e operários qualificados, aí temos o resultado. Mas não bastará ao Estado angolano investir com força na agricultura e nas indústrias, se não continuar a ser capaz de rever profundamente a sua política salarial.

A começar pelo Salário Mínimo Nacional, que terá de ser o proposto reiteradamente pelas diferentes Centrais Sindicais deste país e é consensual. A ultrapassada no tempo e no espaço filosofia marxista-leninista da economia do trabalho ou da organização trabalho e salários de fome, que vigorou entre nós durante quase duas décadas e teima continuar a ditar as suas regras, empobreceu profundamente a economia angolana entre os anos 70 e 90, com as nefastas consequências que o tal falso comunismo ou imitação nos legou, pelo que deve passar definitivamente à história. É preciso quebrar ou destruir o círculo vicioso segundo o qual "SEM TRABALHO PRODUTIVO NÃO PODE HAVER BONS SALÁRIOS E SEM BONS SALÁRIOS NÃO HÁ TRABALHO PRODUTIVO". Foi este círculo vicioso ou impasse que no passado pós-independência lançou Angola nos braços da economia informal, da qual os vendedores ambulantes, as zungueiras, as kinguilas e toda a sorte de candongueiros são apenas uma parte visível do gigantesco "iceberg" que continua imerso. O salário mínimo nacional a aprovar deverá ser de pagamento obrigatório de Cabinda ao Cunene por todos os empregadores, sejam eles públicos ou privados, e num valor que permita a qualquer trabalhador da economia formal viver com dignidade.

08.7.2 Clientes podem transferir até um milhão de kwanzas pelo Multicaixa

Angolense 12 De Julho de 2008

A rede Multicaixa, detida pela Empresa Interbancária de Serviços (EMIS, S.A), é um serviço vocacionado para pagamentos de valores monetários relativamente baixos. A empresa acaba de inovar neste segmento do mercado.

Segundo anunciou em comunicado de imprensa, decidiu "quebrar" o limite diário de transferências via Caixa Automática, de um valor baixo para um tecto mais alto, – um milhão de Kwanzas. "Qualquer utente de cartão Multicaixa só poderá transferir da conta associada ao seu cartão bancário, por cada período de horas, o máximo de um milhão de Kwanzas (numa ou mais operações)", refere a nota.

A medida, de acordo com o documento, começou a ser implementada a partir do dia 1 de Julho do corrente. O documento refere mais adiante que, os bancos integrantes do sistema Multicaixa poderão, por sua vez, impor um limite por operações, podendo também o fazer com as autorizações que não sejam dadas em

tempo real.

Rede Multicaixa

De acordo com a organização do Sistema de Pagamentos Angolano (SPA), criado ao abrigo da Lei número 5/05 de 29 de Julho, a Rede de Multicaixa é o subsistema de pagamentos do SPA que abrange as operações de pagamento processadas, através de cartões bancários nas redes de Caixas Automáticas (ATM's) e de Terminais de Pagamento Automático (TPA).

A referida rede é uma infra-estrutura partilhada por todos os bancos integrantes do sistema, que dá corpo ao princípio da universalidade. "Qualquer cartão bancário emitido por qualquer banco, pode ser aceite em qualquer terminal do sistema", refere a nota sobre a matéria.

Além do sistema Multicaixa, a Empresa Interbancária de Angola (EMIS) deverá também operar no próximo futuro a Câmara de Comércio Electrónico de Angola, através da qual serão suportadas soluções electrónicas para pagamentos e cobranças, como, por exemplo, os serviços de débitos directos e transferências a créditos, revela ainda o comunicado.

08.7.3 Vestir de fora a qualquer preço

Novo Jornal 18 De Julho de 2008

Da China ou do Dubai, da Namíbia ou África do Sul, do Congo Brazzaville ou ainda do Brasil, chegam a Angola desde há uns tempos, grandes quantidades de roupas que são espalhadas pelo país adentro, tendo Luanda, Huíla e Benguela como os maiores mercados de consumo, segundo dados da Direcção Nacional do Comércio.

O negócio da roupa importada, tal como toda outra actividade comercial, é liberal e não da responsabilidade do Estado.

Isto, segundo o director nacional do Comércio, Gomes Cardoso, significa que grande parte "dessa mercadoria entra no país por intermédio de comerciantes particulares, nem todos devidamente autorizados para importar mercadorias com fins lucrativos".

As roupas, na sua maioria para o sexo feminino, chegadas ao país, são distribuídas pelas pequenas lojas e boutiques espalhadas pelas diversas artérias de algumas cidades. Parte significativa é também comercializada em mercados e residências particulares.

Em Luanda, por exemplo, no bairro Hoja-ye-Henda, existe mais de uma dezena de armazéns vocacionados para a venda de produtos têxteis, com destaque para roupas e calçados.

André Singuí, gerente de um deles, cujos proprietários são de origem maliana, conta que a mercadoria vem da Tailândia e da China. Este facto, segundo disse, determina sobremaneira nos preços, daí uma camisa de marca Tommy, de fabrico chinês, custar "apenas mil kwanzas".

O nosso interlocutor revelou que o facto de o armazém em que trabalha ser um importador directo da mercadoria "justifica os preços baixos" que fazem, ao passo que nos revendedores, a mesma mercadoria oscila entre os 1.500 e os 2.000,00 KZ.

A este último preço também se encontra o mesmo tipo de mercadorias em lojas localizadas no São Paulo, município do Sambizanga, onde grande parte delas pertence a brasileiros e vietnamitas, também importadores directos.

Essa diferença, segundo Costa Silva, publicitário da loja Mokbel Cold, com mais de sete anos no país, prende-se com o facto de o produto brasileiro ser muito procurado, graças à influência das telenovelas brasileiras.

"As pessoas gostam de se vestir como os seus ídolos se vestem", disse satisfeito por, mesmo não sendo época festiva" altura em que a loja regista grande afluência, já estar a haver algum movimento considerável da clientela.

Para ele, o segredo está no marketing e na atenção que se deve ter com as roupas que mais se procura.

Nesta época fria, "é arriscado mandar vir roupas femininas muito decotadas. O aconselhável é importar roupas estilo jeans, ou as que cubram o corpo todo".

"Boutiques" improvisadas no asfalto

No São Paulo, Roque Santeiro e até mesmo na Baixa de Luanda encontram-se hoje vendedores ambulantes que construíram as suas lojas e boutiques móveis sobre a via pública.

Os preços aqui são sempre mais baixos quando comparados com os que se fazem nas lojas. Isaac vende fatos sociais na Baixa de Luanda e diz que a origem da sua mercadoria é geralmente italiana, francesa e sul-africana, nunca vendida acima dos sete mil kwanzas (cerca de 95 dólares), preço básico da Loja em frente da qual o ambulante faz o seu negócio.

Ficar junto de lojas, confidenciou, facilita as vendas porque "muitos clientes depois de não encontrarem nelas o que procuram recorrem às nossas mercadorias".

A fazer companhia a Isaac está Jessy Lay, vendedor de camisa. Amontoadas numa caixa, para facilitar a fuga dos fiscais, as camisas custam em média 500 kwanzas e são de fabrico tailandês.

Outra companheira de negócio é Antonica Sebastião, antes vendedora nas artérias do São Paulo, mas que

passou para a Mutamba devido ao aumento da concorrência naquele local.

Antonica vende roupa e calçado feminino muito procurado pelas senhoras que trabalham na Baixa, local onde estão instalados ministérios, um bom número de companhias de grande porte e bancos.

"As moças que trabalham aqui na Mutamba gostam muito desses calçados rasos e como nem sempre têm dinheiro eu lhes faço um quilape (crédito)" conta.

Mas, como o dinheiro tarda a chegar, os artigos vendidos a "quilaps" são mais caros. A chinela de 400 kwanzas, por exemplo, passa para 500, quando comercializada nesta modalidade de pagamento.

"Moambeiras" viajantes sobrevivem das roupas

O comércio de roupas no país tende a ser dominado por mulheres que atravessam mares e continentes em busca da mercadoria de melhor qualidade para satisfazer os gostos dos consumidores cada vez mais exigentes e ávidos em serem os primeiros a usar a última moda de determinada marca.

Os destinos mais frequentes são Brasil, Namíbia e Ponta Negra, Congo Brazzaville, estes dois últimos às vezes por via terrestre devido aos custos de transportação das mercadorias.

Rosa Domingos é uma dessas mulheres, as também chamadas "moambeiras". Antes, Rosa era funcionária de um armazém de roupas, pertencente a vietnamitas, mas depois se sentir insatisfeita com o salário juntou três mil dólares e efectuou a sua primeira viagem para Ponta Negra. Por ser a primeira vez, a "sacoleira" nome atribuído pelos brasileiros por, na altura das compras que efectuam em lojas brasileiras em São Paulo e outras cidades as angolanas andarem carregadas de sacolas.

Teve que se juntar a um grupo de mais três mulheres e partir via terrestre, até Cabinda, de onde receberam vistos para entrar em Ponta Negra. Apesar de começar o negócio com aquele valor, Rosa diz que há quem comece com um montante muito inferior, embora tenha muita dificuldade de continuar, principalmente quando se viaja por via aérea.

O incentivo para se utilizar a via terrestre vem dos preços das passagens que Rosa e companheiras pagam por cada deslocação.

Ela conta que no aeroporto de Ponta Negra não paga nenhum direito alfandegário, mas cá tem sido uma dor de cabeça pelos preços que se fazem. Por cada cinco quilogramas de carga, tem de pagar às Alfândegas o equivalente a 30 dólares, valor que é depois repassado ao consumidor final.

Quanto à concorrência das lojas que importam mercadorias em maior quantidade, Rosa não se

intimida. Assim também reage Maria Morena, outra "moambeiras" que faz o percurso Angola e Namíbia. "Nem sempre nós vendemos na hora. Temos consumidores de confiança que levam a mercadoria para pagar apenas no final do mês, até porque muito do que compramos é já encomendado" esclareceu.

Por outro lado, Rosa nega especular preços, como alguns consumidores acusam por considerarem os produtos oriundos do Brasil muito mais baratos que o valor porque são vendidos em Angola.

08.7.4 Oficinas de rua, mal necessário

Agora 19 De Julho de 2008

Caso se concretize, são vários os angolanos que vão ficar na amargura do desemprego com esta medida do governo provincial de Luanda (GPL), que através das administrações vai notificar as oficinas de rua e as que não oferecem condições serão encerradas.

As autoridades advogam que muitas delas não estão licenciadas, exercendo as suas actividades fora das normas, mas o que mais preocupa o executivo de Luanda são os resíduos resultantes da actividade das oficinas, pondo em risco a saúde pública.

Marcial António, da estação e oficina Serpa Pinto, de 19 anos de idade é ajudante de mecânica há três anos, lamenta a medida e garante que muitos serão prejudicados. "Passei pelo sobe e desce à procura de emprego. Antes de chegar aqui vendia na rua, suporrei o porrete da polícia e os assaltos dos fiscais e quando pensava que estava seguro do novo ganha-pão surge esta medida, mas acredito que não seremos afectados", disse.

As estimativas da gerência da oficina indicam que há 15 pessoas a trabalhar na estação de serviço do largo Serpa Pinto e quanto à contenção dos resíduos, nada aponta para alterar o quadro do vazamento de óleo queimado sobre o passeio.

Os donos de uma dezena de oficinas que os jornalistas do AGORA visitaram, no centro e na periferia de Luanda, concordam em pelo menos dois aspectos: negam o encerramento e propõem que as licenças sejam atribuídas para a promoção dos pequenos empreendedores.

"O problema é a fiscalização que não actua como devia ser, porque se houvesse controlo no exercício de suas actividades, muitas oficinas, quer de mecânica ou bate chapa e pintura não estariam a sujar o pavimento", disse o assistente da oficina Jorge Manuel, 46 anos, utente de uma viatura Nissan Pathfinder, disse que é menos oneroso fazer manutenção nas oficinas de rua do que ir a uma representante. "Olha a mudança de óleo e filtro do meu carro na NISSAN-TDA, fica entre 1000 dólares e 1500 dólares, mas aqui pago perto de

10000 kwanzas. Por isso, as oficinas de rua servem de alternativa para muitos de nós com orçamentos baixos e também emprega jovens não qualificados que podem ganhar experiência de trabalho", justificou.

Com cerca de 12 carros encostados à espera de bate-chapa e pintura, estava a oficina da rua Nicolau Castelo Branco no bairro Maculusso, junto ao restaurante "O Vila". Num espaço improvisado, cabe apenas uma e as restantes ficam na rua até à sua reparação.

"Nós servimos de alternativa a muita gente que procura os nossos serviços", disse um dos bate-chapas que há 13 anos exerce a profissão e reconhece que as condições de trabalho não são as melhores, mas a falta de espaço obriga-o a trabalhar na rua, sem licença e a incomodar os vizinhos com o barulho das marteladas na chaparia. "Somos uma pequena empresa e estamos a pensar legalizá-la, mas a grande dificuldade está em encontrar infra-estruturas para trabalhar, porque no centro da cidade os preços dos arrendamentos são muito elevados e" não temos meios financeiros para suportar os encargos", disse.

Casado e com seis filhos para sustentar, disse que começou a trabalhar como ajudante de bate-chapa, agora é mestre, mas mostra-se frustrado com a administração e não encontra outra solução que não seja resistir à pressão até que consiga reunir meios financeiros para ter um espaço maior e com condições para assegurar a sua actividade. "Já fomos notificados pela fiscalização, não temos para onde ir, se fecharmos, ficaremos no desemprego. O mercado não oferece condições de trabalho para todos, esperamos que as coisas se resolvam".

Em pouco tempo, explicou-nos que a sua oficina já tem um número considerável de clientes e pensa oferecer outros serviços, tais como a electricidade "tudo por causa dos preços praticados".

Na zona da estalagem, junto à moagem Kwaba, Mauro de Assunção explora a recauchutagem Progredir com um serviço de 24/24. Trabalha com um grupo de oito jovens e defende a necessidade de se ajustarem os serviços de rua, embora ele pague impostos às finanças de Viana. Deficiente físico, Mamo já conseguiu comprar uma viatura Toyota Hiace e pensa em ampliar o espaço para oferecer serviços de mecânica e electricista-auto.

Uma das principais críticas que os homens das oficinas de rua apontam, além da falta de regulamentação do sector e a fiscalização sistemática do governo da província, relaciona-se com os valores praticados pelas concessionárias. Estas elevam muitos os preços e a rua é a solução para muitos utentes, segundo informações colhidas pelo AGORA, junto de alguns usuários dos serviços de rua.

Uma delas, Maria Imaculada Mbila, natural de Malange, 35 anos, afirma que "as oficinas de rua rendem mais.

Paguei pela montagem das cintas de travões e calços, perto de 100 dólares, mas se fosse na Toyota seria mais de 300 dólares e estaria sujeita a andar de táxi por mais de duas semanas", disse

Da TOYOTA-Angola, garantiram que a demora e os preços são uma realidade, mas a grande procura do mercado pelos serviços obriga ao prolongamento dos prazos de entrega das viaturas que vêm para a manutenção.

A TDA, representante da NISSAN, aponta o mercado de aquisição de acessórios como o factor dos elevados custos de manutenção das viaturas. Embora indique também que os serviços prestados são de alta qualidade, sustenta que o cliente tem o direito de reclamar. Os nossos acessórios são catalogados e quando a viatura entra para a manutenção a informação é computarizada, o que facilita os nossos técnicos, disse os dos mecânicos da empresa.

A maior parte das representantes, segundo Felisberto Matias, serve para iludir ou reconfortar os clientes, levá-los a aderirem aos seus serviços mas escapam à realidade.

No combate às oficinas sem caixas de decantação de resíduos e as ilegais, juntam-se os lavadores de rua que grassam por toda a cidade. Segundo fontes do GPL, pelo menos metade das oficinas mecânicas dos municípios da Maianga e Ingombota são irregulares e representam um atentado à preservação ambiental.

A afirmação é da fiscalização que aponta que 50% desses estabelecimentos não possuem licença para exercer a actividade, isso sem contar os que funcionam clandestinamente, sobretudo nas zonas periféricas. As autoridades de Luanda explicam que para realizar a regularização não é muito caro e ainda ajuda na preservação dos municípios.

Muitas empresas já foram autuadas pelas irregularidades. "Estas têm um prazo de, no máximo, dois meses para construir as caixas de decantação e legalizar os seus espaços sob pena de encerramento. As multas para quem não cumprir a ordem vão de 20 mil kwanzas e 60 mil kwanzas, dependendo da gravidade do prejuízo que a empresa causa à via pública.

Neste momento, de acordo com dados da Direcção Nacional de Viação e Trânsito (DNVT), a frota automóvel nacional regista um crescimento fora do normal, o que leva os automobilistas a procurarem mais pelas oficinas de rua.

A DNVT registou cerca de um milhão de veículos na cidade de Luanda, desde 1975 até Janeiro de 2007. Esse número, porém, não corresponde à realidade da frota da cidade, como afirma instituição. Não existem dados estatísticos relacionados com o número exacto de viaturas que circulam pelo país, uma vez que nem todos os automobilistas pagam a taxa de circulação.

Na visão da DNVT, os engarrafamentos na cidade de Luanda vão manter-se, porque, para além do desrespeito ao Código de Estrada, concorre ainda o aumento do número de viaturas, aliado ao conflito existente entre circulação e estacionamento. Muitas vias ficam engarrafadas por falta de espaços para estacionamento. Os locais existentes não comportam o enorme fluxo de viaturas. Assim, as oficinas de rua são um mal necessário.

08.7.5 Os «depenadores» do GPL

A Capital 19 De Julho de 2008

A Polícia de Fiscalização, tem levado a cabo, nos últimos tempos, uma vasta operação de remoção de viaturas, sucatas, geradores e roullotes, geralmente achados na via pública a criarem transtornos de vária ordem, sobretudo aos automobilistas e transeuntes.

O trabalho é realizado pela Direcção Provincial de Fiscalização, em conexão com o Governo Provincial, porquanto há já algum tempo que a capital angolana está transformada numa espécie de «cemitério para sucatas».

O sistema normal de recolha passa, inicialmente, por um aviso afixado no bem a recolher, como forma de persuadir o seu proprietário ou responsável a dar um destino ao mesmo, sob pena de ser sancionado com penas previstas na lei.

No município do Cazenga, por exemplo, de onde surgem grande parte das reclamações, os meios recolhidos são colocados num parque, onde o seu proprietário ou responsável tem de se deslocar, se quiser reavê-la, mediante pagamento de uma multa, que é considerado por muitos, que já se viram neste tipo de situações, como bastante onerosa, facto que tem levado à desistência muitas das pessoas abrangidas por esta medida.

A operação é aplaudida por muitos e tinha tudo para dar certo, não fosse a ganância de certos elementos do «grupo de recolha», que não se coíbem de vender os bens alheios apreendidos.

O «esquema» é dirigido por suposto agente da Fiscalização, apenas identificado por Tinho, que vende em parceria com um tal de Andrezinho, residente no Cazenga, todos os meios recolhidos nas ruas.

Alias, segundo os populares que se queixaram à este jornal, agente Tinho é visto, todos os dias, com passe, uniforme e, como senão bastasse, em viaturas e outros objectos usados pelas equipas de fiscalização, o que confirma a sua ligação com aquele organismo.

O mesmo é acusado de perseguir, quase sempre neste tipo de operações, viaturas, geradores, roullotes e sucatas em bom estado, que são desviadas para a

residência do tal de Andrezinho, onde as viaturas são «despedaçadas», para de seguida comercializar-se as peças.

O negócio parece rentável, a julgar pelo número de pessoas que se aprestavam a adquirir "as «ossadas» dos objectos recolhidos, dando mostras que o negócio é há muito conhecido por aquelas bandas.

Não são raras as vezes "em que os cidadãos visados pela medida ficam, na mesma, sem reaver os seus bens, mesmo após pagamento da coima, pelo facto dos fiscais terem dado um outro destino ao material. «Há pessoas que chegam aqui e choram, porque encontram apenas a carcaça e o pouco que sobra de uma roullote ou gerador. É preciso ter sorte para recuperar o teu objecto completo», reclamaram algumas das vítimas do «grupo do Cazenga».

Não é, afinal, sem razão que as pessoas que se dizem lesadas e que denunciaram este facto, apelam às instâncias de direito no sentido de se pôr cobro a situações do género, por estar a provocar sérios transtornos e a levar ao descrédito o trabalho da Direcção Provincial de Fiscalização e do próprio Governo Provincial de Luanda.

08.7.6 Agente da Polícia mata quitandeira

Semanário Angolense 19 De Julho de 2008

Uma vendedora do mercado do São Paulo foi atingida mortalmente com um tiro na cabeça, Sexta-feira da semana passada, por disparos feitos por um agente da polícia nacional à paisana, na sequência de uma perseguição que este fazia a um suposto delinquente, testemunhou o *Semanário Angolense*.

A quitandeira, uma jovem conhecida por Rosita, foi atingida, quando se encontrava numa barraca de comes e bebes a tomar o seu almoço, no intervalo a propósito da sua jornada laboral. Ferida com gravidade com um tiro de pistola na cabeça, ela viria a sucumbir pouco tempo depois.

O agente policial estava a perseguir um suposto delinquente que se teria apossado por «esticão» do fio de ouro de um cidadão, pondo-se aos tiros numa zona de grande concentração de pessoas, sem se preocupar com os perigos sérios que isso acarretaria.

Segundo podemos apurar, o agente policial conseguiu atingir o suposto delinquente com um tiro na perna, mas como este, mesmo assim, continuou a fugir, fez outros disparos, um do qual acabaria por acertar na jovem quitandeira.

Uma fonte policial diz, todavia, que a mesma bala que atingiu o suposto meliante seria a mesma que acabaria por colher a pobre vendedora do mercado do São

Paulo, explicação que, porém, carece de lógica.

Revoltados, os populares investiram contra o agente policial e quase o lincharam, não fosse a intervenção de colegas seus afectos à divisão da corporação que trata do Sambizanga, sendo escoltado até ao seu comando, em companhia do alegado bandido que estivera a perseguir.

O Semanário Angolense soube de uma fonte policial do comando da divisão do Sambizanga que o agente teria sido já detido na Direcção Provincial de Luanda da Investigação Criminal, onde aguardaria a instauração do correspondente processo-crime, sem prejuízo para as medidas de âmbito disciplinar a que estará também sujeito.

A fonte recusou-se, no entanto, a fornecer outros pormenores, remetendo-nos para o comando-geral, donde, porém, nada podemos apurar em acréscimo, excepto de que o agente não pertence àquela divisão policial.

Este é o segundo incidente grave que ocorre nesta zona em pouco mais de quinze dias, depois da morte à pancada de um jovem zungueiro por um agente policial da divisão do Sambizanga, sem nada de sério que o justificasse.

De acordo com testemunhos recolhidos pelo Semanário Angolense, o agente agrediu o jovem zungueiro repetidas vezes com porretes na cabeça até causar a sua morte, o que motivou uma profunda indignação dos seus colegas, que manifestaram o seu protesto com o arremesso de pedras e outros objectos contra os policiais em serviço na zona, chegando mesmo a interromper a circulação automóvel durante largos minutos.

08.7.7 Produtores recebem micro-créditos

Jornal de Angola 21 De Julho de 2008

Pelo menos sete mil camponeses, organizados em quarenta e nove cooperativas agro-pecuárias, na província de Benguela, receberam, nos últimos seis anos, micro-créditos avaliados em 600 mil dólares norte-americanos (um dólar vale cerca de 75.225 kwanzas), no quadro do programa de financiamento do Banco Sol.

A informação foi prestada pelo presidente da Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias da província de Benguela, João Simão Januário, acrescentando terem sido beneficiados agricultores dos nove municípios da província de Benguela.

O responsável, para quem a implementação do programa permitiu melhorar o quadro socio-

económico dos camponeses, acrescentou que, até ao final deste ano, a iniciativa deverá contemplar 70 cooperativas agro-pecuárias, aumentando deste modo o número de beneficiários.

Realçou que a concessão do micro-créditos permitiu elevar os índices de produção no sector agrícola na província, principalmente em culturas como as do milho, batata rena e feijão.

Segundo afirmou aquele responsável, há quatro anos alguns dos pequenos agricultores estavam confinados na cintura verde da cidade de Benguela, actualmente, após regressarem às suas áreas de origem, já produzem grandes quantidades de produtos agrícolas.

Referiu que algumas cooperativas já reembolsaram o dinheiro do crédito e voltaram a recebê-lo, facto que demonstra as vantagens do programa.

08.7.8 Instituições financeiras não bancárias em caminho

Semanário Factual 25 De Julho de 2008

O Banco Nacional de Angola (BNA) está a preparar um conjunto de regulamentos que irão permitir a criação no mercado angolano de instituições financeiras não bancárias que vão de cooperativas de créditos às sociedades de micro-créditos e podem trazer um novo alento para a oferta de créditos no mercado.

Para o Governador do BNA, Amadeu Maurício, "relativamente à legislação financeira e bancária do nosso país, as reformas prosseguem. Por iniciativa do Banco Nacional de Angola foi revista a Lei das Instituições Financeiras, com a aprovação da Lei n.º13/05, de 30 de Setembro, encontrando-se em fase de conclusão a regulamentação de várias instituições financeiras não bancárias, designadamente: as sociedades de locação financeira de factoring.

Cooperativas de crédito sociedades mediadoras dos mercados monetários ou de câmbios, sociedades prestadoras de serviços de pagamento e as sociedades de micro-créditos".

A entrada no mercado de uma diversidade maior de instituições de créditos pode ajudar a minimizar os "velhos problemas" com os quais a economia se debate quanto a oferta de créditos aos mais diversos níveis. Salienta-se que a maioria do crédito disponibilizado pela banca comercial destina-se a particulares em desfavor dos sectores produtivos. e o acesso ao crédito é consideravelmente difícil e as taxas de juros e condições impostas tornam-no quase proibitivo para a maioria da população.

Ainda no âmbito das reformas em curso, o Banco Nacional de Angola vem participando nos trabalhos preparatórios referentes à elaboração da lei orgânica-

modelo para os bancos centrais dos países da SADC. No quadro do processo de harmonização e integração regional perspectiva-se a criação de um Banco Central único para os países que integram essa organização.

O governador do BNA frisou que as melhorias significativas na actividade de recolha e tratamento de informação estatística e contabilística. A transição de instrumentos directos de controlo monetário para indirectos e a indispensável informatização do Banco Nacional de Angola e demais instituições bancárias foram também acções que concorreram para a modernização da gestão da política monetária e cambial.

"Depois de décadas de guerra, d instabilidade e de enormes distorções assegurada uma relativa estabilidade política, governativa e institucional, país prepara as condições para levar cabo um processo de crescimento económico continuado e sustentada pois sem um firme desempenho económico as instituições democrática não florescerão e não se poder alcançar a tão desejada justiça social. Eixo central da estratégia económica como não poderia deixar de ser, relançamento da produção interna e estruturação de um sistema produtivo moderno e competitivo, orientado pelo mercado".

O governador teceu tais considerações recentemente em Luanda n abertura do XII Encontro de Jurista dos Bancos Centrais dos países d CPLP. Porém, segundo dados do BNA o crédito concedido pela banca comercial em Abril cresceu 5.25 por cento passando de 560,6 em Março para 590 um mil milhões de Kwanzas no mês d Abril.

O crédito a particulares continua a liderar a lista dos principais destino dos empréstimos e absorveu no período em referência cerca de 46. 81 por cento do total do crédito concedido.

08.7.9 Banco Espírito Santo acusado de cobrar taxa por tudo e por nada

Angolense 26 De Julho de 2008

Gostaria de saber se os senhores aceitariam pagar uma taxa, uma pequena taxa mensal, pela existência da padaria na esquina da v/. Rua, ou pela existência do posto de gasolina ou da farmácia ou da tabacaria, ou de qualquer outro desses serviços indispensáveis ao nosso dia-a-dia.

Funcionaria desta forma: todos os senhores e todos os usuários pagariam uma pequena taxa para a manutenção dos serviços (padaria, farmácia, mecânico, tabacaria, frutaria, etc.).

Uma taxa que não garantiria nenhum direito

extraordinário ao utilizador. Serviria apenas para enriquecer os proprietários sob a alegação de que serviria para manter um serviço de alta qualidade ou para amortizar investimentos. Por qualquer outro produto adquirido (um pão, um remédio, uns litros de combustível, etc.) o usuário pagaria os preços de mercado ou, dependendo do produto, até ligeiramente acima do preço de mercado.

Que tal?

Pois, ontem saí do BES com a certeza que os senhores concordariam com tais taxas. Por uma questão de equidade e honestidade. A minha certeza deriva de um raciocínio simples.

Vamos imaginar a seguinte situação: eu vou à padaria para comprar um pão. O padeiro atende-me muito gentilmente, vende o pão e cobra o serviço de embrulhar ou ensacar o pão, assim como todo e qualquer outro serviço. Além disso impõe-se taxas de taxa de acesso ao pão, outra taxa por guardar pão quente e ainda uma taxa de abertura da padaria. Tudo com muita cordialidade e muito profissionalismo, claro.

Fazendo uma comparação que talvez os padeiros não concordem, foi o que ocorreu comigo no meu Banco. Financiei um carro, ou seja, comprei um produto do negócio bancário. Os senhores cobram-me preços de mercado, assim como o padeiro cobra-me o preço de mercado pelo pão.

Entretanto, de forma diferente do padeiro, os senhores não se satisfazem cobrando-me apenas pelo produto que adquirei.

Para ter acesso ao produto do v/, negócio, os senhores cobram-me uma taxa de abertura de crédito' equivalente àquela hipotética taxa de acesso ao pão, que os senhores certamente achariam um absurdo e se negariam a pagar.

Não satisfeitos, para ter acesso ao pão, digo, ao financiamento, fui obrigado a abrir uma conta corrente no v/. Banco. Para que isso fosse possível, os senhores cobram-me uma "taxa de abertura de conta".

Como só é possível fazer negócios com os senhores depois de abrir uma conta, essa "taxa de abertura de conta" se assemelharia a uma "taxa de abertura de padaria", pois só é possível fazer negócios com o padeiro, depois de abrir a padaria.

Antigamente os empréstimos bancários eram popularmente conhecidos como "Papagaios". Para gerir o "papagaio", alguns gerentes sem escrúpulos cobravam "por fora", o que era devido. Fiquei com a impressão que o Banco resolveu antecipar-se aos gerentes sem escrúpulos. Agora, ao contrário de "por fora" temos muitos "por dentro".

Pedi um extracto da minha conta – um único extracto no mês – os senhores cobram-me uma taxa de 1 EUR.

Olhando o extracto, descobri uma outra taxa de 5 EUR para manutenção da conta – semelhante àquela "taxa de existência da padaria na esquina da rua". A surpresa não acabou.

Descobri outra taxa de 25 EUR a cada trimestre – uma taxa para manter um limite especial que não me dá nenhum direito. Se eu utilizar o limite especial vou pagar os juros mais altos do mundo. Semelhante àquela "taxa por guardar o pão quente".

Mas os senhores são insaciáveis. A prestável funcionária que me atendeu, entregou-me um desdobrável onde sou informado que me cobrarão taxas por todo e qualquer movimento que eu fizer.

Cordialmente, retribuindo tanta gentileza, gostaria de alertar que os senhores se devem ter esquecido de cobrar o ar que respirei enquanto estive nas instalações de v/. Banco.

Por favor, esclareçam-me uma dúvida: até agora não sei se comprei um financiamento ou se vendi a alma? Depois de eu pagar as taxas correspondentes talvez os senhores me respondam informando, muito cordial e profissionalmente, que um serviço bancário é muito diferente de uma padaria. Que a v/. Responsabilidade é muito grande, que existem inúmeras exigências legais, que os riscos do negócio são muito elevados, etc., etc., etc. e que apesar de lamentarem muito e de nada poderem fazer, tudo o que estão a cobrar está devidamente coberto pela lei, regulamentado e autorizado pelo Banco de Portugal.

Sei disso, como sei também que existem seguros e garantias legais que protegem o v/. Negócio de todo e qualquer risco. Presumo que os riscos de uma padaria, que não conta com o poder de influência dos senhores, talvez sejam muito mais elevados.

Sei que são legais, mas também sei que são imorais. Por mais que estejam protegidos pelas leis, tais taxas são uma imoralidade. O cartel algum dia vai acabar e cá estaremos depois para cobrar da mesma forma.

08.7.10 PNUD lança hoje iniciativas de mercados

Jornal de Angola 29 De Julho de 2008

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lança hoje, em Luanda, o relatório global sobre "Iniciativa de Desenvolvimento de Mercados Inclusivos". O documento visa proporcionar à sociedade uma melhor percepção de como o sector privado pode contribuir para os "objectivos do milénio".

Segundo uma nota do PNUD, o relatório vai ajudar o Governo angolano no reforço do diálogo com o sector

privado, dentro da Estratégia de Combate à Pobreza.

Através de exemplos concretos de diferentes países, o relatório ilustra algumas dificuldades em conduzir negócios em países em desenvolvimento e apresenta sugestões quanto à forma como as empresas lidam com os problemas.

O relatório, que apresenta como principal mensagem "Negociar com os pobres pode criar valor para todos", faz referência às oportunidades de negócio, aos lucros, desenvolvimento de novos mercados, alargamento da mão-de-obra e à promoção de inovações.

AGOSTO 2008

08.8.1 Um negócio com os dias contados

Semanário Factual 1 De Agosto de 2008

Segundo vendedores de livros, o negócio outrora rentável e promissor parece que tem os dias contados. Uma das causas para tal declínio do comércio são as grandes decisões do Governo que está a implementar uma política de subvencionar material didáctico e científico de modo a que as pessoas possam obter o produto a preço acessível.

O Factual foi à rua inteirar-se das pessoas que realizam o comércio de livros na rua, para saber como vai o negócio, os riscos e os custos que acarreta.

Quintino Domingos, morador no bairro Petrangol, comercializa livros há onze anos, no largo dos Ministérios, tendo referido que obtém o material, principalmente, nos mercados dos Kwanzas e dos Congolezes, e que poucas vezes compra de pessoas que querem deitar os livros.

"Eu não consigo muito lucro porque este negócio, meu mano, parece que chegou ao fim. Antigamente, quando os livros escolares não apareciam com facilidade, nós lucrávamos, agora não", referiu.

Segundo o vendedor, com o dinheiro que obtém nos tempos que corre só dá para alimentar a família uma vez, pois nem sempre consegue lucros.

"Fico aqui e para ter dinheiro tenho que fazer kilapis aos funcionários dos Ministérios para pagarem no final do mês, se não, nunca conseguiria ter dinheiro".

O Factual, ao efectuar uma volta pela cidade de Luanda, constatou que os locais onde era frequente a venda de livros técnicos e científicos, como "Introdução ao Estudo do Direito", "Manual de Física Avançada", ou mesmo de escritores angolanos, como "O Cão e os Calus", de Pepetela, "Sagrada Esperança", de Agostinho Neto, e escritores estrangeiros, desapareceram para dar lugar a bancadas de bebidas.

Um dos poucos locais na cidade de Luanda é em frente ao ex-mercado do Kinaxixi, onde o vendedor António Paulino afirmou que o seu negócio perdeu interesse e só continua com as vendas porque tem responsabilidades para com a família.

"Eu quero um emprego mas as coisas estão difíceis no país. Ainda no princípio do ano lectivo conseguimos algum material escolar do ensino de base e vendemos, mas não ao preço que era praticado porque o Governo passou a oferecer livros aos estudantes, o que torna complicado realizamos um negócio quando as pessoas podem obter de graça", afirmou.

Em tempos era ver uma centena de jovens a vender em frente à livraria LELLO, um dos locais mais procurado por amantes de literatura. Hoje por hoje, os vendedores desapareceram. E, segundo alguns, o interesse das pessoas vai para locais oficiais.

08.8.2 Explosão do mercado informal em Malange

Folha 8 2 De Agosto de 2008

O mercado informal cresce, consideravelmente, em Malange, de acordo com uma entrevista concedida recentemente pelo bispo daquela região, Dom Luís Maria de Onraita, à Rádio Ecclesia.

De acordo com o mesmo, é preocupante este quadro, porque isto não dignifica o país e a província em particular. Porém, diz compreender o motivo pelo qual a maior parte da população Malangina está no desemprego.

A província da Palanca Negra, até a data presente, tem quatro mercados informais principais: cabulo, xauandi, mercado Municipal e a catepa. Nos últimos tempos, os mesmos têm crescido consideravelmente, fruto do desemprego que assola os Malanginos.

A zunga, enquanto actividade irmã do mercado informal, também se apresenta naquelas paragens. Importa recordar que, há três anos atrás, ela não era notória na província.

Aquela região fica situada ao nordeste do país. Tem um potencial hídrico muito grande e extraordinário. O rio cuanza atravessa aquele solo, para além de pequenos lagos e lagoas sem expressão no âmbito da geografia física e económica.

08.8.3 Há que se acautelar os riscos apesar do bom momento da banca angolana

A Capital 2 De Agosto de 2008

O adjunto do primeiro-ministro felicitou esta semana o que considerou «bom desempenho da banca angolana» em 2007. Reflectido, não apenas na boa rentabilidade de cada um dos bancos, como também no volume de crédito oferecido e nos depósitos capados.

Porém, Aguinaldo Jaime preferiu colocar a euforia de parte alertando os operadores desse segmento de negócio, para a eventualidade de riscos que podem comprometer os ganhos já alcançados pelos intervenientes do mercado bancário.

«É preciso não perder de vista, o facto de economias

mais desenvolvidas estarem a experimentar algumas dificuldades no seu sector financeiro», advertiu, ressaltando aos bancos a necessidade destes «introduzirem mecanismos de avaliação criteriosa de riscos», para assegurar um crescimento contínuo e sustentado de um sector que, cada vez mais, reforça o seu peso na economia do país.

Aguinaldo Jaime fez estas declarações, na cerimónia de apresentação de estudo que voltou a atribuir ao sector bancário angolano um desempenho dinâmico no decurso do ano "assado. Trata-se da 3ª edição da pesquisa «Banca em Anák ' Angola 2008», que a empresa de consultoria Deloitte assumiu continuar a publicar numa periodicidade anual, com o apoio da Associação Angolana de Bancos.

No estudo, a Deloitte constata ter-se observado pequenas alterações no ranking de créditos e de depósitos que, para essa consultora, conduziram a algumas trocas de posições entre os bancos.

Neste aspecto, por exemplo, o Banco Africano de Investimentos (BAI) assumiu a liderança nos depósitos, trocando de posição com o Banco de Fomento Angola (BFA) que, por sua vez, ganhou o comando no segmento de créditos, antes assumidos pelo BPC.

Assim, o BFA que, em 2006 ocupava a primeira posição nos depósitos, com uma quota de mercado de 23,5%, perdeu lugar e passou para terceiro, em 2007. Neste ano, o banco terminou com uma quota de mercado de 17%, ou seja, uma perda de 6,5 pontos percentuais.

Nos restantes bancos, a Deloitte destaca a subida do BPA para o nono lugar do ranking dos depósitos e a ascensão do BN1, para a sexta posição, no que toca ao crédito colocado à disposição da economia.

O mesmo sucedeu com o Banco BIC que exibiu o maior crescimento entre os cinco grandes bancos do mercado, no que respeita a depósitos. Este ganhou 2,4 pontos percentuais de quota de mercado, conforme cálculos da Deloitte.

08.8.4 Associações de camponeses recebem crédito

Jornal de Angola 4 De Agosto de 2008

Trinta e três mil dólares norte-americanos são o valor que o Banco Sol disponibilizou a onze associações e cooperativas de camponeses, do município de Cacusó, 85quilómetros da cidade de Malange, para o incentivo da actividade agrícola naquela localidade.

Em declarações ao Jornal de Angola, o presidente da Confederação das Cooperativas Agrícolas (UNACA), em Malange, Inácio Manuel, disse que nesta quarta fase de concessão de micro-créditos aos camponeses foram contempladas 11 associações e cooperativas, dos 44

processos encaminhados ao Banco sol.

As beneficiárias foram as associações e cooperativas de Benguês, Muiquixi, Capanda-Matete, Missão, 4 de Abril, Quirimba, Kizanga-Matete, Hoja-ya-Henda, Deia, Kapalanga, Zamba-Figueira, Matete e da comuna da Kizenga, num valor de três mil dólares norte-americanos para cada associação e cooperativa.

Inácio Manuel assegurou que a atribuição dos valores aos associados vai possibilitar que os camponeses desenvolvam as suas actividades agrícolas e adquiram materiais de trabalho e fertilizantes.

08.8.5 Crédito bancário eleva produção agrícola

Jornal de Angola 4 De Agosto de 2008

O financiamento levado a cabo pelos bancos estão a contribuir para o aumento da produção agrícola no país. Tal foi o caso da cooperativa agrícola da Boa Vista, no município de Bailundo, 82 quilómetros a Norte da cidade do Huambo, que espera colher três toneladas de cebola e uma de alho graças ao crédito financeiro do Banco Sol, segundo o agricultor Agostinho Kutalica Mendes.

Agostinho Kutalica Mendes revelou que esta produção considerada alta, é fruto do crédito cedido pelo Banco Sol em 2007.

"Com o crédito financeiro que recebemos do Banco Sol preparamos a terra, adquirimos sementes, fertilizantes e esperamos bons resultados", afirmou o agricultor.

Por outro lado, a cooperativa já colheu e comercializou duas toneladas de repolho, 800quilogramas de batata rena e meia tonelada de cenoura, além da cana-de-açúcar.

Estes resultados são também fruto do apoio em imputes agrícolas do programa de extensão e desenvolvimento rural que está a ser implementado pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA).

A cooperativa, fundada. Em 1979, é composta por 56 membros que trabalham a terra divididos em grupos internos e externos.

Possuem uma área de 6 hectares, explorados apenas cerca de 30 por cento, devido ainda a insuficiência de meios mecânicos para a preparação da terra e sistemas modernos de rega.

O Banco Sol foi criado pelo Governo com o objectivo de ampliar o exercício de operações bancárias clássicas e a retalho, exercer a actividade de micro-finanças apoiando maioritariamente créditos de desenvolvimento rural.

Por outro lado, duas cooperativas comerciais, constituídas por dez jovens, receberam na cidade do Huambo, créditos financeiros no âmbito da implementação do programa "Angola-Jovem", que está a ser executado, em todo o país, pelo Ministério da Juventude e Desportos.

Cada uma das cooperativas recebeu um financiamento avaliado em sete mil dólares que serão aplicados na criação de pequenos negócios, desde sapatarias, alfaiatarias, estabelecimentos comerciais e outras iniciativas geradoras de rendimentos.

No ano passado, os bancos comerciais concederam um total de 502 mil milhões de kwanzas, em crédito, registando um crescimento de 83 por cento face ao ano anterior.

O estudo sobre o sector bancário angolano apresentado terça-feira, em Luanda, pela empresa consultora Deloitte em parceria com a Associação Nacional de Bancos (ABANC) revela que o crescimento registado há alguns anos advém da aposta do mercado no negócio da intermediação financeira e que, em 2007, a margem financeira dos bancos cresceu 91 por cento.

Destaca também a repartição do crédito por moeda, que se manteve estável, tendo sido o peso do empréstimo em moeda estrangeira aos clientes em 2007 de 52 por cento face aos 50 por cento de 2006.

O estudo, que abrangeu 16 dos 17 bancos comerciais que actuam em Angola, indica o Banco de Fomento Angola (BFA) como sendo a instituição com maior nível de crédito concedido, com 21,9 por cento, seguido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) 19,8 por cento, Banco Internacional de Investimento (BIC) 18,3 por cento, Banco Espírito Santo (Besa) 12,6 por cento, e Banco Africano de Investimento (BAI) com 12,5 por cento, constituindo os cinco bancos com maiores somas concedidas por empréstimo.

Os cinco maiores bancos continuam, segundo estudo; a representar 85,1 por cento do mercado, um valor ligeiramente abaixo do ano anterior, que foi de 86,9 por cento.

Em relação aos restantes bancos, o documento salienta a subida do Banco de Negócios Internacional (BNI) que num ano obteve, 2,7 por cento de quota de mercado, do Millennium Angola e do Sol e a descida dos remanescentes, com destaque para o Banco de Comércio e Indústria (BCI) um percentual e passou da sexta posição para nono lugar.

O BIC mantém a posição de liderança entre os cinco maiores bancos ao nível da eficiência a transformar depósitos em crédito.

O BF A subiu de forma significativa o seu rácio de

transformação, aproximando-se dos níveis do BIC. De entre os cinco líderes apenas o BPC não melhorou o seu rácio de transformação, aponta o estudo.

08.8.6 Varrer as ruas com dignidade

Jornal de Angola 4 De Agosto de 2008

A vida de Laura Carlos, 22 anos, deu uma volta para o melhor desde Dezembro de 2007, altura em que foi admitida na Heyje, empresa de prestação de serviços que se dedica à limpeza da cidade de Luanda. Para lá da dignidade que alcançou com o seu emprego, sente-se mais tranquila, porque tem emprego fixo, o que lhe garante uma vida sem grandes sobressaltos.

Antes desse emprego, Laura Carlos era zungueira. O negócio que fazia nem sempre dava certo, porque os lucros eram gastos no mesmo dia.

Além de perder a mercadoria, porque os fiscais não davam tréguas, enfrentava outra situação: a acção dos delinquentes, que chegavam a levar os seus haveres, depois de um extenuante dia pelas ruas de Luanda.

Moradora do município de Viana, Laura Carlos já não gasta tantas energias como antes de ter o seu emprego, andando aleatoriamente pelas ruas, na esperança de vender a mais reles bugiganga. Agora, dorme mais tranquila e quando sai de casa só tem um único destino: o seu local de trabalho.

Acorda todos os dias às cinco horas, apanha o comboio que a transporta até ao TungaNgó e, dali, apanha um táxi que a leva até à baixa da cidade, para mais uma jornada de trabalho. O seu turno começa às 7h30 e termina às 12 horas.

A admissão de Laura Carlos na Heyje aconteceu como uma brincadeira. Diz que um dia destes, de passagem pelo largo do Kinaxixi, ela e a sua amiga, e agora colega, Justina Domingos, viram um aglomerado de gente.

Curiosas, foram informar-se do que se tratava. E ali ficaram a saber que faziam inscrições para pessoas que quisessem aderir aos serviços de limpeza da cidade. Foi então que tomaram a decisão de também se inscreverem. "Pediram-nos apenas a fotocópia do Bilhete de Identidade", disse. No dia seguinte mandaram-nas voltar para começarem a trabalhar.

Hoje, passados sete meses, Laura Carlos e as companheiras são vistas trajadas de batas, luvas, mascaras protectoras, vassoura na mão e um carrinho ao lado, à varrerem as artérias da Ingombota, na baixa de Luanda.

Orgulhosa pela contribuição que dá à nova imagem da cidade de Luanda, principalmente a do município da

Ingombota, onde já não existem grandes focos de lixo no chão, contentores a abarrotar e a transbordar como antes.

Tal como Laura Carlos, a sua colega Justina Domingos foi igualmente zungueira e dedicou-se à venda de calçado. E mãe de três filhos, mora no Golfe II, município do Kilamba Kiaxi. Para ela, a limpeza e o saneamento da cidade são actividades que muitos jovens desprezam, desconhecendo a sua utilidade. "O saneamento básico é muito importante", diz. "Esquecem-se de que se não houver ninguém a varrer a cidade, haverá doenças atrás de doenças".

Justina Domingos está feliz por fazer parte do grupo de jovens que dão o seu contributo para a limpeza e saneamento básico da cidade de Luanda. Ela convida os jovens que andam perdidos na prostituição, na droga, roubos e noutras práticas negativos para procurarem um emprego. "E melhor arranjam uma ocupação", referiu.

Se Laura Carlos e Justina Domingos levavam a vida a zungar pela cidade em busca do pão para alimentar as famílias, o mesmo já não se poderá dizer do seu colega André António. Este jovem pôs de parte o trabalho de ajudante de pedreiro para dar continuidade aos estudos. Está matriculado na 7ª classe, no período nocturno. O facto de estudar de noite deu-lhe a possibilidade de arranjar emprego, para o seu auto-sustento.

Morador no bairro do Golfe II, André António concilia o trabalho com os estudos. Durante o dia, é visto numa das ruas da baixa de Luanda a trabalhar. Operador de máquinas, diz gostar do trabalho que faz, porque para além de ocupar-lhe o dia, dá tempo para rever a matéria antes de ir à sala de aulas. "Acho ser um emprego importante, senão estaríamos todos a andar por cima do lixo", disse ele.

André António teve conhecimento da existência de emprego por intermédio de um primo que soube das inscrições que estavam a ser feitas no largo do Kinaxi.

Mão-de-obra composta por jovens

O director-geral da Heyje, Anacleto Maketo, sente-se satisfeito por ver realizados os seus anseios.

A empresa estava a funcionar em regime experimental, no âmbito do denominado programa "Natal Sem Lixo", promovido pelo Governo da Província de Luanda em Dezembro de 2007.

A caminho do primeiro ano de existência da firma, o responsável diz que no começo da actividade foi importante o apoio prestado pelo GPL, pois "nunca imaginamos que continuaríamos até hoje". Dos 200 trabalhadores que compõem a Heyje, 70 por cento são jovens que entraram pela primeira vez para o mercado de trabalho.

08.8.7 BPC disponibiliza 100 mil dólares para o crédito jovem em Malange

Jornal de Angola 6 De Agosto de 2008

Pelo menos cem mil dólares foram disponibilizados pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) para o "Crédito Jovem", na província de Malange, prevendo-se beneficiar 78 jovens agrupados em cooperativas e associações comerciais e agro-pecuárias.

O facto foi anunciado ontem pelo director provincial da Juventude e Desportos, Francisco Inoque, tendo referido que este montante visa reforçar o valor inicial do Crédito Jovem (100 mil dólares), elevando-se para 200 mil dólares o valor global do projecto.

Segundo Francisco Inoque, inicialmente, foram aprovados 18 projectos, que serão desenvolvidos pelas cooperativas seleccionadas, tendo sido já contempladas sete associações, com créditos de cinco a 10 mil dólares, aquando do lançamento do "Crédito Jovem", em Julho último.

O responsável referiu que os projectos agro-pecuários estão a ser contemplados com até 1000 dólares, ao passo que para os comerciais caberá a quantia de cinco mil dólares.

Francisco Inoque referiu que o projecto "Crédito Jovem" é uma estratégia que o Governo está a implementar para a camada juvenil, tendo em vista o combate à pobreza e ao desemprego.

A fonte mostrou-se satisfeita com os projectos apresentados por algumas cooperativas agro-pecuárias, que perspectivam, para dentro de três meses, iniciar o reembolso dos valores monetários.

Entretanto, a direcção provincial da Juventude e Desportos formou 78 empreendedores para pequenos negócios, no quadro do programa "Crédito Jovem".

08.8.8 Dólares voam para o exterior com um simples telefonema

Novo Jornal 8 De Agosto de 2008

O negócio de transferência de dinheiro para o estrangeiro através de instituições bancárias ou agências criadas para o efeito tem vindo a crescer no país. Um negócio que também já foi apanhado pelo ramo informal.

Segundo regulado pelo Banco Nacional de Angola, os particulares podem transferir 15 mil dólares/ mês até um máximo de 60 mil dólares/ano, enquanto as empresas podem chegar 500 mil dólares/ ano, com licenciamento dos bancos comerciais, ou a valores superiores desde que autorizados pelo banco central.

Mas cada vez mais cidadãos particulares usam casas especializadas para transferirem somas avultadas para o exterior do país, pagando uma comissão de 0,5% por cada remessa efectuada.

O tempo da transferência varia de acordo a entidade, sendo que uma transferência normal demora entre 48 a 72 horas, geralmente praticada pelos bancos e menos onerosa, enquanto pelas agências é mais rápido, demorando em média de 10 minutos, mas mais caro. Muitas destas casas preferem o que chamam de "transferências artesanais", isto é, operações com clientes que enviam quantidades mais pequenas e para países bem direccionados.

África do Sul, Brasil, China, Emiratos Árabes Unidos (Dubai), Estados Unidos da América, Namíbia, Portugal e alguns países da Europa são os destinos preferenciais dos angolanos para o envio de dinheiro, quer para familiares nos casos particulares ou para negócios no caso de empresa. Segundo apurou este semanário, o Banco de Fomento Angola realiza em média 18 mil ordens mensais de transferência, com "resultados são importantes para o banco", segundo António Fragateiro, director de Estrangeiros, Cartões e Tesouraria.

Neste banco, o processo demora em média dois a três dias e só está disponível para os seus clientes, sendo que 55% das operações são promovidas por particulares, com os valores a variarem dos 200 aos milhares de dólares.

Apoio a familiares que residem no estrangeiro, ou que para lá se deslocaram por motivos escolares ou de saúde, são os factores que mais motivam este tipo de operações.

Para satisfazer as necessidades dos seus clientes o banco tem também disponível um serviço a partir de Portugal, através do banco BPI, que tem estado a crescer constantemente nos últimos dois últimos anos.

As transferências podem também envolver mais de um banco e nestes casos são feitas por mensagens Swift (mensagem criptada de alta segurança que funciona só entre os bancos) para as instituições financeiras parceiras do BFA.

A quota de mercado do BFA neste segmento é de 30%, de acordo com António Fragateiro. Portugal, China, Brasil e África do Sul são os destinos mais escolhidos pelos clientes do BFA para enviar dinheiro.

Outro banco que também tem urna palavra a dizer neste segmento de negócio é o BIC que disponibiliza o serviço exclusivamente aos seus clientes como medida de combate ao branqueamento de capitais e transferências eventualmente ligadas ao terrorismo internacional.

"O conhecimento do cliente é essencial para identificar qualquer tipo de indícios deste tipo de actividades, para

além de que facilita o controle dos limites cambiais", disse Fernando Duarte, director de comunicação do banco.

As despesas pelo serviço variam de acordo com o tipo de operações (pagamentos directos, operações documentarias, ou outras) e o perfil de cliente. Para as transferências, o banco cobra comissão de 0,5% + imposto 1% sobre a comissão e 20 dólares de despesas de expediente.

No BIC, este produto teve uma quota de mercado de 25,72%, no ano passado. Em 2008, até Junho, subiu para 30,46%, estimando-se que atinja os 32% em Dezembro, valores que tendem agora que chegou o BIC Portugal.

Confirmando a tendência, os clientes do BIC também transferem dinheiro para assistência a familiares, importação de mercadorias e pagamento de serviços. Países europeus, Brasil, Argentina, África do Sul. Namíbia e Dubai são os principais destinos, à semelhança do que acontece em outros agentes, são os destinos mais preferidos.

Da rua também se manda

O lado informal deste negócio é sustentado por pessoas que têm familiares ou amigos a residirem no exterior do país que criam um circuito para auto sustentarem-se e ajudarem aqueles que estando no exterior em gozo de férias ou outros fins têm uma necessidade pontual de dinheiro.

É o caso de João (nome fictício) morador do bairro Prenda, de 34 anos. Entrou no negócio há mais de sete anos, depois de ser recambiado do Brasil onde vivia a custa da "moamba" que enviava para Angola.

"Comecei depois de me expulsarem do Brasil". No início não foi fácil, disse, porque as pessoas "não acreditavam que podiam receber o dinheiro lá". Começou pelo Brasil e hoje já envia valores para Portugal, Africa do Sul e Dubai, "graças aos primos que residem nestes países".

Para Portugal, África do Sul e Brasil cobra 20 dólares por cada mil dólares enviados. Já para Dubai cobra 25 dólares, justificando o aumento pela crescente procura.

Um processo que diz ser rápido porque é resolvido através de um simples telefonema. Grande parte dos seus clientes são pequenos comerciantes que estando naquelas paragens vêm-se privados de dinheiro para continuarem às suas compras.

Diz que as "moambeiras" (vendedoras) que vão ao Brasil são as que valores mais altos enviam. Apesar dos riscos que o negócio tem, concretamente os perigos de assaltos no Brasil, João não desiste deste modo de vida, embora esteja receoso de que um dia tenha de parar por decisão das autoridades.

Agências entram no negócio

O mercado das transferências também conta com a participação de algumas agências. A mais recente é a Real Transfer, responsável pelo envio de dinheiro para o Brasil e Portugal.

Localizada na Baixa de Luanda, a Real não cobra uma taxa única de despesas a quem usar os seus serviços, mas sim varia de acordo com os valores a remeter. Desta forma, para operações até 100 dólares a taxa é de 5%, descendo para 4% quando o montante chega aos mil dólares.

Já se a solicitação for de 15 mil dólares, paga-se uma comissão de 225 dólares norte-americana. Embora a casa só trabalhe para Brasil e Portugal, ela tem registado uma grande procura de clientes interessados em mandar dinheiro para a África do Sul, segundo nos disse uma trabalhadora.

Já a líder mundial nas transferências monetárias, a Western Union, também está no mercado angolano. Com vasta experiência no ramo, envia dinheiro de forma electrónica para mais de 200 países, com excepção da África do Sul, Cuba e Namíbia.

Nesta, o cliente pode enviar até cinco mil dólares por operação, sendo o limite mensal de 15 mil dólares. Às taxas variam de acordo com o montante. Por exemplo até cem dólares, paga-se 15 dólares de despesa, no caso de mil dólares desembolsa-se 75 e se for cinco mil a comissão é de 220 dólares.

Com 275 mil agências espalhadas pelo mundo, a Western Union oferece pagamento imediato aos utilizadores dos seus serviços.

08.8.9 BPC disponibiliza 100 mil dólares para crédito jovem

O Independente 9 De Agosto de 2008

O facto foi anunciado esta semana pelo director provincial da juventude e desportos, Francisco Inoque, referindo que este montante financeiro visa reforçar o valor inicial do crédito jovem (USD 100 mil), elevando-se para 200 mil dólares o valor global do projecto.

O responsável acrescentou que inicialmente foram aprovados dezoito projectos, a serem desenvolvidos pelas cooperativas seleccionadas, tendo sido já contempladas sete associações com créditos de cinco a 10 mil dólares, aquando do lançamento do crédito jovem em Julho último.

Francisco Inoque referiu que os projectos agro-pecuários estão a ser contemplados com cerca de mil dólares, ao passo que para os comerciais cabe cinco mil dólares norte-americanos.

Segundo o director provincial da juventude e desportos, o crédito jovem é uma estratégia que o Gover-

no está a implementar para a camada juvenil, tendo em vista o combate à pobreza e ao desemprego.

A fonte mostrou-se satisfeita com os projectos apresentados por algumas cooperativas agro-pecuárias, que, segundo disse, já pensam dentro de três meses iniciar o reembolso dos valores monetários.

Entretanto, a direcção provincial da juventude e desportos formou 78 empreendedores para pequenos negócios no quadro do programa crédito jovem.

08.8.10 Banco Sol canaliza verba para reforçar a sua vocação ao micro-crédito

Jornal de Angola 15 De Agosto de 2008

O Banco Sol já disponibilizou 40 milhões de dólares, com o objectivo de contribuir no processo de combate à pobreza, segundo avançou o presidente da Comissão Executiva, Coutinho Nobre Miguel.

O gestor, que falava em exclusivo ao Economia e Finanças, disse que o banco tem estado a reforçar a sua vocação para o Micro-crédito, além de implementar medidas que contribuem para financiar pequenos negócios no sentido de auxiliar os esforços do Governo no processo de diminuição dos Índices de pobreza no país.

"A nossa intervenção neste segmento vem sendo reforçada nos últimos tempos, e os resultados alcançados animam-nos no sentido de continuarmos a assumir este compromisso, que é no fundo uma responsabilidade social corporativa", referiu.

De acordo com Coutinho Miguel, os recursos financeiros disponibilizados permitiram ajudar muitas famílias a resolverem os seus problemas de saúde e educação dos seus filhos e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida. Por outro lado, acrescentou, o Micro-crédito tem possibilitado aos beneficiários melhorarem os resultados dos seus negócios em diversas áreas.

Para o bancário, a facilidade de acesso ao processo de Micro-crédito tem a vantagem de contribuir também para o exercício da cidadania, na medida em que a interacção entre o beneficiário e o banco envolve outras instituições públicas, nomeadamente o Ministério da Justiça, através dos cartórios, dos postos de processamento de Bilhete de Identidade, conservatórias, repartições de finanças e outros serviços públicos.

O micro-crédito tem contribuído bastante para que as pessoas sobretudo mulheres filiadas às associações e até algumas de forma individual possam abrir novas contas.

Para o seu programa de micro-crédito, o Banco Sol conta com a colaboração de vários grupos e parceiros sociais, entre os quais a ADRA, a Confederação das Associações de Camponeses e Agro-Pecuários (UNACA) e outras cooperativas rurais.

Para Coutinho Miguel, o micro-crédito, cujo montante mínimo está estimado em 500 dólares, é hoje visto por um grande número de camponeses como sendo um produto credível e que contribui positivamente para a mudança das condições sociais da população, tendo sido um factor de motivação para o êxito do aumento da produção de alimentos.

Para facilitar o acesso ao micro-crédito, e atendendo a situação de pobreza em que se encontram muitos camponeses, e não só, o Banco Sol não exige garantias patrimoniais.

Segundo a fonte, basta que os beneficiários constituam um grupo ou cooperativa em que os seus integrantes servem de pressão e solidariedade entre si no momento de reembolsar o empréstimo.

"Portanto, o efeito psicológico e solidário do grupo constitui em si a única garantia", disse Coutinho Nobre, para acrescentar que o facto torna o processo um verdadeiro instrumento de combate à pobreza.

08.8.11 Micro-crédito ajudam a campanha a combater a pobreza

Jornal de Angola 18 De Agosto de 2008

O programa do Governo para o combate à fome e à pobreza conferiu, em oito anos, melhores condições de vida a mais de vinte mil famílias, quer do meio rural, quer do casco urbano da província do Huambo.

Inicialmente, o programa do Governo, que arrancou em 2000, contemplava apenas mulheres dos ex-militares, que se encontravam em centros de acolhimento.

De acordo com Maria do Rosário Amadeu, directora provincial da Família e Promoção da Mulher no, Huambo, que prestou a informação, ao Jornal de Angola, muitas das mulheres beneficiadas entenderam, e mal, que a atribuição de micro-créditos era uma ajuda do Governo e, deste modo, os valores empregues na operação acabaram por não ser reembolsados às instituições financeiras parceiras do Governo. Mas depois de melhor instruídas, disse, o programa passou a funcionar dentro dos padrões estabelecidos.

Assim, rapidamente, o valor do micro-créditos, que inicialmente estava estipulado em kwanzas ao equivalente a 50 dólares, passou, numa primeira fase, para 75 dólares e depois para cerca de 120 dólares (nove mil kwanzas). Nos dias que correm, os valores andam à volta; dos 18.750 kwanzas, o equivalente a

250 dólares norte americanos,

As beneficiárias que assumiram a responsabilidade de realizar algum negócio, de acordo com Maria do Rosário, viram o seu esforço dar os frutos esperados, estando hoje grande parte delas numa situação de vida mais folgada, sendo que as suas condições subiram de maneira significativa.

Nas áreas contempladas, cuja actividade diária antes da atribuição dos micro-créditos não passava da venda de lenha, carvão e agricultura de subsistência, entre outras mínimas, a Direcção Provincial do Huambo da Família e

Promoção da Mulher constatou que as beneficiárias foram capazes de desenvolver actividades agro-pecuárias de vulto, com a aquisição de juntas de bois, o que melhorou substancialmente a dieta alimentar e permitiu aumentar a venda dos produtos para as zonas urbanas.

Com o provento das vendas, muitas mulheres foram capazes de resolver o problema da habitação, com a construção de melhores casas.

Cerca de 300 mulheres dos dez municípios da província do Huambo receberam, durante o primeiro semestre do ano em curso, micro-créditos avaliados em cerca de um milhão e setecentos mil kwanzas.

O dinheiro foi disponibilizado pelo Governo; no quadro do programa de combate à fome e à pobreza em Angola, de acordo com Maria do Rosário Amadeu.

As beneficiárias, cujas idades vão dos 20 aos 45 anos, são, na sua maioria, camponesas e foram contempladas, cada uma delas, com créditos avaliados em nove mil kwanzas, valor com que conseguem dar resposta aos seus projectos agrícolas.

Segundo ainda Maria do Rosário Amadeu, durante este mesmo período, 115 mulheres dos municípios do Mungo, Longonjo, Ukuma e Tchindjenje, beneficiaram de uma nova modalidade de crédito, no valor de 18.750 kwanzas cada uma, fruto de uma parceria estratégica entre o Governo da província do Huambo e a agência Microform II, que, na província, trabalha essencialmente em projectos ligados à mulher rural.

A Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, juntamente com outros parceiros, entre os quais figura o Banco Sol, vai estender a sua acção a outras 26 comunas do interior da província que até aqui não beneficiaram de qualquer tipo de ajuda governamental para as suas actividades agrícolas.

"Já estamos em condições de trabalhar com o Banco Sol, uma instituição credível e com provas dadas no campo do micro-créditos", acentuou a alta funcionária do Ministério da Família e Promoção da Mulher.

O Banco Sol, ainda segundo a directora provincial da

Família e Promoção da Mulher, tem também estado a atender às preocupações dos professores e enfermeiros que trabalham no meio rural.

Mas, disse, de momento a "grande preocupação da instituição que dirige é criar mecanismos imediatos para que a própria mulher camponesa ou aquelas que estejam interessadas em realizar actividades ligadas à agro-pecuária possam ser beneficiadas pelos programas de micro-créditos concedidos por aquela instituição bancária.

08.8.12 Táxi sob duas rodas emprega jovens

Jornal de Angola 18 De Agosto de 2008

Sob o pretexto de ganhar o pão, muitos jovens enveredaram pela prestação de serviço de táxi, tendo como meio rolante a motorizada. Este cenário pode ser observado em todas as províncias do país. Em Luanda, a coisa não foge à regra, na medida que se transformou num negócio rentável, a julgar pela rapidez com que é transposta a barreira do engarrafamento que atormenta as estradas da capital.

Cacuaco e Viana são as praças-fortes, onde diariamente se concentram centenas desses profissionais. Mesmo sem cumprirem com as regras básicas de segurança, como o uso de capacete e óculos, tanto para si, como para o "pendura", estes vão transportando os seus passageiros, num táxi sob duas rodas, debaixo de muitas peripécias e emoções, amealhando entre 50a 100 Kwanzas por corrida, independentemente da distância e da rota.

Manano Bongo, 34 anos, é natural do Huambo, tem esposa e cinco filhos. Veio para Luanda à procura de um emprego que lhe oferecesse melhor condições. Na província, trabalhava a terra, ou seja era camponês. Aqui, conseguiu emprego como segurança numa empresa privada. Auferia sete mil kwanzas/mês, qual-quer coisa como cem dólares.

Como a vida de protector já não estava a dar, Bongo decidiu abandonar o emprego e trabalhar por conta própria. Assim, o pouco que conseguiu acumular durante os anos de labuta, investiu na compra de uma motorizada da marca Kaweseki, avaliada em 80 mil Kwanzas.

Já com a Kaweseki no quintal, "novinha em folha", os primeiros dias da nova profissão, foram difíceis. Sem carta de condução, sem licença de táxi e sem prática de condução, Mariano Bongo vivia a pensar nos dias subsequentes.

Mesmo rodeado de medo da condução atabalhoada efectuada nas estradas de Luanda, a necessidade de ganhar a vida, na sua nova profissão, falou mais alto.

Bongo rezou, bradou ao céu e segurou o volante. Partiu em busca da aventura. Acelerou em demasia e caiu. Levantou-se e no arranque voltou a cair, o que lhe pro-

vocou algumas escoriações.

Diante dessa experiência negativa, Mariano Bongo pensou em desistir, mas os cinco filhos e a esposa vieram-lhe à mente e isso serviu-lhe de tónico para o arranque e aceleração do sucesso definitivo.

A partir daí, Bongo fez-se à estrada e converteu-se num "moto-taxista", cuja área de actuação é Cacuaco. Todos os dias, às 7 horas, ele dirige-se ao local de trabalho, próximo da administração de Cacuaco, e daí começa a labuta que o leva para o interior do município.

Hoje, com a prática adquirida no dia a dia, Borigo diz que "são raras as vezes que falto. Só quando estou doente, porque é disso que vivo e consigo sustentar a minha família".

Com família constituída, dos quais esposa e três filhos, Bevano Jamba, 26 anos, é outra referência de jovens que presta serviço de táxi sob duas rodas, em Luanda.

Com os tostões que conseguiu amealhar, fruto de pequenos negócios, comprou uma motorizada que está a fazer serviço de táxi.

Fruto dessa aventura sob duas rodas, Jamba ganhou muito alento e vai dizendo que "hoje, os filhos já tomam leite e yougurt. Em casa, já tenho geleira e arca. Tudo foi devido ao serviço de táxi que faço com a minha motorizada. Estou a ganhar dinheiro com o meu suor", referiu.

Bevano Jamba reconhece, entretanto, que nos dias que correm o mercado está a ficar, cada vez mais inflacionado, com o surgimento de mais profissionais de "moto-táxi", o que faz com que haja uma redução dos rendimentos. Hoje, conforme disseram as coisas já não são como há cinco anos atrás.

O Jornal de Angola soube no local que, os "moto-taxista" desembolsam 400 Kwanzas na compra de combustível e facturam diariamente entre cinco a seis mil Kwanzas, isto das seis horas às 17 horas.

Em Cacuaco, faça sol, chuva ou poeira o roncar das motorizadas não param. Kaweseki, Lingkem, Nanfang, Sasuki, Dayun, cujos preços rondam entre 70 e 80 mil Kwanzas, fazem as delícias dos seus utentes, cujo número não pára de crescer.

O cenário observado em Cacuaco não difere do de Viana, cujo mercado absorve também centenas de jovens que se dedicam a este tipo de actividade. Pedro Soares, 24 anos, natural de Luanda é um deles. Com a ajuda do irmão mais velho e do lucro do pequeno negócio, conseguiu juntar dinheiro e comprou a sua "turru".

Ele, que faz serviço na zona do km 14, Viana, garante que o bocado que ganha do trabalho dá para "aguentar" os estômagos da família e, de quando em vez, comprar panos e quimones para a mãe e tia que vi-

vem em
Sassa Povoação, Bengo.

José Jamba, 21 anos, está mergulhado nesse tipo de negócio. Tal como a maioria dos jovens, pretende ingressar numa faculdade e concluir uma licenciatura. "O meu maior sonho é acabar o ensino médio. Entrar na faculdade e concluir a licenciatura em engenharia mecânica, para arranjar um bom emprego", disse com uma certa alegria visível no rosto.

Engarrafamento

O engarrafamento não constitui problema para os moto-taxista. Estes não se estressam com os engarrafamentos, pois o meio permite "furar" onde quer que seja. Tem mais. Muitos deles desrespeitam os regulamentos de trânsito, circulando em sentido contrário ou ultrapassando à direita.

E este tipo de manobra, aliado à rapidez, que faz com que os serviços dos moto-taxista sejam cada vez mais procurados, tanto em Cacuo, como em Viana, devido às grandes enchentes que se registam na maioria das paragens, aliadas ao engarrafamento que se faz sentir nas ruas de Luanda.

Nenhum dos entrevistados recorda a data exacta que vigora o negócio. Uns dizem que começou há sensivelmente cinco anos atrás. Outros há sete anos. Mas é consabido que a actividade começou no centro das cidades satélites e estendeu-se ao interior das mesmas, fundamentalmente em áreas onde os "azuis e brancos" não circulam.

Falta de segurança

Para os passageiros, o serviço "é bem-vindo e tem reduzido o atraso nos locais de trabalho". Antónia Canji, que na ocasião descia de uma Yamaha, vinda de um dos bairros de Cacuo, e que estava prestes a subir num autocarro público para a Baixa, reconheceu que o serviço é bem vindo, mas que os motoqueiros deviam ter em conta as medidas de segurança.

"O maior constrangimento está nas condições em que alguns deles trabalham, como a falta de capacetes, tanto para os motoristas como para nós os passageiros", referiu.

No mês de Junho, a Associação dos Moto-taxista, em conjunto com a Administração Municipal de Cacuo, a Direcção Nacional de Viação reuniram-se com o objectivo de reflectir e velar pelo melhoramento dos serviços prestados nas rodovias.

No encontro, ficou lavrada a necessidade de melhor acompanhamento do programa de inspecção técnica periódica das motorizadas que circulam na cidade capital, bem com em Cacuo e Viana, segundo Firmino Neketela, relações públicas da referida associação.

Firmino Neketela acrescentou que a formação técnico-

profissional, treinamento, reciclagem, refrescamento, bem como a educação moral e cívica, em matérias relacionadas ao exercício da actividade, fazem parte dos objectivos da associação.

08.8.13 Caminho-de-ferro de Benguela absorve dois mil milhões de dólares

Jornal de Angola 18 De Agosto de 2008

A reabilitação geral e apetrechamento do Caminho-de-Ferro de Benguela, cujas obras já estão em curso, vai custar ao Estado angolano dois mil milhões de dólares, conforme revelou sexta-feira, no Lobito (Benguela), o ministro dos Transportes, Augusto Tomás.

Trata-se de custos mais elevados de reconstruir aquilo que foi destruída ao longo de quase 30 anos de conflito armado, segundo o ministro.

Augusto Tomás disse que a reabilitação do CFB não deve ser encarado de ânimo leve, já que constitui uma obra complexa a julgar pelo grau de destruição.

Para o ministro, o CFB é uma obra de alto nível e de uma aposta séria e corajosa de um Governo que quer resolver os problemas socio-económicos do país e das populações em particular.

Por isso, acredita que o Governo só poderá reaver os valores empregues a longo prazo e na base de uma gestão moderna capaz de racionalizar tudo o que estiver à sua disposição desde os meios materiais até aos recursos humanos.

As obras de reabilitação do CFB estão a consistir na preparação da plataforma ou à base, reposição de carris de dimensões internacionais, construção de novas estações de comboios com capacidade de manusearem centena de toneladas ao dia. A desminagem do ramal de mais de mil 314 quilómetros, já efectuada nos últimos anos, também avoluma os custos financeiros da reabilitação do chamado corredor do Lobito.

O ministro dos Transportes disse que, apesar dos custos e outros constrangimentos e transtornos, tais como a falta de apoios da comunidade internacional, o Governo dirigido pelo Presidente José Eduardo dos Santos está a executar o programa de reconstrução nacional, reabilitando as infra-estruturas destruídas pela guerra.

Com a reabilitação do CFB, milhares de angolanos residentes nas províncias de Benguela, Huambo Bié e Moxico, e não só atingirão níveis de desenvolvimento económico a curto prazo, ressaltou.

Depois de reabilitado, o CFB terá capacidade de movimentar vinte milhões de toneladas de carga

diversa durante um ano e transportar no mesmo período mais de quatro milhões de passageiros.

08.8.14 BCI e MAPESS lançam Micro-Crédito-Amigo

Jornal de Angola 19 De Agosto de 2008

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI) procederam ontem, em Luanda, ao lançamento de um programa de empreendedorismo na comunidade, denominado "Micro-Crédito – Amigo".

Dirigido a pessoas de baixa renda, o produto financeiro destina-se a micro-empresas que, a nível das comunidades, produzem ou comercializam bens e serviços, bem como a jovens que pretendam criar pequenos negócios ou desenvolvam actividades geradoras de rendimento.

Durante o lançamento do projecto, que decorreu no Marco Histórico do Cazenga, o ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Pitra Neto, disse que o programa resulta da acção do Governo que aprovou, através da lei de base do primeiro emprego, a adopção de alguns programas que permitam gerar emprego e renda na comunidade.

Após um trabalho técnico de concertação e, sobretudo, de convergência de objectivos, sublinhou o governante, foi possível esboçar este programa a que se poderão seguir outros a nível da província de Luanda.

O Governo vai continuar a trabalhar neste sentido para que os carpinteiros, serralheiros, mecânicos e todos os demais profissionais continuem a exercer as suas actividades, de modo a gerar rendimento.

"Quanto maior for a capacidade de realização no seio das comunidades, maior será a possibilidade de levar os benefícios da reconstrução às famílias", acentuou.

Após a inauguração do balcão móvel do banco, destinado a atender aos novos beneficiários, o programa entregou os primeiros financiamentos a 57 beneficiários, num valor de 37 mil kwanzas cada, o equivalente a 500 dólares.

As condições, através das quais o crédito é concedido, são, na visão do governante, amplamente generosa e favoráveis, permitindo que os beneficiários desenvolvam as suas actividades.

O Micro-Crédito tem um período de graça de 90 dias e uma taxa de juros de 1,77%, inferior a que vem sendo praticada no mercado.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração do BCI, Adriano Pascoal, disse que o programa visa criar as condições para que as micro-

empresas possam surgir.

Pretende-se, com este programa, fazer com que os beneficiários dos programas de formação profissional do Mapess possam consolidar os seus conhecimentos, criando condições para atingir uma renda superior à actual. O objectivo é evitar a extinção das consideradas pequenas profissões, como serralharia, alfaiataria e sapataria, podendo contribuir para o aumento da riqueza nacional.

O projecto vai funcionar com técnicos do BCI e da incubadora de empresas afectas ao Mapess. Estes terão a incumbência de analisar o fluxo de caixa dos negócios e da capacidade de entrada e saída de dinheiro e outras potencialidades, tais como o número de clientes, potenciais fornecedores de matéria-prima ou produtos e postos de trabalho a serem criados. Para o efeito, os interessados deverão reunir os documentos necessários, desde fotografias a atestados de residência.

08.8.15 BPC estende serviços para periferia de Luanda

Jornal de Angola 20 De Agosto de 2008

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) iniciou ontem um programa de extensão dos seus serviços para a periferia de Luanda, com a inauguração do 145º Balcão no bairro Prenda.

Com abertura da nova agência, a instituição quer chegar mais próximo da população e desanuviar as enchentes nas dependências mais próximas (Cassenda e da Samba).

Segundo o presidente do Conselho de Administração do BPC, Paixão Júnior, a meta é expandir a rede de uma forma sustentável e, até ao final do ano, chegar à zonas periféricas como Rangel, Viana, Sambizanga, Petrangol, Cazenga, Golfe, Talatona e Cacucaco. "Pelo menos serão mais de vinte balcões abertos", disse.

O PCA do BPC informou que, por orientações superiores, algumas províncias que, de princípio estavam a receber crédito apenas do Banco Sol, passaram também a receber do BPC, como Malange e Benguela.

Para o preenchimento dos quadros, o BPC tem em estágio mais de 50 jovens que são admitidos, à medida que se abre um balcão.

O director de particulares do BPC, Francisco Lourenço, acresceu que ainda este ano será lançado os balcões móveis. Espera-se pela sua chegada, uma vez que já estão a ser fabricados. Numa primeira fase, o projecto funcionará em Luanda para depois se espalhar para todo o país.

Localizado defronte à Clínica do Prenda, o novo balcão

veio facilitar a vida dos munícipes da área. Carolina Calocola e Elisabeth da Silva são clientes do BPC e moram no bairro Cassenda. Na altura da inauguração, estavam de passagem, mas, por necessitarem de valores monetários, aproveitaram a oportunidade para levantar algum dinheiro.

Na opinião delas, o balcão do Prenda veio facilitar a vida de muitos cidadãos e suprir as grandes filas que os clientes suportavam no banco do Cassenda.

Carolina Calocola refere que é importante o que o BPC está a fazer, já que o programa de expansão vai desafogar os outros balcões mais próximos.

08.8.16 Financiamentos do BDA elevam produção no meio rural

Jornal de Angola 20 De Agosto de 2008

O programa do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), que se propõe a relançar a actividade na zona rural, está a reflectir-se já no aumento dos níveis de produção nas diferentes províncias do país.

Os exemplos são vários. O BDA concedeu, por exemplo, um financiamento de dois milhões de dólares à Empresa Exploradora de Bural, Areia e Terra (EMPEBAT), no município de Cabassango, província de Cabinda, estando já a empresa a colher resultados positivos.

Além de explorar inertes na região, a empresa dedica-se igualmente à confecção de artefactos de cimento. Com o crédito do BDA, os empreendedores adquiriram novos meios auxiliares para desenvolver as actividades da empresa e dar resposta às necessidades e exigências do mercado.

Assim, dos novos meios adquiridos constam camiões, máquina puevera, basculantes, camiões betumeira, dois catrapilares, uma pá giratória, bem como uma pá carregadora. "Com estes meios, que são o resultado do financiamento, temos as condições essenciais para elevar os níveis de produção de artefactos de cimento.

Nesta altura em que o país está em reconstrução, queremos dar o nosso contributo nesta ingente tarefa, que a todos diz respeito", sublinhou Cesário Agostinho, sócio-gerente da empresa. Segundo o responsável, desde a altura em que foi aplicado o montante do crédito, a produção de blocos e outros artefactos de cimento aumentou em cerca de seis mil unidades, prevendo ainda um aumento da produção para lá do incremento actual nos próximos meses.

A produzir neste ritmo, a Empresa Exploradora de Bural, Areia e Terra arrecada 200 mil dólares por mês. Constituída há 20 anos, a empresa ocupa uma extensão de 320 hectares e emprega mais de 90 pessoas. A fábrica produz uma variedade de artefactos de cimento.

Blocos de cimento, nos seus diversos tamanhos de 10, 15,20 e 25 para edifícios, lancis e pavês são os produtos que a fábrica oferece.

Semanalmente, a empresa vende quantidades enormes. Empreiteiros, instituições governamentais e população em geral são, na generalidade, os clientes da fábrica, chegando mesmo a encomendar mais de um milhão de blocos, o que exige, segundo Cesário Agostinho, o aumento da produção.

O desempenho da empresa seguido de uma maior velocidade comercial, segundo o sócio-gerente da confeccionária, vai traduzir-se na rentabilidade do negócio.

A Empebat faz a exploração da sua matéria-prima, como é o caso de inertes, areia e bural na região de Chilungo que, por sinal, é o local onde se encontra actualmente a sua central de betão.

Neste momento, o cimento constitui a principal dor de cabeça para os responsáveis da fábrica, porquanto o seu encarecimento pode afectar negativamente a produção de blocos na região. Para contrariar a situação, a empresa prefere importar o cimento da região vizinha da Ponta Negra, Congo Brazzaville, onde o material é comprado a mil e 400 kwanzas contra os mil e 800 kwanzas praticados no país.

08.8.17 Cambistas de rua com os dias contados

Semanário Factual 22 De Agosto de 2008

A economia do país atingiu a estabilidade e os ou a kinguilas têm sentido cada vez dificuldades de obterem lucros, por os bancos adoptarem a venda da moeda sem muitos impedimentos.

A reportagem do Factual foi à rua e conversou com algumas ou alguns kinguilas e procurou saber um pouco mais desta actividade, os benefícios e as dificuldades no seu trabalho.

. Engrácia Ramos, de 50 anos, que perdeu a conta dos anos desde que pratica o negócio, referiu que o ramo está em declínio por não se verificar a mesma procura dos anos anteriores, já que os bancos e as casas de câmbio também fixaram uma tabela semelhante às pessoas que praticam a actividade na rua.

"Nós, agora, levamos pouco para casa, só estou ainda aqui porque já ninguém mais me vai dar emprego. Os nossos lucros provêm dos empréstimos que fazemos a certos funcionários de empresas e, no final, eles pagam com juros que antes são acordados", acrescentou.

Engrácia Ramos, que opera perto do "Zé Pirão", afirmou que outro dos grandes problemas é o facto de haver muitas burlas por parte de suposto clientes que,

usando magias e feitiço, conseguem levar todo o dinheiro sem que os cambistas de rua se apercebam.

"Há dois meses uma colega ficou sem algum dinheiro que estava na pasta, depois de o senhor cambiar a moeda, mas quando ele se foi embora os dólares restantes também já não estavam lá", relatou.

Nota-se ao andar por Luanda que as mulheres são quem transaccionam na cidade, enquanto os homens o fazem na periferia, como nos mercados, no aeroporto e em locais de grande movimento comercial.

No bairro Kassenda, defronte ao Aeroporto internacional 04 de Fevereiro, o Factual encontrou um grupo de jovens que disseram trabalhar nesse lugar há mais de doze anos.

Walter Manuel, de 37 anos, referiu que sempre trabalhou aí por haver muita dificuldade de emprego na época de 90, e, influenciado por um amigo, lá conseguiu fazer alguma coisa útil.

"Amigo jornalista, já construí o meu sítio, comprei coisas, mas se agora me aparece um emprego eu vou, só que já estou um pouco velho para começar a aprender. O negócio está muito fraco, nem sempre conseguimos rendimentos. Há dias em que só vamos com 300 kwanzas de lucro", lamentou.

Confirmou que de há algum tempo a Polícia Nacional não tem feito rusgas nem detém os cambistas de rua "por se estar em fase de eleições", frisou.

Segundo a fonte, o comércio de divisas é estável devido à estabilização da moeda nacional, o kwanza, por parte do Governo.

"Antes, quando o mercado era instável, nós ditávamos as regras do jogo, agora tudo mudou. Em quase todos os locais a compra e venda de divisas é feita pelo mesmo câmbio. E também existe o medo por parte de alguns clientes que preferem os bancos em relações a nós aqui na rua", sublinhou.

No mercado da Madeira, no bairro da Gamek, o Factual encontrou o senhor João Paulo, de 42 anos, 12 dos quais a trabalhar como cambista de rua.

Junto a amigos e companheiros de profissão, João Paulo começou por dizer que as transacções não têm corrido muito bem. Exemplificou que alguns amigos conseguiram empregos em que vão ganhar um salário digno.

"Se eu também conseguir este dinheiro vou embora. Todos os dias são problemas, eu consegui algum enquanto foi possível, agora isto tem os dias contados", desabafou.

Na conversa com o kinguilas, o Factual soube que os mesmos estão constantemente a ser burlados e que aparecem bandidos a receberem o pouco que já ga-

nam.

"Se não são os polícias são os bandidos e se não são estes temos os mágicos que aparecem com certos tipo de feitiço e levam tudo. Como vamos continuar assim?", interrogou, acrescentando que "um dia também abandono, só que o emprego para alguém da minha idade não é fácil", finalizou.

A reportagem do F actual fez uma pesquisa pelos mercados e outros locais de transacção de moeda e constatou que as kinguilas ou kinguilos (o nome continua em discussão para os homens), continua em maré baixa, pelo que muitos estão a abandonar a actividade para realizar outros negócios, como taxistas e vendedores de roupa proveniente do Brasil, do Dubai e de outros locais.

08.8.18 A informalização da economia angolana

Folha 8 23 De Agosto de 2008

Na concepção da ONU (1996) e na de Luís Queiroz (1999), sector informal é todo o vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local regional nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico.

No período colonial, Angola tinha uma estrutura económica bastante diversificada, era um grande exportador de produtos manufacturados e com uma percentagem significativa da economia informal, acoplada ao sector formal (Justino, Jofre, www.epar.pt).

Depois da independência, o tipo de economia adoptado desarticulou a capacidade produtiva e a rede comercial, pois um dos princípios do modo de produção ou ideologia comunista é a propriedade colectiva dos meios de produção, ou seja, tudo passou a pertencer ao Estado, a produção e o comércio são assumidos por ele, que é o principal (ou único) agente económico, estrangulando o sector privado.

O Estado não consegue suprir todas as demandas da sociedade e, apesar de neste sistema não se admitir a existência de desemprego, existe e as pessoas desempregadas, não tendo acesso aos famigerados cartões de abastecimentos ou, não sendo todos abrangidos pelos "Assuntos Sociais", vivem da "candonga" e outros "esquemas".

Forma-se, assim, o comércio paralelo, sustentado pelos desvios e roubos de produtos das lojas do povo, nunca mais deixou de existir.

Com a adopção dos princípios da economia de mercado, no início dos anos 90, abre-se a economia,

permite-se a propriedade privada e torna-se possível o desenvolvimento de actividades económicas por seus agentes não estatais.

As bases foram lançadas, para que os empreendedores desenvolvam, materializem suas ideias e constituam negócios, porém acontece que existe um conjunto de constrangimentos que dificulta a constituição ou a legalização de uma empresa ou negócio, respectivamente.

Na concepção da ONU (1996) e na de Luís Queiroz (1999), sector informal é todo o vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local/regional/nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico.

No período colonial, Angola tinha uma estrutura económica bastante diversificada, era um grande exportador de produtos manufacturados e com uma percentagem significativa da economia informal, acoplada ao sector formal (Justino Jofre, www.epar.pt).

Depois da independência, o tipo de economia adoptado desarticulou a capacidade produtiva e a rede comercial, pois um dos princípios do modo de produção ou ideologia comunista é a propriedade colectiva dos meios de produção, ou seja, tudo passou a pertencer ao Estado, a produção e o comércio são assumidos por ele, que é o principal (ou único) agente económico, estrangulando o sector privado.

O Estado não consegue suprir todas as demandas da sociedade e, apesar de neste sistema não se admitir a existência de desemprego, existe e as pessoas desempregadas, não tendo acesso aos famigerados cartões de abastecimentos ou, não sendo todos abrangidos pelos "Assuntos Sociais", vivem da "candongá" e outros "esquemas". Forma-se, assim, o comércio paralelo, sustentado pelos desvios e roubos de produtos das lojas do povo, nunca mais deixou de existir.

Com a adopção dos princípios da economia de mercado, no início dos anos 90, abre-se a economia, permite-se a propriedade privada e torna-se possível o desenvolvimento de actividades económicas por seus agentes não estatais.

As bases foram lançadas, para que os empreendedores desenvolvam, materializem suas ideias e constituam negócios, porém acontece que existe um conjunto de constrangimentos que dificulta a constituição ou a legalização de uma empresa ou negócio, respectivamente.

Apesar da criação do guiché único de Empresa, Angola é o país da Africa Austral em que mais se demora para se legalizar uma empresa, levando mais de 90 dias até a publicação em Diário da República.

Esta situação, agravada ao facto de se cobrarem emolumentos muito elevados, faz muitos "empresários" do sector informal não serem estimulados a legalizar os seus negócios, bem como, cria uma barreira às pessoas que queiram montar negócios.

Os encargos tributários na constituição de empresas em Angola são muito elevados, o que dificulta, principalmente, os pequenos potenciais empresários. Os valores pagos (equivalentes em USD) são descritos a seguir: Taxa de certidão negativa (50 USD); Taxa de escritura pública de constituição (quando pessoa colectiva): uma percentagem do capital social que, incluindo os emolumentos, pode chegar a atingir 80% do seu valor; Taxa de registo criminal para pessoa singular (5 USD); Taxa de registo comercial ou de matrícula (entre 200 e 900 USD); Taxa de registo estatístico (entre 50 e 100 USD); Taxa de publicação na Imprensa Nacional para pessoa colectiva (ronda os 400 USD); Taxa de vistoria de estabelecimento (entre 50 e 200 USD); Taxa de licenciamento ou emissão de alvará (de 200 a 500 USD); Imposto industrial por início de actividade (de 150 a 400 USD); Imposto de selo – escritura de constituição - (1% sobre o valor de capital social).

É importante notar que, a par destes (já excessivos) custos oficiais, existe a "gasosa" que está praticamente institucionalizada, ou seja, na maioria dos casos, para que o processo seja agilizado, as pessoas são compelidas a pagar subornos.

Estes obstáculos burocráticos e financeiros aceleram o processo de informalização da economia, resultando em perdas para o Estado e os indivíduos, porque estas actividades não pagam tributos e as pessoas que trabalham nessas "empresas" não pagam o IRT, não contribuem para o INSS, não entram nas estatísticas de emprego e não estão protegidas legalmente.

Com a criação do INAPEM, esperava-se por um protagonismo que permitisse aos pequenos negócios informais se estruturarem e se legalizarem para saírem da informalidade e crescerem, mas assim não acontece e, ao invés disso, muitas deles estão a desaparecer aumentando a pobreza das famílias nelas envolvidas.

Por exemplo, quem saía da Cuca em direcção ao Kicolo ou do cemitério do Santa Ana, em direcção à Filda, podia ver dos dois lados da estrada um conjunto de pequenas marcenarias, carpintarias, alfaiatarias, serralharias, etc. Hoje, algumas já foram substituídas por cantinas (muitas delas não legalizadas) e as que continuam fazem uma produção para a subsistência porque não são orientadas para algo melhor.

Considerando estatísticas que afirmam que, em média, as micro-empresas empregam 5 pessoas, é inegável a importância das centenas ou mesmo milhares destes empreendimentos que existem no País, na criação de emprego e no combate à pobreza.

Em Luanda e nas demais cidades, podemos encontrar os principais traços de uma sociedade subdesenvolvida, identificados por K. Mancharia (1997), como: elevadas taxas de crescimento populacional, informalização, sobre-urbanização, estagnação económica, níveis elevados de desemprego e sub emprego, proliferação dos assentamentos informais não planeados, ausência e deficiência de infra-estruturas e equipamentos sociais, sistemas de transportes e comunicações insuficientes e ineficientes, congestionamento do tráfego, níveis acentuados de poluição, ruralização dos modos de vida suburbanos, etc.

Dados avançados pelo vice-ministros do Emprego e Segurança Social, aquando do I Encontro de Quadros Angolanos no Diáspora em Novembro de 2004, mostravam que apenas 12% da população activa estava integrada no sector formal da economia.

O sector informal abrangia 93 % da população activa rural e 51 % da população activa urbana. Luanda, a capital com uma população estimada em mais de 4 milhões de habitantes, as actividades económicas realizadas no sector informal asseguravam a subsistência de 73% da população. São dados oficiais que podem pecar por defeito ou serem contraditórios com a realidade, dada a pouca fiabilidade das nossas estatísticas.

Estratos de uma comunicação apresentada ao VI Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-9 Setembro de 2000), referem que em Angola é usual o "recurso por parte de fracção significativa da função pública, com estrita finalidade de sobrevivência, à pluriactividade e à co-participação em actividades informais, a detenção por parte de grupos sedeados no aparelho de Estado de interesses empresariais no sector informal, a utilização privada de cargos públicos para alargamento das redes de clientela ou para a obtenção de rendimentos informais suplementares, o recurso banalizado ao capital de influência ("abrir corredores", na gíria angolana) ou a corrupção generalizada e socialmente despenalizada aos diferentes níveis da hierarquia social ("a gasosa", que no quotidiano luandense permite superar obstáculos aparentemente incontornáveis) " e, segundo a Revista Executivo na sua página Web, " a não presença do Estado e a presença de elementos crescentes de informatização no modo como os cidadãos solucionam as suas necessidades está praticamente generalizada a todos os sectores da vida nacional: no abastecimento de água e de energia, na prestação de serviços de saúde e de educação, entre outros".

O que se quer dizer é que muitas pessoas têm acesso à água (não potável) através dos tanques que cobram 100kz por 20 litros de água; energia através de puxadas ou caríssimas prestações a donos de PT" s privados; saúde através dos postos médicos particulares (mais matadouros do que outra coisa); a educação através de

"escolas" particulares sem condições nenhuma, ou seja, muita gente vive no salve-se quem poder, já que as entidades fornecedoras destes serviços por excelência, estão muito aquém da demanda.

Procura-se mostrar neste artigo que o sector informal tem causas complexas que representam uma parte significativa da nossa economia não contabilizada no PIE; que as condições potenciadoras deste fenómeno ainda estão presentes e que devem ser eliminadas com a desburocratização, incentivos e assistência aos pequenos empreendedores, porque a informalização da economia é um mal que pode atentar contra a cidadania, visto que pode levar ao uso indiscriminado do trabalho (trabalho infantil e de imigrantes ilegais), desrespeito das condições de higiene e protecção no trabalho, violação de horários laborais, falta de protecção social e à outras práticas predatórias a ela (economia informal) associadas.

08.8.19 "Amigo" foi ao Cacucaco promover os pequenos negócios

Jornal de Angola 24 De Agosto de 2008

Depois de ter passado pelos municípios do Cazenga e Rangel, Kilamba Kiaxi e Viana, o programa Micro-Crédito "Amigo chegou ao município da Samba. Um projecto conjunto do Mapess e BCI, o programa contemplou, sexta-feira, um número de beneficiários fora do habitual. Pelo menos, neste dia, no centro de Artes e Ofícios do Benfica chamou para si um total de 79 pequenos e, empresários, entre os quais pescadores, motoristas, vendedoras, peixeiras, entre outros pequenos empreendedores.

Nesta primeira fase o valor do Micro-Crédito é de 37 mil kwanzas, numa altura em que as condições, através das quais o crédito é concedido, permitem que os beneficiários desenvolvam as suas actividades sem que se preocupem com a devolução imediata do valor de reembolso ao banco. Isto deve-se ao facto de a instituição financeira estabelecer um período de graça de 90 dias e uma taxa de juros de 1,77%, inferior a que vem sendo praticada no mercado.

Presente ao acto, o Administrador do município da Samba, Pedro Fançony, não escondeu a sua satisfação. Para o administrador, este programa do MAPESS e BCI surge para imprimir uma nova dinâmica na vida económica dos municípios. Fançony afirmou mesmo que o programa veio para reconstruir o tecido económico do país.

Neste sentido, enfatizando que o Micro-Crédito visa elevar o estado de rendimento das inúmeras famílias residentes no município e conferir rentabilidade às suas actividades, Pedro Fançony apelou à fidelidade dos beneficiários para com o banco, por ser um programa que pretende tirar um maior número possível de pessoas da situação de carência.

Em "Mãe Mabunda", a maior vendedora de peixe da praia com mesmo nome (Praia da Mabunda, na Samba), era visível a satisfação. Beneficiou do crédito de 500 dólares.

Com este valor, promete reforçar e dar um impulso aos seus negócios de venda de peixe que já vem de há muito. Tal como outras beneficiárias, "Mãe Mabunda" acredita que, com programas desta natureza, o Estado estaria, de forma eficaz e paulatina, a erradicar a pobreza no seio das famílias.

Joana João, "Jajana", também vendedora de peixe, corrobora com sua colega. Com ar satisfeito, apenas diz que "o Governo está a fazer boa coisa". Já para Mana Santa, igualmente vendedora, o crédito, embora pouco, é uma mais-valia, a julgar pelos 90 dias de graça que o banco estabeleceu, bem como a taxa de juro de 1,77%. "Vou procurar reembolsar com alguma brevidade este valor a ver se o banco me dá mais um crédito", disse confiante.

Com o Micro-Crédito "Amigo" pretende-se que os beneficiários apliquem os conhecimentos recebidos durante a formação profissional garantida pelo MAPESS, criando condições para um nível de rentabilidade aceitável.

Lançado na segunda-feira, o programa que chegou ontem ao município de Cacaco visa promover o empreendedorismo na comunidade. Dirigido a pessoas de baixa renda, o financiamento destina-se a micro-empresas que nas comunidades produzem ou comercializam bens e serviços ou a jovens que pretendam criar pequenos negócios ou desenvolvem actividades geradoras de rendimento.

Após um trabalho técnico de concertação e de convergência de objectivos, o programa já tem em vista as províncias de Benguela, Zaire e Cabinda. Após a inauguração do balcão móvel do banco, destinado a atender os novos beneficiários, o programa entregou mais uma vez 57 financiamentos aos beneficiários do município da Samba, num valor de 37 mil kwanzas para cada um, o equivalente a 500 dólares.

O projecto está a funcionar com técnicos do BCI e da incubadora de empresas afecta ao MAPESS. Estes terão a incumbência de analisar o fluxo de caixa dos negócios e dá capacidade de entrada e saída de dinheiro e outras potencialidades, tais como o número de clientes, potenciais fornecedores de matérias primas ou produtos e postos de trabalho criados. Para tal, os interessados deverão reunir os documentos necessários, desde fotografias a atestados de residência.

08.8.20 Programa "Micro-Crédito-Amigo" satisfaz comerciantes de Cacaco

Jornal de Angola 26 De Agosto de 2008

O "Micro-Crédito-Amigo" chegou ontem ao município de Cacaco, em Luanda, onde o programa contemplou mais de 50 beneficiários com o valor de 37 mil kwanzas cada. No local, os munícipes não esconderam a sua satisfação pelo projecto conjunto do Mapess e BCI, cujo objectivo é o de promover o desenvolvimento dos pequenos empreendedores, e deste modo, elevar o nível de rendimento dos mesmos.

Entre pescadores, motoristas, artesãos, vendedores e peixeiras, que se fizeram presentes ao acto, era visível o nível de satisfação. Tal é o caso de Catarina Jacinto, 31 anos. Beneficiária do "Amigo", não esconde a sua satisfação, pois, com o valor recebido vai reforçar o seu pequeno negócio, que já faz cinco anos.

Já com algum dinheiro em mão, Catarina Jacinto pensa juntar a este o valor do crédito. A semelhança da primeira, Madalena Caetano, 32 anos, não deixa igualmente de manifestar a sua alegria ante o gesto que, para ela, surgiu em boa hora.

Madalena diz que se habituou a fazer gestão de valores pouco "avolumados", daí que afirme mesmo que o dinheiro vai constituir um meio para dar impulso à sua actividade de vendedora.

O período de graça e o de reembolso são, para a nossa interlocutora, favoráveis para devolver o dinheiro ao banco no tempo estabelecido.

Ilídio Adão, 24 anos, é proprietário de um pequeno empreendimento comercial que se dedica à comercialização de produtos diversos, localizado a poucos metros da Administração Municipal de Cacaco.

Com o valor, o beneficiário pretende fazer a aquisição de mais produtos industriais para reforçar "stock" da pequena loja.

Por sua vez, o administrador do município de Cacaco, Carlos Alberto Cavuquilha, disse haver necessidade de incrementar iniciativas do género, sublinhando a velha máxima que se "deve ensinar a pescar e não a dar peixes".

Com o programa, será possível, na opinião do administrador, elevar o nível de rendimentos das diversas famílias residentes no município, já que, para ele, os beneficiários vão cumprir com os prazos estabelecidos pelo banco.

Assim, nesta primeira fase, o valor do micro-créditos é de 37 mil kwanzas, numa altura em que as condições, através das quais o crédito é concedido, permitem que os beneficiários desenvolvam as suas actividades sem se

preocuparem com a devolução imediata do valor.

Pois, a instituição financeira estabeleceu um período de graça de 90 dias e uma taxa de juros de 1,77 por cento, inferior a que vem sendo praticada no mercado.

08.8.21 Micro-créditos à agricultura eleva produção em Angola

Jornal de Angola 27 De Agosto de 2008

Os programas de Micro-créditos em curso estão a contribuir para o aumento da produção em todo o país, segundo o presidente da UNACA Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola, Paulo Uime.

Até ao momento, 22 mil 224 camponeses, associados em cooperativas, beneficiaram já do Micro-créditos agrícola, desde 2007, permitindo, desta forma, o fomento da produção em grande escala.

Para o efeito, o Governo disponibilizou seis milhões 107 mil 219 dólares, que foram aplicados na aquisição de alfaías agrícolas, dos quais 723 mil 827 dólares já reembolsados.

Os beneficiários estão congregados em 538 cooperativas e 974 associações e que, paulatinamente, o programa vai abrangendo a todos os camponeses.

Os valores, que variam entre cem e mil e 500 dólares, são entregues a grupos "solidários", compostos por sete pessoas e, nesta altura, o programa já chegou em todas as províncias.

As províncias com maior número de beneficiários são as de Benguela com sete mil 761, Huambo com quatro mil 889, Uíje com dois mil 891, Zaire com mil 306 e de Cabinda com mil e 78.

Além da Agricultura, o micro-créditos tem permitido também a realização de pequenos negócios, mudando de forma significativa a vida dos camponeses. "Podemos afirmar que já não existem agricultores dependentes", frisou.

O responsável elogiou o trabalho e a colaboração dos beneficiários, pois têm reembolsado o dinheiro nos prazos acordados, permitindo que outros produtores sejam contemplados.

Segundo Paulo Vime, o micro-créditos é uma aposta acertada do Governo que tem permitido a redução da importação de determinados produtos.

Apesar de não fornecer dados precisos, Paulo Vime informou que a produção aumentou em grande escala, multiplicando-se os hectares cultivados e, conseqüentemente, o excedente de produtos.

Por isso, felicitou o programa do Governo de

reabilitação das estradas que ligam as diversas províncias do país, o que tem permitido escoar os produtos para os diversos pontos de venda.

"Tudo melhorou desde que o Governo implementou o programa de micro-créditos, porquanto foi um grande incentivo, pois, os que não produziam passaram a fazê-lo, além de que os bancos descobriram uma grande fonte para multiplicar o seu capital", sublinhou.

Durante a conversa, o interlocutor apontou a extensão de supermercados da rede Nosso Super em todo país como outro factor que contribui para a comercialização dos produtos do campo.

A par do micro-créditos, enumerou a recuperação dos canais de irrigação em várias províncias, entre outros projectos, como factor que está a influenciar o fomento da produção agrícola.

Paulo Vime encorajou os camponeses a empenharem-se na sua actividade, "porque o país está a mudar, o futuro será brilhante. A vida está a mudar para melhor".

08.8.22 Em Luanda, chineses entram na zunga

Semanário Factual 29 De Agosto de 2008

Leen Chin, comerciante no mercado da madeira na Gamek, residente em Angola há dois anos, referiu que antes de vender sapatos nas ruas, tentou o negócio de construção e que não teve muito sucesso.

Num português quase incompreensível o que dificultou a comunicação, o vendedor chinês foi dizendo que "em Angola tudo se compra, pois existe grande abertura para todos. Eu não vim roubar o negócio de ninguém, como muitos dizem". Reforçando a sua ideia, salientou que "o problema é que nós, estrangeiros, somos marginalizados pelos jovens que nos ofendem e muitas vezes tentam roubar-nos o que estamos a vender".

Para o seu conterrâneo, Chan, vendedor de utensílios de cozinha e residente em Angola há um ano e um mês, "o mercado é favorável ao enriquecimento rápido, porque aqui as pessoas não querem saber se o produto é original ou não, mas sim adquirirem um produto barato".

"Nós vendemos às pessoas de todos os escalões da sociedade. Já fui montar muito material de cozinha em casa de várias pessoas na zona baixa de Luanda. O meu produto vem da China e obtenho a partir dos meus fornecedores aqui perto do Aeroporto", referiu.

Como qualquer vendedor ambulante, os chineses também têm os seus problemas com as autoridades, como a Polícia Nacional e a Fiscalização de Luanda. Segundo Chan, quando os agentes confiscam os seus bens, ele tem de pagar algum dinheiro ou dar alguma mercadoria para não perder tudo.

Segundo o jovem angolano, Mateus Raimundo, que vende no mercado da Gamek, "os chineses estão a fazer uma concorrência desleal, praticando preços abaixo do nível dos nacionais". Referiu também, que os "chinos" são muitos ágeis na hora de fugir às autoridades. "Um dia, os fiscais estavam a dar-nos uma corrida. O Chan estava à minha frente e pulou um muro de dois metros, tipo um "ninja". Até agora estou admirado como ele conseguiu".

Contudo, o Chan afirmou ao Pactual que os chineses são pessoas que nunca criam problemas e que procuram ser amigos dos angolanos.

E o Pactual pôde observar que zungueiros angolanos que vendem artigos perto de ambulantes chineses pouco ligam a esse fenómeno, "porque o que interessa é vender, todos lutam pela vida", sentenciou o vendedor Zaqueu Domingos.

08.8.23 Vendedores de ambulantes de mobílias concorrem com as empresas do ramo

Jornal de Angola 30 De Agosto de 2008

Estão todos os dias nas ruas da cidade de Luanda. Pela manhã jovens ambulantes posicionam as suas mercadorias no extremo da via rodoviária, junto à berma.

O propósito, segundo Carlos Damião, justifica-se para melhor "atacar" o automobilista que à distância já pode ver a mobília.

Para quem procura material para casa e escritório, os vendedores estão nos supermercados, como é o caso do Super África, na Mutamba, junto às Relações Exteriores e Maianga, na rua Ex-António Barroso. Todos os dias outros, porém, optam pelos catálogos que ilustram os artigos oriundos de vários países. Eles também estão localizados junto às maiores lojas de mobiliário, onde há maior afluência de clientes.

A conquista de clientes exige traquejo e força porque, todos os dias, os profissionais da área correm atrás dos automobilistas interessados na compra dos artigos.

Muitas são as ocasiões em que tudo depende do marketing do vendedor, como afirma o ambulante Carlos Damião. O jovem de 27 anos começou o negócio com apenas dois mil dólares, emprestados pelo primo.

O convite do amigo António da Cruz e Silva passou a comprar mercadorias com o amigo numa congoleza que, efectua o trajecto Angola-Namíbia.

Os dois compram da senhora cadeiras e mesas para

escritório, conjunto de mobília para sala de jantar e de estar. António da Silva revela que os preços nem sempre ajudam a "despachar o negócio" pelo facto de a maioria da população não ter condições de aquisição.

Natural de Benguela, Carlos Damião acredita que a qualidade dos artigos dita a regra do preço. Para obtenção de cadeira e mesa de escritório o cliente deve desembolsar 250 e 350 dólares.

A mesa da sala de estar está estipulada em 200 e 350 dólares, isto em função do tipo de material que compõe a mesa.

Os jovens ambulantes revendem os tapetes a -10 e 28 mil Kwanzas, o suporte para roupas e sapatos se estabelece entre cinco e nove mil Kwanzas. Os preços dos produtos podem baixar e aumentar em função do acerto com o cliente.

Janeth dos Santos que se dirigia a uma das lojas acredita que os preços ainda não estão ao alcance do bolso dos consumidores.

08.8.24 Segunda fase garante crédito mais vantajoso

Jornal de Angola 30 De Agosto de 2008

Os beneficiários que reembolsarem o valor do dinheiro recebido através do programa "Micro-Crédito-Amigo" no tempo estabelecido pelo Banco de Comércio e Indústria (BCI) poderão merecer uma nova remessa em condições mais vantajosas, segundo o presidente do Conselho de Administração do BCI, Adriano Pascoal.

O gestor fez esta garantia, no lançamento do produto financeiro na Ilha de Luanda, onde 67 pequenos empreendedores, entre pescadores artesanais, comerciantes, artesãos, e peixeiras ficaram beneficiados como valor de 37 mil kwanzas.

Na sua óptica, as acções do programa estão a correr a um bom ritmo graças à colaboração das administrações municipais e comunais que, em consonância com o banco, têm tornado possível a identificação dos empreendedores, o seu sentido de honestidade e a actividade económica que exercem.

Este quadro acaba por ser um elemento extremamente motivador para a continuidade do programa no processo deslocação de micro-créditos, pois facilmente se podem identificar as pessoas, referiu.

A semelhança de outros municípios, onde o programa tem estado a contemplar um número de beneficiários fora dos habituais 57, a Ilha de Luanda não ficou de parte.

O "Micro-Crédito-Amigo" beneficiou 67 pequenos empreendedores. O presidente do Conselho de

Administração do Banco realça as vantagens que existem quando o banco trabalha com uma franja que acaba por desempenhar um papel importante, na medida em que relançam algumas actividades para o bem da economia nacional, gerando rendimento e emprego.

Para o gestor, a maior satisfação do banco reside no facto de mais um número considerável de cidadãos estarem a conhecer o banco, os seus procedimentos e objecto. A partir de agora, as pessoas sabem que existem canais e mecanismos financeiros para poderem fazer recursos aos produtos financeiros que o banco oferece.

Durante o acto, a administradora do município da Ingombota, Susana Melo encorajou os empreendedores a se empenharem com afinco no exercício das suas actividades, pois tal significará maior crescimento.

SETEMBRO 2008

08.9.1 Programa "Crédito Jovem" contempla jovens na província do Zaire

Jornal de Angola 1 De Setembro de 2008

O "Programa Crédito Jovem" contemplou 236 jovens integrados em diversas cooperativas e associações na província do Zaire, com o objectivo de incentivar a criação de pequenas empresas dos mais variados sectores e reduzir assim, o índice de desemprego, inculcando o espírito empreendedor no seio da juventude.

Para este programa, o banco disponibilizou 100 mil dólares, segundo o gerente da dependência do Banco de Poupança e Crédito (BPC) em Mbanza Congo, José Simão dos Santos. Deste valor, 61 mil dólares já foram destinados à concessão de créditos para as mais diversas actividades.

Os critérios e volumes de atribuição do crédito variam em função da especificidade de cada actividade a desenvolver. Assim, os jovens que apresentarem projectos no ramo da prestação de serviços, beneficiam de um crédito de cinco mil e 500 dólares, ao passo que para o sector da Indústria o valor é de quatro mil dólares. Os agricultores e comerciantes beneficiam de três mil e 500 dólares de crédito.

Em relação ao prazo de reembolso, o gestor explicou que no ramo agrícola, o período é de quatro anos com um ano de carência. No comércio, o valor deverá ser devolvido ao banco num espaço de um ano, com três meses de carência. Já para a indústria e prestação de serviços, os beneficiários deverão efectuar o reembolso durante um ano e meio, com seis meses de carência.

O processo de concessão de crédito aos jovens obedece a trâmites legais, que começam com a apresentação dos projectos junto do Ministério da Juventude e Desportos e culminam no BPC que, por sua vez, concede o crédito.

Para acautelar eventuais desperdícios, após a recepção do dinheiro, os jovens são submetidos a uma acção formativa em matéria de gestão financeira, pelos técnicos do Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM).

Em relação à ausência, de micro-crédito para os camponeses da região, José Simão dos Santos disse que o dinheiro disponibilizado pelo Governo Central está a cargo da gerência do Banco Sol, instituição implantada no município do Soyo. Por este facto, os beneficiários são obrigadas a deslocar-se ao Soyo para terem acesso ao micro-crédito.

A agência do BPC encetou contactos a nível das estruturas centrais, para a abertura, em Mbanza Congo,

do projecto micro-crédito, tendo sido aceite. O gerente da dependência do BPC sublinhou que há dois meses que decorre na província uma acção formativa dos funcionários bancários que se encarregarão da concessão dos Micro-créditos.

08.9.2 Centenas de jovens de Benguela têm nova vida com o "Credito Amigo"

Jornal de Angola 2 De Setembro de 2008

O Banco de Poupança e Crédito já disponibilizou 400 mil dólares para o apoio ao Programa "Angola Jovem". O micro crédito já consumiu 390.596.16 dólares norte-americanos e beneficiou 400 jovens, incorporados em cooperativas da província de Benguela, revelou ao "Jornal de Angola" o presidente do Conselho Provincial da Juventude, Cristiano Fernandes.

"Os jovens estão a aderir em massa ao programa, o que permitiu a constituição de 50 cooperativas e a incorporação de 400 elementos com idades compreendidas entre 18 e 35 anos, que receberam créditos de valores que variam entre os quatro e os 12 mil dólares", disse o presidente do Conselho Provincial da Juventude.

"Fruto do resultado das cooperativas, tem crescido o número de interessados no programa. Os projectos, inicialmente, são avaliados e os jovens que virem os seus projectos despachados positivamente, antes de receberem os créditos, primeiro têm que frequentar um curso no INAPEM, sobre gestão de pequenas "empresas"

Os candidatos têm de abrir contas nos balcões do Banco de Poupança e Crédito, porque é essa instituição que fornece os créditos", explicou Cristiano Fernandes.

As cooperativas encontram-se repartidas entre os diversos ramos da economia de pequena escala, nomeadamente na agricultura, comércio, pescas, materiais de construção, transportes, entre outros.

"As entidades promotoras da iniciativa, constataram que algumas cooperativas, antes do final do período de carência, já pretendem fazer o reembolso, o que demonstra que o Programa "Angola Jovem" está a ser um sucesso", disse.

O Crédito Jovem está a ser um autêntico "salva vidas" para cidadãos que, por falta de ocupação, estavam a resvalar para a delinquência, nos maiores centros urbanos da província de Benguela. Por isso, o Conselho Provincial da Juventude seleccionou jovens que viviam em situação social crítica, fundamentalmente por falta de emprego, e que estavam à beira da marginalidade.

A delegação de Benguela do Ministério da Juventude e

Desportos, com o "Crédito Jovem" a estratos sociais vulneráveis, recuperou para a vida activa 400 cidadãos e muitos já constituíram família porque conquistaram um nível de vida com maior dignidade.

CRÉDITO NO MEIO RURAL

Cristiano Fernandes avançou que o Programa "Crédito Jovem" no campo está a evoluir consideravelmente. Já foram constituídas dezenas de cooperativas, onde os jovens associados têm desenvolvido a produção agrícola, o que levou à diminuição da pobreza, com o fomento do auto-emprego.

"Os jovens têm manifestado interesse na produção agrícola, sobretudo a criação de gado, e esta aspiração vai ser assegurada pela direcção do programa, uma vez que os resultados têm sido animadores. O conselho vai estender as acções a '1000 jovens até ao final do ano 2008", disse.

As cooperativas instaladas nos municípios do Balombo, Cubal e Ganda têm dado passos importantes na produção de feijão, milho, tomate, entre outros produtos, facto que tem motivado o interesse crescente da juventude a aderir ao Programa "Angola Jovem".

Este instrumento de apoio à juventude tem estimulado o auto-emprego e incentiva a valorização social da actividade dos jovens no campo. Com a implantação do programa nas áreas rurais, está a aumentar o rendimento, a poupança e o investimento das famílias, no meio rural.

Os créditos para as cooperativas ligadas à agricultura e pecuária foram estabelecidos pelo BPC, têm um ano de carência e devem ser reembolsados durante um período de três anos.

Cristiano Fernandes salientou que muitos jovens que beneficiaram do micro-crédito, já construíram residências próprias e alguns estão a dar continuidade aos estudos. "O Crédito Jovem tem sido uma excelente linha de orientação para o bem-estar social de muitos jovens, que estavam a um palmo da marginalidade, disse.

O Programa "Angola Jovem" é um projecto do Governo para a reabilitação de jovens em situação social vulnerável.

08.9.3 Banco concede 45 milhões de dólares em crédito a agricultores e professores

Jornal de Angola 6 De Setembro de 2008

Agricultores associados, professores, enfermeiros e outros técnicos de saúde beneficiaram, até agora, de empréstimos do Banco Sol no valor global de 45 milhões de dólares, no âmbito de implementação do

programa do Governo de crédito ao consumo e Micro-Crédito, segundo o presidente da instituição, Coutinho Nobre Miguel.

Em entrevista à ANGOP, o gestor considerou louvável a iniciativa do Governo, ao lançar o projecto, em 2005, gerido conjuntamente pelo Banco Sol e o Banco de Poupança e Crédito (BPC), porquanto o processo está a permitir desenvolver actividade económica visando o combate à pobreza junto das comunidades beneficiárias.

Segundo o responsável, o projecto terá já beneficiado 25 mil e 200 professores, enfermeiros e outros técnicos de saúde das zonas rurais do país, e no sector agrícola foram contemplados 40 mil agricultores e camponeses organizados em cooperativas.

Neste programa de Micro-Crédito e crédito ao consumo, o Banco Sol ficou com a responsabilidade de cobrir as províncias de Luanda, Bié, Malange, Zaire, Bengo Huambo, Benguela e Huíla, enquanto outras 10 regiões do país estão a cargo do BPC.

Com base num acordo assinado, em Julho de 2005, entre o ministério das Finanças, o BPC e Banco Sol, o Governo pôs à disposição destas instituições bancárias 10 milhões de dólares, para operações de micro-crédito e de crédito ao consumo. Um ano depois este valor foi duplicado.

Coutinho Nobre disse que parte do valor disponibilizado para o programa de combate à pobreza é recurso próprio do banco, pois, a administração do Sol compreendeu tratar-se de um projecto sustentável e rentável, daí ter repassado parte dos recursos a este segmento de actividade.

Concebido e financiado pelo Governo angolano, o programa de micro-crédito, cuja gestão está a cargo dos bancos Sol e de Poupança e Crédito (BPC), tem por finalidade ajudar camponeses organizados em cooperativas e associações, professores, enfermeiros e outras classes sociais.

Lançado a 17 de Setembro de 2005 na vila do Bailundo, província do Huambo, o projecto está a permitir melhorar as condições devida da população das áreas abrangidas, porquanto os beneficiários estão a desenvolver pequenas actividades económicas e custear despesas com a saúde e educação dos seus filhos.

Para Coutinho Nobre, o Banco Sol, dentro da sua orientação estratégica de negócios, considera a pobreza uma condição que deve ser combatida no seio das famílias de forma integrada, daí a razão de ter como prioridade os serviços de micro-finanças, visando a apoiar os mais vulneráveis.

08.9.4 Trabalhadores por conta própria

Jornal de Angola 7 De Setembro de 2008

São sempre os primeiros a chegar ao centro da cidade de Luanda, cujas artérias transformaram em seus postos de trabalho, e dão-lhe vida com a sua movimentação e com o seu refrão, chamariz para os clientes adquirirem os produtos que comercializam. Falamos de trabalhadores por conta própria, funcionários cujos patrões são eles mesmos.

Referimo-nos, particularmente, aos engraxadores, aos lavadores de carros, aos ardinhas, e aos zungueiros e outros que são vistos a deambular um pouco por todos os recantos da cidade de Luanda em busca de sustento para si e para os seus dependentes.

Os primeiros a chegarem

Os engraxadores são, geralmente, os primeiros a chegar à cidade e também os primeiros a partirem. A clientela só suja os sapatos durante as horas de expediente. Na hora de beber uma cerveja para aliviar a pressão de um dia de trabalho já ninguém se lembra dos sapatos. Há engraxadores com caixas simples e outros que transportam às costas uma autêntica indústria de puxar brilho aos sapatos. São simpáticos, humildes e sempre prontos para o trabalho. Muitos estão nas ruas em vez de estarem nas escolas.

Os ardinhas só não começam a trabalharem mais cedo porque na hora em que chegam ainda não têm jornais para vender. Mas quando o "Jornal de Angola" sai da máquina, ainda a cheirar a tinta magenta, logo-logo um ardina esta na rua a vender a informação. Eles têm a noção da urgência das notícias. Na Samba, o jornal custa mais caro. Na Rua Rainha Ginga, custa apenas 50 kwanzas. Por uma quantia irrisória, os ardinhas vendem aos leitores o mundo inteiro em notícia.

Zungueiras

As zungueiras são mais que os zungueiros, mas todos são iguais em simpatia, perseverança para convencer o cliente a comprar e muita corrida. A zungueira corre a cidade, desde que nasce o Sol até muito depois da noite cerrada. Sexta e sábado à noite, elas e os zungueiros de bebidas encostam num canto e vendem até altas horas. Só quem nunca teve sede nocturna, dispensa esses inestimáveis profissionais por conta própria.

São homens, mulheres, jovens e crianças e diariamente percorrem as ruas de Luanda com a mercadoria que comercializam. Os braços, o pescoço e a cabeça são os suportes para o peso. Algumas zungueiras carregam o produto, laranja, banana, abacate ou peixe, na kindá à cabeça e o filho amarrado nas costas.

Firmino tem 19 anos e é engraxador desde os 17. Encontramo-lo às seis da manhã na Rua Rainha Ginga. Trajava T-shirt branca e chinelo de facilitar e carregava a caixa da ferramenta, uma autêntica indústria caseira. Na

"toca", eles transportam escova, pomadas de várias cores, pano de limpar e dar brilho e uma garrafa de água com detergente. Mais o banco que nunca pode faltar.

Firmino já tem a empresa bem organizada. A "toca" e o banquinho, onde se senta enquanto trabalha, ficam à guarda de um segurança na cidade. Paga pelo serviço 50 Kwanzas por dia, mas em compensação não se cansa tanto nem corre o risco de ser roubado.

Um engraxador sem a ferramenta e os produtos está perdido. É a falência total. O mestre engraxador sai de casa às cinco da manhã para chegar ao local de trabalho o mais tardar às seis e meia, hora a que começa a bater o "toque" para chamar os fregueses.

Na Mutamba, onde sempre trabalhou; Firmino já tem clientes certos. "Como tenho confiança nos meus fregueses, eles só me pagam no fim do mês", diz o empresário por conta própria. Já conhece os truques todos do comércio internacional e da globalização. "Como só recebo no fim do mês, isso também me ajuda a economizar", garante o gestor da "toca" e da pomada.

Firmino partilha a sua superfície comercial, que é a Mutamba toda, com mais dois amigos. Factura todos os dias 2.500 kwanzas e "despega" às quatro da tarde, "o horário de largada normal dos trabalhadores da Função Pública", que logo de manhã recorrem aos seus serviços. Os sapatos ficam sempre bem limpinhos e com brilho de novos, mesmo os que não o são. "O dinheiro que ganho dá para ajudar em casa e ainda ponho algum kumbu no banco, pode fazer falta para ajudar numa situação grave".

Cláudio Kiala é ardina e, normalmente, chega ao fornecedor (Tropicana) por volta das seis da manhã. Depois de receber os 100 jornais a que tem direito, as ruas são todas dele e ainda leva os jornais a empresas públicas e privadas. "Às dez da manhã, todos os jornais estão vendidos, porque tenho clientes certos, só um ou outro é que vendo na rua", disse. Cláudio, para além de vender o "Jornal de Angola", também vende os semanários.

O Único sacrifício na sua profissão é mesmo levantar bem cedo. Um esforço que considera satisfatório, "porque consigo tirar dinheiro para sustentar a família", Pai de duas crianças, Cláudio consegue pagar todas as despesas de casa "e ainda meter no banco 20 a 30 mil kwanzas por mês", explicou. Um dia destes irá ao banco levantar as poupanças "e vou comprar uma mota, assim ainda vendo mais jornais e ganho mais dinheiro".

José Alfredo tem 25 anos e é lavador de carros, há seis meses. Antes de trabalhar na rua, era ajudante de obras numa empresa de construção. Acabou o contrato, renovação nada e o jovem encontrou na lavagem de carros a solução para o desemprego. Alfredo também já

tem clientes fixos, que só lhe pagam no final do mês. Há meses que chega a facturar 22 mil kwanzas. Para além deste valor, que recebe no final de cada mês, Alfredo pode facturar diariamente perto de cinco mil kwanzas. "Eu gasto todos os dias 400 kwanzas em táxi e com o resto compro coisas para casa e roupa para vestir", disse.

Morador no bairro Golf 2, José Alfredo disse que chega ao trabalho, que é toda a Baixa de Luanda, às oito horas da manhã e só larga às 17 horas. Agora que as ruas estão a ficar asfaltadas e bonitas, os lavadores de carros vão ter problemas com o negócio. Dizem que a água estraga o asfalto. Por isso Alfredo restringiu o campo de negócio e agora só lava no Beco dos Remédios, mesmo ali por trás da Sé. "Asfalem as ruas nas não acabem com os becos, que são excelentes estações de serviço".

Marisa Pereira mora no Cazenga, zona da SONEFE, e só acaba o serviço às 19h30. Todos os dias sai de casa às cinco da manhã, na companhia de duas vizinhas que são Zungueiras com ela. Vende tambarinos, loengos e a fruta que houver na época do ano. Marisa Pereira sustenta uma família de sete elementos. Mãe de seis filhos, a zungueira dos loengos, de 39 anos, tem ainda sobre a sua guarda um sobrinho de 12 anos, filho de uma irmã já falecida. Para além da kinda que carrega todos os dias à cabeça, leva as costas um menino de dois anos.

"Eu ponho no negócio dez mil kwanzas e, às vezes, tiro lucro de três mil. Esse é o dinheiro com que compro a comida de casa e a roupa das crianças", explicou. Mas tem despesas extra: "de casa até ao Catintom, onde compro o negócio, tenho de apanhar dois táxis e depois vou até ao 1º de Maio noutro táxi, tudo isso é despesa. De lá para a Mutamba, vou já a pé e começa a venda", disse.

Marisa chega à Mutamba às 15 horas, depois de parar mil vezes no caminho para vender fruta. É lá onde fecha a loja e dá por terminado o negócio do dia. E quase nunca lhe sobra mercadoria. O negócio está mesmo bom, como os loengos madurinhos!

A hora do descanso

Os trabalhadores por conto próprios são gente sem sono. Marisa Pereira, por exemplo, chega a coso todos os dias por volta dos 22h. Como ainda tem que trotar do cosa e do família, só se deita à meia-noite; portanto, se tudo correr bem, dorme apenas quatro ou cinco horas.

Aos domingos foz folgo, mas mesmo assim trabalha que se farta: "como não tenho tempo na semana, então faço já no domingo os trabalhos mais profundos de coso", disse. Firmino deita-se por volta das 22h30. A actividade profissional é cansativo e custo muito acordar às cinco da manhã. Considero-se diferente dos outros jovens, na medida em que "nem sequer tenho tempo para me divertir.

Sábado e domingo, Firmino não trabalha e aproveita para fazer o que não te tempo durante a semana. "Fico com os amigos e arrumo as minhas coisas", disse.

O lavador de carros José Alfredo tem no cinema a sua maior diversão. Mas só vê filmes com a namorada que, segundo diz, é a sua melhor companheira, embora não dê para se verem todos os dias. Mata saudades ao fim-de-semana. " Eu às vezes chego tarde em casa, porque o táxi anda muito difícil. Então só me dá tempo de assistir a um filme antes de dormir", disse. Dorme às 23 horas e as cinco da manhã já está pronto para nova batalha contra os carros sujos.

08.9.5 Armazéns do Hji-ya-Henda movimentam cinco mil pessoas

Jornal de Angola 12 De Setembro de 2008

Uma enorme multidão, um autêntico formigueiro, desfila no único corredor que dá acesso aos diversos armazéns. Uns na compra de umas boas e elegantes peças de roupa, enquanto outros vão para o local com intuito de comprar electrodomésticos ou mesmo mobiliários a preços módicos.

O local chega a receber uma média de cinco mil clientes por dia, numa altura em que os produtos comercializados são na generalidade de proveniência asiática, com excepção de um ou outro, de acordo com dados da gerência do local.

Os gritos do "arreou, arreou" das senhoras a anunciar as suas mercadorias compradas de dentro, são quase ensurdecedores, ao mesmo tempo que a venda à porta dos armazéns é quase que inevitável.

Os armazéns do Hji-ya-Henda são hoje um potencial ponto comercial onde convergem as atenções de um sem número de pessoas, pela sua fama de há muito. São conhecidos pelas marcas inusitadas de vestuários e calçados que comercializam e, como se não bastasse, pelos preços baixos que praticam.

Produtos da contrafacção ou não, o certo é que comerciantes vindos de diversos pontos do país afluem ao local para adquirir o que de novidade detém o local. A intenção é sempre comprar a preços favoráveis quantidades enormes de roupa com o fito de as comercializar nas suas respectivas províncias, onde a procura não é em nada baixa, a julgar pelas quantidades que os mesmos compram.

Num cenário de deixar tonto qualquer um, Maria Rita surge por entre a imensa multidão com a sua sacola de compras na mão esquerda. Já tinha o que procurava há algum tempo. Os preços e até a qualidade da roupa, que os muitos armazéns comercializam, são a razão da sua ida ao local.

Com o seu ar vaidoso e altivo, Maria Rita tem colado ao corpo roupas de fina qualidade. Mas, nem por isso, as comprou tão caro. "Não tenho necessidade de gastar muito para me vestir com elegância. Por aqui se encontra também roupa de muito boa qualidade", remata.

Para as compras tinha gasto apenas 150 dólares, embora insatisfeita dissesse que queria levar mais peças para casa, pena é que já tinha ficado sem trocado.

Se Maria Rita se deslocou de sua residência, localizada no Kassequel do Buraco, a fim de comprar alguma roupa, o mesmo não se pode dizer da dona Ermelinda Miguel.

Empregada de Limpeza, afirma ser frequentadora dos armazéns, embora viesse desta vez com o objectivo único de adquirir uma nova arca, cujos preços, dependendo do tamanho, vão dos 300 a 450 dólares com algum desconto.

Preços acessíveis

Para Ermelinda Miguel, os preços e a qualidade dos produtos motivam-na a frequentar o armazém sempre que necessite.

"Quando preciso de algum bem duradouro, é neste local que consigo comprar, até porque está próximo da minha casa. Os preços e a qualidade estão dentro das minhas possibilidades".

Já para Tavares Santos, comerciante há seis anos, os armazéns são uma tábua de salvação para muita gente. "Os armazéns dão-nos uma ajuda muito grande, pois, nem todas as pessoas, pelo menos, em termos de vestuário, têm possibilidade de ir a grandes centros comerciais, ou lojas do género", refere, enquanto ensaca os amontoados de roupa.

Tavares Santos, que normalmente viaja do Huambo para Luanda para comprar mercadorias e revendê-las no planalto, conta que desde a altura em que começou a exercer a comercialização de roupas compradas em Luanda, no Hji-ya-Henda e em outros armazéns, a sua vida financeira conheceu outra dinâmica, pois, consegue cobrir as despesas da família sem sobressaltos.

O gerente-adjunto do espaço comercial, João Lucas, à semelhança de Tavares Santos, concorda que os armazéns tenham estado a facilitar a vida de muitos cidadãos.

Não obstante, corroborar com a ideia segundo a qual o local é mais frequentado por pessoas de baixa renda, João Lucas diz ser relativo, porquanto é também frequentado por pessoas de diversos níveis.

Com diversas áreas de venda especializadas (venda de electrodomésticos e mobiliários, áreas para venda de roupas de criança, de adultos e até de rapper's), os pavi-

lhões distribuídos por pequenos espaços, emprega um número considerável de jovens, na sua maioria mulheres.

08.9.6 Cooperativas e associações agrícolas beneficiam de micro-crédito

Jornal de Angola 15 De Setembro de 2008

Um total de 377 pequenos produtores e camponeses da província do Kwanza-Norte, afectos a 91 cooperativas e 430 associações agrícolas, beneficiam de micro-crédito num valor global de 256 mil dólares a partir do Banco de Poupança e Crédito (BPC), revelou em Ndalatando o presidente local da União Nacional das Associações de Camponeses de Angola (UNACA) João Miguel.

De acordo com responsável, o projecto de micro-crédito financiado pelo BPC começou na província em Julho de 2006, consubstanciado no programa do Governo de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

João Miguel apontou que o banco disponibilizou, recentemente, cerca de 476 mil e 800 kwanzas para o apoio a mais quatro grupos solidários compostos por 28 elementos com valores correspondentes a mil e 500 dólares.

Segundo realçou, a maior dificuldade existente no sector são os valores disponibilizados, considerados insuficientes para cada sete associados.

João Miguel esclareceu que o micro-crédito é dado de acordo com as análises dos técnicos da agricultura e do banco fornecedor que avaliam as condições criadas pelas cooperativas, desde que estejam enquadrados numa organização de base (cooperativas e associações).

Acrescentou que os camponeses da província produzem geralmente mandioca, feijão vulgar, jinguba, milho, tubérculos, frutos e hortícolas, produtos que têm dado uma rentabilidade aceitável a estas cooperativas.

João Miguel disse ainda que para escoamento dos produtos, as cooperativas deverão solicitar indicações à Direcção Provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e à direcção do Mercado Nosso Super que tem estado a vender estes produtos.

Concluiu que, no momento, se trabalha na sensibilização de todos, de modo a cumprir com o prazo estabelecido pelo banco e que prevê um período de carência (data prevista ao reembolso) de seis meses, de forma a evitar atrasos.

08.9.7 Eles "matam" a sede dos cidadãos

Jornal de Angola 15 De Setembro de 2008

Paulo Daniel, 20 anos, é um vendedor ambulante, como muitos em Luanda, que preferiu dedicar-se, há oito meses, ao comércio de pequenas garrafas plásticas de água mineral, na via pública para a sua sobrevivência e da família. Antes trabalhou como ajudante de pedreiro de um profissional sénior da área, que actualmente reside na província do Bengo.

Paulo desenvolve o seu negócio junto ao portão da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto, na Avenida Ho Chi Minh, um local que se tomou referência no comércio de água mineral, devido ao engarrafamento que ali se faz sentir diariamente.

Em Viana, onde vive com a mulher (de 19 anos) e a filha (de dois anos), também identificou vários pontos de vendas atractivos, mas prefere desenvolver o seu negócio na cidade. Paulo compra a caixa de 12 garrafas a 370 kwanzas em diferentes lojas, localizadas nos bairros Cassenda e Mártires de Kifangondo e vende cada garrafa a 50 kwanzas, obtendo um lucro de 230 kwanzas.

Este rendimento tem também Matias António, 18 anos, com a venda do mesmo produto, igualmente a 50 kwanzas, na paragem de candongueiro junto ao cemitério de Santana. Matias compra também a 370 a caixa de água mineral, numa loja no bairro Neves Bendinha.

O valor do rendimento de Paulo e de Matias multiplica-se de acordo com quantidade de caixas vendidas. Por dia, durante o tempo de cacimbo, que há dias terminou, Paulo chega a vender até nove caixas. No Verão, factura a mesma quantidade porque nessa altura se regista um aumento do número de vendedores deste produto. Mas, há dias em que vende até 12 caixas.

Matias aderiu pela primeira vez, no dia em que foi entrevistado, este tipo de negócio e já estava arrependido pela escolha porque até às 13 horas apenas atendeu um cliente. Além de água mineral, vende refrigerantes a três anos.

Aquela hora, já havia despachado uma grade, tendo por isso considerado o negócio mais rentável do que o outro.

Para se acautelar dos prejuízos, Paulo adquire as caixas de água mineral de forma faseada, à medida em que o produto escasseia no grande saco de plástico transparente, onde também coloca gelo para dar à beber água fresca aos clientes.

O gelo, feito em baldes de cinco litros, é adquirido em residências no Mártires e no Cassenda ao preço de 50 kwanzas. Paulo geralmente utiliza por dia entre seis a sete baldes de gelo que lhe custam entre 300 a 350 kwanzas.

Ele, às vezes, gasta mais 50 kwanzas para guardar nas chamadas "Casas de processo", situadas nos arredores, as garrafas de água que sobram ao fim do dia, quando deve regressar a casa, já cansado pelas corridas constantes para entregar o produto ao cliente, na sua maioria automobilistas e passageiros que circulam pela Avenida Ho Chi Minh.

A sua jornada laboral é interrompida apenas na hora em que decide almoçar, numa casa onde confeccionam pratos típicos de Angola, ao preço de 200 kwanzas. Para o pequeno-almoço a base de sandes e gasosa, Paulo gasta 100 kwanzas. Entretanto, as despesas com a alimentação estão no valor de 300, subtraídos todos os dias do rendimento que obtém com a venda de água mineral, no valor de 1300 kwanzas em média.

Paulo utiliza este dinheiro basicamente para custear as despesas com alimentação, vestuário e pagamento da renda de casa. Ele vive com a mulher, vendedora de bolinhos, também na via pública, e a filha, num quarto, cuja renda mensal é de 1500 kwanzas. A sua mãe é professora do ensino primário na província do Huambo, onde vive com três irmãos, e o pai já é falecido. Paulo fez a 8ª classe e almeja frequentar um curso de contabilidade para apreender a gerir melhor o seu negócio.

Prejuízos

Na via pública, também são vendidas garrafas plásticas grandes, de um litro e meio, de água mineral. O vendedor Mateus Adão, de 29 anos, optou por este tipo de embalagem para lucrar mais do que 230 kwanzas que Paulo e Matias obtém com a venda de cada caixa de pequenas garrafas plásticas de água mineral.

Ele ganha mil kwanzas, porque adquire a caixa de garrafas grandes a 800 kwanzas e vende cada uma a 150 kwanzas.

Mas, ao contrário de Paulo e Matias, tem despesas com a transportação da mercadoria, pelos conhecidos "roboteiros" ou "trabalhadores", do local de aquisição (em armazéns no bairro Neves Bendinha) até as câmaras frigoríficas junto ao Mercado dos Congolenses, onde a água é posta a congelar ao custo variável entre 250 a 300 kwanzas, em tempo de calor.

Este serviço, na época de cacimbo pode custar 100 ou 200 kwanzas.

Mateus utiliza também os serviços dos "trabalhadores" para carregar as garrafas de água para o seu ponto de venda, na FTU, à berma da estrada principal.

Os preços de transportação variam de 50 a 150 kwanzas por cada caixa, podendo custar mais caro se, por acidente, durante o percurso, houver uma queda que provoque a danificação da mercadoria. Outros prejuízos, segundo Mateus, ocorrem quando as garrafas rebentam ou desaparecem das câmaras frigoríficas e os proprietários ou gerentes não se responsabilizam por isso.

Apesar de todos esses constrangimentos, Mateus prefere vender água mineral, que voltar a trabalhar como segurança. Naquele antigo emprego, recebia, com muitos atrasos, 150 dólares. Conta que a mulher, doméstica, e os filhos, (um de cinco e outro de dois anos) dependem unicamente do negócio dele para sobreviver.

Os gastos com alimentação, roupa e pagamento de uma renda mensal de dois mil kwanzas são a sua prioridade.

Água em sacos plásticos

Rosa Benedita Afonso, 17 anos, também vende água, mas não mineral. Ela põe quase meio litro de água em sacos plásticos pequenos e transparentes, amarra-os e coloca-os num balde de 20 litros com gelo. Rosa vende-os, na paragem de candongueiros junto à bomba de combustível do 1 a de Maio, cada saquinho com água fresca a la kwanzas.

A água que dá a beber aos clientes tira da torneira de sua casa. A vendedora diz ter perdido o hábito de desinfetar a com gotas de lixívia, depois de se aperceber, pelo cheiro e paladar, que o líquido já é tratado a partir do centro de distribuição da EP AL (Empresa de Agua de Luanda).

As vezes, o gelo que utiliza é feita em casa quando falta por vários motivos, compra a 100 kwanzas o balde de cinco litros, em residências no bairro da Vila-Alice, onde mora.

Geralmente necessita de oito sacos de gelo, dos quais três coloca no balde com sacos de água e os demais num outro balde, com latas de gasosa e de cerveja. Também vende estes dois produtos.

O negócio de água fresca rende na época de cacimbo 250 a 300 kwanzas por dia, correspondente a 25 e 30 sacos respectivamente. Durante o tempo de calor os lucros são quase a dobrar.

A venda de refrigerantes dá a Rosa um lucro 350 kwanzas e de cerveja, 300. Ela frequenta, no período da manhã, o 2º ano do curso de Química Ambiental, no Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL), por isso põe de lado o negócio de água fresca durante o ano lectivo.

No período de tarde fica ocupada com as tarefas domésticas. A partir das 18 horas, Rosa vende refrigerantes, na paragem de candongueiros, junto à Escola Nzinga Mbandi até às 21 horas e 30 minutos, uma actividade que desenvolve há oito anos. Depois dessa hora, faz as tarefas de escola e revê as matérias.

Apesar de não gostar do curso que frequenta e ter pouco tempo para aplicar-se aos estudos, diz ser boa aluna a quase todas as cadeiras e razoável à matemática. As vezes pedem ao irmão mais velho, de 25 anos, que estuda na Faculdade de Ciências da Universidade

Agostinho Neto, para lhe dar explicações.

Ela gostaria de fazer o curso de Bioquímica. Rosa é órfã de pai, há dois anos, e de mãe há nove. Actualmente vive com a madrasta (que faz almoço e vende em casa), e os irmãos. É a quinta de seis irmãos.

O dinheiro que ganha, tanto do negócio de água fresca, quanto "de refrigerantes e cerveja, Rosa gasta com a compra de fascículos, folhas de prova, roupa e cartão de recarga para o seu telemóvel e algumas vezes também para a sua irmã mais nova de 16 anos.

Autenticidade do produto

Os vendedores de água mineral garantem não ter mecanismos para selagem de garrafas depois de abertas. Eles respondem desta forma a acusação feita por clientes e não só, de que fazem recolha de garrafas usadas para enchimento com água não mineral, selam e vendem, como se tratasse de um produto autêntico.

"Nós não fazemos isso. Os selos de cada marca de água mineral são, diferentes. Uns são muito frágeis e outros não", disse Mateus Adão referindo, além disso, que este tipo de atitude prejudicaria o negócio e a imagem deles perante o público.

Ticha dos Santos, Ana Maria Francisco e Miguel Sousa suspeitam que a água vendida na rua seja não mineral, mas já compraram algumas vezes. Ticha ainda recorre aos vendedores de rua, quando tem muita sede e não está próxima de um estabelecimento comercial, onde a garrafa pequena custa 100 kwanzas. "Na rua é mais barato. Compro geralmente a 50 kwanzas", disse.

Ana Maria Francisco já comprou a este preço; como também a f 00 kwanzas. "Acho que depende da marca da água, mas não é pelo preço que recorri muitas aos vendedores de rua. Eles estão em todo lado, por isso torna-se mais prático comprar a eles".

Manuel Sousa disse que passou mal uma vez, logo após ter bebido água comprada na rua. Acredita que o seu mal-estar pode não ter sido causado pela água, mas preferiu, a partir daquela data, deixar de comprar água na rua, sobretudo por não saber a sua proveniência. "Eles dizem que compram em armazéns no São Paulo e no Hoji-ya-Henda, mas pode não ser verdade".

08.9.8 Os prós e contras da Kixikila, prática cultural que desafia a banca angolana

Jornal de Economia e Finanças 19 De Setembro de 2008

António Francisco Alexandre, jovem trabalhador de uma empresa de segurança privada, encontrava-se no seu posto de trabalho na zona dos grandes armazéns, na Avenida dos Combatentes, próximo de uma agência do Banco Africano de Investimentos (BAI). Vestindo impecavelmente uma farda verde e castanha, com

boina e botas a condizerem, fazia-nos recordar um soldado das TGFA, célebre tropa do exército angolano que a muitos deixou saudades pelo rigor do uniforme e prontidão na intervenção.

António não fica constrangido ao admitir sobrevive praticante da kixikila, uma espécie de "empréstimo entre amigos", pois o seu salário não lhe oferece outra alternativa. "Se eu estiver a ganhar Kz 15 mil e precisar fazer compras no valor de Kz 30 mil, tenho de me juntar a outros colegas para me darem 10 ou 15 mil dos seus salários. Nos meses seguintes, é a minha vez".

De forma didáctica, o vigilante António explica os conceitos mais simples da kixikila, palavra que, no idioma nacional, significa "ajuda" e que hoje se implantou como uma prática cultural entre o povo angolano que desafia os planeamentos de crédito da rede bancária (veja mais detalhes na página ao lado). Essa "ajuda" consiste num acordo de cavaleiro entre duas ou mais pessoas onde se estabelece um período de rotação de uma quantia monetária. O propósito é acumular dinheiro rápido para se comprar um bem de consumo (viaturas, principalmente, casas e mobiliário) e o desafio maior é fazer os outros retribuírem, nos meses seguintes, o mesmo valor colocado na "poupança" informal.

Domingas José João é kinguilas e diz fazer kixikila diária com outras 10 colegas de acordo com o lucro do dia (em média mil Kwanzas). "Faço kixikila para aumentar mais o dinheiro do negócio. Como eu não conheço nenhum programa de crédito virado para particulares como eu, conto com a sinceridade das colegas com quem trabalho".

Conceição José, vendedor ambulante, diz que a kixikila depende do salário que vence cada trabalhador ou mesmo do negócio de cada pessoa. "Pessoalmente, faço kixikila com mais dois colegas, num valor que é metade do salário". Segundo afirma, tudo é feito na base do entendimento, pois há causas que obrigam muitas vezes um dos colegas a não cumprir com a obrigação. Nesses casos, há que entender e esperar, sustenta antes de acrescentar que os bancos demoram muito a atender os pedidos de crédito e, no seu caso pessoal, tem um pedido num dos bancos há bastante tempo.

Tal como Conceição José, outros entrevistados coincidem nas suas opiniões e aparentam ter as mesmas dificuldades. Convergem no facto de que a kixikila é para possibilitar a compra de artigos valiosos, o que não podem fazê-lo com um único salário ínfimo.

No meio de tudo isso, o que se coloca a estes populares é sobretudo o risco que correm em caso de doença, morte ou mesmo incumprimento de um deles, ao que estes dizem confiar cegamente. "A kixikila é um risco mas nós temos confiança uns aos outros e sempre acreditamos que não haverá problemas nenhuns", diz Conceição José.

"Somos seis pessoas e, nos cinco meses a seguir, quem recebe primeiro tem que saber economizar até voltar a receber".

Prática vista como crime

A kixiquila é muito comum nos dias de hoje e não é feita só por trabalhadores de empresas privadas. Há já um grande número de funcionários públicos a aderirem à prática. Um dos nossos entrevistados, que preferiu o anonimato, confessa que a sua kixiquila vai até 12 elementos. O negócio possibilitou-lhe comprar a sua viatura (USD 7 mil) num prazo que não seria possível se tivesse de juntar o próprio salário. "É um risco necessário, até porque os bancos para darem o empréstimo fazem muitas exigências".

Esta prática, embora se constitua num crime contra as actividades económicas, generaliza-se e recebe cada vez novos aderentes, facto que preocupa as instituições financeiras, desafiando-as a ajustarem os padrões de funcionamento e adoptarem novas políticas de crédito.

Uma outra questão que chama a atenção é o facto de, mesmo assim, haver ainda aquelas pessoas que não praticam esta actividade por acharem muito arriscada, até porque "hoje não dá para se confiar totalmente em alguém". Os que resistem a esta prática aguardam que os bancos façam alguma coisa, mas, enquanto não se facilitarem os acessos aos créditos, dizem que continuarão a gerir os seus poucos recursos.

Entre os populares, as histórias de pessoas bem sucedidas com a kixiquila são várias, mas também há os que se deram mal por vigarice de uns e morte de outros. Muitos ficaram tão transtornados e revoltados que já nem querem ouvir alguém a falar disso.

08.9.9 Venda ilegal de medicamentos cresce em Luanda

Jornal de Angola 23 De Setembro de 2008

Augusto João, 23 anos, é natural da província do Bengo. Tem a oitava classe e é vendedor do maior mercado de medicamentos de Luanda, vulgo Kwanzas. Ao ver-nos a chegar, Augusto João fez transparecer a sua satisfação, pensando que éramos clientes. "Aqui tem tudo, amiga. Você já é minha cliente, qual é o comprimido que quer?", dizia ele, na ânsia de fazer "dicomba".

Ibuprofem, salbutamol, aspirina, paracetamol, diclofenac, cloroquina, nolotil, domperidona, aurorix, refofix, sibelium, vortinil, cirproterona, eram, entre outras, as inscrições patentes nos rótulos dos medicamentos que comercializava e protegia com uma sombrinha, para não estarem expostos ao sol. Augusto Manuel sai, todos os dias, da sua casa no município de Viana às 6 horas da manhã. Comercializa medicamentos há dois anos, e nunca foi interpelado por um fiscal. "Eu já venho a vender há mais de um

ano. Aqui sempre foi o meu lugar".

O vendedor nada sabe sobre a venda ilegal de medicamentos.: "Nunca ninguém nos disse que – vender medicamento na rua ou no mercado é proibido. Os polícias passam e não nos dizem nada, até – nos cumprimentam. Vender medicamentos é o nosso trabalho mas se nos tirarem daqui e nos proibirem de vender medicamentos, vão ter que arranjar outro emprego para nós, porque daqui sai a nossa sobrevivência".

Manuel Elias é da província do Uíje. Tem 18 anos e interrompeu os seus estudos na 8ª classe devido à guerra. Também é vendedor de medicamentos no mercado dos Kwanzas. É companheiro de fila de Augusto João. Juntos acorrem ao interior do mercado para comprar medicamentos para vender, avulso, aos populares.

Para ele, vender medicamentos na rua é mais barato do que outro produto qualquer. "As pessoas estão, sempre doentes e mesmo quando não estão, preocupam-se sempre em comprar os medicamentos".

O mercado dos Kwanzas é tido como o maior mercado de medicamentos do país, porque, até aonde apuramos, vendedores de outros mercados, e zungueiras, também acorrem a essa praça, com o objectivo de comprar o produto a grosso e revender a retalho.

Quem prova isto é Gabriel de Sousa, vendedor ambulante de 25 anos. Vive no bairro da Petrangol com um irmão. Vende medicamentos na rua há 6 meses. Começou na praça dos Congolese.

"A maior parte dos vendedores de medicamentos acorre aos Kwanzas, onde compramos a grosso e vendemos a retalho, nos mercados ou na zunga".

Gabriel está consciente de que a venda de medicamentos na rua é proibida, mas considera que é de lá onde sai o seu sustento e do seu irmão. "Eu só vendo aqueles medicamentos que conheço. Faço, por dia, entre cinco mil a sete mil Kwanzas, dependendo da área".

Gabriel começa a venda a partir do Banco Nacional. Sempre soube que a venda de medicamentos na rua é ilegal. "Na zona da Mutamba vendo sob pressão da fiscalização. Mas esta é a única maneira de subsistência que encontrei. Tenho um irmão sob minha responsabilidade", justificou-se.

Abortivos vendidos às "escondidas"

Medicamentos usados por algumas mulheres para provocar aborto são vendidos às escondidas. O valor de cada comprimido é de trezentos Kwanzas. Segundo um dos vendedores, que não quis ser identificado, várias são as jovens que procuram por este contraceptivo, com a desculpa de terem problemas estomacais. "Eu atendo muitas mulheres,

principalmente jovens, que vêm à minha bancada comprar este medicamento. Muitas dizem que é para dor de estômago. Nós costumamos explicar como deve ser usado, já que, na sua maioria, elas não sabem como utilizá-los".

Um outro vendedor explicou à nossa reportagem que existem dois tipos de cytotec: o português e o francês. Acrescentou que está proibida a venda, sem receita médica, do cytotec de fabricação portuguesa, "mas eu vendo mesmo assim, sem receita, porque tem muita adesão dos clientes. Nós vendemos uma tableta com sete comprimidos no valor de mil e quinhentos Kwanzas, o que é mais caro em relação aos outros medicamentos, que também servem para provocar aborto".

Outros medicamentos, cuja venda é proibida fora das farmácias, estão a ser vendidos clandestinamente, ou nem tanto, no mercado dos Kwanzas, com destaque para os soros, ampolas, algodão, ampicilinas, supositórios, e até material utilizado em cirurgias. Os mesmos são provenientes de países, ou pelo menos é o consta dos rótulos, como França, Portugal, Brasil, Holanda, China, Uruguai, Congo Democrático, entre outros.

Por outro lado, segundo apurámos, algumas farmácias do centro da cidade adquirem medicamentos naquele mercado informal, como o paracetamol, aspirina, bisolvon, anti-gripes, canesten e cytotec. Segundo um dos fornecedores dos Kwanzas, que recusou ser identificado, "as farmácias da Baixa compram aqui por fazermos preços mais baixos".

"Há medicamentos que as farmácias não possuem, logo, têm de vir ao mercado onde existe a maior diversidade de medicamentos. Aqui, quase todos os proprietários de farmácias levam o produto a grosso, porque lhes fica mais barato", revelou, descontradadamente.

Durante a reportagem auscultámos vários vendedores que reiteraram que muitos dos medicamentos vendidos nas farmácias saem do mercado dos Kwanzas. Essas fontes, com medo de perder os seus habituais clientes, não quiseram divulgar o nome dessas farmácias.

08.9.10 Preço do pescado «Dispara» no mercado do Kwanza-Sul

Cruzeiro do Sul 24 De Setembro de 2008

O peixe, que é dos produtos mais procurados no mercado do Sumbe, está mais caro. Para algumas das espécies está duas vezes mais caro. O quilo de garoupa que ainda há tempo era comercializado a 300 kwanzas vende-se hoje a 750, 800 kwanzas. O mesmo acontecendo com o Pungo cujo quilo anda acima dos

500 kwanzas. Todas as espécies registaram subidas, até mesmo os caxuxos que se vendiam a pouco mais de 500 kwanzas, o monte de dez, e agora faz-se a 1000 kwanzas Bruno de Sousa, responsável da peixaria e fábrica de gelo Brumila, disse que a procura do pescado é maior e, como resultado, o preço tem-se alterado consideravelmente. "A fraca captura está a penalizar a população e também os pescadores. Para estes, que vivem do mar, tudo desapareceu: a pesca da malhagem, pesca à linha e a industrial, desapareceu tudo porque a lua também a afugenta o peixe para mais longe", explicou Bruno de Sousa.

Para o nosso interlocutor, a carência de pescado nos mares do Kwanza-Sul tem estimulando os revendedores deste produto a optarem para outras províncias como Benguela, Luanda e até mesmo o Namibe. "Tenho-me deslocado sempre à província do Namibe para comprar o peixe e revender no Sumbe: Opto pelo Namibe porque aos meus clientes não pode faltar peixe. Para além de peixe, também vendemos caranguejo e outros frutos do mar e o Namibe oferece tudo isso".

Aquele responsável da peixaria Brumila disse não estar muito preocupado com o lucro mas, sobretudo, com a dieta de populares que vive dos seus serviços. Bruno de Sousa aconselhou o governo a investir de modo sério no sector pesqueiro no sentido de se banir a carência que sem tem vindo a registar nos últimos dias.

Carlos Savento, também revende dor de peixe disse que não consegue vender ao preço da compra porque, desse modo, não ganharia nada. Não lhe resta então outra alternativa senão revender a um preço alto para que possa ganhar com o negócio da revenda de peixe. Adilson Júlio, 37 anos, pescador de profissão, foi também ouvido pelo CS. Considerou que se vive um momento difícil para a vida da população que vive do mar. "Nós estamos preocupados porque as nossas casas já não têm nada para comer. Vamos para o mar e regressamos à terra sem qualquer coisa para dar aos filhos Ficamos ainda mais isolados quando os nossos clientes reclamam"lamentou Adilson Júlio que, apesar de tudo, garantiu que vai continuar a embarcar todos os dias porque o mar" é uma caixinha de surpresa. Quem vai para lá, não sabe se vai ou não trazer peixe".

Fernando Ângelo, 50 anos 10 dos quais dedicado a pesca, disse caso o governo não realizar as festas do mar o peixe vai continuar escasso, só com a realização deste ritual a captura ficara facilitada, «Nós cá na costa estamos a rasca Imagino os que vão para o alto mar, das tentativas que temos vindo a fazer é com a malha mais os navios arrastam as nossas redes e ficamos penalizados.» disse Fernando Ângelo, afirma que as embarcações entregues pelo governo poderiam reduzir o défice de pescado que se sente a esta altura, mas os membros das cooperativas não têm sabido dar resposta à procura.

Armando Serviço, chefe de fiscalização da direcção

provincial das Pescas, disse que a escassez do pescado tem muito a ver com a pausa biológica. "Nessa altura, nenhum navio pode capturar peixe até o fim da pausa, que esta aprazada para um de Outubro. Todas as empresas pesqueiras estão a respeitar esta pausa" – assegurou.

Serviço salientou ainda que os pescadores que forem encontrados a capturar o peixe de tamanho inferior ao fixado pelo Ministério das Pescas serão punidos. Ninguém poderá alegar desconhecimento, já que eles são responsáveis e sabem que o peixe pode ou não ser capturado.

08.9.11 Crédito beneficia mais de quinhentos jovens no Bié

Jornal de Angola 24 De Setembro de 2008

Cerca de quinhentos e cinquenta jovens congregados em quarenta associações, no Kuito, beneficiaram do programa "Crédito Jovem", Criado com o objectivo de melhorar as condições sociais da juventude, afirmou o director provincial da Juventude e Desportos do Bié, Carlos da Silva.

Duzentos mil dólares é o valor disponibilizado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPG) para os projectos aprovados dos sectores da Agricultura e Económico-Social.

A existência do programa "Angola Jovem", do Ministério da Juventude e Desportos, visa a inserção social, económica, política e cultural da juventude, por isso, no quadro deste programa foram identificados vários jovens que exercem actividades informais.

Carlos da Silva sublinhou que desde o início do projecto até ao momento as associações juvenis submeteram propostas à direcção da Juventude e Desportos que, através de uma comissão constituída por quadros do sector, técnicos do BPC e do Conselho Provincial da Juventude, procederam a avaliação dos projectos, vinte dos quais foram apurados.

De acordo com aquele responsável, os vinte projectos apresentados e apurados foram entregues e financiados pelo principal parceiro deste programa que é o BPC e, até ao momento, os jovens têm sabido aproveitar os recursos que lhes foram disponibilizados.

"Os jovens que beneficiaram do crédito estão a desenvolver várias actividades comerciais. Até ao momento, setenta jovens que se encontravam desempregados encontraram emprego. Muitos melhoraram a sua vida social, preparando assim o seu futuro através dos fundos deste projecto", referiu.

Dentro do programa "Angola Jovem", segundo disse, têm sido proporcionados meios técnicos com alguma qualidade e capacidade técnica para reforçar as habili-

dades de actuação dos jovens, "como os lavadores de carros e vendedores ambulantes".

O director provincial da Juventude e Desportos adiantou que até ao momento os beneficiários têm cumprido com o sistema de reembolso de forma pontual, o que tem permitido o procedimento de alguns reajustes por parte do BPC ao seu plano de acção e perspectivar novos beneficiários, já que se trata de um sistema contínuo.

O responsável aclarou que existem projectos do género nos municípios do Chitembo, Kunhinga, Katabola e Andulo, onde alguns já "foram financiados, garantindo que na segunda fase do projecto os jovens de todos os municípios estarão integrados.

A criação da massificação do associativismo juvenil é um outro programa em curso da direcção da Juventude e Desportos que tem permitido a organização de jovens no sentido de congregarem associações para poderem propor determinadas soluções dos seus problemas ao Governo.

Por isso, com a implementação deste programa de massificação do associativismo juvenil, ao nível da província estão criadas cinquenta e sete associações. Recorde-se que o programa "Crédito Jovem", criado recentemente pelo Governo, esta a ser implementado em todo país.

08.9.12 Zungueiras adoptam nova forma de vender

Semanário Factual 26 De Setembro de 2008

Tal prática, segundo explicou ao Factual uma "zungueira", de nome Kubindama Kudia Kua Ngongo, "é fruto dos constrangimentos vividos no dia-a-dia na "zunga", quando somos confrontadas com a presença dos fiscais das administrações municipais" que nunca nos deixam em paz".

Outro motivo é evitar muito desgaste físico e mental e a perda de dinheiro como acontecia anteriormente quando fugiam dos fiscais ou da polícia.

Para a "zungueira, "não ganhamos quase nada mas temos paz; na zunga ganha-se mais e quando o negócio é levado pelos fiscais ali sentimos a necessidade de ver Luanda ao avesso".

"Senhor jornalista, a "zunga" consome as nossas energias físicas, emocionais e espirituais", elucidou Kubindama Ngongo, que divide o seu dia entre o prédio do livro da Maianga e as redondezas do Largo da Mutamba.

Segundo enfatizou, os produtos comercializados na "zunga" não diferem dos da Kakitanda kia Kinda (termo em língua nacional kimbundo, que significa

"pracinha" em português.

De tudo as zungueiras vendem: repolho, alface, salsa, couve, alho, tomate, cebola, e os preços por monte ou unidade variam entre 100,200 e 500 Kwanzas.

Os tubérculos e as frutas constam no segundo plano. Um monte de batata rena ou doce custa 200 Kwanzas, enquanto uma banana-pão ou de mesa pode ser adquirida, respectivamente, ao preço de 50 ou 100 Kwanzas. Um monte de quatro laranjas, tangerinas ou limões, equivalem entre 250 e 300 Kwanzas.

O pão superabunda mas a sua aquisição pode variar entre os 25 e os 30 Kwanzas. No musseque, um pão é comprado na porta do vizinho com recheio ou simples, e na baixa é adquirido na "pracinha", dividido em duas metades (recheado) com "cachorro frio", isca ou laminado de chouriço, fiambre, no valor de 50 ou de 100 Kwanzas.

O peixe seco, o feijão, o inhame (vulgo batata branca ou castanha), o azeite de palma, a carne seca, a mandioca, a farinha musseque ou fina, entre outros produtos preferidos pelos luandenses aos finais de semana para os preparativos do muzongué e do calúlú, custam mais ao bolso do cidadão. Se não se tiver quinhentos ou mil Kwanzas não é possível uma refeição requintada.

E o pior é que "as zungueiras" trabalham despreocupadas sob o olhar impávido da polícia ou dos fiscais que permitem a venda de produtos, muitos dos quais perecíveis, em tudo quanto é canto.

Se por um lado o trabalho das "zungueiras" antes andantes e hoje sedentárias facilita o trabalho das donas de casa, por outro causa embaraços aos transeuntes e aos próprios moradores pelo aglomerar de vendedoras e de produtos "de qualquer maneira".

A SOLIDARIEDADE DA CLIENTELA

Os clientes da "pracinha" consideram que este tipo de negócio é bem vindo na medida em que as senhoras que o praticam cuidam, ao longo do dia, da higiene dos locais onde se instalam, poupa o bolso do cliente e evita os transtornos com os engarrafamentos rodoviários que se verificam em Luanda.

Para a cidadã Maria da Fonseca Godinho, "com o pouco que se ganha, se tiver de me deslocar ligar à cidade por táxi, pouco ou nada resta para fazer uma despesa em condições".

"Você já imaginou ligar a baixa de Luanda com o mercado do São Paulo carregado de compras e sem táxi à vista?", questionou Maria Godinho, em jeito de remate.

Questionada sobre os produtos alimentares como açúcar, óleo alimentar, arroz, sabão, entre outros, ela explica que a sua aquisição é feita normalmente em sacos ou caixas.

"Não vemos o motivo de correr com as senhoras porque poupam tempo à nossa acção social no seio da família e corremos menos riscos de assaltos dos meliantes, o prato nosso de cada dia", referiu ainda Maria Godinho.

08.9.13 Administração quer acabar com mercados de rua no Golfe

Jornal de Angola 26 De Setembro de 2008

Os mercados de rua que proliferam na comuna do Golfe, município do Kilamba Xiapi, estão com os dias contados, advertiu ontem, em Luanda, o administrador local, Pascoal Fortunato Paulo.

Em declarações prestadas à ANGOP, o responsável avisou que nos próximos dias a sua instituição, em colaboração com a V Divisão de Polícia, vai desencorajar as pessoas a venderem na rua, "porque essa prática contribui para uma imagem negativa da circunscrição". Pascoal Fortunato fez saber que os vendedores de rua já foram admoestados, adiantando que a essas pessoas foram indicados espaços para comercializarem os seus produtos, nomeadamente nos mercados do Quintalão do Petro, situado na comuna do Golfe II, e no dos Correios, mas ainda assim, preferem vender na rua.

Essa prática é mais visível no chamado Largo do Avô Kumbi em toda a sua extensão, até ao Mercado dos Correios. Também é verificável na rua defronte ao Hospital do Golfe, na rua Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", até ao Golfe II, entre outras vias.

08.9.14 "Mercado do sábado" é a melhor opção para comprar produtos do campo

O Independente 27 De Setembro de 2008

De segunda a sexta-feira a vida destas pessoas é feita no campo, cultivando a terra e valorizando a enxada, tal como o estudante o faz com a lapiseira. Chegando o dia de sábado, os agricultores mostram as suas capacidades e o quanto podem fazer se continuarem a ter apoios por parte de quem de direito. Vários são os produtos comercializados neste mercado, que depois chegam aos outros como os do Kikolo, Roque Santeiro, dos Kwanzas e até do Panguila.

Teresa António, vendedora do mercado há mais de cinco anos, sente-se satisfeita pelo trabalho que faz. "É para aqui que conseguimos evacuar os produtos das lavras. Já temos clientes que compram a grosso para irem revender.

Esperamos que tudo corra bem para que, neste ano agrícola, possamos colher mais toneladas", explica a vendedora.

A anciã, de 68 anos de idade, quarenta dos quais dedicados ao campo, reconhece que a actividade desenvolvida, nos últimos tempos, tem vindo a melhorar, fruto da atenção prestada ao ramo pelo Governo. "As dificuldades, na sua maioria, já fazem parte do passado.

Hoje já é possível sustentar a família com mais facilidade. Os nossos produtos são aceites e bem vendidos neste mercado. Mostramos a qualidade que vem da nossa terra", gaba-se.

Cinco mil clientes por semana

Durante o dia, mais de cinco mil pessoas correm ao Mercado do Sábado, com o fim de comprarem produtos como a banana, batata rena e doce, repolho, couve, entre outros, a custo baixo em relação aos outros mercados.

Para Carlos Moisés, o mercado é uma mais valia para os munícipes de Cacucaco e também para todos que procuram produtos do campo a preços justos. "Aqui compro tudo que necessito para a satisfação da minha família, que muito gosta de verduras", revela.

Fausta Morais, que trabalha no município da Ingombota e reside em Cacucaco, explica que não tem tempo para fazer as compras para a casa. Mas tem o sábado reservado para este mercado, porque consegue adquirir os bens que necessita a um preço muito inferior ao dos outros mercados.

Margarida Mbuta, carregando o filho de um ano às costas, chega todos os sábados às seis horas e trinta minutos ao mercado, para comprar tudo quanto necessita para ir revender no mercado Roque Santeiro. "Este é o meu trabalho, comecei com dois mil kwanzas. Continuo a vir aqui porque os preços são acessíveis e dá para revender e tirar lucros".

Verduras atraem chineses

O Mercado do Sábado é também um dos lugares mais concorridos pelos chineses para comprarem aquilo de que mais gostam: as verduras.

A procura é muita e a oferta ainda satisfaz a demanda. "Posso dizer que esta é uma feira de verduras. Só se vende aos sábados, mas neste único dia é visitada por mais de cinco mil pessoas, que levam consigo as melhores coisas existentes.

Como tudo é bom, então os clientes levam mesmo tudo quanto os agricultores apresentam", reconhece Mateus Pedro, motorista do carro que transportava os chineses.

O mercado é devidamente organizado por filas de produtos, onde não são visíveis as tendas e barracas que temos visto nos outros mercados. O nome Praça (ou Mercado) do Sábado surge por funcionar somente neste dia.

A fiscalização também mora aqui.

Os mais de dez fiscais que lá trabalham procuram manter a ordem e o local limpo. Para o êxito das vendas os vendedores pagam uma taxa todos os sábados. A maior preocupação dos vendedores é que o mercado possa vir a abrir nos dias normais.

A exemplo deste mercado, que comercializa na sua maioria produtos agrícolas, há o mercado do Catintom, localizado no município da Maianga.

08.9.15 Especulação e anarquia marcam o comércio em Luanda

Agora 27 De Setembro de 2008

Com os produtos básicos a atingirem o maior aumento de preços do ano, grossistas e agentes retalhistas, não desarmam e garantem que o factor da subida dos preços são a crise financeira internacional e as taxas aduaneiras angolanas sobre a classe de alimentos, resultando desta forma a redução do poder de compra dos consumidores.

Numa ronda efectuada pelo AGORA aos principais armazéns de Luanda deu para constatar que o quadro está longe de se alterar caso as autoridades não definam políticas concretas que possam inverter a situação.

Todavia, os agentes grossistas e fornecedores referem insistentemente que situações adversas à sua actividade concorrem para a especulação dos preços nos armazéns e mercados apontam o agravamento das taxas sobre os produtos importados e comercializados no país.

Os grupos Arosfram, Emaxicom, Atlas Group, Cabire e Inter Inalca, são especializados na importação de produtos alimentares básicos como o arroz, massa, feijão, óleo vegetal, farinha de milho, carnes, ovos e outros, registaram ruptura nos seus stocks com o aumento da procura de alimentos mesmo com os preços alterados em relação ao mês de Julho.

Dionísio Armando, da Arosfram; mostrou-se preocupado com as barreiras impostas pela nova pauta aduaneira mesmo com a isenção aplicada aos produtos alimentares, uma forma de compensar o défice de produção alimentar que o país apresenta. O interlocutor lembrou, no entanto, que "Angola é um importador líquido de produtos alimentares".

Avançou também que a isenção de taxas dos produtos alimentares que a nova pauta aduaneira contempla, está ligada ao plano do Governo de assegurar a logística da rede de supermercados Nosso Super, único que comercializa a cesta básica no país. Mas, segundo ele, este pressuposto poderá afectar a vida económica de muitas famílias "que não conseguem comprar a cesta básica do Nosso Super, porque está acima do salário mínimo da função pública, enquanto que os preços nos armazéns grossistas até Julho, os cidadãos conseguiam

comprar muitos bens alimentares a grosso".

Embora o saco de 25 quilogramas de arroz, que até em Julho último custava 2.500 kwanzas, esteja a ser vendido actualmente a 4.000 kwanzas e a caixa de coxas de frango e entrecosto, na Inter Inalca e nos armazéns grossistas do mercado dos Congolenses os consumidores pagarem 3.950 e 4.560 kwanzas respectivamente, o quadro é o mesmo na Atlas Group, e Cabire. Os preços foram alterados e os consumidores e retalhistas estão preocupados.

João Mande, que se dedica ao comércio precário na rua das pedrinhas no bairro da Terra Nova, disse que não consegue abastecer a sua cantina como fazia há três meses. "Temos que desembolsar avultados valores para a aquisição de bens alimentares para retalhar, mas em termos de lucros não se pode esperar muito, porque as pessoas não acorrem aos nossos estabelecimentos alegando que os preços estão altos", disse.

Xavier Nkuzica estivador da Emaxicom na Vila Alice, revelou que a procura baixou consideravelmente. "Para nós também ficou complicado. Já não se consegue levar dinheiro para casa como antes. Não há gente que procura os nossos serviços, por isso, até os estivadores diminuíram", lamentou.

O operador de cargas da Emaxicom, Fiel Castanheira reconheceu que a produção interna não consegue satisfazer a procura e, em função da procura que acaba por ser maior, os negociantes aproveitam para especular.

"Estamos com um défice de produção interna elevado. Grande parte de cereais e outros bens materiais comercializados em Angola é importada. E nos últimos meses o Governo adoptou a política de priorizar o material de construção protelando para o segundo plano a descarga de navios com produtos alimentares. Esta situação criou uma crise nos stocks dos armazéns grossistas que servem de fornecedores dos pequenos comerciantes", disse.

Hernâni Mafuta, 45 anos, há mais de 15 anos como retalhista, na zona do Cacucaco, disse que teve que mudar de preferência de produtos a comercializar, para assegurar a sua actividade.

Vendia todo o tipo de produtos alimentares, mas foi obrigado, pelas circunstâncias de momento, a vender perecíveis e cereais, porque, justificou, "tenho bons lucros nas vendas". Tendo referido também que por cada caixa de massa, actualmente o consumidor paga 2.400 kwanzas, contra os 1000 kwanzas anteriores. Maria Cassanje, 40 anos, que se dedica a venda de refeições no centro da cidade, disse que com a alta dos preços dos produtos, o número de clientes no seu refeitório diminuiu, visto que teve de aumentar o preço das refeições, porque o seu mercado de aquisição é o informal.

"Tivemos que alterar a tabela de preços dos pratos que servimos diariamente, e como consequência, os clientes diminuíram consideravelmente", sublinhou, acrescentando que o mercado paralelo tem sido o recurso, "mas não se trata da escolha mais certa". Aconselha, porém, que não é certo recorrer ao mercado paralelo. "A praça do Rocha Pinto tem sido o nosso recurso onde diariamente compramos as verduras e o feijão, mas lamento que não é o melhor lugar em termos higiénicos".

Luzia Mateus, vendedora ambulante de leite na rua Lino Amezaga, explicou que muitos agentes comerciais, sobretudo dos produtos lacticínios, perecíveis (frescos) e cereais em alguns armazéns alteraram os preços, "por isso, estamos a vender a lata de leite nido a 1700 kwanzas".

E Mónica Cassule Nanga, proprietária de uma cantina, lembrou que o período das eleições foi o factor fundamental para que o comércio registasse esse desequilíbrio dos preços.

De acordo com esta comerciante, muitos estrangeiros e proprietários de grandes armazéns, deixaram o país antes das eleições e esta situação contribuiu para que os preços subissem. Criticando o olhar silencioso das autoridades que não conseguem punir os especuladores, refere que caso a situação se prolongue terá de fechar a cantina e fazer outro negócio.

"Terei de pensar em fazer outro negócio porque não sei fazer outra coisa. Com as vendas estou a formar os meus filhos, por isso, vou lutar para garantir-lhes o suficiente para que não virem marginais", sublinhou.

Muitos vendedores que encontramos na entrada dos armazéns, acreditam que as coisas estão a piorar cada vez mais. A vontade de ver uma mudança da actuação do Estado no sector do comércio no sentido de se equilibrar os preços no mercado é maior, "mas não conseguimos fazer nada porque ninguém nos ouve". "O que estamos a assistir nos últimos dois meses é um roubo claro, infelizmente ninguém diz nada", lamenta Catarina Tyikusso.

Apesar do aumento da especulação que se gerou em todo o país, os mercados informais continuam a ser o refúgio para muitas famílias em Luanda, porque, segundo dizem, não conseguem fazer compras a grosso nos armazéns como anteriormente.

"Não há dinheiro para assegurar as compras semanais e mensais que fazíamos. A solução é a praça. Garantos que os armazéns perto dos mercados duplicaram a tabela de preços dos produtos e não há sinais para combater esta prática", lamentou Joaquina Dumbo.

Paralelamente à crise e à preocupação de muitos consumidores, a Direcção Nacional do Comércio Interno (DNCI) garantiu que serão sancionados todos os agentes que não cumprirem com os princípios

estabelecidos na Lei das actividades comerciais em vigor no país com outros órgãos de fiscalidade.

Em função desta situação, segundo a DNCI, já foram accionados mecanismos para inverter o quadro e levar os criminosos à Justiça, no sentido de se repor a legalidade no sector.

O director nacional do Comércio Interno, Gomes, Cardoso disse que não existem razões para o aumento dos preços dos produtos básicos. "O Governo, em parceria com o Entrepósito Aduaneiro de Angola, tratou de aprovisionar os produtos básicos e pô-los à disposição da população através da rede de supermercados retalhistas", afirmou, assegurando que foram mobilizados todos os comerciantes, grossistas, retalhistas e de prestação de serviços mercantis para a comercialização de produtos com regularidade e qualidade.

Os operadores comerciais, que optaram pela especulação de preços, estarão sujeitos a medidas punitivas e correctivas, pelos órgãos competentes de inspecção e fiscalização.

Gomes Cardoso assegurou que a rede comercial e de prestação de serviços mercantis em Angola está estimada em 44 mil e 387 estabelecimentos, por isso, o Governo não vai tolerar aqueles que usam métodos de exploração.

Avançou também que o comércio externo, registou, em todo o país, 11 mil e 399 operadores, dos quais dez mil 263 importadores, 411 exportadores e 925 agentes de comércio de representação.

Esses dados, segundo o responsável, são referentes ao novo licenciamento efectuado pela DNCI, em todo o território, desde 2000.

08.9.16 Mercados de grande dimensão no Huambo nos próximos meses

Jornal de Angola 27 De Setembro de 2008

Os vendedores do antigo mercado informal do São Pedro, actualmente conhecido por Alemanha, poderão ver as suas condições de trabalho completamente melhoradas nos próximos quatro meses com a implantação na província de um mercado de grande dimensão.

Semelhante acção está a decorrer na província vizinha do Bié, onde as obras do mercado com as mesmas características do primeiro se encontram ligeiramente adiantadas.

Numa visita de campo, efectuada pelo vice-ministro do Comércio ao Huambo, Manuel da Cruz Neto, com

intuito de inspecionar e constatar o andamento das obras, foi possível divisar, que os projectos, a julgar pela sua dimensão, decorrem a bom ritmo.

A entrega está prevista para daqui a quatro meses. O mercado comportará uma série de serviços de apoio diversificados e modernos, revolucionando e abrindo novas perspectivas no modo de fazer comércio.

O mercado que está a ser construído de raiz pela empreiteira chinesa SinoHydro espelha bem os apanálgios da modernidade, ao proporcionar quer ao vendedor quer ao comprador condições de comodidade.

Infra-estruturas desde serviços de apoio logístico, espaços para instalação de câmara de congelação e conservação, até à instalação de quatro fábricas de gelo em barra e quatro em cubo e depósitos de águas destinadas ao fabrico de gelo com sistemas aplicados de purificação, são os serviços, que num futuro breve, o mercado em construção porá à disposição dos seus utentes.

O mercado que ocupa uma área total de 29 mil metros quadrados, contará com peixarias, restaurantes, padarias, matadouro, parque infantil, creches, farmácia, centro médico, posto de segurança, área administrativa, bem como armazéns de apoio as cinco mil bancas do mercado.

Com estas acções, segundo Gomes Cardoso, o Governo pretende salvaguardar a qualidade dos produtos e fazer valer os direitos do consumidor, avançando a informação segundo a qual, mais cinco mercados de grande dimensão vão ser construídos. Além da construção de um total de 164 em todos os municípios do país até 2011.

Os mercados a serem construídos, além dos que já estão a ser construídos no Huambo e Bié, estarão distribuídos em três categorias, (pequena, média e grande dimensão) dependendo da densidade populacional de cada município.

Para o vice-governador da província do Huambo, Agostinho Ndjaka, a construção destes mercados de grande, média e pequena dimensão, representam uma enorme vantagem para a população, pois além de fomentar o emprego e imprimir melhorias no desempenho dos agentes económicos, permitirão igualmente que os comerciantes exerçam a sua actividade em condições higieno-sanitárias aceitáveis.

Contribuir para fomento da produção interna, assim como abrir oportunidades de emprego para uma franja considerável de jovens, representa, na visão do governante, políticas a ter em conta para combate à pobreza e o desemprego.

08.9.17 Penalizações de empreiteiras

Jornal de Angola 27 De Setembro de 2008

A notícia de que o Governo da Província de Luanda poderá sancionar algumas empresas de construção por não estarem a honrar os compromissos assumidos em contratos rubricados para dar outra imagem à nossa capital já devia ter sido tomada há mais tempo porque nós próprios, munícipes, ficamos muitas vezes sem saber o que, de facto, se passa com as obras.

Ainda por cima desconhecemos de quem é a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização de uma determinada empreitada cujo governo dispende milhares de dólares. Por exemplo, eu vivo na rua Rainha Ginga e há mais de cinco meses que os trabalhos de reabilitação da via não terminam.

A minha preocupação está nas quedas pluviométricas que poderão começar a cair e "estragar" todo um trabalho ou melhor esforço. Oxalá as que caíram o ano passado não se repitam porque senão será um desastre. Se as autoridades não pagam, surgem logo os comentários, o inverso, porém, não acontece. Por isso, é bem-vinda, esta medida do GPL e as que estarão na "lista negra" devem ser denunciadas e os seus contratos anulados.

Benvindo Surpresa/Coqueiros Iluminação e água na Nova Urbanização

De certa forma estou muito feliz pelas obras que estão a ser efectuadas na Nova Urbanização, Bairro "4 de Fevereiro", município do Cacucaco, sobretudo na terraplanagem e compactação dos solos para a construção e asfaltagem das ruas. Pude constatar isso mesmo quinta-feira quando ali me desloquei para acompanhar o estado de desenvolvimento das obras da minha futura casa.

No entanto, devo manifestar aqui a minha insatisfação por, até agora, ainda não dispormos de água canalizada e electricidade por razões até agora desconhecidas. As senhoras são obrigadas a utilizar o ferro a carvão para engomar e gerador para quem tem capacidade financeira de comprá-lo. São apenas estes comentários que gostaria de deixar aqui expressos.

08.9.18 Incómodos quando o negocio é feito em horas impróprias

Jornal de Angola 28 De Setembro de 2008

Eles começam a actividade logo ao amanhecer. Estão em quase todas as esquinas de Luanda. No interior de bares, restaurantes e similares e, muitas vezes, no próprio local dos seus concorrentes. Estamos a falar de vendedores ambulantes, zungueiros ou incómodos, como os apelidou, recentemente, alguém.

Na baixa de Luanda, a escassos metros de uma conceituada livraria, está um casal jovem a "bater um papo". É segunda-feira, 22 de Setembro. O rapaz pronuncia algumas palavras junto ao ouvido da moça e ela abana a cabeça em sinal de consentimento. Sinal de que está a gostar do que está a ouvir.

Assim que o jovem pega no ombro da amiga, depois de exibir um sorriso, um outro jovem, vendedor ambulante, que na ocasião promovia e ao mesmo tempo vendia os seus produtos – linhas, lapiseiras, chapéus e camisola interior – aproxima-se do casal e atira: "Mano, temos aqui camisola interior e linhas para a mana coser o vestido em casa".

A moça abana a cabeça em sinal de recusa. Depois de o incómodo passar, o casal volta a conversa amena. Não satisfeito com a resposta, o vendedor pergunta:

"Mano, não vai levar mesmo nada? Posso ir?". O jovem fica meio irritado e diz. "Já dissemos que não. Vai p'ra...".

"Filmes" como estes não se assistem apenas nas ruas como constatou a reportagem do suplemento Fim-de-Semana.

Sexta-feira, 26 de Setembro, por volta das 13 horas, dois mais velhos estão à mesa de um restaurante, com quatro assentos na baixa de Luanda. Pedem algo para refrescar. Enquanto aguardam, vão trocando um dedo de conversa.

Assim que o empregado começa a servi-los, são "invalidos" por um incómodo. Senta-se sem sequer cumprimentar ou pedir permissão. Sob olhar atento do empregado de mesa, tira de um dos bolsos do casaco amarrotado que veste, um relógio. Poisa sobre a mesa e diz: "Papoites, bom relógio. É francês.

Estou a fazer preço da igreja". Furioso, o empregado manda-lhe retirar-se. Ele ainda "põe barra", afirmando que os mais velhos é que lhe permitiram sentar-se ali. Dada a insistência do empregado em mandá-lo para fora, apresenta uma cara de alguém que está a ser injustiçado e encarecidamente diz ao empregado de mesa. "Mó mano, sou ser humano como você. Quero sou ir no quarto de banho".

O empregado, educado como é, porque também é humano, permite. 'O jovem apanha distraído O trabalhador do restaurante, vai sentar-se numa outra mesa e faz o seu pequeno negócio, comportamento que enfurece o gerente e outro pessoal de serviço, que põem fora à força. "Não façam isso, vocês me conhecem bem. Estou só a fazer a minha vida. É melhor assim que roubar", diz, quando é retirado.

08.9.19 Capitais provinciais beneficiam de mercados com grande dimensão

O país poderá contar com cinco mercados, denominados "Mercados de Grande Dimensão", um projecto que está a ser levado a cabo pelo Presild. Trata-se dos mercados do Kuito-Bié, Huambo, Malange, Luanda e Lubango, numa primeira fase.

A intenção é de implantar, em todas as capitais do país, mercados de grande dimensão, tal como está a decorrer com os "Nosso Super".

Todavia, a implementação do projecto para as capitais dependerá, segundo o vice-ministro do Comércio, Manuel da Cruz Neto, da capacidade de financiamento que o Governo tiver.

Embora a construção destes esteja a conhecer avanços significativos só nas províncias do Huambo e Bié, o projecto não pára somente nas cinco províncias. Ele se estenderá para as restantes capitais provinciais em todo o país.

Além dos mercados de grande dimensão, o PRESILD está também a reabilitar e construir os mercados de menor dimensão em todas as sedes municipais, prevendo ainda construir um total de 163 empreendimentos em todos os municípios do país.

Nesta perspectiva, o objectivo circunscreve-se na necessidade de criar melhores condições, quer de operação, quer de consumo e trazer para dentro dos mercados maior número possível de operadores do sector informal.

Pretende-se criar capacidades dentro dos mercados, para que haja melhores serviços de higiene, salubridade e inclusive um número considerável de serviços complementares, que as próprias instituições públicas poderão levar aos operadores (bancos, seguradoras, gasolinéiras, e outros).

O processo decorrerá num ambiente comercial, onde, por exemplo, o operador poderá comprar as suas mercadorias para revenda no próprio local, não gastando dinheiro com o transporte, entre outras vantagens, poderá também fazê-lo em condições aceitáveis e recomendadas.

"Queremos criar uma cadeia que permita um certo controlo dos produtos a partir da sua origem, qualidade, preços, e quantidade", salienta, o governante acrescentando ser necessário criar um sistema onde será possível agimos mercados de origem, no grossista e também no mercado retalhista.

Com o objectivo de aumentar o controlo dos preços, as redes "Nosso Super" e as lojas de proximidades são disto, a prova evidente de que o processo é possível, numa altura em que o rosto mais visível é o retalhista, uma vez que Angola importa ainda cerca de 80 por cento.

Apesar de o objectivo ser o de aumentar a participação da produção interna no consumo, o Vice-ministro do Comércio reconhece que actualmente, a produção agro-pecuária é colocada no mercado de forma precária pelo facto de muitos camponeses não terem a formação adequada para lidar com a situação.

Daí que para o vice-ministro, haja necessidade de acções de formação para os produtores. "Quando terminarmos a construção dos CLOD, que possuem um mercado abastecedor, as mercadorias daí resultantes poderão ser comercializadas com a qualidade requeri da", referiu.

A perspectiva é que a médio prazo, a distribuição agro-alimentar se reduzam as importações para 40 por cento, na medida em que não se pode excluir alguns produtos, que são mais específicos face à própria procura interna.

O vice-ministro do Comércio sublinha ser viável que a população consuma mais a produção interna. Para o efeito é necessário que a produção interna entre para o mercado como uma qualidade similar aos produtos importados, sem esquecer a necessidade de se dar ao cidadão opção de escolha.

Na sua visão, Angola poderá atingir níveis de produção que exigirão a que se dê um destino aos seus excedentes. A ser assim, será preciso que a criação de infra-estruturas adequadas de transformação, armazenagem e inclusive mecanismos que agreguem um valor acrescentado à produção.

08-9.20 Codex Angola desencoraja venda fora dos mercados

Jornal de Angola 30 De Setembro de 2008

Codex Alimentar em Angola (CodexAngola) continua a persuadir os vendedores no sentido de evitarem a comercialização, principalmente de produtos alimentares, nos arredores dos mercados, por constituir um atentado contra a saúde pública.

Segundo o secretário-executivo do CodexAngola, Domingos Miguel, a prática constitui igualmente uma transgressão às normas comerciais nacionais e internacionais e um desrespeito aos bons hábitos e costumes.

Numa visita de ajuda metodológica aos mercados dos Congolenses e do São Paulo, efectuada no primeiro semestre do corrente ano, o Codex Angola constatou como aspectos negativos a venda de alimentos perecíveis à volta desses estabelecimentos.

Outro aspecto negativo verificado pelo Codex nos dois mercados é a utilização de câmaras de conservação de produtos sem estrados plásticos, tendo em função disto, recomendado a aquisição urgente destes artigos. O responsável recomendou, por outro lado, ao Governo da província de Luanda a solucionar a pro-

blemática da venda nos arredores dos recintos comerciais.

Domingos Miguel referiu que as visitas são regulares e durante as mesmas os técnicos do organismo avaliam as condições higiénico-sanitárias, de conservação dos alimentos e realizam palestras dirigidas aos vendedores sobre as regras básicas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

OUTUBRO 2008

08.10.1 Burocracia nos bancos encolhe iniciativa empresária no Kwanza-Sul

Cruzeiro do Sul 1 A 8 de Outubro de 2008

Os jovens empreendedores do Kwanza-Sul referem que é muito difícil abrir-se um negócio com o recurso ao crédito bancário. Afirmam que se trata de um privilégio de poucos, por causa do favorecimento de amigos e familiares por parte dos funcionários bancários, por excessiva burocracia e, ainda, pelo insuficiente número de agência bancárias.

Carlos Savento diz ter um projecto muito ambicioso e as obras em fase de conclusão. Afirmar ter remetido várias cartas ao banco BAI mas a única resposta que recebe é deve esperar porque tudo depende de Luanda.

O mesmo diz André Francisco, que projectou um restaurante e dirigiu várias cartas às agências bancárias. "Meti o meu documento para solicitar um empréstimo mas os bancos nunca me dão resposta certa. Já contactei todos os bancos existentes na cidade". André Francisco diz não existir uma política de crédito definida, concluindo que o familiarismo é que conta.

Julião Katessa, tentou a apresentar o seu processo na direcção da juventude e desporto para ser contemplado no programa "Angola Jovem", mas a sua proposta desapareceu depois de ter sido entregue a um dos responsáveis do sector da juventude.

Bancos querem documentos credíveis Contactados pela nossa reportagem, os responsáveis de bancos comerciais alegam burocratizar os pedidos de crédito. No BAI em conversa com uma fonte ligada ao balcão este disse que o seu banco tem cumprido com as políticas de crédito, esclarecendo que muitos clientes remetem documentos duvidosos que quando bem estudados não podem ser atendidos.

Índio Melo, gerente do banco me, refere que os pedidos de créditos são bem analisados e, por isso, os clientes devem remeter documentos que não criem receios aos especialistas bancários e ofereçam garantias, recusando a ideia de que não existem políticas de crédito.

08.10.2 Dala: o município com falta de mercado

Jornal de Angola 3 De Outubro de 2008

Dois novos edifícios, equipados com tecnologia destinada a captar e difundir os sinais da Rádio Nacional e da Televisão Pública, um sistema de

telecomunicações e uma maternidade acabam de ser instalados no município do Dala. Estas novas infra-estruturas podem vir a mudar a vida dos quase 33.000 habitantes fixados nas distintas localidades do município, situado a cerca de 160 quilómetros a sul de Saurimo, província da Lunda-Sul.

O município estende-se por uma superfície acima dos 14.250 quilómetros quadrados, sendo integrado pelas comunas de Cazagi, Luma-Cassai e Dala, esta a sede municipal. Apesar de estarem em curso, as obras de recuperação da via Saurimo/Dala/Moxico encontram-se bastante atrasadas, pelo que a circulação de viaturas ainda é muito penosa. "Mesmo um carro com tracção às quatro rodas parte-se em pouco tempo", admite um camionista forçado a interromper a marcha por quebra de uma mola na viatura que conduzia.

A expectativa dos viajantes, tanto de Saurimo como de Luena, é que a ligação entre as duas cidades, nos próximos tempos, seja tão confortável e rápida como a proporcionada pela estrada Saurimo/Malange, já quase completamente reabilitada.

Com a aplicação do Programa de Aumento e Melhoria da Oferta dos Serviços Sociais Básicos às Populações, Dala ganhou um hospital, reabilitado, ampliado e devidamente equipado, com capacidade para dezoito camas.

Mas as autoridades registam um preocupante número de casos de abortos e mortes de recém-nascidos, que poderiam ser evitados com um sério trabalho de educação pela maternidade. "Mulheres em estado de gestação minimizam os apelos de consulta regular ao hospital para o controlo do ciclo da gravidez", refere o director do hospital, Mateus Muhongo.

O quadro das doenças com maior impacto no seio da população é encabeçado pelo paludismo, ainda abrandado pela ausência das chuvas. Seguem-se as diarreias agudas e as doenças respiratórias. A sífilis e a gonorreia estão no topo da lista das doenças sexualmente transmissíveis, sendo os principais afectados os jovens.

No Dala, 11 salas de aula absorvem mais de 1.800 alunos, distribuídos por duas escolas, sendo uma do primeiro nível e a outra do primeiro ciclo do ensino secundário. O município conta com 55 professores.

Como referiu o responsável da área técnica, o município regista uma superlotação das salas, por constrangimentos na edificação de -mais espaços. Por outro lado, dada a ausência de agências bancárias no município, os professores são obrigados a levantar os seus salários em Saurimo, o que faz com que, na hora de pagamento dos salários à função pública, as aulas fiquem afectadas.

Para mal dos pecados, as ravinas que vêm do rio Tchiumbue, nas imediações da vila, ameaçam derrubar

a escola do primeiro nível. As acções de contenção empreendidas pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), há cerca de três anos, serviram apenas para atrasar o avanço das ravinas que agora espreitam, imparáveis, a vila.

O abastecimento de água é precário. Um motor bombeia a água para a vila, servindo três chafarizes, onde a população se abastece, obedecendo a intervalos estabelecidos pela administração, cuja gestão está a cargo da empresa Mulimo-wa-Lunga, gestora do empreendimento.

No domínio da formação profissional o município conta, desde Maio passado, com um pavilhão dotado de meios técnicos e seis formadores. Os primeiros sessenta jovens já concluíram, com sucesso, os seus cursos.

De acordo com o comandante municipal da Polícia Nacional, Cleófas Pedro, a resposta da população ao apelo do desarmamento saldou-se na entrega voluntária de 154 armas.

Vinte crimes, principalmente brigas no seio familiar, gerados pela crença excessiva no feitiço, adultério, ofensas morais e físicas, largamente praticados por jovens, e acidentes de viação, foram notificados desde o início do ano no Dala.

A presença e funcionamento de um posto médico, uma escola do primeiro nível, residência geminada, gerador de energia e edifício para a administração, este último em fase conclusiva, marcam alguns dos pequenos avanços nas comunas de Cazagi e Luma-Cassai.

Enquanto o acesso para Cazagi, cerca de 70 quilómetros a norte de Dala, permite uma condução regular, devido à boa conservação dos mais de 50 quilómetros de estrada asfaltada, a viagem para Luma-Cassai, 60 quilómetros a sul, pode representar uma aventura. Muita areia e irregularidade do piso danificamos diferenciais das viaturas, a trepidação e curvas apertadas esgotam a capacidade de concentração de quem conduz e justificam a ocorrência de alguns acidentes.

Em Cazona o cenário produz uma sensação inicial de abandono. As autoridades tradicionais têm esperança de que as coisas mudem. "Temos esta escola, frequentada por crianças, mas falta-nos o posto médico", disseram.

Os representantes da população lamentam também a perda de produtos colhidos das lavras por falta de um mercado. "Anteriormente produzia-se arroz em grande escala, mas hoje nada disso se faz. Porquê cultivar o que não conseguimos vender?", interrogaram-se António Martins, Izamba Mwachicuata e Sousa Muafunga, três de sete sobetas beneficiários de chapas de zinco, com que cobriram as suas novas residências.

Os sobetas reconhecem a existência de desvios de

comportamento social nas suas comunidades. "As famílias brigam por crença excessiva no feitiço", afirmaram. "Temos procurado resolver este problema em reuniões no jango, num clima cordial, para que reine a paz e a concórdia".

Sobre o espancamento das esposas pelos maridos, o soba Muafunga considera normal o marido bater: "para educar uma esposa que tenha mania com o marido" (isto é, que desrespeita o marido).

08.10.3 Oferta de crédito permanece concentrada no consumo

Semanário Factual 04 De Outubro de 2008

A estrutura do crédito concedido pela banca comercial continua dirigida a particulares, reflectindo uma tendência para o financiamento ao consumo apesar de em muitos casos os empréstimos contraídos por particulares se destinarem à construção e à compra de imóveis.

O crédito a particulares representa 56 por cento do total concedido em Agosto, uma tendência que se vem acentuando desde o início do ano.

Segundo estatísticas do Banco Nacional de Angola (BNA), o crédito a particulares cresceu cerca de 29 por cento entre Julho e Agosto e aproximadamente 113,1 por cento desde o começo do ano.

A economia, que continua dependente das importações, teima em financiar preferencialmente o consumo em detrimento do investimento, da criação de empregos e do aumento da produtividade do trabalho.

O sector cresceu entre Julho e Agosto 378,84 por cento e passou a representar 1,6 por cento do crédito concedido, um salto que permitiu, com a variação anual do crédito concedido ao sector, uma taxa de 416 por cento no acumulado desde Janeiro do ano em curso. O volume de crédito destinado às Pescas que em Julho não passava dos 3.388,84 milhões de Kwanzas saltou para 11.438,79 milhões de Kwanzas, o que representa uma alteração a bruta na tendência de investimentos no sector das Pescas que nos últimos tempos abrandou significativamente.

O crédito à agricultura, que sofreu uma ligeira aceleração entre Fevereiro e Abril, o que lhe valeu o crescimento anual na ordem dos 35 por cento, estagnou nos meses posteriores e observou no período entre Julho e Agosto uma forte queda de 18,58 por cento, invertendo assim a tendência altista de investimento que o sector vinha experimentando. O peso do crédito à agricultura representa menos de 01 por cento do "bolo" do crédito ofertado pelos bancos comerciais.

Os indicadores de crédito disponíveis espelham em

certa medida as dificuldades de investimentos que a economia tem vindo a enfrentar mesmo à presença do Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA), porquanto grande parte dos recursos ofertados pela banca ainda se concentra no crédito a particulares que, directa ou indirectamente, financia o consumo e as importações que contrapõem o fomento da produção nacional e a substituição das importações.

As actividades imobiliárias, alugueres e serviços de prestação de serviços às empresas, que representam 3,81 por cento da estrutura do crédito, também entraram em queda e já acumularam ao longo do ano em curso uma baixa na procura de crédito de mais de 50 por cento e somente em Agosto 42,45 por cento, o que pode indiciar um abrandamento da actividade ao longo do ano. Todavia, a demanda por crédito pelo sector da indústria extractiva também sofreu um forte abrandamento no mês de Agosto de 9,38 por cento, perfazendo uma queda global de cerca de 33 por cento nos primeiros oito meses do ano e cujo peso na estrutura geral do crédito caiu para 2,03 por cento.

A indústria transformadora, que vinha dando algum sinal de vitalidade com o aumento da procura por créditos entre Fevereiro e Julho, sofreu um revés em Agosto e caiu em cerca de 19 por cento, apesar de manter um crescimento anua próximo dos 14,5 por cento e absorveu 4,04 por cento do crédito.

O sector de água e de energia teve uma retracção na procura de crédito, tendo obtido 21,4 por cento entre Julho e Agosto e um acumulado anual negativo de mais de 51 por cento.

O sector, que vinha aumentando de mês para mês a demanda por financiamentos, também sofreu uma leve quebra de 0,77 por cento e representou 6,99 por cento do total do crédito concedido. O comércio, o segundo maior destino do crédito, representando 13,80 por cento do crédito, caiu 22 por cento em Agosto e inverteu negativamente a tendência do crescimento anual.

Porém, o sector da saúde, da educação e da acção social acelerou a procura por financiamento e cresceu até aqui 243,35 por cento. Contudo, o pico da procura ocorreu nos meses de Julho e Agosto.

08.10.4 Sector informal alternativo à escassez de emprego

A Capital 4 De Outubro de 2008

A fraca aposta no desenvolvimento do chamado sector primário pode estar a concorrer para o facto de a população encontrar no sector informal a alternativa à escassez de emprego no país. Dados do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança (MAPESS) referem que o mercado informal angolano abrange 93 por cento da população activa rural e 51 por cento daquela que habita as zonas urbanas.

Só em Luanda, as actividades económicas realizadas fora do sector formal garantem a sobrevivência a cerca de 73 por cento da população nesta cidade, representando uma redução do peso do sector estruturado da economia.

A olhar para tudo isso, o que se pode apresentar são números que apontam para taxas de desemprego acima dos 45 por cento nas zonas urbanas, facto que leva a que muitas pessoas optem por se ocupar em actividade informal.

Estatísticas do MAPESS relativas à 2002 precisam que, naquele ano, estiveram inscritos nos centros de emprego 25 mil e 606 desempregados, dos quais, apenas seis mil haviam sido absorvidos pelo mercado do emprego.

Esse é, entretanto, um número que se reporta a pessoas que acorreram aos centros de emprego, sem incluir aquelas que, em nenhum momento, procuraram os serviços dessas instituições. Este factor permite concluir que o «exército» de desempregados seja bem maior do que se conhece.

08.10.5 Ordem nas minas de diamantes

Agora 4 De Outubro de 2008

As zonas de exploração de diamantes estão a merecer maior atenção do novo Governo. Os primeiros abrangidos pela "arrumação" que o Presidente Eduardo dos Santos está a fazer nas zonas de extracção ilegal de diamantes são os generais e altas patentes da Polícia.

Informações divulgadas no site notícias lusófonas dão conta que o "furacão limpeza nas minas" vai abranger entre outras personalidades, o chefe do Estado-Maior das FAA, general Francisco Pereira Furtado. As presumíveis vítimas estavam a ser acusadas de algum tempo a esta parte, de se dedicarem à extracção ilegal de "pedras preciosas" na província do Bié.

Numa primeira fase, os generais e brigadeiros envolvidos no esquema estão a ser chamados a prestar esclarecimentos à Procuradoria Militar de Luanda.

Caso tudo isso venha a efectuar-se, já há quem diga que a impunidade dos generais e de altas patentes da Polícia estarão com os dias contados.

Francisco Furtado será notificado e ouvido brevemente na Procuradoria Militar por suspeita da prática de exploração ilegal de diamantes no município da Nhareia por ser presumivelmente o proprietário de uma das empresas que actuam na região.

No referido processo, o chefe do Estado-Maior do Exército terá como companheiros cerca de dez generais

das FAA e um número não especificado de altas patentes da Polícia acusados de possuírem dragas naquela parcela do país.

Pesam ainda entre as acusações de que os referidos oficiais superiores das FAA e da Polícia estão a ser alvo igualmente de facilitarem a entrada ilegal no País de vários expatriados (congoleses democráticos, sul-africanos, namibianos, zimbabueanos, ruandeses) que se encontram ao seu serviço.

Recentemente, o Serviço de Migração e Estrangeiro (SME) no Bié levaram a cabo uma operação denominada "caça aos estrangeiros ilegais", que visou deter e expulsar do território nacional os estrangeiros que, supostamente, se encontram ao serviço dos acusados e se dedicavam à extracção ilegal de diamantes naquela localidade.

A operação foi extensiva as localidades do Dando, Lubia e Cayeye, no município de Nharea, a 176 km de Kuito, onde se presume existir um maior número de cidadãos de várias nacionalidades que se dedicam ao garimpo de diamantes.

Por outro lado, não se sabe se o "furacão limpeza nas minas" vai atingir também as empresas de exploração mineira, que estão legais, mas os relatórios do activista de direitos humanos divulgados pelo jornalista Rafael Marques denunciam às atrocidades que as mesmas têm cometido na localidade do Cuango, província da Lunda Norte.

Contrariamente ao Bié onde os garimpeiros exercem a actividade de forma ilícita e não causam nenhum dano directo à população, na Lunda Norte a situação é mais assustadora. Dados apresentados por Rafael Marques revelam que os seguranças da Teleservice Goadjuvados pelos funcionários da Sociedade Mineira do Cuango (SMC) destruíram na calada da noite as plantações dos camponeses e deixaram mais de 200 famílias a passar fome.

A intervenção do PR naquela localidade acaba de ser ainda mais urgente atendendo ao facto de, segundo o relatório, existirem camponeses que foram torturados, espancados, levados a fazer trabalhos forçados e até mesmo mortos por mostrarem resistência.

Os diamantes explorados pela ITM, a favor da SMC, são vendidos através da SODIAM/ Lazare Kaplan International, que os certifica como "limpos" e os revende no mercado internacional. Apesar disso, conforme descrito no documento, e em relatórios anteriores sobre a indústria diamantífera, é mister considerar se é aceitável, quer do ponto de vista legal quer moral e ético, que uma companhia destrua a capacidade das comunidades locais em prover alimentos para a sua sobrevivência básica – na ganância de aumentar os seus lucros.

O comportamento dessa empresa é contrário ao

espírito da lei e viola os princípios básicos dos direitos humanos inerentes às populações locais. A Lei nº 9/04 (Lei de Terras) reitera que "o Estado respeita e protege os direitos fundiários de que sejam titulares as comunidades rurais, incluindo aqueles que se fundam nos usos e costumes" (artigo 9, nº 1, Ibid.). Assim, "os terrenos das comunidades rurais podem ser expropriados por utilidade pública, ser objecto de requisição, mediante justa indemnização (artigo 9, nº2, Ibid.)."

A lei proíbe, nas zonas restritas e de protecção, "qualquer espécie de actividade económica, seja qual for a sua natureza, industrial, comercial, agrícola ou outra, alheia à produção de diamantes" (artigo 20, nº 1, Ibid.). Mas, se estabelece que as concessionárias devem " (...) indemnizar os titulares dos estabelecimentos comerciais e industriais e das explorações agrícolas ou pecuárias ou de quaisquer outros bens existentes, à data da criação das zonas restritas e das zonas de protecção nas respectivas áreas, pelos prejuízos que lhes forem causados" (artigo 20, nº 2, Ibid.).

Dados oficiais indicam ainda que, nas províncias das Lundas Norte e Sul existem 300 mil estrangeiros ilegais que têm como tarefa única o garimpo e tráfico de diamantes.

08.10.6 O perfil do fiscal conforme sugestão popular

A Capital 4 De Outubro de 2008

O rol de actos indignos perpetrados por agentes da Fiscalização do GPL é grande. Tendo sido registados na memória colectiva, os cidadãos têm uma opinião a dar sobre o perfil real do fiscal que querem. Na opinião de Adérito Correia, por exemplo, os agentes recebem ordens, só que ao executá-las, extrapolam.

«As mulheres vendem na rua, em função das dificuldades económicas que vivemos no país. Elas saem das suas casas para a rua, porque é lá onde conseguem algo, para sustentar a família. Então, há que se mudar de política de actuação dos fiscais contra este estrato social», defende e acrescenta que o GPL deve tomar conta de tudo para que a situação mude.

«Há tempos, houve um incidente muito triste. Uma cidadã vendedora do mercado da Estalagem foi morta por um polícia fiscal, algo inadmissível. E veja que, da parte das autoridades, não se ouviu nenhum pronunciamento que esclarecesse o facto ou o justificasse», manifestou.

Já para Luísa Maria, quando um fiscal chega a matar, é sinal de que se caminha para uma sociedade perigosa.

«As ordens que eles recebem, acredito, não são para matar. Não sei, porque é que eles não se limitam a fazer o que lhes é ordenado. Trabalho no São Paulo, de onde todos os dias saem pessoas feridas, pela actuação

grosseira dos fiscais», ilustrou. Rosa Adão, por sua vez, acredita que o serviço dos fiscais melhorou um pouco.

«Eles agem como se não tivessem mulheres, mães ou irmãs. Agem como se tivessem perdido toda a sensibilidade humana. Os vendedores correm de um lado para o outro, muitas vezes atravessam a estrada com carros em movimento, arriscando-se a serem atropelados».

Jorge Firmino, outro cidadão que falou à nossa reportagem, louva a iniciativa de os fiscais afugentarem os comerciantes ambulantes dos lugares impróprios, mas não aceita que isso lhes dê o direito de fazerem «com as pobres senhoras e senhores o que lhes apetece».

«Quando lhes mandam à rua, não lhes dizem para matar, e ainda que lhes mandassem, não o deveriam fazer, porque sabem que é desumano. O único motivo para estas pessoas estarem na rua, é a falta de emprego e de espaço nos mercados. Toda a gente sabe. Então, o Governo deve tomar consciência deste pormenor, inverter o quadro com muita urgência, porque esta situação está a perturbar a mente de qualquer um que tenha acesso aos maus-tratos a que os fiscais submetem os vendedores», destaca Firmino, a cujo pensamento se junta o de Manuel Lopes, para quem os fiscais dependem de ordens dos governantes, mas discorda que tenham mandato para matar.

«Eles não podem chegar e matar. Têm que tirar as pessoas dos locais chamados ilegais, quando lhes derem um lugar, onde possam ganhar o pão de cada dia. Também devem ter em atenção a lavagem de carros na via pública».

A cidadã Domingas Cordeiro sugere que os agentes que prevaricam devam começar a ser punidos, enquanto que Valério Gastão, cidadão estrangeiro, diz perceber o quanto é difícil conseguir algo, aqui em Luanda.

«Sinto muita pena, quando vejo as pessoas a correrem de um lado para o outro, sob o risco de serem atropeladas. É claro que a presença de vendedores nas ruas também ofusca a importância e a beleza da cidade capital. Mas, um caso em que eles devem meter o pé, é o da lavagem de viaturas na via pública. Este é um mal que tem de ser banido».

0810.7 "Crédito-Jovem" insere desempregados em actividades produtivas no Lubango

Jornal de Angola 4 De Outubro de 2008

Mais de 150 jovens, outrora sem ocupação, foram, há dias, inseridos em várias acções produtivas, na cidade do Lubango, no âmbito do projecto "Crédito-Jovem", levado a cabo pela direcção local da Juventude e Desportos:

Concebido pelo Governo, com o propósito de fomentar o auto-emprego no seio da classe juvenil da província e não só; o projecto "Crédito-Jovem" permitiu a um número considerável de jovens engajarem-se na construção civil, recauchutagem, sapataria, mecânica e outros ofícios.

Azevedo Calenga, 23 anos, faz parte de uma das 28 cooperativas beneficiárias do financiamento disponibilizado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC). O seu grupo, composto por dez pessoas, fundou duas recauchutagens.

O grupo de Azevedo, além de cuidar da manutenção dos pneus nas recauchutagens instaladas nos mercados paralelos do Tchico e João de Almeida, recuperam jantes e comercializam-nas aos automobilistas.

No dizer de Azevedo Calenga, desde o arranque da actividade, há dois meses, já conquistaram muitos clientes, sobretudo taxistas e camionistas. "Quando há muita procura facturamos cinco mil Kwanzas por semana".

Com o dinheiro, acrescentou, compraram diverso material e um j gerador. "Estamos já a fazer algumas poupanças para iniciar o reembolso do crédito".

O Jornal de Angola registou, nos sítios onde os beneficiários prestam serviços, um movimento acentuado de clientes, inclusive dos jovens que ainda não se organizaram em pequenas cooperativas.

No bairro do Nambambe, arredores da cidade, nos deparamos com quatro jovens pedreiros. Eles foram contemplados com kits de construção civil e, actualmente, têm como tarefas principais a construção de casas, muros de quintais ou pequenas lojas.

Com alguma experiência na profissão, os jovens possuem sempre pequenas obras para fazer. Enquanto se firmam no mercado, os quatro reparam casas, muros, passeios, entre outras obras. Arlindo Marcos conta que ainda não estão a ganhar muito por serem novos.

Disponíveis 400 mil dólares

o programa "Angola-Jovem", criado pelo Ministério da Juventude e Desportos, colocou à disposição das 44 cooperativas 400 mil dólares para financiar os projectos dos novos empreendedores.

Das 44 cooperativas previstas, 28 beneficiaram já do apoio, estando as outras a aguardar que se conclua com a análise dos processos submetidos ao departamento da Juventude. O universo dos beneficiários anda à volta dos 200 jovens.

O responsável do departamento da Juventude na Huíla, André de Jesus, que enalteceu a entrega e empenho dos beneficiários, no que tange à captação de financiamentos para realizar os seus projectos, considerou que o programa está a corresponder às expectativas.

De acordo com André de Jesus, a execução do programa "Angola-Jovem", particularmente na cidade do Lubango, permitiu inserir em actividades socialmente úteis centenas de jovens, com ênfase aos que estão na condição de necessitados.

"Os beneficiários, hoje, estão mais preocupados em promover os seus serviços, melhorar cada vez mais a sua actividade e procurar melhores mercados. Este facto está a incentivar outros jovens a organizarem-se também em cooperativas para beneficiar do projecto", sublinhou.

André de Jesus explicou que cada cooperativa, com projecto aceite e viável, recebe o equivalente a cinco mil dólares, que podem ser convertidos em material de artes e ofícios.

No dizer daquele responsável, o Estado criou o projecto com o propósito de tornar exequíveis as iniciativas dos jovens, para que possam participar nas tarefas de reconstrução e desenvolvimento do país.

Para habilitar os jovens aos ofícios que escolheram, avança o responsável, a maioria beneficiou de cursos de formação profissional, onde, além de se especializarem, adquiriram conhecimentos sobre gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos.

08.10.8 Kixi-crédito beneficia famílias

Jornal de Economia e Finanças 10 De Outubro de 2008

A Organização Não Governamental Development Workshop (DW - Angola) desenvolve igualmente um programa de Meios de Vida Sustentáveis (SLP). Denominado Kixi-crédito, o programa tem ajudado várias famílias que desenvolvem os seus negócios.

O programa, que conta com uma disponibilidade financeira avaliada em mais de 2 milhões de dólares, concede créditos na ordem dos USD 100 a 10 mil, sendo que tem como objectivo, assistir financeiramente as pessoas com um baixo receitas a exercerem actividades geradoras de rendimento de modo a que saíam dos níveis de extrema pobreza.

Em Luanda, o referido projecto contempla os municípios de Cazenga, Sambizanga, Kilamba Kixi e Viana, enquanto que, na província do Huambo município sede, assim como do Bailundo.

O Kixi-crédito funciona como uma instituição financeira não convencional, ajustada às necessidades das pessoas com um estado desfavorável no plano financeiro ou aqueles que desenvolvem actividades comerciais informais e que não tenham acesso a serviços bancários.

As micro-finanças privilegiam essencialmente mulheres, que neste momento representam a ordem dos 64% dos beneficiários, por serem elas que, em muitos casos, assumem o papel de chefes de família, exercendo comércio informal.

O projecto concede quatro tipos de empréstimos financeiros, a destacar o "Kixi-solidário", destinados a grupos formados no máximo por 20 pessoas, "Kixi-reforçado", para grupos de cinco integrantes, ainda o "Kixi-negócio", e "Kixi-salário". Este último, é concedido somente a trabalhadores que auferem salário igual ou inferior a USD 100.

Além do crédito, o SLP providencia também formação sobre desenvolvimento de negócios, acesso aos serviços bancários e sociais visando capacitar os beneficiários para melhor gestão e rentabilização dos fundos concedidos.

O Kixi-crédito tem sido extensivo a outras províncias, em resposta às solicitações da população como o caso do Bié. É um programa que tem incentivado os pequenos empresários nacionais.

O programa de Meios de Vida Sustentáveis (SLP) foi concebido no âmbito de uma estratégia de Luta Contra a pobreza Urbana iniciado em 1999 pela ONG Development Workshop em Angola. A organização desenvolve actividades sócio-humanitárias no país há 26 anos.

08.10.9 Novo director promete desmilitarização fiscal do GPL

A Capital 11 De Outubro de 2008

A governadora de Luanda (ainda não foi exonerada, agora nomeada ministra sem pasta), Francisca do Espírito Santo, exonerou, esta semana, do cargo o director provincial dos serviços de Fiscalização, Victor Fernandes, substituindo-o por Januário Eduardo Agostinho.

Trata-se de uma medida há muito esperada pelos munícipes da capital, em particular, e pela opinião pública, em geral, tendo em conta aquela que foi, até recentemente, a postura arrogante por que se pautavam os efectivos da referida corporação.

Para a maioria dos populares, só mudanças ao mais alto nível da direcção em causa, se impunham como saída para se pôr cobro a tudo o que acontecia, pois, durante muito tempo chefiados por Victor Fernandes, os fiscais foram sempre marcados, aos olhos dos cidadãos, não como agentes controladores das transgressões administrativas, mas sim, como autênticos usurpadores de bens, sobretudo da venda ambulante, a transgressão administrativa mais banalizada na capital do país.

Para além de extorquirem os cidadãos nas mais variadas vertentes, como, por exemplo, na aplicação de multas

elevadas. Entretanto, apenas a alguns cidadãos entre a maioria dos utentes de viaturas que estacionam em lugares impróprios, os fiscais que deveriam ser um importante instrumento da governação, chegaram mesmo a cometer atrocidades contra a integridade física de populares, alvejando várias vezes a tiro,

Maioritariamente, Jovens e mulheres vendedores de rua. Os fiscais, como são tratados em Luanda, na óptica de muitos observadores, chegaram a ser o órgão do GPL que mais chamuscou a imagem deste, sob o olhar impávido daqueles de quem, hierarquicamente, seriam dependentes.

No senso comum, a desordem social que se instalou nas ruas de Luanda, totalmente apinhadas de pracetas, cada uma com a sua especiaria, se deve, em parte, à inconseqüência no funcionamento do sector da Fiscalização, na maioria das vezes, voltado mais para acções lucrativas, através da extorsão de bens ou dinheiro das mãos dos cidadãos, do que propriamente para o papel pedagógico junto dos cidadão, esclarecendo-os do que são as aludidas transgressões administrativas.

Com a nomeação do novo director, Januário Agostinho, que tem 30 dias a contar do da nomeação para estruturar o sector e propor ao GPL, a sociedade aguarda ansiosa, não apenas por mudanças no capítulo comportamental dos homens em referência, mas também na aplicação de medidas que levem os cidadãos a pautarem por comportamentos mais urbanos, decorrentes de uma transmissão do conhecimento explícito do que são, afinal, as transgressões administrativas.

Conhecedores da lei destacam no meio de tudo isso, a necessidade da elaboração de um novo instrumento legal que substitua ou reformule a Lei-Quadro 10/87 das transgressões administrativas, visivelmente caduca. Januário Agostinho já disse que uma das prioridades do seu mandato será desmilitarizar os serviços de Fiscalização do GPL.

08.10.10 Ilha de Luanda barracas de grelhados abertas toda a noite

Jornal de Angola 13 De Outubro de 2008

A noite surge e vendedoras de churrascos cozinham os pratos -mais solicitados pelos clientes que se dirigem à Ilha de Luanda, que ganha maior dinâmica ao anoitecer, quando abrem as discotecas e os restaurantes.

A Baía de Luanda fascina os turistas, que procuram os frutos do mar, confeccionados pelas vendedoras do Ponto Final. As mulheres que preparam os pitéus, trabalham -sem parar, como conta Aninha Paula, vendedora desde os 10 anos.

Apesar de rondarem na área os efectivos da Polícia

Nacional, os assaltos ainda acontecem e obrigam a jovem, de 28 anos, a fazer da tenda a sua moradia. A iluminação da barraca depende unicamente de um candeeiro a petróleo ou mesmo dos postos de iluminação instalados na rua.

Na barraca de Aninha Paula cabem todos os materiais necessários para confeccionar os petiscos, mais a roupa e os agasalhos para se cobrir. Como Aninha Paula, muitas outras negociantes trabalham nestas condições. O Ponto Final é frequentado por muitos jovens, que habitualmente saem das discotecas e clubes nocturnos e vão depois petiscar.

Ao cair da noite, o local fica abarrotado de clientes que procuram os quitutes da terra. As vendedoras estão sempre prontas para atender os clientes, até ao romper do dia.

As seis da manhã, chega o sono e a fadiga, depois de mais uma noite inteira a grelhar peixes e mariscos na hora.

De segunda a quinta-feira, a rotina de trabalho permite relaxar em casa, como afirma Aninha Paula. A partir da sexta-feira, "dia do homem", como sublinha, o trabalho fica mais pesado, com a enchente de clientes nas barracas.

Ao fim-de-semana, as vendedoras passam a noite no seu espaço de negócio, até segunda-feira. As primeiras noitadas de labuta na Ilha de Luanda não agradavam ao marido de Aninha Paula. O marido apenas se conforma porque Aninha Paula paga muitas despesas da família, com o dinheiro que ganha.

Aninha trabalha com a filha mais velha, que a substitui nas horas de pouca afluência. Mãe de três filhos, começou na Praça dos Trapalhões, até chegar ao Ponto Final. Vende a 1.00 kwanzas o prato de peixe e choco grelhado. O choco acompanhado de batatas fritas e salada custa 1.500 kwanzas. A tabela de preços das bebidas varia em função da marca.

A gasosa e a cerveja são comercializadas a 100 kwanzas, o champanhe e vinhos estão acima dos 2.000 kwanzas. Aninha Paula compra os produtos no Roque Santeiro.

Nos dias de grande clientela, atinge uma facturação acima dos 20 mil kwanzas. A jovem desembolsa 8.000 kwanzas para confeccionar os pratos habituais. Em apenas um dia, Aninha recebe na tenda mais de 20 clientes.

Preços dos restaurantes levam clientes às barracas

A construção do projecto Baía está a desmotivar muitas comerciantes, que resolveram procurar outros locais para negociar. Aninha Paula confirma que parte do perímetro que ocupa o projecto, impossibilita a entrada de banhistas, seus principais clientes.

Os restaurantes da Ilha do Cabo são postais turísticos de Luanda. Porém, o Ponto Final é o espaço onde

inúmeras barracas recebem maior número de clientes, que procuram saborear o peixe fresco, confeccionado em poucos minutos. O peixe é temperado pela manhã.

Paciência Domingos já provou iguarias dos vários restaurantes existentes na Ilha de Luanda. Os pratos servidos nestes estabelecimentos têm qualidade, mas confessa que os grelhados não têm o mesmo sabor do peixe das barracas.

O jovem estudante prefere os pratos da tia Francisca Manuel. Em contrapartida, Miloca de Fátima contesta a tabela de preços praticada nos restaurantes. Na sua opinião, deve haver equilíbrio de preços tanto para os estabelecimentos como para os mercados, considerando inaceitável a disparidade dos valores.

Helena Agostinho e Francisca Manuel, comerciantes na Ilha de Luanda, apelam à construção de espaços bem arquitectados e numerados para melhor organização das bancadas. O espaço precisa de mesas e cadeiras apropriadas para receber a clientela, explicando que as barracas não oferecem boas condições para o atendimento.

Negociantes clamam por espaços organizados

Comerciante há mais de 10 anos, Helena Agostinho acredita que o local cedido pela administração comunal da Ilha, pode tornar-se uma zona mais agradável. "O Governo está a renovar a Baía de Luanda, mas também deve pensar nas condições em que vendem as comerciantes que, por sinal, atraem turistas", disse.

Helena Agostinho aumentou o seu volume de negócios. Com dois filhos na universidade pública, sustenta os seus estudos com a venda de choco grelhado.

João da Graça, morador da Chicala I, aproveita a noite para vender biscoitos e guloseimas, a preços que vão de 10 kwanzas a 1.200. O jovem, estudante da oitava classe, vende à noite para ganhar algum dinheiro. Todos os dias leva para casa mais de sete mil kwanzas.

O preço de grelhar mariscos

A vendedora Francisca Manuel teve um acidente de trabalho, furou a mão com o espeto de grelhar peixe. Corajosa, retirou o ferro, e por sorte ficou curada sem problemas e continuou a trabalhar.

Francisca Manuel garante que nunca vai deixar o negócio com que sustenta os seus filhos. A vendedora, passa a noite na barraca durante três semanas e fica em casa apenas duas semanas. Orgulhosa com o trabalho, quer ajudar a melhorar o espaço.

Empresas de recolha do lixo garantem imagem do Ponto Final

A Empresa de Saneamento e Limpeza de Luanda (ELISAL) está a efectuar um trabalho eficiente na recolha do lixo urbano na cidade capital. Aninha Paula e outras comerciantes estão satisfeitas com a contribuição da empresa em manter o Ponto Final em

perfeitas condições de higiene.

O perímetro de venda de grelhados não apresenta focos de lixo como no passado. O novo sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos na capital e a presença constante de funcionários da empresa de limpeza motivam restaurantes, barracas e outros negociantes a depositarem o lixo em sacos apropriados.

Assim, a recolha do lixo pelos trabalhadores da Elisal fica mais facilitada, como afirma Afonso José. Funcionário de uma empresa privada de recolha de lixo, conta que a actuação de muitos negociantes contribui em grande medida para a boa imagem da zona.

Sampaio da Kizua já consome sem se preocupar com a higiene. O cenário para ser mais higiénico, argumenta, ainda precisa de mais investimentos. Considera ser imperativo desenvolver programas de melhoria do espaço que gera grandes rendimentos.

Barracas na Ilha são ponto de encontro

A Ilha é procurada pelos famosos restaurantes, discotecas e clubes. Em tempos áureos, como descreve a escritora Ana de Sousa Santos, na sua obra literária "A Alimentação do Muxiluanda" nela eram recolhidas as conchas de zimbo, que serviam de moeda.

Hoje, o ponto turístico da capital transformou-se num local apropriado para os casais. Quem visita a Ilha de noite, depara-se logo com uma vista deslumbrante sobre a baía.

A comerciante Jesuína Milagre comenta que os casais fazem as vendas subir significativamente. Em frente às tendas ficam estacionadas viaturas com casais no interior, que solicitam os pratos, sem fazer questão de se sentarem nas mesas. A comerciante Cândida Silvestre está habituada aos costumes de certos clientes.

"Existem aqueles que levam os nossos contactos" e quando necessitam, ligam reservando o prato", revela. Alcides Rodrigues e Maria de Fátima são casados e frequentam a Ilha de Luanda sempre que surgem oportunidades para reunir os amigos. Não dispensam a muamba ou o peixe grelhado. Alcides considera uma mais valia a presença de casais que desfrutam dos pratos da terra em frente ao mar.

08.10.11 «Zunga» em chinês

A Capital 18 De Outubro de 2008

Encontramos-lhes no São Paulo, Golfe, Samba e Bairro Popular. Muitos deles não quiseram falar à nossa reportagem, mas durante a ronda que efectuamos, verificamos que os novos zungueiros vendem, geralmente sapatos, chapéus, cortinas, lenços diversos, entre outras coisas.

Uma particularidade que distingue os zungueiros chine-

ses dos nacionais é que eles não precisam sequer de apregoar seus artigos. A sua natureza, enquanto estrangeiros amarelos, joga um papel preponderante.

Yiang Chung é chinês de nacionalidade. Vende no Bairro Golfe, justamente onde o encontramos. Num português pouco perceptível, alegou que começou a vender há pouco tempo, e fá-lo na rua, segundo explicou, para despachar rapidamente os produtos que retira de uma loja, sua propriedade.

«Tenho uma loja no São Paulo, onde tenho vários produtos, como os que estou a vender aqui», frisou. Conta que veio para Angola em 2006, através de um amigo que já trabalha em Luanda há muitos anos; amigo que o emprestou algum dinheiro para iniciar o seu negócio, que, entretanto, deveria devolver em tempo recorde. Com o passar do tempo, o pequeno negócio de Yang Chung começou a produzir lucros que lhe permitiram liquidar a dívida contraída.

Doravante, tinha a estrada aberta para, sozinho, levar avante o negócio, cuja mercadoria vem da sua terra natal, enviada pelo seu irmão. «O meu irmão manda a mercadoria e eu vendo aqui», explica.

Algo muito frequente é que os «zungueiros» chineses andam sempre aos pares ou mais, e nunca um, provavelmente, por uma questão de segurança num universo de vendedores ambulantes, onde eles são uma minoria explícita.

08.10.12 Banco Sol concede micro-creditos avaliados em 67 milhões de kwanzas

Jornal de Angola 18 De Outubro de 2008

O Banco Sol disponibilizou ontem, em nove províncias do país, um montante de 67.909.210 Kwanzas, no âmbito do seu programa de micro crédito, iniciado em 2001.

De acordo com Varínia Sobral, administradora do Banco Sol, a concessão dos micros créditos esteve inserida no programa de comemoração do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, assinalado ontem no país.

Sem avançar o número total de beneficiários nas 10 províncias, Varínia Sobral assegurou que as famílias beneficiadas localizam-se nas províncias de Luanda, Bengo, Huíla, Huambo, Bié, Zaire, Malanje, Cabinda e Benguela.

Em relação à província de Luanda, a administradora do Banco Sol afirmou que vão beneficiar do projecto 156 grupos de famílias organizadas num número de cinco - membros, disponibilizando um montante global de 31 milhões e 200 mil Kwanzas.

Cada grupo, segundo Varínia Sobral, deve receber a quantia de 192 mil Kwanzas, cujo valor reembolsado foi aprazado para 12 meses. Os municípios do Cazenga, Viana, Cacucaco, Maianga e a comuna da Ilha do Cabo são as beneficiadas pela operação.

Varínia Sobral avisou que, caso haja um bom investimento destes montantes os beneficiados têm a oportunidade de receber outros créditos de forma contínua de valores superiores, desde que liquidem o crédito que receberam.

O micro crédito é dirigido às pessoas mais carentes, que pretendem criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio, pessoas desempregadas ou desocupadas que não encontram respostas no mercado de trabalho.

A directora do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Emília Fernandes, afirmou que o micro crédito, fundamentalmente concedido às mulheres, tem se revelado um importante meio de redução da pobreza.

Segundo Emília Fernandes, os beneficiários melhoram os seus negócios e os seus rendimentos aumentam, e essa melhoria se reflecte no bem-estar das populações e na sua qualidade de vida.

Falando em nome da ministra da Família e Promoção da Mulher, Emília Fernandes anunciou que, nos próximos dias 5 e 6 de Novembro, o seu pelouro organiza, na cidade de Benguela, o segundo Fórum sobre Micro-Finanças.

O certame visa avaliar a evolução das intervenções realizadas pelos seus parceiros, nomeadamente o Banco Nacional, os bancos comerciais, o sector privado e as agências das Nações Unidas, no que se refere ao micro crédito.

Desde 2001, o Banco Sol deu de empréstimo 50 milhões de dólares ao Programa Micro-Crédito, tendo beneficiado mais de 50 mil pessoas em todo país.

08.10.13 Maciel Neto "Makavulu"

Agora 18 De Outubro de 2008

A operação que está a ser levada a cabo pela Administração do Rangel, com vista a proceder ao encerramento de estabelecimentos comerciais ilegais no município é, certamente, uma amostra da visão de Maciel Neto "Makavulu", para combater este mal. Durante a operação, os fiscais passaram em 48 lojas, das quais só 18 estão legais. Até aqui, podemos mesmo considerar que o facto é de louvar. Mas, é preciso ressaltar que os mecanismos que Makavulu está a utilizar para acabar com os focos de lixo e desordem que se verifica nos mercados das Pedrinhas dos Congolenses não são os mais apropriados. Atendendo ao facto de que as vendedoras ambulantes ocupam

aquele espaço porque não há um outro disponível, e como já várias vezes noticiámos o mercado dos Congolenses não tem espaço para albergar todas elas, pelo que, em vez de a Administração usar as autoridades policiais para expulsá-las, o que muitas das vezes termina com a desapropriação do negócio, devia primeiro indicar um local onde elas passem a comercializar os seus produtos respeitando o ambiente.

08.10.14 Muitos formandos vêm do Roque

Jornal de Angola 20 De Outubro de 2008

O Mercado Roque Santeiro é um mercado onde se encontra todo tipo de serviço dos ofícios ministrados no centro de formação. Ladrilhadores, serralheiros, electricistas, técnicos de informática, dentre outros. Um mercado fértil em clientes que nos próximos meses já não precisarão lidar com meros curiosos.

Rafael José Lemos é serralheiro há cinco anos. A falta de emprego, segundo o nosso interlocutor, obrigou-lhe a instalar-se no mercado e desenvolver actividade acima citada. Inscrito na área de serralharia quer aperfeiçoar a técnica e criar uma empresa. No Roque, o jovem, fabrica janelas, portas, gradeamentos e fogareiros. Seus clientes, como explica, nem todos são do Sambizanga. "Bem neste momento produzo para pessoas que vivem na Ilha, São Paulo, Ingombota e Cazenga", disse.

Rafael explica que boa parte das pessoas procuram pelos seus serviços por causa dos preços que tem praticado. "Em relação a outros sítios nós ainda praticamos preços mais acessíveis", concluiu.

08.10.15 Kwanza-Sul procura pôr em dia programa de crédito "Angola Jovem"

Jornal de Angola 22 De Outubro de 2008

A Direcção Provincial da Juventude e Desportos, no Kwanza-Sul, reuniu, no Sumbe, os representantes das organizações e de outras associações juvenis com carácter filantrópico, para passar em revista questões de índole organizativa e o grau de execução do programa "Angola Jovem".

O encontro foi orientado pelo director provincial da Juventude e Desportos no Kwanza-Sul, Manuel do Nascimento Rosa da Silva, tendo os participantes debruçando-se sobre o estado de legalização das associações e organizações juvenis e o grau de execução do programa "Angola Jovem", nas vertentes da juventude e desportiva.

Os participantes abordaram, igualmente, as perspectivas das associações e organizações juvenis para o quadriénio 2009/2012.

Manuel do Nascimento Rosa da Silva considera que os projectos ligados à juventude no Kwanza-Sul estão a um ritmo aceitável, mas apelou para o reforço do diálogo.

Os participantes ao encontro constataram a necessidade de concertação sobre os locais de implantação de infra-estruturas sociais da juventude, para corresponderem à ansiedade dos jovens.

Sobre a componente "Micro-Crédito", aquele responsável mostrou-se preocupado com o atraso que se verifica no desembolso dos valores ao Banco de Poupança e Crédito, no município de Porto-Amboim, retardando a abrangência para outros jovens que, também, aguardam ser contemplados. O director provincial da Juventude e Desportos fez saber que, até ao momento, a agência do Banco de Poupança e Crédito do Sumbe disponibilizou USD 100 mil dólares americanos, para atender os projectos dos jovens nos municípios do Sumbe, Amboim, Porto-Amboim.

O director provincial da Juventude e Desportos assinalou o avanço registado na construção de casas sociais para a juventude, cujas obras a cargo da empresa RMP Construções e Serviços vão responder às preocupações habitacionais dos jovens, tendo o empreiteiro garantido que 20 ou 25 moradias serão entregues, brevemente, aos seus proprietários.

O responsável anunciou que, no quadro do projecto "Despontar", a província recebeu das estruturas centrais um conjunto de equipamentos para a massificação desportiva, dentre os quais, equipamentos desportivos, tabuleiros de xadrez e cronómetros.

08.10.16 KPMG Angola lança estudo de pesquisa sobre banca angolana

Jornal de Angola 23 De Outubro de 2008

A taxa de conversão de depósitos em créditos nos bancos comerciais angolanos, em 2007, foi de 75 por cento, superando os 43 por cento alcançados em 2006, segundo o estudo de pesquisa sobre o sector bancário angolano de autoria da KPMG Angola, a ser publicado no dia 29 deste mês.

O administrador da empresa de consultoria e auditoria KPMG Angola, Luís Folha dela, sublinha ser ainda uma taxa muito abaixo em relação a dos mercados mais desenvolvidos, mas para um país como Angola é um crescimento bastante elevado num período de um ano, pois a economia está a gerar oportunidade de crédito.

Ao socorrer-se do estudo, Luís F. Olhadela disse que o crédito à economia cresceu 85 por cento, enquanto a carteira de depósitos registou um crescimento na ordem de 43 por cento, um desempenho notável na

actual conjuntura económica de Angola.

No período em análise, disse o interlocutor, pelo menos mil e 750 novos postos de trabalho, para técnicos licenciados e médios, foram criados, resultado da abertura de novas agências pelos bancos comerciais que operam no país.

Um dos factos que vem reflectido no estudo, segundo o administrador da KPMG Angola, é a diminuição da concentração bancária, troca de posições no ranking geral, fruto da entrada de novos operadores no mercado, tornando a "actividade mais competitiva e agressiva".

Outro aspecto analisado pelos especialistas responsáveis pelo estudo é o facto de alguns bancos angolanos, pela sua dimensão, virem a constar da lista dos mil maiores bancos do mundo.

No tocante à bancarização da economia, disse que a banca angolana ainda tem uma grande margem de crescimento, pois a taxa de penetração no sector está à volta dos 6,7 por cento e muitas empresas e pessoas singulares necessitam de serviços bancários.

A KPMG Angola, líder do mercado em serviços de auditoria e consultoria, foi a primeira instituição a promover um estudo sobre o sector financeiro angolano, pesquisa que foi publicada em 2005.

Em Angola desde 1996, a empresa KPMG conta com mais de 200 profissionais e faz parte de um consórcio com o BF A que está a assessorar tecnicamente a Comissão de Mercado de Capitais para a criação da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola.

08.10.17 Cabines privadas prejudicam operadoras de telefonia móvel

Jornal de Angola 23 De Outubro de 2008

O chamado "negócio do minuto", ou seja, cabines telefónicas privadas espalhadas pelos bairros da periferia de Cabinda, actividade ilícita, ganha corpo na província.

Praticado por pessoas oriundas da RDC, este negócio consiste em conceder chamadas telefónicas a interessados, com recurso a aparelhos expostos nas cabines, está a vulgarizar-se, devido às facilidades que encontra.

Ele permite a obtenção de lucros em curto espaço de tempo, em virtude dos seus promotores trabalharem à revelia das normas legais, na perspectiva de se furtarem às contribuições fiscais.

Os preços praticados variam em função da operadora: quando o utilizador pretende telefonar para a Unitel,

paga por minuto cem kwanzas, ao passo que para a rede Movitel desembolsa por cada minuto cinquenta kwanzas.

Atendendo à extensão do sinal de telecomunicações das duas operadoras da República Democrática do Congo, a Vodacom e a Celtel, até ao território de Cabinda, os "vendedores do minuto" utilizam os serviços destas empresas, proporcionando chamadas telefónicas internacionais com fins lucrativos para as pessoas interessadas, já que os preços praticados pelas duas operadoras congolenses são mais baixos que os da Movitel e Unitel.

Um cartão de recarga de 125 utt's da Unitel ou Movitel, vendido por novecentos kwanzas (aproximadamente onze dólares), quando utilizado na sua totalidade em chamadas internacionais, permite uma chamada de até dez minutos. Já o cartão da Vodacom ou da Celtel, no valor de cinco dólares, dá para falar cerca de uma hora.

Os mercados de São Pedro, Cabassango e das imediações do morro de Tchizo são os locais de eleição dos "vendedores de minutos"; Munidos de telefones com cartão de memória (chip) da Vodacom ou da Celtel fazem nestes mercados a sua actividade ilícita.

Para as chamadas telefónicas internacionais, a oferta é apetecível. O sinal é de mais fácil captação pelas operadoras congolenses.

A proximidade geográfica entre Cabinda e a região do Baixo Congo, da RDC, constitui um dos factores que influenciam a chegada fácil a Cabinda do sinal da Vodacom e Celtel, disse o director provincial de Cabinda dos Transportes, Correios e Telecomunicações, Otiniel Niemba da Silva.

Falando a propósito deste negócio que alguns cidadãos da RDC estão a fazer, com maior destaque no mercado de São Pedro, 12 quilómetros a Sul da cidade capital da província, que consiste em utilizar em regime comercial os serviços da Vodacom como da Celtel a partir do território nacional, Otiniel da Silva deplorou tal comportamento, dizendo que as autoridades competentes têm estado a desencorajar esta prática, procurando evitar que ela se generalize e venha a prejudicar a actividade das operadoras nacionais.

Para o director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, "não é tão grave quanto se queira fazer entender" o facto do sinal das duas operadoras da RDC invadirem o território angolano, porquanto "o sinal das nossas operadoras, nomeadamente da Movitel e da Unitel, também chega a alguns países vizinhos de Angola, daí não constituir problema".

O grande problema, segundo Otiniel da Silva, "reside no facto de certos cidadãos, maioritariamente da RDC, utilizarem estes serviços dentro do território nacional com fins comerciais, o que torna esta atitude, como disse, a todos os níveis, condenável, por causar

enormes prejuízos para os cofres do Estado, como também dificulta os próprios serviços que o país propicia aos seus cidadãos, concedidos por via da Movitel e da Unitel, uma vez que estas empresas precisam igualmente deste público que utiliza tais serviços".

De acordo com o director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, apesar dos sinais da operadora Movitel e Unitel também atingirem alguns países vizinhos de Angola, situação que na óptica daquele responsável "é impossível impedir, do ponto de vista técnico", não se pode aceitar que "candongueiros de redes de comunicações" estejam a desviar receitas do circuito económico de Angola.

"Eles conseguem receitas através destas pequenas actividades ilícitas que fazem, sem no entanto pagarem impostos", disse Otiniel Niemba da Silva, acrescentado que as autoridades competentes estão orientadas para agir em conformidade com a lei, caso os infractores continuem a praticar tais actos.

Otiniel Niemba da Silva não quantificou os prejuízos em termos financeiros que estes negociantes terão causado à economia nacional, mas foi peremptório em afirmar serem enormes, porquanto o volume de receitas que o Estado arrecada através da contribuição fiscal decorrente de serviços prestados à população pelas empresas licenciadas do ramo não é o real, devido à fuga ao fisco.

Governo quer acabar com este problema

Na visão do Director Provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações, Otiniel Niemba da Silva, o Governo, preocupado com este problema, acha que para se contornar a situação é imprescindível a implementação de um conjunto de projectos ao nível do sector das telecomunicações, com vista não só a melhorar a qualidade dos serviços a prestar à população, como também imprimir maior competitividade, no sentido de equilibrar os preços considerados por aquele responsável como sendo "onerosos".

Segundo esclareceu, uma das saídas encontradas foi estender o sinal da telefonia móvel, sobretudo da operadora Movitel, a todas as sedes municipais, para que a população faça uso das comunicações nas respectivas áreas de residência, sem ter de deslocar-se para o município sede (Cabinda), tal como acontecia anteriormente.

Mas, "a população alega que recorre àqueles serviços em virtude dos baixos preços que a Vodacom e Celtel praticam", sublinhou o responsável.

Lançamento do cabo de fibra óptica

Apar deste programa, o director provincial dos Transportes, Correios e Telecomunicações disse que um dos grandes investimentos que o Governo está a fazer no sector da comunicações e que certamente será um grande "boom" é o lançamento do cabo de fibra

óptica em toda a extensão da província.

Este projecto de subordinação central, segundo Otíniel Niemba da Silva, já está na sua fase de execução. Neste momento decorrem os trabalhos de escavações em algumas artérias da cidade de Cabinda visando este fim.

Conforme esclareceu o também engenheiro em mecânica hidráulica, o projecto visa, acima de tudo, melhorar a qualidade do sinal, por um lado, e por outro, pôr fim aos cortes súbitos ou mesmo interferências nas linhas telefónicas.

"Por via destes projectos todos, a população sairá a ganhar, já que depois de concluídos e associados à concorrência, os preços serão mais baixos, igualando com os que são aplicados por outras operadoras da região", disse Otíniel da Silva, que reconheceu serem extremamente baratos os serviços das duas empresas de telefonia celular do Congo Democrático.

08.10.18 Mercados municipais no Huambo contemplados com micro-crédito

Jornal de Angola 24 De Outubro de 2008

O gerente da agência do Banco Sol no Huambo, Alexandre Mande, anunciou, para breve, a criação de "micro-crédito solidário" nos mercados municipais da província do Huambo.

O gestor fez saber, em entrevista à ANGOP, que o micro-crédito solidário vai ser concedido a grupos de cinco elementos juntos dos mercados e praças municipais, assim como em comunidades associativas organizadas.

Alexandre Mande salientou, ainda, ser intenção do Banco Sol lançarem projecto designado "Certificado Solidário", caracterizado na captação de recursos a serem canalizados para a concessão de Micro-créditos aos munícipes.

"O certificado solidário é um depósito a prazo em dólares que qualquer pessoa pode fazer no Banco Sol durante 18 meses. Não será movimentado e terá, a princípio, uma taxa de rendimento de cinco por cento", explicou.

Alexandre Mande referiu que está, para breve, a abertura de um balcão do Banco Sol no município do Bailundo que fará chegar os produtos e serviços da instituição às zonas mais distantes da província.

Aquele responsável particularizou que o Banco Sol tem uma visão clara na luta pela erradicação da pobreza em Angola. Por isso, enfatizou, dispõe, para os clientes, produtos financeiros de natureza diversa que abrangem desde o micro-crédito aos financiamentos e créditos comerciais a particulares, pequenas, médias e grandes

empresas".

A agência do Banco Sol no Huambo, criada em Abril de 2006, tem contribuído para a melhoria da vida dos camponeses, enfermeiros e professores desta região, com a concessão de créditos.

08.10.19 "A maior parte das zungueiras são mães solteiras"

Novo Jornal 24 De Outubro de 2008

O sociólogo Aniceto Cunha avançou ao Novo Jornal que está a ser feito um estudo sobre as mães solteiras, onde se constata que a maioria são mulheres zungueiras. "No estudo, descobrimos que a maior parte das zungueiras são mães solteiras e é um facto que causou admiração, tendo em conta a sua rotina diária. Elas fazem um trabalho muito esforçado e muitas das vezes com bebés às costas. Quando procuramos saber onde está o pai, a resposta vem à "queima roupa": "Sou solteira".

De acordo com o sociólogo, o fenómeno "mãe solteira", em alguns casos, pode prejudicar a sociedade. "Uma família é constituída por pai, mãe e filhos, quando um não está as coisas complicam-se, porque os filhos precisam dos dois".

Aniceto Cunha considera que a realidade angolana é triste, porque o pai nem sempre está presente. São vários os motivos que levam os pais a ficarem longe dos filhos, mas os mais frequentes são a existência de outra família e o trabalho.

A ausência do pai tem sido, segundo o sociólogo, porta de entrada para muitos comportamentos desviantes, resultante de uma educação deficiente, o que pode acarretar problemas e perigos para a sociedade". Questionado sobre a existência de casos em que é a mãe que abandona os filhos, o especialista frisou que "são raros".

"Pode haver um caso ou outro de mães que abandonam os filhos, mas normalmente os filhos ficam com a mãe, excepto em casos que chegam ao tribunal e em que a justiça é que decide com quem ficam os filhos. Normalmente, a tutela é dada àquele que tiver melhores condições, quer em termos materiais, quer morais".

Na definição de mãe solteira cabem, segundo Aniceto Cunha, todas as mulheres com um ou mais filhos que não têm parceiro, independentemente do seu estado civil.

O sociólogo deixou um conselho à sociedade: "É preciso ter responsabilidade com os compromissos, principalmente com o sexo oposto, saber o que se quer, porque é nestas ocasiões que aparecem as gravidez indesejadas ou se corre o risco de contrair a doença do século, o Sida".

08.10.20 Preço do dia: 93 kwanzas

Novo Jornal 24 De Outubro de 2008

Os caminhos de terra batida que se desviam da estrada principal do Rocha Pinto e desembocam na casa de Paulina Makengo provam que nem tudo o que parece é. À semelhança dos muitos kimbos (aldeias) espalhados pelo país, estas ruelas da periferia, abertas na encosta que multidões em fuga tomaram de assalto durante a guerra civil, são limpas, silenciosas, respeitadoras. Terra castanha-avermelhada em contraste absoluto com o negro do asfalto - sujo, confuso, barulhento, agressivo - que liga Luanda ao seu sul, e é assumido como sinal de progresso. Urbano e rural num contraste que prova (se ainda houvesse dúvidas) que a pobreza também pode ser digna.

É nesta quase reconstituição de uma aldeia numa das mais movimentadas zonas da capital que Paulina Makengo mora. Lá para dentro do Rocha Pinto, numa pequena casa de bloco com um grande quintal aberto, convive com o marido, os nove filhos e mais "dois da família". São doze, no total. Chegou aqui em 1984, vinda do Uíje. "O meu marido já cá estava desde 1979. Começámos a construir pouco a pouco esta casa, que ficou pronta, como está, em 1988. Falta-nos rebocar, mas ainda não temos possibilidades de o fazer", diz, com um constante sorriso envergonhado.

No meio do quintal de terra batida, uma enorme árvore mistura o seu odor natural com um fumo doce e quase invisível. No chão, junto a um anexo do lado direito da habitação, um tabuleiro metálico preto fumeja lentamente. Paulina Makengo tira o cobertor que o tapa e mexe a jinguba que aí é torrada. É daqui que sai o sustento desta família: "Sou a única pessoa da família que trabalha. Os meus filhos estão a estudar e o meu marido está doente com um osso da coluna fora do sítio. Vendo moamba de jinguba no mercado do parque, no Rocha Pinto. O lucro é muito pouco. Muitas vezes faltam jinguba verde, e tenho que comprar a moamba ao quilo, por 200 Kz. Vendo-a depois por 250. Mas o que ganho nem é bem 50 Kz, porque tenho que pagar 15 por quilo aos rapazes que a torram e moem".

Contas feitas, descobre-se uma família que, no limiar da pobreza, consegue "andar para a frente", ainda que tenha que fazer "muitos apertos", seguindo um sistema de gestão familiar que Paulina instaurou. O orçamento diário é, no máximo, 15 dólares, o que corresponde a 1,25 dólares para cada um dos 12 habitantes da casa, todos dependentes de Paulina. Este valor, correspondente sensivelmente a 93 Kz, coloca esta família bem abaixo dos dois dólares diários por pessoa que as instituições internacionais definiram como valor-referência para medir a pobreza no mundo. Ainda assim, a "ginástica" que a líder desta família faz, permite-lhe comprar comida, pagar o estudo dos filhos e garantir os transportes "cada vez mais caros".

Esta gestão rigorosa dos dinheiros familiares tem também um outro objectivo: amealhar, todos os meses, cerca de 30 mil Kz. Com este dinheiro, Paulina reinveste no negócio da moamba de jinguba e previne-se para os anos em que a produção é fraca. Com este "fundo de maneiço" garante ainda o envio mensal de 150 dólares para um dos seus filhos, que "está a estudar de noite no Lubango".

"Estamos a lutar mesmo assim" "A pessoa tem que mudar de sítio e de vida sempre que tiver que ser." Com estas palavras Paulina Makengo fica em silêncio. Troca alguns olhares cúmplices com as amigas que assistem à conversa na pequena varanda da frente da casa. As gatinhas que a família cria dão um cacarejar da sua graça. O pequeno rádio que o marido de Paulina escuta, sentado num pequeno rebordo de cimento que acompanha a parede da casa que delimita o quintal, debita o desporto da manhã da "Rádio 5". A manhã está cinzenta, ameaça serenar.

Paulina regressa às palavras: "O tempo em que Luanda era fácil já acabou. A vida está muito cara". A solução é "lutar, porque se não fizer força você não vai conseguir". E lança a fórmula: "Quando cai um pouco de dinheiro compro um pouquinho de fuba e arroz que armazeno para nunca deixar faltar. Depois, quase todos os dias compro um bocadinho de carne ou peixe, porque não dá para pôr na arca, porque a energia falta". A "maka da luz" desperta, aliás, alguns sorrisos: "Energia meteram só agora, antes do voto. Mas está a falhar. Vem por esta hora [cerca das nove horas], vai às 18, depois vem à meia-noite, e estamos assim". Já em relação à água, não resta outra solução senão "acartar" para guardar no depósito que já construiu. Para lidar com os custos do dia-a-dia, "alguns muito difíceis", não lhe resta mais do que arranjar alternativas. Com a "doença" do marido, por exemplo, experimentou as limitações do sistema de saúde angolano, o único a que pode aceder. "Lutámos bué para tentar curar". O sistema público não deu resposta, era preciso ir para o estrangeiro. O marido acabou por "apanhar um medicamento tradicional e está a melhorar". Os medicamentos convencionais, sempre que necessário, Paulina procura-os no "mercado dos kwanzas".

Roupa, só "muito de vez em quando, não pode ser todos os dias", diz, com uma gargalhada. Apesar de tudo, considera-se uma mulher "feliz" e com um grande sentido prático, quando analisa a vida dos muito ricos que, em Luanda, convivem com a pobreza extrema. Paulina reconhece que "aqui tem gente que tem mesmo muito dinheiro", mas que isso é uma questão de "terem desde sempre um fundo" que lhes permitiu na vida. Sem queixas nem lamentações.

Que na varanda da frente da casa. As gatinhas que a família cria dão um cacarejar da sua graça. O pequeno rádio que o marido de Paulina escuta, sentado num pequeno rebordo de cimento que acompanha a parede da casa que delimita o quintal, debita o desporto da manhã da "Rádio 5". A manhã está cinzenta, ameaça

serenar.

Paulina regressa às palavras: "O tempo em que Luanda era fácil já acabou. A vida está muito cara". A solução é "lutar, porque se não fizer força você não vai conseguir". E lança a fórmula: "Quando cai um pouco de dinheiro compro um pouquinho de fuba e arroz que armazeno para nunca deixar faltar. Depois, quase todos os dias compro um bocadinho de carne ou peixe, porque não dá para pôr na arca, porque a energia falta". A "maka da luz" desperta, aliás, alguns sorrisos: "Energia meteram só agora, antes do voto. Mas está a falhar. Vem por esta hora [cerca das nove horas], vai às 18, depois vem à meia-noite, e estamos assim". Já em relação à água, não resta outra solução senão "acartar" para guardar no depósito que já construiu. Para lidar com os custos do dia-a-dia, "alguns muito difíceis", não lhe resta mais do que arranjar alternativas. Com a "doença" do marido, por exemplo, experimentou as limitações do sistema de saúde angolano, o único a que pode aceder. "Lutámos bué para tentar curar". O sistema público não deu resposta, era preciso ir para o estrangeiro. O marido acabou por "apanhar um medicamento tradicional e está a melhorar". Os medicamentos convencionais, sempre que necessário, Paulina procura-os no "mercado dos kwanzas".

Roupa, só "muito de vez em quando, não pode ser todos os dias", diz, com uma gargalhada. Apesar de tudo, considera-se uma mulher "feliz" e com um grande sentido prático, quando analisa a vida dos muito ricos que, em Luanda, convivem com a pobreza extrema. Paulina reconhece que "aqui tem gente que tem mesmo muito dinheiro", mas que isso é uma questão de "terem desde sempre um fundo" que lhes permitiu na vida. Sem queixas nem lamentações.

08.10.21 Novo Banco em Angola conotada a Fátima Roque

Angolense 25 De Outubro de 2008

Ventila-se em meios do poder político, informações que dão conta do surgimento de mais um banco no mercado angolano, cuja proposta ou pedido de abertura é atribuído a antiga Secretária para os Assuntos Económicos da UNITA, Maria Fátima de Moura Roque.

Fontes deste jornal não fizeram menção ao nome que terá a nova instituição bancária, mas garantem que contará com a participação de capital de influentes personalidades ligadas ao poder político, tendo, igualmente, adiantando que o processo foi alvo de estudo remetido a um "branch" equivalente a "inteligência económica," devendo aguardar aprovação do Conselho de Ministros.

Entretanto, insinuações de pessoas de "ma fé," consideradas tendenciosas, associam a agilidade no tratamento do processo do novo banco, como sendo

resultado de uma alegada vassalagem, consubstanciada na troca da aparição de Fátima Roque, numa actividade partidária do MPLA em Luanda, em Setembro último, declarando o seu voto ao "partido do coração".

As mesmas pessoas salientam que, a aproximação de Fátima Roque a personalidades ligadas ao poder político no país, acentuou-se através da embaixada de Angola em Lisboa, na pessoa de Assunção dos Anjos, ex-embaixador, com quem passou a ter laços cordiais. A ex-dirigente do "Galo Negro", segundo as fontes a que fazemos referência, era frequentemente chamada para cerimónias oficiais realizadas pela missão diplomática na capital lusa.

Em 2004 esteve na linha das figuras distintas de um encontro de quadros angolanos, em Lisboa, realizado pela FACIDE, uma organização que teve o encorajamento da Presidência angolana. Alguns dados atestam que, a aproximação de Fátima Roque a personalidades próximas ao MPLA, remota desde a sua expulsão das fileiras da UNITA, na década de 90.

Numa viagem feita a Luanda para contactos, a delegação da UNITA que ela acompanhava, teria notado a certa altura a sua falta, sem que a mesma tivesse justificado para onde teria ido. A informação chegou aos ouvidos de Jonas Savimbi de que, alegadamente, Fátima Roque teria mantido contactos à margem da missão, tomados por "traição". Savimbi retirou-lhe a confiança e expulsou-a do partido.

Não são conhecidos os seus dizeres contra a UNITA ou contra a pessoa de Jonas Savimbi, de quem diz ter muita consideração. Esteve no primeiro congresso que elegeu Isaiás Samakuva, figura da qual goza de boa amizade. Fátima Roque foi casada com Horácio Roque, presidente do grupo do banco (BANIF), uma instituição que festejou no passado dia 15 de Setembro, na cidade do Porto, os 20 anos de existência.

NOVEMBRO 2008

08.11.1 Micro-Crédito para 930 pessoas em Benguela

Jornal de Economia e Finanças 7 De Novembro de 2008

Mais de USD 185 mil foram disponibilizados pela Acção para o Desenvolvimento Rural Angolano (ADRA) durante este ano para um pacote de micro-crédito que beneficiou 930 pessoas na província de Benguela.

Segundo Maria Teresa Vitória, trabalhadora da ADRA, o objectivo do crédito é essencialmente facilitar a implementação de iniciativas de carácter económico e produtivo com o propósito de melhoraras condições de muitas famílias.

A responsável, que dissertou na conferência científica sobre alimentação e nutrição promovida em Luanda pela Associação dos Amigos e Naturais de Angola (ANANG), realizada nesta semana, disse que a ADRA continua a dar primazia para a concepção de créditos para reduzir o índice elevado de pobreza da população nas zonas rurais.

Como resultado da acção do micro-crédito nota-se já uma melhoria no acesso à alimentação das pessoas. As famílias que têm acesso ao financiamento podem diversificar a sua dieta alimentar e aumentar o seu efectivo animal.

Outro ganho que o micro-crédito já está a possibilitar às famílias beneficiadas é o aumento do terreno cultivado de acordo com a ADRA, as 62 famílias que receberam o incentivo aumentaram as suas áreas de cultivo de urna média de 1,5 hectares cada para 4 hectares.

A oradora afirmou também que para a promoção de segurança alimentar, no país é necessário aumentar a produção agrícola no sector familiar rural, apoiando sobretudo as mulheres. Isso pode ser feito, atreves da promoção de acesso aos insumos agrícolas, da capacitação técnica e em gestão para que os cidadãos possam ter meios de que necessitam para produzir o suficiente para a sua alimentação e também, para vender os excedentes

08.11.2 O fim do "Shopping Center" dos pobres

Folha 8 15 De Novembro de 2008

O mercado do Roque Santeiro tem fama de ser o maior espaço comercial a céu aberto de África e um antro de criminalidade de Luanda, mas hoje é apenas um "Shopping Center" dos pobres com os dias contados.

O velho Roque Santeiro nasceu no início da década de 1980, quando o País vivia uma das mais violentas

guerras de África e a capital de Angola era a "fortaleza" em que o povo procurava refúgio e segurança.

Foi inaugurado oficialmente em 1991, era o Mercado Popular da Boavista; mas todos lhe chamavam Roque por causa da telenovela brasileira "Roque Santeiro", esse foi o nome que ficou até hoje. Impôs-se em tamanho e em utilidade.

Quando tudo faltava na cidade, ali conseguia-se sempre uma porção de farinha de mandioca para o "Funje" que fazia fugi a fome são mais de 50 hectares cobertos por chapas de zinco, nas quais se vende de tudo, da maçaroca de milho assado ao mais moderno computador.

Da colina do Sambizanga, onde este fervilhante espaço está localizado, tem-se uma magnífica vista sobre a paradisíaca (à distância) baía de Luanda, mas todos os acessos rodoviários do Roque são um "inferno".

A confusão é total devido aos milhares de candongueiros (carrinhas de 18 lugares que são ainda o único transporte público de Luanda), muita poeira e fumo das lixeiras a arder, a forma que a população e os comerciantes do Roque encontraram para se livrar do lixo.

De fora, nada o indica, mas lá dentro tudo está organizado e é fácil chegar onde se quer. O administrador do mercado, Vitorino Kitokolo, confirma, "com orgulho", a ideia transmitida pelos vendedores. "Hoje, o Roque está pacificado, a criminalidade foi expulsa". O seu escritório fica no "coração" do mercado.

Uma das razões que catapultaram o Roque para as bocas do mundo foi a ideia de que este era também um importante entreposto de armamento ilegal, incluindo de guerra.

Dizem os mujimbo [rumores] que aqui se vendia desde maçarocas de milho as lança-roquetes. O administrador admite essa fama, mas diz não poder confirmar aquilo que nunca viu. Mesmo no centro do Roque fica a secção de informática. Não se vendem apenas computadores e todo o tipo de acessórios, instalam-se programas, vendem-se software e dezenas de jovens revelam a sua destreza no teclado pirateando tudo.

Sob as chapas de zinco, o calor é imenso, sobre o chão, em terra batida por muitos anos de serviço, quando chove, a lama impõe-se; mas a tudo isso o Roque Santeiro sobreviveu. Até agora.

O mercado não vai sobreviver à vaga transformadora que, desde 2002, com o fim da guerra em Angola, está a fazer de Luanda uma cidade nova. E o Roque é o passado.

Panguila, a 30 quilómetros a norte de Luanda, é a nova casa para os comerciantes do Roque Santeiro. As

instalações estão prontas, é um espaço moderno e limpo.

É o futuro, mas "distante demais" apontam os vendedores. A recusa em mudar para este novo local é generalizada. As dezenas de comerciantes do Roque afirmam sem titubear: "Para o Panguila não".

Adivinham-se tempos difíceis quando a administração municipal do Sambizanga der a esperada ordem para o fim do Roque Santeiro.

São mil metros de comprimento por 500 de largura com muita gente dentro. Cinco mil vendedores e, pelo Roque, passam 20 mil clientes por dia.

O administrador está confiante de que a mudança, ainda sem data marcada, vai ser pacífica, em virtude de acreditar que o Panguila, espaço moderno, "é que é bom".

08.11.3 Negócios de quase nada

Jornal de Angola 16 De Novembro de 2008

Mulheres novas, mulheres velhas, mulheres meninas, de passo apressado gritam pregões. Enchem a Mutamba e as ruas que saem da praça como raios de uma grande circunferência que é a velha Baixa Luandense. A cabeça das kitadeiras carrega bacias repletas de negócios de ocasião.

Elas levam à cabeça a renda de casa, as propinas da escola dos filhos, o pagamento da água e da luz, a roupa, o calçado, o milongo da diarreia e do paludismo. As mais novas carregam caixas, pilhas de produtos. E nas costas vão., as crianças que dormem ou olham indiferentes para o trânsito frenético.

O negócio a olho nu parece pouco ou mesmo nada: Mas, aquelas kitandas ambulantes são tudo para quem nada têm. Elas são dignas, comerciantes, mas cansadas. Vivem sob o sol escaldante e aos empurrões dos fiscais e polícias. Mas as kitadeiras são persistentes.

Como têm de dar de comer família quando chegam a casa, são obrigadas a enfrentar tudo, como verdadeiras heroínas. Maria Bassakwa, 58 anos é vendedora de galete.

Antes de optar pela rua da Alfandega vendia no mercado do Prenda. Com a abertura do comércio ao ar livre e com a transformação das ruas de Luanda" num imenso centro comercial, instalou-se a Baixa, onde os fregueses circulam a pé e sem pressa.

08.11.4 Kínguilas de rua viraram credoras

Jornal de Angola 16 De Novembro de 2008

Susana Guilherme, 34 anos, tem toda uma vida marcada pelo negócio de cambista de rua, vulgo "kinguila". Ainda tinha 18 anos, quando no início da década de 90 começou a engrenar no "kinguilismo ou cambismo de rua". De lá para cá nunca mais parou. Começa às sete da manhã, horário fixo. Todos os dias, à mesma hora, sentada a poucos metros do Terminal Aéreo Militar (TAM), abana ininterruptamente um "cacho" de notas, anunciando que troca a moeda nacional pelos desvalorizados dólares.

É uma "veterana" que conhece muito bem os meandros do negócio. Mas já há muito que não dá grandes proventos. Susana Guilherme recorda que há 10 anos o negócio era viável, mas agora entrou na onda das "vacas magras", muito em consequência das políticas monetárias adoptadas pelo Governo. "Por cada 100 dólares vendidos ganhamos 200 kwanzas e nem todos os dias são santos", lamenta. Já há alguns anos as "kinguilas" deixaram de ver no câmbio informal uma saída viável para o sustento familiar e a subsistência. As razões desta mudança são diversas. A primeira e mais importante advém do facto de o país estar a viver um período de estabilidade e controlo da inflação. Mas o surgimento de bancos e casas de câmbios é também uma razão de peso para a estagnação do negócio.

Para contornar a conjuntura, Susana Guilherme adoptou novos procedimentos. Já não se dedica apenas à troca do dólar pelo kwanza. Também concede pequenos empréstimos. Suzi, como é vulgarmente conhecida, tem uma franja de clientes a quem empresta dinheiro sem o mínimo de desconfiança. Os empréstimos rendem mais do que os câmbios. Um empréstimo de 300 dólares rende 450, margem de lucro de 150 dólares. É especulação! "Eu particularmente faço empréstimos a muita gente e devo dizer que é rentável, desde que as pessoas devolvam o dinheiro emprestado e os juros", disse.

Em São Paulo, a situação não foge à regra. Para Zinga, 29 anos, a saída é a persistência. "Já não se ganha muito com este negócio, as coisas mudaram e as pessoas estão a ganhar outra cultura, preferem os bancos", refere. Com uma média de clientes que vai dos quatro aos sete por dia, começou a sentir a necessidade de encontrar alternativas de negócio.

"Já temos outras alternativas, preferimos emprestar dinheiro com uma margem de juros, que geralmente vai aos 50 por cento. É a única via, embora nem todas as pessoas a quem emprestamos sejam confiáveis", conclui. Não obstante as mudanças, os (as) kinguilas não desistem da actividade. Ou porque não têm outras saídas para novos empregos e novos negócios, ou porque não têm qualificações académicas. Estas são as razões mais apontadas pelos novos credores de rua e de quintais.

As necessidades económicas da maioria da população, são ilimitadas, diz Angelina Imbo, que acrescenta: "por

isso não faz sentido parar de trabalhar ainda que isso signifique ganhar 50 kwanzas por cada 100 dólares".

08.11.5 Empurradas a vender na rua

Semanário Factual 21a 28 de Novembro de 2008

Algumas vendedoras do mercado do Quefica, na comuna do Benfica, município da Samba (Luanda) estão indignadas com a administração que gere a praça por colocar as quitandeiras a comercializarem os seus produtos fora do recinto, alegando que algumas mercadorias sujam a dependência.

Segundo apurou o Factual, as vendedoras de manga são as mais visadas com esta atitude da administração, porque na óptica do administrador, ao fazerem a venda deixam o espaço sujo, o que acarreta custos elevados para a sua limpeza.

Indignada com esta decisão, Marta Andrade, uma das vendedoras de manga, afirmou não compreender esta decisão, porque elas, como todos os outros vendedores, sujam o recinto, mas quando acabam as vendas no final do dia varrem, embora paguem um subsídio diário aos fiscais para manter a higiene no local.

"Como é que estes indivíduos nos correm deste local que foi concebido para ser usado por todos os vendedores sem distinção de mercadorias? Se querem luxo na praça, construam empreendimentos como o shoppings", desabafou irritada Marta Andrade.

Por sua vez, Julieta Cassete, vendedora há mais de 10 anos, deu a conhecer que nunca viu coisa semelhante, nem mesmo no tempo colonial, "porque os colonos colocavam as quitandeiras em locais próprios", recordou, triste com a actual situação.

"Eu era nova no tempo do Caputo e vi muitas situações que os negros viveram, mas o que está acontecer neste mercado é incrível, pois cada fiscal dá ordens e nós, por vendermos produtos do campo, não podemos estar dentro do recinto", desabafou.

Acrescentou acreditar que situações dessas podem incitar à revolta, pois todos os dias são atirados de um local para outro, sem que lhes seja dada uma satisfação plausível.

Segundo a interlocutora do Factual, os vigias do mercado do Quefica procuram extorquir dinheiro aos vendedores, mesmo as que comercializam produtos fora do estabelecimento.

"Nós temos que aceitar, pois temos famílias para sustentar. Eles cobram 50 kwanzas por cada caixa, por exemplo, agora o senhor jornalista imagina, dois fiscais a cobrarem em dois períodos o mesmo valor (...)", frisou.

"Já pagámos 200 kwanzas à cabeça pelo transporte, mas as caixas o mesmo valor, muitas das vezes as frutas estragam e nós não conseguimos tirar algum lucro, temos que aguentar estes chuladores", desabafou indignada a vendedora Domingas Bernardo.

Ela confidenciou que aguenta todos os dias ser "avacalhada" pelos fiscais, porque ela é quem aguenta a casa, uma vez que o marido está desempregado e vive apenas de pequenos biscates, que nem sempre aparecem.

"Se eu não aguentar esta confusão, como vou comer em minha casa? As crianças, como vão obter o material escolar". Como pagarei outras despesas", interrogou-se.

Segundo ela, se os mercados foram concebidos para permitir aos vendedores funcionarem em locais apropriados, como é que agora só certos produtos são que podem ser comercializados?

O mercado do Quefica, com novo visual depois das obras feitas aquando da reabilitação das praças de Luanda, na gestão do então governador Job Capapinha, começa a apresentar paredes sujas, lixo na entrada principal, próprio de uma má gestão da administração.

08.11.6 Governo de Luanda realiza feiras para retirar vendedores das ruas

Jornal de Angola 23 De Novembro de 2008

O Governo da Província de Luanda (GPL) começou, este mês, a implementar, em quatro municípios, o projecto "Feiras Itinerantes", com o objectivo de retirar de forma gradual e ordenada as vendedoras ambulantes das ruas.

Segundo uma nota do Governo de Luanda, outro objectivo das feiras é manter as vendedoras controladas e contribuir para o desenvolvimento urbano e sustentável da capital do país.

Reduzir o número de atropelamentos e acidentes na via pública, evitar o congestionamento e proporcionar ao cidadão o acesso sem constrangimentos aos diversos produtos de utilização costumeira, constam, igualmente, dos objectivos da realização destas feiras.

No município da Maianga, a feira será realizada em frente ao Hotel Fórum, enquanto na Ingombota as quitandeiras deverão concentrar-se no largo da rádio Luanda Antena Comercial (LAC).

O projecto Nova Vida foi o local escolhido para a feira no Kilamba Kiaxi, e no município do Rangel a feira itinerante será realizada no largo do Soweto.

Nas feiras, a decorrer das 9 às 17 horas, estão autorizadas a serem comercializados produtos hortofrutícolas, ovos, galinhas vivas e flores.

A nota do Governo de Luanda informa que as exposições serão realizadas todas as terças e quintas-feiras, bem como aos sábados. À semelhança das feiras itinerantes, o Governo Provincial de Luanda tem estado a promover feiras agro-pecuárias em cada final do mês, tendo sido já realizadas sete feiras do género, visando promover e desenvolver a produção do campo, facilitando a sua aquisição por parte do cidadãos.

O evento expõe em cada uma das suas edições produtos diversos, desde os provenientes do mar e aos do campo.

Se no passado, Luanda era vista como uma província que dependia dos produtos provenientes de outras partes do país, hoje em virtude da realização destes eventos, promovidos pelo GPL, a situação é diversa.

Luanda é uma potência agrícola e pesqueira, o que permite que os preços praticados nas feiras sejam acessíveis a qualquer pessoa que queira variar a sua dieta alimentar.

08.11.7 Ana, um exemplo "informal"

Novo Jornal 28 de Novembro de 2008

ESTAVA atrás de um pequeno balcão em forma de mesa, simpática e tranquila. Servia os convidados durante um intervalo de um colóquio realizado na Universidade Católica de Angola, sumos, bolos, uma coisa assim leve, agradável a meio da manhã.

"Trabalho com a minha tia, que tem formação em pastelaria", começa por dizer Ana Santos, de 34 anos e dois filhos. Neste momento, "leva" uma pequena empresa com a família, que se dedica a fornecer pequenos-almoços e refeições para eventos públicos. Têm 12 funcionários, mas antes, começou "por ter uma loja na Feira Ngoma, onde vendia vestuário, calçado que, por sua vez, era adquirido no Brasil, na Namíbia e na África do Sul". Ana deslocava-se para aqueles países, adquiria a roupa e depois vendia na sua loja "informal", mas que custava "400 dólares por semestre". "E olhe que vendia bem!", avisa.

Tudo parece correcto, informalidades à parte. Só que a vida dá voltas que nem sempre são bem-vindas, parecem "acidentes da vida", como classificou Ana Santos.

No regresso de uma das viagens ao Brasil, encontrou no seu apartamento próprio (com o dinheiro do negócio já tinha adquirido casa) um cenário de horror, com os detritos da fossa do prédio a invadirem a sua casa. Resultado: nos últimos três anos foi necessário aplicar as poupanças no aluguer de um novo espaço, mas abandonou a antiga loja e teve de procurar novos rendimentos para sustentar a família e as obras a efectuar.

"Fiz trabalhos administrativos, dei formação em informática e recursos humanos, ao mesmo tempo que

fui trabalhando na casa acidentada. Ainda gostaria de aprender a montar redes informáticas!"; surpreende Ana, enquanto vai arrumando os sumos e restos da actividade daquele dia.

Ou seja, teve de recorrer ao mercado formal de emprego, de forma a garantir recursos fixos para se reequilibrar.

Ana Santos tem o curso pré-universitário concluído, mas demonstra um dinamismo que poderia ser enquadrado numa incubadora de empresas, por exemplo: "Tenho o sonho de abrir uma colónia de férias, não há nenhuma em Angola. Acho que faria um grande sucesso!", concretiza Ana Santos. M.G.

Desempregados trabalhadores

É UMA REAUDADE bastante óbvia para todos os angolanos, literalmente de Cabinda ao Cunene: a existência de mercados e actividades ditas "informais", que acabam por ser o sustento de numerosos aglomerados familiares. Vende-se, troca-se, negocia-se de tudo, colchões, camisas, jornais, óculos ray-ban - pirateados, óculos ray-ban oficiais, mandioca - fresca, cozida, frita e mais o jindungo, ovos, cenouras, maçãs importadas e maçãs do Lubango, azedas e verdes-riscadas.

Só que esta actividade levanta uma série de questões, algumas do foro sociológico, outras direccionadas para a questão demográfica, outras ainda que estão directamente relacionadas com o contexto social e até económico de Angola. A maior das questões será: "Estas pessoas, que obtêm um rendimento mas que não estão enquadradas socialmente, são desempregadas ou não?". E logo de seguida vem outra, um pouco à laia de atacado e que toca uma questão sociológica, sobretudo: "Quem são estes "informais"? Vieram de onde, ficam a vender onde, são casados ou não, têm filhos ou não?".

Relativamente à primeira questão, a resposta veio pela voz de Corina Jardim, actual directora-geral do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP). "É uma boa pergunta", arranca a dirigente, por entre sorrisos. "Bom, podemos dizer que estas pessoas têm trabalho mas não estão empregadas", explica.

A partir daqui já arrancam com uma boa definição. Quem está "empregado" tem de cumprir com uma série de requisitos para ser considerado como tal: ter um rendimento fixo e gozar de todos os seus direitos, previstos na lei Geral do Trabalho (férias, subsídios, descontos para a Segurança Social, contrato de trabalho). Quem está na "rua" ou a fazer "táxi", não se enquadra nesta "equipa".

D. Antónia é um bom exemplo. Veio de Malange há 32 anos, fugi da das "guerras e confusões", para se vir instalar na casa de um tio, ali na zona do Zé Pirão (Maculusso), em Luanda. "Nunca trabalhei", diz a "mamã" Antónia, cinco filhos, ao Novo Jornal,

enquanto assa, naquele vira-que-revira, umas bananas bem amarelas. Segundo a definição do INEFOP, não será bem assim, Antónia nunca esteve empregada, mas o que é certo é que trabalha todos os dias, desde há 12 anos, e no mesmo local. Vende vinho de pacote, cigarros, um pouco de tudo. "Compro a mercadoria nos principais mercados da cidade, como nos Kwanzas, no Roque...", explica a "trabalhadora" Antónia.

O sociólogo, Demógrafos e professor universitário João Baptista Lukombo diz que, para se atacar este problema, é necessário fazer-se um "levantamento estatístico profundo". "Até porque qualquer condição humana deve ser registada", começa por dizer. "É fundamental perceber quem são estas pessoas, onde estão e donde vêm, só depois podemos encontrar soluções", acredita o professor Lukombo. "Criar novas praças é que não é solução, até porque esta actividade atrai cada vez mais pessoas", avisa. A doença é conhecida mas, até ver, as medidas de combate ao comércio informal não têm sido consequentes. Se é verdade que o INEFOP já tem os "seus serviços espalhados por todo o território nacional (e aqui incluem-se Centros de Formação Profissional, de Emprego e de Reabilitação Profissional), se é verdade que têm sido construídos diversos Pavilhões de Artes e Ofícios (a meta será 1 por município) no país, também não deixa de ser real a falta de informação e de acompanhamento institucional que grassa pela juventude, por exemplo.

"O mercado informal é eminentemente feminino e com base em redes familiares. Convenhamos que é muito mais fácil uma pessoa introduzir-se e sustentar-se na informalidade, mesmo para os que vêm das províncias", diz Lukombo. Este argumento também atinge a problemática da demografia, já que, e segundo o interlocutor, "tem que haver uma grande preocupação com tudo o que é interior".

É neste sentido que se enquadra a diversificação da economia nacional, mesmo para criar novas oportunidades e centralidades noutras regiões do país, evitando a quebra de estruturas comunitárias e das relações familiares. A agricultura, a pecuária, as pescas e o desenvolvimento de pólos industriais no interior são apontados como os sectores de mão-de-obra intensiva, formal e enquadrada, facilitando desta forma a introdução da população activa no mercado de trabalho.

08.11.8 Nobel da Paz defende comércio informal

Novo Jornal 28 de Novembro

ANGOLA, nestas questões do emprego, apresenta uma realidade que pode ser irmã de outras, sobretudo no continente asiático, sul-americano e africano. Isto significa que o peso do mercado informal nestes locais é enorme, sendo que a realidade do desemprego é substancialmente diferente nos países europeus, onde as actividades viradas para o auto emprego (ou auto-

sustento) são olhadas de forma depreciativa e ilegal.

Mas há quem discorde e defenda o comércio informal: um dos mais activos é o Nobel da Paz e natural do Bangladesh, Mohammad Yunus, fundador do Grameen Bank e precursor do chamado micro-crédito. Numa entrevista publicada pelo jornal francês "Le Monde" (no início da crise financeira) o economista avança com críticas e ideias que podem ser consideradas de vanguarda ou antecessoras de uma nova ordem mundial.

Yunus ataca o sistema financeiro actual, que deixa de fora os mais pobres por serem descapitalizados, não podendo assim recorrer ao crédito: "Os bancos não enxergam que uma actividade independente" e informal "constitui um verdadeiro trabalho". E diz mais:

"Porque é que as pessoas deveriam esperar ser empregadas? Porque não ajudá-las a criar a sua própria actividade?", financiando-as.

"Os pobres dos países em desenvolvimento não esperam que as grandes empresas os remunerem", acredita o Nobel da Paz. Na sua opinião, "é preciso sustentar essa energia [informal] por meio do crédito popular, fornecendo-lhes ferramentas económicas.

08.11.9 A guerra entre as zungueiras e a polícia, continua

Folha 8 29 De Novembro de 2008

Todos os dias das 06 às 19 horas, assiste-se a correrias e poucas-vergonhas. As quitandeiras acusam a polícia, para além dos açoites que recebem, de confiscar suas mercadorias para serem vendidas no escuro. Polícia defende-se: Artigos confiscados têm sido encaminhados para o Beiral. Argumento difícil de se comprovar. O certo é que: o cenário que nos é dado à ver nas praças ambulantes dos arredores do mercado dos Congolenses, é triste e desolador. Governo provincial tem planos para decorar as bermas das estradas, mas não tem soluções no imediato para acomodar aquela gente pobre que no fim do dia, por vezes nem sequer chega a vender o suficiente para pagar candongueiro de regresso à casa. Como variadíssimas vezes se disse: "Governar é saber prever. Antes de se destruir, é recomendado que se construa primeiro". Esta gente que está na zunga, não tem formação, se estudou não tem culpa de não ter um emprego. Portanto, não tem outra forma de se desenvelhar na vida, senão zungar ou meter-se na prostituição que não é apanágio de toda gente. Pois, ser pobre não é ser prostituto. Em Angola ser pobre não é crime de mãe, é crime de governo que nos governa.

DEZEMBRO 2008

08.12.1 Reforma para os informais

Novo Jornal 5 de Dezembro de 2008

Os trabalhadores informais independentes sem nenhum vínculo laboral com empresas públicas e privadas devem ter a possibilidade de constituir o seu fundo de pensões junto do Instituto Nacional de Segurança Social.

A iniciativa da associação Vanguarda Visionária, que pretende analisar o regime tributário, quer encontrar formas para que os vendedores ambulantes, lavadores de carros, vendedores de mercados e todos quantos não possuam Vínculo contratual formal com qualquer entidade oficial possam pagar uma prestação mensal ao Instituto Nacional de Segurança Social que lhes garanta o acesso a uma pensão de reforma quando deixarem de trabalhar. "Estamos preocupados com os problemas presentes e não queremos que se arrastem no futuro", disse Marcos Pereira, da Vanguarda Visionária.

Tratando-se de informais sem um rendimento fixo, a modalidade da prestação passaria pela criação de um regime específico "através da elaboração de um programa próprio" que, de forma organizada e cuidada, lhes pudesse garantir uma velhice tranquila.

O desenvolvimento do país e o crescimento da população tem-se reflectivo em alguns casos de forma negativa na população activa, estimada em 8 milhões de cidadãos, onde cerca de 25% exerce uma actividade informal.

A possibilidade de contribuição para a Segurança Social desta franja da sociedade poderá fazer com que "trabalhadores de hoje não vivam no futuro dependentes de esmolas ou de caridade de terceiros e possam ter dignidade" Alguns trabalhadores informais ouvidos pelo NJ mostram-se optimistas com a possibilidade de garantirem uma reforma. É o caso de João Pedro, lavador de carros. "Poderia pagar agora para ter um vencimento na velhice", remata o jovem.

Manuela, que "deambula" pelas ruas de Luanda com o seu filho nas costas, mesmo não entendendo bem o que significa uma reforma vai dizendo que gostaria de ter uma velhice mais calma do que a vida que tem hoje. "Não gostaria de ter uma velhice a vender nas ruas", conclui.

O director do Plano de Modernização do Instituto Nacional de Segurança, Manuel Moreira, não descarta a possibilidade dos Informais descontarem para a Segurança Social.

"Pensamos que futuramente será possível o seu enquadramento, mas deverá obedecer a alguns princípios básicos utilizadas na Segurança Social, nomeadamente o princípio da contribuição", esclarece

Manuel Moreira.

Mas para que isso aconteça esta classe de trabalhadores terá que garantir alguns mínimos passíveis de contribuição, tendo como referencia o salário mínimo vigente.

O actual regime contributivo da Segurança Social já contempla a participação de profissionais por conta própria como cantores, compositores musicais e membros do clérigo, desde que respeitam o requisito de não fazer parte do regime de protecção social obrigatório.

08.12.2 Centro Sul abastece Luanda com mais de 50 toneladas de produtos de campos

Cruzeiro do Sul 6 a 13 de Dezembro de 2008

Mais de 50 toneladas de produtos do campo, são abastecidos diariamente nos diferentes mercados da capital do país, com origem no centro sul, especialmente nas províncias de Benguela, Kwanza-Sul, Huambo e Huíla.

O cruzeiro visitou estes locais, especialmente a praça do Catintom, localizado por trás do aeroporto militar de Luanda, vulgarmente conhecido por terra vermelha. Ali, o nosso jornal viu e ouviu de quem faz Luanda-centro sul, e vice-versa seu troço para ganha-pão, trazendo na manga produtos do campo desde tomate, mangas, cebola, repolho, abacaxis, abacate, cruela e muito mais.

Apesar da confusão de gente que entra e sai da praça, num ambiente totalmente perturbado com gritarias em todos os cantos da praça, onde tudo e todos se completam, na compra e venda de produtos diversos, Francisco Henriques, pequeno comerciante da província do Kwanza-Sul, faz três a quatro viagens por mês. De Kwanza-Sul Luanda ele trás 30 à 50 caixas de tomate para vender. Aqui o comerciante vende a caixa de tomate entre 700 e 1500 kwanzas, de acordo com o movimento dia.

Para trazer o produto, numa longa kilometragem que separa Luanda a Kwanza Sul, Francisco Dingos paga 400 kwanzas de frete por cada caixa de tomate.

João Ernesto, agricultor a mais de vinte anos no município da Gabela (Kwanza-Sul), a seguiu ao Cruzeiro do Sul que os produtos ali comercializados, 100% provém do campo.

O agricultor disse também que no local onde fazem os carregamentos são atestados mais de cinco viaturas por dia com produtos diversos.

"Esta época, a produção não atingiu a cifra desejada por falta de adubos", frisou.

O interlocutor mostrou-se insatisfeito pelo facto de estarem a receber adubos com prazos de validade ultrapassados e os titulares dos cargos na Direcção Provinciais da Agricultura do Kwanza-Sul apropriaram-se da maior parte das sementes e adubos.

Segundo ele, face a esta situação os agricultores daquela província, estão a comprar os fertilizantes a preços altíssimos. O quilo custa 10.000 Kwanzas.

Domingas Passagem, retalhista dos produtos que provém do Kwanza-Sul, disse ganhar 100 Kwanzas em cada caixa que revende.

Dado o tempo que vem vendendo naquele mercado, já fez amizades com muitas zungueiras que buscam o produto de crédito (kilapi) para entregar o dinheiro no dia seguinte.

Para além do tomate, a senhora também vende produtos como mandioca, cruel a, jinguba, banana e ananás.

Lucinda Manuel revendedora de cebola a mais de dez anos na praça do catintom (praça nova) localizada por detrás do Terminal Militar na Rocha Pinto, disse que o seu produto provém da Huíla.

"A cebola é tão boa que os clientes não perdem por esperar para comprar os trinta a quarenta sacos que ela recebe diariamente e vende à 2500 kwanzas.

Enquanto muitos faziam somas dos valores obtidos nas vendas durante o dia, dona Zelita António, vendedora de repolho mostrava o rosto invadido pela tristeza por ter vendido pouco. Ermelinda da Conceição, disse ao cruzeiro que decidiu vender o carvão para melhor render, porque são poucas vendedoras trazem carvão de qualidade como o do Huambo.

A vendedora de carvão garantiu que os produtos ligados a cozinha maioritariamente venham das províncias como Huambo, Huíla, Kwanza-Sul e Benguela.

08.12.3 Kikolo do comércio à desordem... um passo

Semanário Factual 12 a 19 de Dezembro de 2008

De manhã cedo, milhares de vendedores deslocam-se ao Kikolo, quer sob chuva ou sob sol ardente, para prepararem a jornada laboral, que termina somente ao cair da noite, com gente a correr de um lado para outro à procura de material para construção, com dezenas de carrinhas despejando ferros, chapas de zinco e de lousalite, sacos de cimento, de areia, rolos de arame, telhas, sacos de pregos, martelos, enxadas, catanas, pás, escadas de metal, mangueiras de água, tanto material que se pode considerar o mercado do Kikolo uma loja a céu aberto.

Devido a esse facto em conta que o Kikolo é fronteiro à Petrangol e à Cimangola, todos os materiais para construção civil "aterram aí", atraindo centenas senão milhares de compradores, que na compra regateiam os preços, muito mais baixos do que no mercado formal.

A história do surgimento do bairro do Kikolo é semelhante à história da Petrangol, onde espaços vazios foram ocupados por pessoas necessitadas de terrenos para construção, sem ordem, de casas de blocos de cimento, de chapas de zinco, sem comodidade, sem canalização de água, sem energia eléctrica, tanto que à noite o Kikolo se parece com uma floresta cheia de pirilampos, devido a "puxadas", pese a existência de postos de transformação (PT) s) privados, porque a energia oficial é uma raridade.

Mas a população, constituída por gente vinda de várias zonas de Angola e de países vizinhos, como o Congo Brazzaville e o Congo Kinshasa, encontrou "poiso" no Kikolo, partindo para o comércio como modo de vida. Por isso, uns são artesãos, outros serralheiros, outros carpinteiros, e outros apenas vendedores sem profissão, mas todos têm o mesmo fim:

Sair do Kikolo tarde, com algum lucro no bolso, principalmente nesta altura em que a procura por materiais de construção aumentou, pelo "canteiro de obras" em curso em Luanda e pelo país adentro.

Mas para se chegar ao Kikolo, o cliente tem de passar por peripécias que vão da dificuldade em conseguir um carro alugado ao "terrível" engarrafamento de camiões com contentores que utilizam a via de Cacuaco para sair de Luanda.

O Factual esteve no Kikolo e mostra ao leitor que, de facto, ir ao Kikolo é um bico-de-obra, porque são horas de espera, fadiga, aborrecimento e stress. No fim do dia, o regresso à casa é um alívio apenas momentâneo, porque no dia seguinte é a mesma rotina.

COMÉRCIO

Kikolo e comércio têm o mesmo significado quando se trata de comprar ou vender algum material de construção. Esse comércio começou de forma incipiente mas, com a expansão do mercado nos últimos anos, o Kikolo "chamou a si" o direito de ser o maior vendedor de materiais de construção em Luanda.

Porém isso não alterou o "status quo" do bairro, que continua a ver no comércio a saída para uma vida mais folgada dos seus habitantes.

"É verdade, o Kikolo é mesmo uma zona de comércio, aqui há de tudo, não é um Roque Santeiro mas é importante", explicou ao Factual o vendedor Alfredo Narciso, que afirmou ser um dos mais antigos no mercado Kikolo.

Para ele, que vende enxadas e martelos, o mercado é muito concorrido, "porque aqui se encontra de tudo o

que se precisa".

Mas Florindo Cruz, vendedor de escadas de metal, argumentou que o mal do Kikolo são os engarrafamentos diários de grandes camiões, "o que prejudica o nosso negócio porque afasta os clientes", acrescentou.

"O clientes vêm ao Kikolo, por exemplo, às oito horas, mas devido aos engarrafamentos só chegam por volta das 11 ou 12 horas, o que é chato", referiu, desolado, Florindo Cruz.

Cientes abordados pelo Factual fizeram saber que há muita desordem no Kikolo, porque os camiões não respeitam ninguém quando transportam contentores, tendo assistido já a acidentes entre veículos sem razão, apenas por "birra" dos motoristas que se acham com o direito de usar a estrada, a única que dá acesso ao mercado e a Cacuoaco.

"A estrada não é larga, só tem um sentido e esses motoristas de camiões abusam como se fossem os donos", afirmou o jovem Albertino Sapato, motorista de um táxi que levada clientes para o mercado do Kikolo. Para ele, é preciso alargar-se a via porque é essencial para abastecer o mercado do Kikolo ou levar mercadorias para outros destinos.

Porem, a esperança de alguns vendedores é ver melhorias na estrada principal porque, hoje por hoje, o comércio no Kikolo "já é rei", como manifestaram, alegres.

O BAIRRO DO KIKOLO

Gente carente de casas procurou ao longo do tempo um lugar para morar e o sítio escolhido foi a região do Kikolo, uma extensão do bairro da Petrangol que está desprovida de beleza, de estradas asfaltadas, sendo as casas construídas de blocos de cimento e de chapas de zinco, desordenadas, sem reboque e aglomeradas porque foram erguidas sem um plano urbanístico oficial.

Como consequência, as casas não foram dotadas de canalização de água, pelo que os moradores se desdobram pela manhã, com baldes e bidões à cabeça ou em carrinhos de mão, à procura do precioso líquido.

E que no Kikolo não existem fontanários e a população tem de se deslocar a grandes distâncias, nomeadamente crianças em idade escolar.

"Não é complicado transportar água todos os dias? indagou o Factual a duas jovens que, com banheiras à cabeça, chegavam à casa no Kikolo, tendo uma delas respondido: "Não há outra solução, senhor, jornalista, ainda bem que está ver, porque não escreve? aqui a situação é essa"!

Mas o Factual ficou a saber que também o Kikolo está no programa do Governo para a sua requalificação, à semelhança da Petrangol ou de Cacuoaco, embora fontes contactadas no local não tenham avançado datas.

O Kikolo não tem ruas asfaltadas, apenas de terra batida, entre vivendas precárias, sem luz eléctrica, sendo à noite uma zona escura, com os perigos que ela

pode acarretar, aticando a delinquência que se faz sentir, às vezes.

DELINQUÊNCIA

Sendo uma zona de comércio, o Kikolo tem sido assolado periodicamente por meliantes, que se aproveitam da confusão reinante no mercado para roubarem carteiras de clientes distraídos.

Porém fora do mercado raros são os casos de delinquentes a roubarem casas ou bens expostos à porta, porque os moradores "são de poucas posses", como deu a conhecer o ancião Luvualo Dindo, de 60 anos e a viver numa casa coberta de chapas de zinco.

Segundo ele, só o mercado do Kikolo atrai gatunos, por causa das coisas à venda, como por exemplo comida ou bebidas, porque ferramentas ou materiais de construção "não trazem apetite aos gatunos", referiu.

"Aliás, no Kikolo existe a polícia que patrulha a área e quando isso acontece os meliantes fogem como o "diabo da cruz", acrescentou Luvualo Dindo, com um sorriso no rosto, em sinal de satisfação por falar ao Factual.

Na altura em que o Factual se encontrava no Kikolo, dois carros patrulha circulavam pela área, para mostrar a prontidão das forças da ordem em manter a tranquilidade da população local.

08.12.4 A história não se repete?

A Capital 13 De Dezembro de 2008

Embora se enquadre nos esforços tendentes a melhorar a ordem urbana da capital do país, o facto de visar os vendedores de rua, vulgarmente chamados de «zungueiros» que nada mais são senão vendedores ambulantes, a medida do GPL, como o consideram analistas sociais, tem pouca margem para chegar a 50% da sua implementação.

Sustentam esta convicção com o facto de os ambulantes serem «fugitivos» dos mercados onde acham que perdem tempo, preferindo a rua em busca de resultados imediatos, para além da fuga ao fisco. Isso, por si só, defendem, vai fazer com que arregimentá-los nas «feiras itinerantes» seja literalmente impossível.

Para justificar este argumento, os nossos interlocutores se basearam na indicação do projecto do GPL, segundo a qual, «estão autorizados a serem comercializados nas feiras itinerantes, produtos horto-frutícolas, ovos, galinhas vivas e flores», o que deixa em aberto o destino aos vendedores diferentes dos indicados, que podem constituir a maioria.

A inspiração deste projecto nasceu de um outro, também da autoria do GPL, igualmente já em curso há mais tempo, que entretanto contempla apenas produtos agro-pecuários. Por isso se designam de feiras agro-

pecuárias, realizadas a cada final de mês, tendo já sido realizadas sete do género. Com estas, o GPL se propõe «promover e desenvolver a produção do campo, facilitando a sua aquisição por parte dos cidadãos». São expostos nas feiras agro-pecuárias produtos diversos, desde mariscos aos campestres.

No senso comum as feiras agro-pecuárias se têm traduzido numa boa promoção, há muito desejada, dos produtos dos camponeses, na maioria das vezes vendidos a custos que não compensam o esforço consentido no seu cultivo. No entanto, é uma receita que não se ajusta à luta contra a redução de vendedores de rua.

08.12.5 Profissões em risco de extinção

A Capital 13 De Dezembro de 2008

Profissões, como ourives, relojoeiros, sapateiros, actualmente, não são desenvolvidas, nem consideradas como válidas, sobretudo pela juventude que, visivelmente, as relega para segundo plano. Ainda assim, há um remanescente de praticantes das mesmas.

Alguns por as terem herdado de seus progenitores, outros por terem visto nelas, uma solução para o desemprego. Outros ainda foram lá ter pela fatalidade do destino. Contraíram uma deficiência física, e, então, procuram empregos menos cansativos.

«Quando comecei, não esperava que viria a ser, definitivamente, a minha profissão, depois de abandonar a vida militar. Mas, tão cedo apercebi-me que, com ela, poderia sustentar a minha família», assegurou Adão Francisco, de 49 anos, alfaiate de profissão. Ele frisou, por outro lado, que na actividade em que cada um «é dono do seu nariz», a chave do sucesso reside na qualidade do serviço que se presta.

Já Alfredo José, sapateiro há 20 anos, hoje em dia, considera que «as pessoas pensam que esta profissão consiste apenas em remendar sapatos. Julgam ser uma profissão suja, enquanto, na realidade, é muito mais do que remendar».

«Até porque, com excepção de algumas zonas rurais, ninguém mais usa sapato remendado», acentuou, acrescentando que é difícil ver um sapateiro jovem. «Não porque já está empregado, mas por considerar baixo ser-se sapateiro». Admite, por isso, a hipótese de a profissão correr risco de extinção.

E se os sapateiros temem pelo desaparecimento da sua profissão, o mesmo não dizem alguns relojoeiros. Segundo eles, a profissão é de fraca concorrência por haver muitos relógios à venda e a baixo preço. «As pessoas preferem comprar um novo relógio, em vez de mandarem reparar o avariado», ilustra Manuel Kizango, para quem isso contribui para que o ofício seja pouco

rentável.

Seja como for, refere Kizango, há pessoas que ostentam relógios caros que, quando avariados, recorrem ao relojoeiro. «Graças à nossa mestria é que estamos aqui a trabalhar e espero incorporar um dos meus filhos nesta profissão», enfatizou.

Outra arte que resiste ao passar do tempo é a de ourives. São necessárias, mas, na nossa reportagem verificamos que, nas ouriversárias, que em Luanda se contam aos dedos, o negócio não vai tão bem assim.

Os utentes desses estabelecimentos preferem não se dedicarem, unicamente, à venda e reparação de jóias. Ai de quem assim pensar, pois, não estaria a fazer negócio algum, conforme disse Maria do Céu, funcionária de uma das ouriversárias do coração de Luanda, sita no bairro Maculusso.

«Aqui, às vezes, passamos semanas sem vender nem reparar nada. A única coisa que vendemos quase sempre são alianças», observou ao adiantar que, para cobrir a lacuna, a empresa se dedica, igualmente, à venda de lentes e armações de óculos, para além de fazer consultas ópticas.

Apesar de antiga, a ouriversária, de acordo com Do Céu, tem apenas um funcionário com vocação para a reparação de jóias.

«Neste momento, está fora do país e, assim, mesmo que apareça um cliente, na sua ausência, não podemos fazer nada, mas os outros trabalhos continuam».

08.12.6 GPL quer retirar vendedoras de rua com feiras itinerantes

A Capital 13 De Dezembro de 2008

E nesta época festiva, a mais participativa de cada ano, que a avalanche de vendas se multiplica. Por um lado, os grandes armazéns, casas comerciais, mercados e supermercados procuram abarrotar as suas montras com os produtos convencionados para a quadra festiva, não obstante a subida dos preços, muitas vezes especulativos.

Por outro lado estão os vendedores retalhistas que, também, não cruzam os braços, aproveitando-se da procura galopante de bens. A invasão destes às ruas aumenta, no exercício daquilo a que se chama «zunga». «zunga» já se tomou uma actividade informal trivial no nosso país, tendo como principal foco a cidade de Luanda, para onde afluem centenas de vendedores de vários recantos de Angola em busca de rendimentos.

Para as autoridades governativas da província de Luanda banir esta prática tem sido uma luta quase impossível. Apesar de a considerar uma transgressão administrativa, o Governo da Província de Luanda

(GPL) parece não encontrar a melhor fórmula. Serviu-se do recurso à força policial sem sucesso, tentou com a construção e renovação de mercados para onde tencionou encaminhar a maioria de vendedores ambulantes (zungueiros), algo que também não resultou.

A nova medida «mágica» que o GPL pretende implementar é o projecto, iniciado no mês passado, em quatro municípios de Luanda, de «Feiras Itinerantes», com o objectivo de «retirar gradualmente e ordenada» as vendedoras ambulantes das ruas».

O GPL disse, em nota recentemente publicada, preconizar igualmente com estas feiras «manter as vendedoras controladas e contribuir para o desenvolvimento urbano e sustentável da capital do país», para além de «reduzir o número de atropelamentos e acidentes na via pública, evitar o congestionamento e proporcionar ao cidadão o acesso sem constrangimentos aos diversos produtos de utilização costumeira».

O documento do GPL esclarece que a feira do município da Maianga será realizada de frente o Hotel Fórum, a da Ingombota no largo da rádio Luanda Antena Comercial (LAC), enquanto a feira do Kilamba Kiaxi deverá ser realizada no projecto Nova Vida. No município do Rangel a feira itinerante estará no largo do Soweto, todas elas a decorrerem nos períodos que vão desde as 9h00 às 17h00, de todas as terças e quintas-feiras, e ainda aos sábados.

08.12.7 Preços sobem nos mercados informais

Folha 8 13 de Dezembro de 2008

Os preços dos principais produtos básicos registaram, recentemente, uma subida em alguns mercados informais da cidade de Malange, devido ao aumento da procura com a aproximação da quadra festiva.

Em alguns mercados, verifica-se o aumento dos preços de arroz, óleo alimentar, feijão e outros produtos básicos.

Actualmente, o quilo de arroz custa 120 kwanzas em relação aos 100 anteriores, enquanto o feijão, antes vendido a 150, é comercializado hoje por 250 Kwanzas, o litro de óleo alimentar passou para 200, mais 50 que antes, e o quilograma de carne de vaca, comercializado nos últimos dias por 800 Kwanzas, agora custa 1200 kwanzas. Apurou-se ainda que uma barra de sabão está a ser vendida por 180 Kwanzas, em relação aos 150 do passado, o quilograma de fuba de bombo subiu 25 para 35 kwanzas.

Já a fuba de milho está a ser comercializado por 100 Kwanzas, contra os 70 anteriores o quilo, ao passo que o pacote de massa alimentar de 500 gramas, até então vendido a 60, subiu mais 10.

Uma vendedeira do mercado da Xawande, Victoria Alfredo, frisou que a subida de alguns produtos básicos tem como causa a escassez destes bens e a grande procura por parte dos consumidores nos mercados.

Em contrapartida, constatamos, os preços nos estabelecimentos comerciais, continuam estáveis, como resultado da sensibilização feita durante os últimos dias pela direcção provincial do comércio, hotelaria e turismo.

O director do pelouro, Agostinho Matari, revelou que não haverá especulação dos preços nos estabelecimentos comerciais, em virtude de a direcção se reunir com os agentes económicos locais, no sentido de os sensibilizar a não violar as leis comerciais.

Para o chefe do estabelecimento comercial "Pedro Nhangá xirimimbi", Victor Manuel, os preços dos produtos mais consumidos pelo público não subiram, apesar da procura, acrescentando estar tudo ao alcance dos consumidores.

Fez saber que à semelhança das demais lojas, a sua firma tem de tudo um pouco, para servir a população durante a quadra festiva, dentro da normalidade dos preços praticados antes.

08.12.8 Um gigante na venda de acessórios de automóveis

Jornal de Angola 15 de Dezembro de 2008

As bancadas no Mercado dos Correios são montadas logo ao nascer do dia. Colocadas de forma perfilada, nelas estão expostos acessórios de automóveis, desde a simples porca ou do parafuso ao motor completo. Os clientes têm as barracas de vendas e o indispensável serviço de diligentes roboteiros que carregam as compras para onde for preciso a preços módicos.

Os roboteiros, jovens com idades compreendidas entre os 14 e 30 anos, chegam ao mercado das peças mais cedo ainda que os vendedores, para colocarem os carros de mão, nos primeiros lugares da grelha de partida para os transportes.

Para garantir a armazenagem das peças nas "casas de processo" (são os estabelecimentos situados nas cercanias do mercado, onde se faz negócio), os vendedores pagam todos os meses cerca de 50 dólares, além dos 500 Kwanzas que diariamente são dados aos roboteiros, para que façam o transporte desde a banca do negócio até aos locais de armazenamento.

Com excepção das segundas feiras, dias em que o Mercado dos Correios fecha para operações de limpeza e saneamento, o mercado regista diariamente muita procura de clientes, principalmente às terças-feiras, primeiro dia de trabalho dos vendedores, maioritariamente moradores do bairro Havemos de

Voltar, mais conhecido por Bairro Malanjino, e por estrangeiros, sobretudo nigerianos.

Os vendedores oriundos da Nigéria são fáceis de localizar. Ficam na zona onde as peças são expostas dentro das viaturas, daí a área ser conhecida por "Nos carros". Ali vendem-se acessórios a preços atraentes, o que provoca grandes encontros. O Mercado do Golfe já há muito ganhou a fama de líder na venda de acessórios automóveis.

A esmagadora maioria das peças são importadas do Japão e dos Emiratos Árabes Unidos (Dubai).

Diminuição de clientes

Desde que montou a sua bancada, por volta das 5h40, Demosri, um imigrante nigeriano, ainda não conseguiu vender nada, embora tenham passado por ele dezenas de clientes. Na sua bancada estão expostos vários acessórios, entre os quais correias, pára-lamas, velas, retrovisores, piscas, faróis, amortecedores, calços, discos de embraiagem, terminais, porcas, filtros de ar, bombas manuais. Apesar da procura, não chega a vias de facto e nem um tostão lhe vem parar às mãos.

A clientela diminuiu em relação aos outros dias e nem conseguiu os 500 Kwanzas para pagar aos roboteiros nem sequer para adquirir as duas refeições que faz no mercado.

Tony é outro nigeriano, que há dois anos vende peças no Mercado dos Correios. Tal como Demosri, diz que há uma baixa de clientes. "As pessoas estão a procurar, mas não compram", disse o vendedor de acessórios.

Os jovens Mário e Rafael também se queixam da baixa das vendas. N esta altura eles consideram apenas o negócio de "remediável", sem lucros suficientes para fazer face ao período natalício, em que o prelo dos produtos alimentares, electrodomésticos e vestuários sobe bastante.

As mais solicitadas

As peças mais procuradas no Mercado do Golfe são as das marcas japonesas, destaque para os Toyotas nos seus mais diversos modelos. Os amortecedores para Starlet, Hiace e Corolla lideram a lista de acessórios de automóveis mais solicitados.

A par dos amortecedores, nesta altura, os clientes acorrem ao Mercado dos Correios para adquirir triângulo e braços, cubos e barra de direcção. Os terminais, rótulas, jogos de reparação, calços, filtros de ar, a par dos retrovisores, piscas, palas, antenas, lâmpadas de faróis, são os produtos mais solicitados no mercado. Mas nesta altura do ano, os clientes pensam mais na panela do que no carro.

Preços acessíveis

Os preços dos produtos comercializados no Mercado do Golfe, em relação às concessionárias e outras casas

de venda de peças automóveis, são acessíveis, como confirmam compradores Contactados pela nossa equipa de reportagem. Muitos utentes de viaturas preferem procurar os serviços do mercado paralelo, embora existam representantes das marcas que dão mais segurança aos compradores.

Mas, acontece que o Mercado dos Correios é mesmo a grande solução para as preocupações dos automobilistas, até porque as concessionárias não conseguem responder a tempo às solicitações que lhes chegam.

Entre as peças mais procuradas, a mais cara é comercializada no Mercado do Golfe a 38.500 Kwanzas. Trata-se do cubo para as viaturas Comuter, enquanto a mais barata é um terminal de Starlet, que custa mil kwanzas.

Os amortecedores das marcas Starlet, Corolla e Hiace 2000, que são os acessórios mais procurados, custam entre 2.000 e 4.000 Kwanzas. Um guarda-lamas é vendido a 500 Kwanzas, enquanto um retrovisor é adquirido por 1.500. As peças do RAV 4 estão na lista das mais caras. Um retrovisor para esta viatura pode ser comercializado até 8.000 Kwanzas preço bastante alto se comparado com os 1.500 Kwanzas do retrovisor de um Corolla.

Brasa na sardinha

Cada um puxa a brasa à sua sardinha, diz o ditado popular. No Mercado dos Correios, esta máxima parece ser um dos grandes segredos para vender muito.

Os clientes são ouro, mesmo aqueles que precisem de adquirir uma simples porca, daí a forma carinhosa com que o comprador é tratado, até pagar o produto.

Mas esta conquista não é fácil.

Para conseguir um cliente, é preciso ter bagagem suficiente para atraí-lo, pois são muitos vendedores a namorar o mesmo comprador.

É quem tiver mais argumentos, ainda que proponha o preço mais caro, leva o cliente para a sua bancada. É assim, todos os dias; a vida dos comerciantes no Mercado dos Correios.

08.12.9 Governo apoia iniciativas de negócios que gerem rendimentos às populações

Jornal de Angola 15 de Dezembro de 2008

A ministra sem pasta e governadora da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, disse ontem, em Luanda, que existe no âmbito do programa estratégico de acção do Governo a vontade de ajudar todas as actividades geradoras de rendimentos às populações.

As declarações foram feitas ontem, no acto de encerramento da sexta "Conferencia do Parlamento de Senhoras da Assembleia de Deus Pentecostal de Angola". Francisca do Espírito Santo disse que "o Governo está atento a todas iniciativas que possam ser geradoras de pequenos negócios feitos nas comunidades. Vamos apoiar tecnicamente e com meios de trabalho para que os populares iniciem actividades que lhes garantam a sua subsistência".

A governadora da província de Luanda acrescentou que o Governo, no seu programa de acção para os próximos quatro anos, vai ajudar as cooperativas a criarem mais empregos, com o propósito de facilitar e expandir o desenvolvimento económico no seio das comunidades. "O Governo tem em vista este projecto, para dinamizar o desenvolvimento económico das comunidades. Assim estaremos a criar bases sólidas para oferecer melhores serviços na saúde e na educação", frisou.

A governante disse que um dos objectivos do Governo é melhorar o modelo de organização de Luanda: "para isso, conto com o apoio de todos, sobretudo dos jovens". A governadora aconselhou os cidadãos da comuna de Ngola Kiluanje, município do Sambizanga, "a criarem cooperativas de alfaiataria e costura, para fazerem uniformes, batas escolares e hospitalares para se evitar a importação desses produtos".

08.12.10 Crédito Jovem diminui delinquência no seio da juventude

Jornal de Angola 16 de Dezembro de 2008

O director provincial do Bié da Juventude e Desportos, Carlos da Silva, afirmou no Kuito que o projecto "Crédito Jovem", implementado este ano, está nos últimos tempos a diminuir a delinquência juvenil na região.

O responsável disse ainda que, além da delinquência juvenil, o "Crédito Jovem" está também a reduzir os níveis de alcoolismo no seio da juventude, assim como a contaminação do VIH/Sida e outras infecções de transmissão sexual.

Estes indicadores, segundo o director, alegram as autoridades administrativas da província, visto que antes grande parte dos jovens dedicava-se a práticas que nada contribuíam para o desenvolvimento da sociedade.

Carlos da Silva assegurou que, durante o decurso deste ano, cerca de 300 jovens de vários níveis sociais, agrupados em 44 associações, beneficiaram de "Crédito Jovem", cedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), no âmbito do programa Angola Jovem.

O projecto, realçou, enquadrando os jovens nos ramos da agricultura, construção civil, comércio, sapataria, serralharia, prestação de serviço, salão de beleza,

lavagem de viaturas e engraxadores, de forma a melhorar a sua situação socio-económica. O projecto inclui também acções formativas, para preparar os jovens para o mercado de trabalho.

Para além do Kuito, de acordo com o director da Juventude e Desportos, os jovens dos municípios do Kunhinga e Andulo também beneficiaram de crédito, cujos resultados são visíveis, uma vez que as condições sociais dos mesmos já melhoraram consideravelmente.

A fonte pontualizou que os projectos financiados têm um tecto máximo de 19 mil dólares norte-americanos e dois mil e 500 como mínimo.

O projecto "Crédito Jovem", concebido pelo Ministério da Juventude e Desportos, visa, essencialmente, a integração dos jovens em actividades que lhes possam proporcionar recursos para o seu sustento.

08.12.11 Lobito na zunga à vista dos flamingos

Jornal de Angola 16 de Dezembro de 2008

Januário Pinto tem nove anos, mas é um vendedor afamado. Deixou de brincar e estudar para vender. Come arroz com feijão à custa do seu trabalho. Conquista novas amizades para expandir o negócio nas ruas do Lobito. Sai de casa às sete da manhã. Mora no bairro Akala, Catumbela, para vender roupa. Só regressa a casa à tardinha, quando os flamingos invadem a Kaponte e a Restinga. Os amigos de bairro, os colegas de negócios, os parceiros de rua, tratam-no por "ukulun tchalua" que em português quer dizer "bem mais velho".

Januário Pinto é do Huambo e há dois anos desceu do planalto para o litoral. Veio viver com uma tia e descobrir o mar. Fez a viagem do kimbo para o Lobito, precisamente, quando devia fazer o percurso de casa para a escola. Por isso, nunca estudou. Nas mãos, tem dois cabides, onde armazena as roupas que vende. Como só tem nove anos, vende roupa a condizer com a idade, apenas peças para crianças. Por dia, chega a vender três mudas.

Diz que se sente bem na rua e no negócio. Faz amigos e anda à solta. O seu rosto de menino está coberto de poeira. Os carros andam com pressa e levantam nuvens de pó. Quando chove, Januário fica enlameado. Cuidado com a roupa! É um vendedor competente. Mas também é inocente. Inocência e comércio não rimam nem casam. Só Januário Pinto faz esse milagre social.

Paulo tem 11 anos, Sampaio, Abílio e Gilson andam todos na idade da infância. Percorrem os bairros e as ruas à procura de clientes. Às vezes têm êxito. Mas quando não têm, a bolsa de valores da barriga é que paga o fracasso. A crise tem muitos truques e muitos

mambos.

O comércio informal no Lobito começa logo às primeiras horas da manhã. Há a zunga, mas também os grossistas. Os comerciantes com poucos recursos deslocam-se a Benguela para adquirirem a mercadoria. Quem tem meios vai mesmo a Luanda, onde a mercadoria sai mais em conta. Isto de revender na rua dá pouca margem. A parte de leão fica com os importadores, com os grossistas e os lojistas. A zunga leva a menor parte. O cliente arrega e reparte.

Do Quintalão à rua

Joaquim Morais carrega aos ombros tapetes, negócio que faz nas ruas do Compão. Antes, tinha banca no antigo mercado do Champangolo. "Fomos transferidos para o Quintalão só que lá não há cliente, então, preferi andar na rua", explica. Depois do Quintalão, Joaquim Morais foi ajudante nas obras, mas o contrato acabou. "Tenho mulher e filho, se não fizer alguma coisa a minha família morre", desabafa.

Mora em Santa Cruz, Catumbela.

Joaquim Morais, 27 anos, sai de casa quando o sol nasce, apanha o comboio e desce na estação do Compão. Esse comboio não é malandro, é mesmo bom para o negócio. "Quando fico cansado, só trago de casa dois tapetes, esta mercadoria é bem pesada", disse. Compra cada tapete a 2.500 Kwanzas e despacha-os a 7.000 Kwanzas. Quem quer pisar, paga!

Sandra Barbosa já não precisa de andar pelas ruas do Lobito. Tem negócio em Ponta Negra, República do Congo, onde vai buscar roupa. Vende em casa e tudo por encomenda. "Eu vou lá a Ponta Negra, compro, volto com a roupa, ligo a quem me encomendou e os clientes recebem a mercadoria aqui mesmo em minha casa", disse Sandra Barbosa. Além de roupas, também vende calçado. Os lucros dão para alimentar a família. Mas nada de exageros.

Isabel Domingos vive no município do Balombo, a 180 quilómetros de Benguela. Vai todos os meses a Luanda para adquirir loiça, negócio que faz desde 2003. Antes, era comerciante de fuba, "depois, vendi cabrito e, como o dinheiro foi crescendo, então, comecei a mandar negócio em Luanda. Com o aumentar dos lucros, resolvi vender no Lobito", explica. Nem tudo o que vende é pago a pronto, dá crédito aos clientes que conhece melhor, que lhe pagam no final de mês.

O barulho das luzes

O comércio na zunga, no Lobito, é influenciado pela época do ano. Angelina Navié faz o seu negócio ao sabor do tempo. Como estamos na quadra festiva, agora, vende brinquedos e enfeites de Natal. Angelina, 25 anos, carrega à cabeça uma bacia com jogos de luzes, fogo de artifício e enfeites para a árvore de Natal e até imitações de pinheiros. Mora em Santa Cruz, Catumbela e vai todos os dias a pé até ao bairro 28, no Lobito. "Quando o meu marido trabalhava eu ficava em casa, agora que está desempregado eu é que

trabalho", disse.

Mãe de uma criança de oito meses, Angelina Navié sai de casa às seis da manhã e só regressa ao final do dia. "Como tenho as minhas cunhadas a tratar da bebé, então aproveito para despachar a mercadoria", disse. Na época normal, Angelina vende pentes, punhos, cuecas e outras peças de lingerie, tudo adquirido em Benguela. O negócio corre bem. E, quem sabe, um dia destes o marido arranja emprego numa dessas obras de reconstrução nacional.

08.12.12 Pequenos negócios nas comunidades

Jornal de Angola 17 de Dezembro de 2008

O Governo está empenhado em apoiar actividades que gerem rendimentos e criem postos de trabalho, com vista ao desenvolvimento das comunidades, no quadro de um programa estratégico do executivo. Há muitos angolanos empreendedores que podem e sabem realizar bons negócios com retornos que possam também promover o crescimento e o desenvolvimento económico.

Um país não vive apenas de grandes empresas. Pelo contrário, o universo das pequenas e médias empresas responde pelo maior número de empregos. Sem a rede dos pequenos negócios a economia não cresce e o desemprego aumenta em flecha.

Por isso, são bem-vindas as políticas de apoio ao auto-emprego, aos pequenos empresários em nome individual e às empresas de média dimensão que habitualmente prestam serviços às comunidades imprescindíveis e insubstituíveis, para além de gerarem a maioria dos empregos.

Francisca do Espírito Santo, governadora de Luanda, disse recentemente que o Governo está atento a todas as iniciativas que gerem pequenos negócios no seio das comunidades e que vai conceder meios de trabalho a cidadãos individuais, para iniciarem actividades que, lhes garantam a subsistência. É uma iniciativa louvável que pode produzir resultados muito positivos.

A declaração da governadora de Luanda vem na sequência de medidas de apoio aos jovens em risco, através do "Crédito Jovem" e que tem permitido a muitos jovens marginalizados uma integração harmoniosa na sociedade.

O Banco Sol tem, há muito, linhas de crédito para financiar projectos no mundo rural. Outras instituições bancárias seguem o mesmo caminho. O Governo sabe que é preciso apoiar fortemente as pequenas e médias empresas, porque essa é a forma mais inteligente de criar postos de trabalho num país onde ainda há muitos jovens que na idade própria não tiveram acesso à educação e muito menos a programas de formação

profissional.

A concessão de crédito e transferência de "know-how" a jovens empreendedores, de modo a que os rendimentos decorrentes da sua actividade produtiva aumentem e beneficiem numerosas famílias, e uma medida sábia que todos devemos apoiar.

E preciso acreditar nas capacidades dos angolanos, mas também é preciso que os angolanos acreditem nas suas capacidades para executarem projectos empresariais que gerem rendimentos, nas cidades e no mundo rural. Muitos angolanos realizam pequenos negócios há muitos anos, e à experiência mostra que esses cidadãos continuam firmes nas suas actividades, sustentando as suas famílias, criam empregos e até fazem pequenos empréstimos a clientes em dificuldades.

O crescimento da economia passa também pelo crescimento de pequenas e médias empresas. Financiar projectos dessas empresas é uma via para aquecer a economia e conseguirmos indicadores económicos que venham a repercutirem-se no desenvolvimento social das populações. O importante é continuar, por via de instituições especializadas, a identificar e a acompanhar os diferentes projectos que angolanos queiram desenvolver, sobretudo os que têm a ver com a produção de bens que ainda somos obrigados a importar.

08.12.13 Todos esperam a bolsa de valores de Angola

Jornal de Economia e Finanças 24 de Dezembro de 2008

Governo cria Ministério da Economia

No dia 30 de Setembro foi constituído um novo Parlamento da República de Angola, resultante das eleições legislativas de 5 de Setembro. Nesse dia, tomaram posse 214 dos 220 deputados eleitos. O novo presidente da Assembleia Nacional passou a ser Fernando da Piedade Dias dos Santos. A grande novidade foi a criação do Ministério da Economia, sob o comando de Manuel Nunes Júnior. Para o cargo de ministro das Finanças foi nomeado Eduardo Leopoldo Severim de Morais.

USD 100 milhões para micro-crédito

Duas iniciativas no âmbito da distribuição de micro-crédito marcaram o mês de Agosto no país. O banco Sol, em parceria com o Governo da Província de Luanda, distribuiu USD 75 milhões para senhoras vendedoras, em quantias de Kz 40 000 para cada uma. O administrador do Banco Sol, Paulo Sérgio Lavradio, afirmou na altura que a acção fazia a economia girar. No mercado do Kikolo, as vendedoras de madeira comemoram a notícia para as lentes do JE. Cooperativas de jovens do interior do país também beneficiaram de aproximadamente USD 5 milhões em micro-crédito para montar pequenas lojas.

Kixiquila continua a desafiar a banca

O empréstimo entre amigos, prática cultural mais conhecido por toda gente como kixiquila, nasceu numa altura em que o país praticamente não tinha bancos e as pessoas guardavam dinheiro em garrafas.

O tempo passou e a kixiquila continua a ser praticada. Os adeptos disseram ao JE, em Setembro, que o problema está na falta de facilitadores por parte dos bancos.

08.12.14 Policia Económico cerca especuladores

Jornal de Angola 27 de Dezembro de 2008

O preço do gás butano, fixado em 500 kwanzas a garrafa de 30 quilogramas, é o maior presente de Boas Festas aos consumidores de Luanda. Ao contrário dos anos anteriores, em que a garrafa de gás atingiu sempre preços de 600 por cento acima da tabela oficial, 2008 foi o ano em que não se registaram preços especulativos. Fontes do "Jornal de Angola" dizem que tal se deve aos novos regulamentos penalizadores estipulados pela Sonangol Distribuidora, em relação aos seus intermediários e ao cerco imposto pela Polícia Económica aos postos de revenda do gás butano, o conhecido gás de cozinha.

O preço da maior parte de bens industriais também não sofreu alterações significativas e, tal como o gás de cozinha, os electrodomésticos também mantiveram os preços durante a época das festas natalícias, quando a procura é maior.

O mercado de materiais de construção é o que mais oscilou em matéria de preços no ano prestes a findar, sobretudo, nos últimos 15 dias. Na segunda semana do mês de Dezembro, o cimento, a principal matéria-prima na área de construção civil, apresentou preços que desequilibraram a vida do cidadão. Dos 1300 Kwanzas iniciais, o valor do saco passou para 1800 Kwanzas e três dias depois voltou a cair para 1500. Passadas algumas horas, o preço foi reajustado para 1900 Kwanzas. Mas logo a seguir disparou para 2200 kwanzas.

Mas logo que foi confirmado o descarregamento de um navio com cimento, o valor caiu para 1900. Esta semana, o saco passou a ser vendido a 1800 kwanzas. No mercado oficial, a comercialização do mosaico, do azulejo e do cimento cola não sofreu qualquer alteração. O preço mínimo do mosaico e do azulejo ronda 1.900 kwanzas, enquanto o máximo está fixado em 3900 Kwanzas, a caixa. O cimento cola também é oferecido ao preço de 700 Kwanzas, o saco. Para já, o preço da caixa de mosaico ou de azulejo da Mosaico Portobello continua a ser o mais baixo de todos os tempos. O custo do ferro é o maior presente de Boas Festas do ano de 2008 do grande sector da construção civil porque se mantém baixo.

08.12.15 Mercado informal é consequência do desemprego

Novo Jornal 28 de Novembro de 2008

O surgimento do sector informal em África (também designado de mercado paralelo), particularmente em Angola, é uma das consequências directas do desemprego. Para a Organização Internacional do Trabalho, o sector informal "integra as unidades económicas envolvidas na produção de bens e serviços, desenvolvida em pequena escala, de forma artesanal, sem separação da titularidade dos factores trabalho e capital, com um baixo nível de organização e tendo como objectivo último a criação de emprego e rendimento".

No mesmo sentido, a Organização das Nações Unidas considera que "qualquer negócio/empresa não matriculado junto do governo nacional/local pertence ao sector informal"; não se incluem as actividades ilícitas (contrabando, roubo, tráfico de drogas, etc.) e compreende, essencialmente, as chamadas "actividades de sobrevivência, abrangendo as pequenas e muito pequenas empresas, as micro-empresas, os trabalhadores independentes e o auto-emprego". Este sector constitui indubitavelmente alternativas para as populações desempregadas, muitas famílias angolanas sobrevivem das actividades desenvolvidas neste sector.

Este sector é dominado pela mão-de-obra feminina e os seus agentes têm baixo nível de formação. Constata-se esta realidade nos principais mercados informais de Luanda (Roque Santeiro, Congolenses, Kwanzas e outros), nas principais ruas e avenidas (pela acção das kinguilas e vendedores ambulantes).

08.12.16 Alimentos básicos estão mais caros no mercado informal

Jornal de Economia e Finanças 28 de Dezembro de 2008

Quem costuma frequentar os mercados informais para abastecer a casa deve ter notado que, nas últimas semanas, os principais géneros alimentícios ficaram mais caros. Fuba, tomate, batata-rena, peixe e óleo são alguns dos produtos que subiram de preço nos últimos dias. Essa situação tem deixado as donas de casa e comerciantes do ramo de alimentos insatisfeitos.

Levantamento

A equipa de reportagem do foi às ruas para pesquisar quais foram os produtos que mais subiram, a percentagem do aumento de cada um deles e as principais razões apontadas para a alta. Depois de uma ronda pelos mercados dos Congolenses e do Catintom, em Luanda, foi constatado que os preços conheceram um aumento a partir do mês de Setembro.

No quadro da subida dos preços, a fuba de milho e o

tomate sofreram um aumento na ordem dos 100%. Um quilo do primeiro produto, anteriormente comercializado a uma média de Kz 50, custa agora Kz100. O balde de tomate de cinco quilos passou de Kz 500 para 1000. O balde de batata-rena, por sua vez, era comercializado por Kz 500 em Setembro e agora é cotado a uma média de Kz 700.

Peixes também mais caros

Os frescos também conheceram alta. Uma caixa de corvina, por exemplo, subiu de Kz 5.000 para o dobro, enquanto que a de carapau, que anteriormente valia Kz 4.000, passou a ser vendida a 8.000. O choco foi o produto que mais registou alta: uma caixa disparou de Kz 8.000 para 20.000.

Os dois principais motivos apontados pelas comerciantes dos mercados dos Congolenses e Catintom para a alta foram a aproximação da quadra festiva e o adiantamento do décimo terceiro mês. Esta é a opinião de dona Rosária Miranda, uma antiga vendedora no mercado Catintom. "Com a aproximação do fim do ano, as pessoas compram de tudo um pouco e, no princípio do ano, ficam sem dinheiro nenhum", diz ela. Já Esperança António Francisco, dos Congolenses, opina que os preços dispararam partir de Setembro. "Até o fim do ano, os números devem ser ainda maiores", alertam as experientes vendedoras dos dois mercados.

08.12.17 Zunga sem parar

Novo Jornal 31 de Dezembro de 2008

Na quadra festiva, as zungueiras também venderam e muitas delas disseram mesmo que o Natal existe simplesmente para pessoas mais abastadas. "Não comprei nada para comer com as crianças em casa. Tive de sair e vender o pequeno negócio que tinha restado", refere "Mamã" Rosa.

Maria de Fátima, também vendedora, diz que festejou o "Natal com uma grade de gasosa", no dia 24, mas a 25 foi ao mercado "vender", porque senão o fizesse não conseguiria "ter dinheiro no dia seguinte". "Abandonei os meus filhos em casa da minha mãe e fui à procura de dinheiro", afirmou. João de Almeida, que vende relógios pela cidade de Luanda, disse que o Natal "não significa nada" para ele, exactamente por que não tem "nada para conviver com a família e amigos". Por isso, resolveu "andar pela cidade" para despachar o negócio. Já Filipa António disse que não adianta "ficar em casa" nestes dias sem ter "alguma coisa para comer".

A época festiva é propícia a encontros familiares e convívio entre pessoas, mas como Filipa "não tem dinheiro", achou por bem sair "para zungar". "Choro só de saber que sou obrigada a vender por falta de dinheiro e comida em casa", lamentou Anabela, outra "zungueira".

ANO 2009

JANEIRO 2009

09.1.1 Preços de produtos alimentares estáveis no mercado informal

Jornal de Angola 9 de Janeiro de 2009

Armazéns estão bem abastecidos e outras mercadorias chegam em Fevereiro depois da quadra festiva, os preços dos principais produtos referentes à cesta básica continuam estáveis no mercado informal. Numa ronda efectuada nos mercados Roque Santeiro, Kwanzas e Kikolo verificámos a estabilidade dos preços.

No mercado dos Kwanzas um quilo de açúcar custa 100 kwanzas, o mesmo no Roque Santeiro e Kikolo, o que dá mais segurança ao consumidor. "Durante as festas não aumentámos os preços porque a oferta era tanta que até hoje temos.

Ainda armazenados produtos que vão chegar até princípios de Fevereiro" disse uma vendedora de ovos do Roque Santeiro.

A tendência é de que nos próximos dias os preços baixem, porque existe pouca procura. Com esta dinâmica, segundo Cândida Rafael, vendedora do Roque Santeiro, vamos ter poucos lucros: "comprei uma grande quantidade de produtos para a quadra festiva e vendi muito pouco. Hoje tenho bens alimentares até ao mês de Março", disse.

Cândida Rafael vendedora do mercado há mais de 10 anos, sublinhou que 2008 foi o ano em que os preços se mantiveram mais estáveis no período da quadra festiva.

Nos outros anos, nesta altura os preços disparavam. No seu entender, são sinais positivos de que a economia dopaís está a melhorar, dando ao consumidor maior segurança.

Elias Venâncio, vendedor do Kikolo, disse que no ano passado os armazéns estiveram fornecidos de bens alimentares em grande quantidade para que não houvesse escassez no mercado como os anos anteriores.

É de louvar este procedimento das autoridades, pois acabou com o mito de que os três primeiros meses do ano eram de fome. Nós temos muito produtos até Março", rematou.

(Enquadrar a notícia abaixo nas atitudes do Governo)
O Entrepósito Aduaneiro de Angola garantiu em Dezembro último, existirem mais de 100 mil toneladas

de produtos disponíveis nos seus armazéns para serem comercializados nos primeiros meses destes de países como Portugal, Tailândia, Vietname, Argentina e Brasil. No início deste ano chegam mais 40.000 toneladas de produtos perecíveis cujo prazo de validade ronda os seis meses, como a farinha de trigo e de milho.

O abastecimento alimentar está garantido na província de Luanda e nos postos do Entrepósito Aduaneiro de Angola localizados no Namibe, Huíla e no

09.1.2 Actividade ganhou maior importância nos últimos quatro anos, mas ainda não é regulamentada pelo Estado

Jornal de Economia & Finanças 9 de Janeiro de 2009

Actividade ganhou maior importância nos últimos quatro anos, mas ainda não é regulamentada pelo Estado. Mais de 10 mil motos taxistas, vulgarmente conhecidos por "kupapatas", garantem diariamente a transportação de pessoas na província de Benguela, servindo de alternativa aos transportes públicos. Trata-se de uma importante actividade económica na província, que começou a ser explorada na década de 90.

Ela cresceu significativamente, a partir de 2004, com a importação de diversificadas marcas de motorizadas oriundas da China.

Apesar da importância dos kupapatas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas nas cidades, a actividade ainda não foi regulamentada pelo Governo. As motos não só registadas e não pagam qualquer tipo de taxa de circulação. Para se tornar um kupapatas basta ter uma moto e colocá-la nas ruas.

A regulamentação da actividade, além de render divisas ao Estado, traria mais segurança tanto aos passageiros quanto aos motoristas. Alguns kupapatas entrevistados pelo JE defenderam esta medida.

"Nós gostaríamos de pagar as taxas, para circularmos devidamente, ou mesmo termos uma associação que salvaguarde os nossos interesses, mas ainda não tivemos uma posição por parte das autoridades", afirma Mário Satumba.

Com 50 anos, ele circula por Benguela transportando pessoas. "Temos feito um trabalho digno de referência e que realmente faz a diferença para a população", complementa.

Sistema de apoio

As matas complementam o serviço de transporte dos táxis. Mais rápidas e mais baratas do que os azuis e brancos, elas caíram na preferência dos benguelenses e dos moradores de outras províncias, como Huambo. A

prática é mais intensa no município do Lobito, mais Benguela é a cidade em que os kupapatas possuem maior relevância pois os azuis e brancos não são suficientes para cobrir toda extensão da província. Além da agilidade outra vantagem dos kupapatas é que elas circulam em locais em que os táxis não chegam. No Lobito, por exemplo os táxis circulam apenas no centro da cidade e nalguns bairros.

Luísa Tchissola, 30 anos vendedora do Mercado do Tchapanuele afirma que as motas chegam até a porta da sua casa, o que não acontece com os Hiace.

Elas são mais rápidas e não precisamos lutar para subir salientou Tchissola.

Motas chinesas

As motas na sua maioria de fabrico chinês, são comercializadas em Luanda a Kz 68 mil e Transportadas para Benguela.

A actividade representa o ganha-pão de mais de 15 mil jovens na província, que sustentam famílias com agregados numerosos.

Diariamente estes podem facturar entre mil a dois mil kwanzas. Tudo depende do fluxo de passageiros. "O nosso ganho varia de dia para dia Algumas vezes facturamos mais em relação aos outros e chegamos e a ter resultados no fim do dia. Mais em outros, o movimento é fraco " disse António Filipe, 28 anos, morador da bela vista, Bairro Novo, que se dedica a esta actividade a mais de seis anos.

09.1.3 Armazéns da Terra Nova com as portas encerradas

Jornal de Angola 14 de Janeiro de 2009

Os proprietários dos armazéns situados na Terra Nova, município do Rangel, vão ver as portas fechadas devido às obras de reabilitação e campanhas de limpeza que vão começar hoje, informou o administrador municipal do Rangel, Maciel Neto, em entrevista exclusiva ao "J A". Maciel Neto informou que o Governo vai tomar medidas para acabar com o mercado das pedrinhas e as vendas dentro das habitações porque segundo a Lei é proibido.

Segundo o administrador as pessoas já não estão a vender nas ruas porque fizeram as chamadas casas de processo. Nós estamos a fazer um trabalho integrado, que inclui a habitação, comércio e fiscalização. Mas no que concerne à habitação, a pessoas que têm casas alugadas ao Estado, têm contratos de habitação e não para fins comerciais."

Maciel Neto disse que a administração vai retirar os alvarás aos proprietários das casas, porque são fraudulentos.

"Nós temos provas de que alguns alvarás foram adquiridos de forma fraudulenta e como estamos

atentos a estas situações, vamos encerrar essas casas comerciais".

O administrador acrescentou que "são os próprios moradores que fazem os contratos com os proprietários dos contentores frigoríficos e sobre estes, a fiscalização da habitação vai actuar e os contratos rescindidos."

Todos sabem que a rua nunca foi lugar de comércio, diz Maciel Neto e acrescentou que "muitas zungueiras vendem com crianças nas ruas, no meio das moscas e da poeira, provocam graves problemas de saúde. Nós não vamos permitir que elas fiquem espalhadas nas ruas quando existem lugares nos mercados para vender, e correrem riscos de vida. É nosso dever, como administração, velar por elas.

Gajajeiras com novo visual No dia 24 de Dezembro de 2008, a administração lançou uma campanha de limpeza em parceria com a associação dos comerciantes e empresários do município. Nas Gajajeiras, o fenómeno das "casas de processo" é notório, até mesmo os seguranças dos estabelecimentos comerciais fazem os seus negócios, vendendo espaço às quitandeiras, guardando e protegendo os seus produtos. A administração retirou todos os obstáculos da via pública e das fachadas dos principais estabelecimentos comerciais. "Criámos uma brigada para limpar as ruas. Tirámos tudo quanto era lixo", disse o administrador. As zungueiras reclamavam os produtos que foram levados durante a madrugada, pela equipa de limpeza organizada pela administração. "Nós vivemos longe e deixámos os nossos produtos com os seguranças, porque levá-los para casa já não dá. Agora a administração levou tudo. Não temos outro meio de sobrevivência a não ser este", disse a zungueira Maria de Lurdes. Fátima Sapalo também reclama das mercadorias que foram levadas durante o trabalho de limpeza realizado pela administração. "Eu só quero o meu negócio. Não tenho como dar de comer aos meus filhos se não vender. Nós também costumamos participar nas campanhas na limpeza, não sei porque não nos querem aqui, se nos mercados não há lugar para todos."

Os produtos recuperados foram entregues às proprietárias, mas como a sua actividade não é legal, foram obrigadas a pagar uma multa no valor de 55.000 mil kwanzas para resgatarem o seu negócio. Os produtos não reclamados foram entregues ao Lar da Terceira Idade, Beiral.

O administrador revelou que para além das zungueiras, alguns comerciantes estrangeiros também pactuam com a desordem. Dois comerciantes, um de nacionalidade chinesa e outro de nacionalidade indiana, foram detidos por desobedecerem às ordens da administração, informou Maciel Neto, que acrescentou que os emigrantes foram apanhados em flagrante com um camião nas Gajajeiras, quando tentavam descarregar um contentor: "mas não foram só eles para a cadeia,

angolanos também foram detidos".

Ruas sem esgotos

A administração fez sair uma circular a proibir a abertura de armazéns e a actividade comercial na zona das Gajajeiras para permitir o trabalho de limpeza e 15

obras. Maciel Neto revelou que os munícipes que residem na zona, ficaram satisfeitos com a intervenção da administração. "O nosso trabalho foi feito de madrugada e os moradores vieram apoiar. No dia seguinte, vários moradores bateram palmas porque viram as ruas limpas, sem lixo, moscas ou mosquitos. Por isso é que esta operação vai continuar, para não permitir que as zungueiras vendam nesta zona". Maciel Neto, administrador Municipal do Rangel, disse que a sua administração está a retirar todas as bancadas de vendas que estavam em frente aos estabelecimentos comerciais, com a conivência dos próprios empresários e dos agentes de segurança privada que guardam os estabelecimentos. "Retirámos todas as mercadorias que se encontravam sobre a protecção dos agentes segurança", disse Maciel Neto. Segundo o administrador, a administração vai penalizar os comerciantes que deixarem lixo nas margens dos seus estabelecimentos, dando uma visão negativa ao município. "Nós temos um programa de intervenção municipal na área da limpeza urbana e vamos cumpri-lo".

Os moradores do Rangel dizem que as ruas estão a ser reparadas, mas sem esgotos. Maciel Neto explicou que construção de ruas sem esgotos "faz parte de um sistema moderno de construção, porque têm uma drenagem superficial, por isso é que são feitos estudos topográficos. Eu compreendo a situação dos munícipes, porque não estão a ver esgotos. Mas se a rua for bem feita, tem sempre um declínio para escoar a água da chuva", garantiu.

09.1.4 Polícia declara guerra à venda ilícita de combustíveis

Jornal de Angola 15 de Janeiro de 2009

Municípios os fronteiriços do Zaire são os mais afectados. Autoridades vão também apertar o cerco à comercialização de medicamentos falsos.

A Polícia Económica da província do Zaire preconiza para este ano o combate contra a venda ilícita de combustíveis e lubrificantes na via pública e mercados. No Zaire, o fenómeno ganha corpo nos municípios que partilham a fronteira com a República Democrática do Congo.

Soyo, Nóqui e Mbanza Congo são os mais afectados. O Soyo é um dos pontos de escoamento de combustível, através de um afluente do rio Zaire, para a região do Baixo Congo, onde existe o porto artesanal Kimbumba. Este cenário repete-se em Nóqui, fronteira com Matadi, a capital portuária congoleza. Em Mbanza

Congo também existem numerosos canais clandestinos. As mercadorias transpõem as fronteiras ilegalmente. De acordo com declarações do director da Polícia Económica no Zaire, o superintendente António João Silvino, a sua instituição, além dos combustíveis, vai igualmente "apertar o cerco à comercialização de medicamentos falsos, em todas as fronteiras da região". António João Silvino disse que o trabalho de fiscalização é extensivo ao exercício ilegal da medicina e à venda de medicamentos em locais impróprios. A Polícia Económica vai também fiscalizar as empresas de construção e vigiar a sua situação tributária. Circuitos ilegais A venda ilegal de combustíveis tende a ganhar proporções perigosas. Pascoal Panzo, funcionário público, disse à nossa reportagem que "a venda ilegal de qualquer produto prejudica os esforços do Governo para regularizar a vida das populações". Luzolo Maria, comerciante, explicou que um tambor de 250 litros de gasolina é adquirido no Soyo ao preço de 16.000 kwanzas, o de gasóleo varia entre 8.300 e 8.800 kwanzas, enquanto o tambor de no iluminante é vendido a Cerco comercialização de medicamentos falsos, em todas as fronteiras da região". António João Silvino disse que o trabalho de fiscalização é extensivo ao exercício ilegal da medicina e à venda de medicamentos em locais impróprios. A Polícia Económica vai também fiscalizar as empresas de construção e vigiar a sua situação tributária.

Circuitos ilegais

A venda ilegal de combustíveis tende a ganhar proporções perigosas. Pascoal Panzo, funcionário público, disse à nossa reportagem que "a venda ilegal de qualquer produto prejudica os esforços do Governo para regularizar a vida das populações".

Luzolo Maria, comerciante, explicou que um tambor de 250 litros de gasolina é adquirido no Soyo ao preço de 16.000 kwanzas, o de gasóleo varia entre 8.300 e 8.800 kwanzas, enquanto o tambor de petróleo iluminante é vendido a 9.500kwanzas.

O negócio é mais rentável na província congoleza de Boma e na capital, Kinshasa, onde o tambor de 250 litros de gasolina é comercializado a 150 mil francos, o equivalente a 20.000 Kwanzas.

Segundo Luzolo Maria, os 250 litros de gasóleo adquiridos no Soyo são vendidos no Congo Kinshasa a 100.000 francos, o que equivale a 13.300 Kwanzas. Os mesmos 250 litros de petróleo iluminante são negociados a 110.000 francos.

A Sonangol regularizou o processo de venda do combustível na região, com a criação de postos de revenda do petróleo iluminante, ao passo que o gasóleo e a gasolina são vendidos nas bombas de combustível.

Produtos caducados

A Polícia Económica desconhece os canais específicos de venda ilegal de gasóleo e gasolina no mercado

artesanal de Kimbumba, onde cidadãos nacionais e congoleses transformaram o processo num autêntico negócio que engorda os bolsos de alguns, mas prejudica a maioria dos automobilistas que para abastecerem as suas viaturas nas bombas, permanecem em filas horas a fio.

O jornalista Luís Mama na diz que o problema da venda ilegal de combustíveis já tem muitos anos e é bom que a Polícia Económica acabe com o negócio. O director da Polícia Económica no Zaire, António Silvino, lamentou o comportamento de alguns comerciantes que, durante a quadra festiva, tentaram vender à população, quantidades enormes de refrigerantes caducados, desde Mês de Abril do ano passado.

A pronta intervenção dos agentes no mercado paralelo resultou na retirada de todos os produtos que tinham expirado o prazo de validade. O director da Polícia Económica denunciou a notificação de 94 casos criminais que resultaram na detenção de 63 comerciantes dos quais 14 estrangeiros, e 250 infracções.

"A população deve ter cautela, com as datas dos produtos, devido ao comportamento de alguns comerciantes que se interessam mais pelos lucros fáceis, em detrimento da preservação da saúde humana", disse o superintendente António Silvino, que pediu aos consumidores para denunciarem os comerciantes que estejam a agir à margem da lei. "A população deve colaborar com a Polícia Económica denunciando estes comportamentos, através do terminal telefónico 924.62.54.20, revelando o estabelecimento onde o produto impróprio foi comercializado para nós agirmos de imediato", disse António Silvino.

Crimes mais frequentes

Os crimes mais frequentes detectados pela Polícia Económicas na última semana são de especulação, com 28 casos, o aproveitamento de obra alheia com 22 casos, o exercício ilegal de funções públicas ou profissão titulada com 13 casos, telecomunicações com nove e exercício ilegal de actividades farmacêuticas com seis.

Fruto deste trabalho, a corporação instrui e remeteu a apreciação do Ministério público junto ao tribunal 94 processos que culminaram em 39 julgamento.

O director da polícia Económica disse que ao longo do ano de 2008 foram apreendidas mercadorias e moedas estrangeiras cuja apreensão resultou do combate á contrafacção cambial.

09.1.5 Venda ilegal de livros escolares na mira da polícia Económica

Jornal de Angola 28 de Janeiro de 2009

A venda ilegal de livros escolares nos mercados e nas ruas vai este ano merecer maior atenção da Direcção Nacional de Inspeção e Investigação da Polícia Económica que está a levar a cabo um trabalho de desmantelamento dos fornecedores de material didáctico aos mercados, informou em entrevista exclusiva ao "Jornal de Angola", Cristiano Francisco, chefe do departamento nacional de inspeção da Polícia Económica.

Cristiano Francisco comunicou que este ano lectivo os livros vão ser gratuitos para os alunos do ensino primário, "mas já existem pessoas a fazer distribuição desses livros a vendedores de rua e mercados, fazendo com que os encarregados de educação adiram em massa à sua compra. Nós estamos a criar mecanismos para acabar com esta rede ilegal. Vamos acabar com esses malfeitores que a todo custo interrompem o trabalho do Governo", disse Cristiano Francisco. O chefe do departamento nacional de inspeção da Polícia Económica alerta os encarregados a não comprarem os livros escolares nos mercados informais. "Este ano, os alunos vão receber livros gratuitos. Não há necessidade dos pais comprarem na rua".

Por outro lado, Cristiano Francisco revelou que no ano passado foram detectados 1.136 infracções contra a saúde pública a nível nacional, dos quais resultaram 683 cidadãos nacionais detidos e 45 estrangeiros. Os detidos são acusados de exercer ilegalmente a actividade farmacêutica, profissão sem título, venda de medicamentos com o prazo expirado e atentados contra a genuinidade de géneros alimentícios.

A fiscalização actuou em 124 postos médicos e em 90 farmácias. Dessas inspeções resultou a detenção de 11 cidadãos que exerciam a actividade médica sem estarem habilitados para o efeito. Entre eles estão dois cidadãos nacionais e nove estrangeiros, dos quais três brasileiros e seis congoleses. Foram também detidos 252 cidadãos que exerciam a actividade de enfermagem e 28 técnicos de farmácia, sem licença.

Cristiano Francisco acrescentou que durante o ano de 2008, foram realizadas também visitas de inspeção e fiscalização, tendo-se constatado 26.716 infracções"destacando-se 4.019 por falta de boletins de sanidade, 3.444 por falta de estrutura de cálculos de preços, 3.434 por falta de documentos de aquisição, 2.789 por falta de afixação de preços e 2.341 por falta de asseio e higiene.

09.1.6 Um olhar ao mercado do Catintom

Agora 31 De Janeiro de 2009

Situado na Comuna do Cassequel, Catintom Praça Nova 1º de Agosto é, à semelhança dos demais mercados existentes em Luanda, a fonte de sustento de muitas famílias que não têm outra forma de ganhar o pão de cada dia, devido ao número reduzido de empregos.

O mercado ganhou fama nos últimos tempos razão porque até pessoas de outros municípios de Luanda para lá se deslocam com o objectivo de fazer compras ou vender os seus produtos.

O local, a Céu aberto, é urna propriedade da empresa SPCIL, Lda da qual é sócio Eduardo Fernando. Estes vendedores foram acolhidos ali depois de terem sido "apeados" do então Parque do Rocha Pinto.

Na altura, segundo apurou o AGORA, o processo de evacuação dos vendedores para novos locais, Pardal, na Samba e Catintom, esteve sob coordenação de Pedro Afonso, em representação da administração municipal. É com este senhor que a empresa SPCIL manteve o elo de ligação na altura em que estavam a criar as condições para a recepção dos vendedores.

As coisas corriam bem para a alegria dos beneficiários até a altura em que começaram a ser questionados os direitos de exploração, isto, após o despedimento, por indisciplina, de António Laurindo a quem se juntaram Eugénio David Jinga e Noé Cristóvão, despedidos por abandono de lugar.

De lá para cá começou a campanha de difamação como a apropriação do mercado por parte de Eduardo Fernando.

Como se não bastasse, a investida deste trio também se consubstanciou no aliciamento de alguns trabalhadores da SAFCIL, nomeadamente Manuel Gomes, Manuel Vieira e Domingos Kassanga, mas sem êxito. Segundo pudemos apurar, as informações sobre a existência de uma alegada associação para a construção do mercado são falsas.

Tratam-se, porém, de pessoas integradas nos trabalhos individuais. As mesmas procuravam uma ocupação nos locais onde foram acomodados os vendedores transferidos do Parque, e António Laurindo é um destes, que mais tarde foi admitido nos quadros da empresa acima citada.

O AGORA apurou, por outro lado, que os direitos de exploração do mercado em causa são reconhecidos pelas estruturas de direito e mensalmente as taxas são depositadas nos cofres da administração municipal, não existindo, no entanto, "procedimentos ilícitos e fraudulentos", como se propaga aos quatro ventos.

FEVEREIRO 2009

09.2.1 Comprar combustível para revender

Jornal de Angola 1 de Fevereiro de 2009

A revenda de combustíveis por pessoas não autorizadas está a ganhar proporções alarmantes, o que preocupa as autoridades e não só. Todos os dias, vários cidadãos adquirem estes produtos em bidões para revenda, pondo assim em risco a sua integridade física, bem como das pessoas que os rodeiam. Além disso, muitas vezes os combustíveis vendidos por tais cidadãos são adulterados.

Viana é a localidade que regista tal fenómeno em maior escala.

O Jornal de Angola ouviu revendedores, alguns automobilistas, responsáveis de postos de abastecimento, o administrador do município e um alto funcionário da Sonangol.

A maior parte dos automobilistas acha que a venda de combustíveis em bidões contribui para a demora no abastecimento de viaturas que ocorrem às bombas. Segundo dizem, os funcionários das bombas preferem abastecer as pessoas que têm recipientes, em detrimento dos veículos, causando congestionamento de viaturas.

"O que me parece é que existe um pacto entre as pessoas que abastecem e as que vão munidas de bidões, diz Miguel Adão, um taxista de 34 anos. "Os funcionários enchem 5 a 10 vasilhames, em detrimento dos automobilistas condenados a longas horas de espera", acrescenta.

Januário Trindade, também automobilista, considera absurdo o privilégio que os trabalhadores das bombas conferem aos portadores de bidões e recipientes. Espera que as entidades competentes tomem medidas para pôr fim à situação. Diz que a maior parte das vezes se vê obrigado a abastecer a sua viatura distante de Viana, por causa da referida situação.

"Não diria que não devam atender os bidões, até porque algumas pessoas compram para abastecer os geradores, mas muitos cidadãos revendem o combustível a preços especulativos. Os gerentes deviam atender a cada pessoa apenas um recipiente, ao invés de vários, como é prática", defendeu.

Algumas pessoas denunciaram que muitas vezes os combustíveis adquiridos em bidões servem para revenda, facto que, segundo afirmam, é do conhecimento dos responsáveis dos postos de combustíveis.

E, de facto, o Jornal de Angola pôde constatar que, ao

longo da estrada de Viana, muitas pessoas procedem à revenda de combustíveis.

Os preços praticados pelos revendedores variam. Cinco litros de gasolina, por exemplo, custam 350 mil Kwanzas. Já os bidões de 20 litros são vendidos a 1500 Kwanzas. Muitos automobilistas recorrem ao circuito informal, correndo assim o risco de danificarem as suas viaturas, já que muitas vezes o produto adquirido nestes revendedores é adulterado.

A revenda de combustível acarreta outros perigos. A tragédia ocorrida há cerca de dois anos no bairro Luanda-Sul, em Viana, em que um camião carregado de combustível pegou fogo por negligência do motorista, provocando várias vítimas e danos materiais, não parece impedir que algumas pessoas continuem a manusear com descuido estes produtos inflamáveis. Joaquina Cândida, 45 anos, natural de Benguela e residente em Viana, prefere correr esse risco. Diz que vende combustível para poder sobreviver. "Olha, meu mano, em casa sou pai e mãe mesmo tempo mãe. O meu marido já é falecido e deixou-me sete filhos. Por isso, tenho de fazer alguma coisa para poder sustentá-los.

Feliz ou infelizmente, este é o negócio que encontrei. Senão fizer isso, o que será de mim?", questionou. Quem também está envolvido nesse negócio é o pequeno Pedro Dinis, de 13 anos. Parou de estudar para se dedicar ao comércio, tudo porque os pais não têm condições para suportar os encargos, conta. Ele acrescenta que não pensa voltar tão cedo à escola porque as dificuldades em casa são cada vez maiores e o único sustento vem da venda de combustíveis. "Os meus pais acordam-me às 5h30. Junto-me aos meus amigos e vizinhos e vamos às bombas. O pior é que nem sempre consigo, por causa da bicha, e quando assim acontece, passamos à fome", lamentou. Quando Dinis consegue comprar combustível, ao fim do dia.

Zeferina Miguel, 27 anos, desempregada, admite que o negócio de combustíveis é prejudicial à saúde. Diz que na falta de funil, muitas vezes, retiram a gasolina dos recipientes com a boca, correndo sérios riscos de perigar a saúde.

Pelo bidão de 20 litros, Zeferina paga 1000 Kwanzas, sendo 800 pelo produto e 200 pela caução. Diz que os ganhos da venda de combustíveis não são tão elevados. "Nós não misturamos água com combustível. Não podemos fazer isso, porque sabemos que é prejudicial para as viaturas. Se há quem o faz, está errado. Temos que tratar bem os nossos clientes para eles voltarem", frisou.

Administração

A administração municipal de Viana fez sair, muito recentemente, uma circular em que proíbe a venda ambulante de combustíveis ao longo da via e nas residências. O administrador José Moreno diz que para

combater este mal, a Polícia foi orientada a punir os infractores.

"A seu tempo, acreditamos que a situação será resolvida para o bem da população, porque não aceitamos, no nosso município, casos desta natureza, que colocam em risco vidas humanas. Temos de combater este mal que tende a crescer", disse.

José Moreno aconselha os automobilistas a comprarem combustíveis unicamente nos postos devidamente legalizados e não em locais impróprios, deixando, assim, de incentivar estes tipo de comércio ilegal e perigoso.

Neste momento a administração municipal estuda a melhor forma de estacar, de uma vez por todas, esta prática. "A seu tempo, os municípios hão de ver o resultado de todo um trabalho que está a ser feito", garantiu José Moreno.

Fenómeno é difícil de combater

O Jornal de Angola tentou contactar alguns proprietários de postos de venda de combustíveis, mas a maior parte deles remeteu-se ao silêncio. Disseram que só falavam com prévia autorização da Sonangol. Victor Moita, gerente de um posto de combustível, foi o único que falou à equipa de reportagem do diário. Diz que é difícil disciplinar o pessoal que acorre ao posto para a compra de combustível. "Houve vezes que tivemos de recorrer à Polícia para poder dispersá-los, mas, por vezes, nem com isso ganham consciência. Muitas destas pessoas inclusive ameaçam os nossos funcionários à morte.

Ele acrescenta que no seu posto já se registaram casos de violência por os funcionários se terem negado a abastecer portadores de bidões. Para evitar situações semelhantes decidiu-se criar uma única fila para atender as pessoas que se façam acompanhar de recipientes. "É difícil saber se este ou aquele cidadão compra o combustível para depois revender".

O cliente tem direito de comprar somente um ou dois bidões. Infelizmente, não sei por que vias é que conseguem mais do que o previsto". A propósito do assunto, uma fonte da Sonangol disse ao "Jornal de Angola" que a sua direcção acompanha atentamente o fenómeno, que tende a se instalar nos postos de combustíveis mas, segundo a mesma, é necessário que as pessoas denunciem, para se acabar com esta prática. "Nós temos inspectores, mas estes não permanecem nas bombas 24/24 horas. Assim é difícil actuar. Por isso, há toda a necessidade de a sociedade mobilizar-se no sentido de ajudar a Polícia Económica a pôr termo há este tipo de comércio, que tem causado a morte de muitas pessoas", argumentou.

A fonte disse ainda que a revenda de combustíveis está a preocupar a direcção da Sonangol. Segundo disse existe já uma orientação baixada aos gestores dos postos no sentido de velarem por esta situação; que em

nada dignifica a imagem da instituição.

09.2.2 Zungueiras vendem livros

Jornal de Angola 3 de Fevereiro de 2009

De ano para ano, o negócio do regresso às aulas anima o comércio. Depois da venda do material para as férias na praia, a aposta forte no Natal, os presentes do ano novo, principalmente para as crianças e jovens, o destaque recai, neste momento, para a educação. A venda de material escolar está a atrair os comerciantes e passou a ser um negócio que representa milhões. Só no material escolar, são milhões e milhões de Kwanzas a entrar nos cofres de comerciantes com a venda de livros, incluindo os do ensino primário que são de distribuição gratuita, mas que já se encontram em grande número a ser vendidos em Luanda. Enquanto os alunos do I, II e III níveis fazem a contagem final do regresso às aulas, os encarregados de educação, preocupados, entram e saem à procura de melhores preços, nos espaços comerciais para a compra de material escolar. A concorrência desleal é notória entre os comerciantes. Para eles, quanto mais conhecida for a marca, mais "dicomba" fazem com o produto.

Apesar de muitos encarregados aderirem às livrarias diversificadas na Baixa da cidade, a maioria acorre aos mercados e armazéns, onde os preços estão à sua altura.

Nos armazéns Gajajeiras, Rangel, o material escolar esgota as prateleiras, mesmo sem publicidade, porque os baixos preços são atractivo suficiente para a clientela.

Com o início das aulas, a procura nos armazéns aumentou. Cada um a seu preço, os comerciantes, e até mesmo as chamadas zungueiras, procuram satisfazer os clientes.

As embalagens de cadernos, dependendo da variedade, rondam entre os 500 e 1.500 Kwanzas.

As caixas de lápis, lapiseiras, tinta da China não passam de mil kwanzas. A 150 podem ser comprados os cantis, na mão das zungueiras, porque, dentro dos armazéns, só se pode comprar a grosso e o preço é mais alto. O preço das mochilas depende da marca e da cor, podendo chegar aos 2.500 Kwanzas.

Oferta de livros preocupa encarregados de educação Margarida Sebastião, de 32 anos, é mãe de seis crianças em idade escolar. Não tem emprego formal, faz pequenos negócios para educar os seus filhos. O início de cada ano lectivo é, para ela, o começo de redobradas preocupações, pensando quanto vai ter de gastar para a compra dos livros para os filhos.

Apesar de o Ministério da Educação estar a oferecer, gratuitamente, os livros para o ensino primário, Margarida acha que deve estar preparada para que as

complicações do ano passado não voltem a acontecer. "No ano passado, ouvimos dizer que os nossos filhos teriam livros gratuitos. Infelizmente, os meus filhos não chegaram a receber.

Hoje, prefiro comprá-los para que os meus filhos estejam munidos de material necessário, apesar das dificuldades que vou ter para conseguir para os seis". Triste está Maria de Castro, porque o seu filho vai repetir o ano lectivo. Mas não é tanto assim, pois não vai ter de comprar livros novos. "No ano passado, os gastos foram uma coisa louca, sobretudo nos manuais e em material escolar, que, normalmente, não dá de um ano para o outro", disse Maria, acrescentando que se os livros vão realmente, ser distribuídos nas escolas, isso deve ser feito agora, para que os encarregados de educação não gastem dinheiro desnecessariamente. António Santos é pai de cinco filhos. Para encher a mochila da filha, Ana Isabel, que passou para a 7ª classe, teve de gastar oito mil kwanzas, sem contar com o material dos outros quatro. António ensinou os filhos a cuidarem dos livros para economizar. O seu filho de dez anos sabe que deve, depois das aulas, guardar os livros no armário para não os danificar e os livros passam de irmão para irmão.

A sua preocupação está no material que o Ministério da Educação promete distribuir gratuitamente aos alunos do ensino primário. "Os meus filhos vão entrar este ano para o ensino primário e o que me preocupa é a distribuição de livros.

O ano passado, vários foram os pais que não compraram e os seus filhos não receberam qualquer livro nas escolas. Esperamos que este anos as coisas sejam feitas com mais clareza para que as crianças possam, mesmo, usufruir desta iniciativa do Ministério da Educação", acrescentou.

Venda clandestina

O Ministério da Educação decidiu, no ano passado, oferecer os livros aos alunos do ensino primário. Estes mesmos livros já estão a ser vendidos nos mercados informais espalhados e pelas Zungueiras em Luanda. Uma parte dos livros para distribuição gratuita já se encontra nas ruas. Nos "arredores dos armazéns da Gajajeiras, as zungueiras vendem os livros clandestinamente. E preciso perguntar para saber que elas já os possuem e vendem os quatro livros por 1.500 Kwanzas.

Disfarçada à cliente, a repórter questionou a vendedora onde poderia adquirir em maior número. Na ânsia de fazer mais dinheiro, a zungueira não revelou a sua fonte, mas garantiu que poderia vender a quantidade que fosse necessária.

Os livros também estão a ser vendidos defronte as livrarias. Na Lello, uma das casas mais procuradas de Luanda, os jovens interpelam os clientes à porta e fazem a publicidade do material que possuem, dentre ele, o de distribuição gratuita. O conjunto de livros está

a ser vendido no valor de 50 dólares.

O chefe de Departamento Nacional de Inspeção da Polícia Económica, Cristiano Francisco, em entrevista ao "JA", na semana passada, garantiu estar em curso um trabalho de desmantelamento de fornecedores dos mercados informais.

09.2.3 Administração da Ingombota vai acabar com vendas anárquicas

Jornal de Angola 8 de Fevereiro de 2009

As autoridades administrativas da Ingombota estão preocupadas com a venda anárquica de produtos em diversas ruas da zona Baixa da cidade capital, que abrangem o município, pelo que vai tomar medidas para pôr fim a tais práticas.

Em declarações à ANGOP, a administradora municipal, Suzana Augusto de Melo "Zani", disse que a maioria dos vendedores de rua é do sexo feminino, proveniente de outros municípios de Luanda e províncias do país.

Reconheceu que tais cidadãos procuram melhorar as suas condições de vida em Luanda, mas vendem desordenadamente os seus produtos na via pública, particularmente naquela zona da Ingombota, por ser uma área onde circulam diariamente vários milhares de pessoas...

Suzana Augusto de Melo recordou que, recentemente, os vendedores foram retirados de forma gradual e ordenada e encaminhados para locais do projecto "Feiras Itinerantes". Um dos grandes objectivos das feiras é manter as vendedoras controladas e contribuir para um melhor ordenamento urbano, principalmente na zona Baixa da capital do país, que abrange a circunscrição.
Dias das Feiras

Mudar a imagem da cidade, reduzir o número de atropelamentos e acidentes na via pública, evitar o congestionamento e proporcionar ao cidadão o acesso sem constrangimentos aos diversos produtos de utilização costumeira constam, igualmente, dos objectivos de realização destas feiras. Na Ingombota, a feira foi instalada no largo Martin Luther King, adjacente à rádio LAC. Nas feiras, abertas das 9 às 17 horas, é autorizada a comercialização de produtos hortofrutícolas, ovos, galinhas e flores. As exposições são realizadas todas as terças, quintas e sábados. No âmbito da Lei-Quadro das Transgressões Administrativas, está em curso o combate à venda utilização costumeira constam, igualmente, dos objectivos de realização destas feiras. Na Ingombota, a feira foi instalada no largo Martin Luther King, adjacente à rádio LAC. Nas feiras, abertas das 9 às 17 horas, é autorizada a comercialização de produtos hortofrutícolas, ovos, galinhas e flores. As exposições são realizadas todas as terças, quintas e sábados. No âmbito da Lei-Quadro das Transgressões

Administrativas, está em curso o combate à venda ambulante, lavagem de viaturas na via pública, proliferação de geradores, tanques de água nos edifícios, construções anárquicas, remoção de sucatas e outros obstáculos.

O município da Ingombota é composto pelas comunas da Ingombota (sede), Maculusso, Ilha de Luanda, Patrice Lumumba e Kinanga. Tem uma população estimada em 600.000 habitantes. Faz fronteira com os municípios do Sambizanga, Samba, "Rangel, Maianga e oceano Atlântico.

09.2.4 Mercado cria o caos na rotunda da Cuca

Jornal de Angola 21 de Fevereiro de 2009

O nascimento de um novo mercado na rotunda entre as ruas dos Comandos, Ngola Kiluanje e Porto Santo, no bairro da Cuca, preocupa a direcção, professores e alunos da escola do primeiro Ciclo 7012. De acordo com Afonso Segundo Gongo, director da escola, o nascimento daquele mercado junto à entrada do estabelecimento escolar tem provocado transtornos à actividade diária dos alunos e professores. As vendedoras instalaram-se à entrada da porta da escola, barrando o acesso.

Afonso Segundo Gongo revelou ao Jornal de Angola que já manteve encontros com as vendedoras no sentido de libertarem a zona adjacente ao estabelecimento escolar para facilitarem a entrada dos alunos, professores, viaturas e outras pessoas que pretendem resolver qualquer problema junto da direcção da escola. "Nós já conversámos com elas no sentido de deixarem a porta da escola livre, mas não acataram as nossas preocupações e até agora a situação continua na mesma e a evoluir para pior", disse o director.

Várias medidas foram tomadas, tendo o administrador municipal visitado o local com a finalidade de convencer as vendedoras a deixarem o local. A Polícia Nacional instalou ali, temporariamente, uma esquadra móvel, mas após a sua retirada, a situação voltou ao mesmo. "As senhoras são teimosas, elas vendem em cima da estrada onde passam muitas viaturas e motorizadas e estão sujeitas a ser atropeladas e perderem a vida", disse o director da escola 7012. Administração quer pôr fim ao mercado
O administrador, municipal em exercício do Cazenga, João Adão, disse que o surgimento da praça na rotunda da Cuca preocupa a administração, que tem trabalhado para acabar com o mercado. A administração está a trabalhar na retirada das vendedoras da rotunda da Cuca e do Arreou-Arreou, para os integrar em vários mercados.

O desmantelamento dos mercados da Gajajeiras, São Paulo e das Pedrinhas nos Congolezes veio piorar a situação da rotunda da Cuca. Aos fins-de-semana, a administração do Cazenga realiza jornadas de campo

denominadas "Operação Estrela", que consistem na remoção dos vendedores ambulantes para serem enquadrados nos mercados criados localmente.

João Adão revelou que a sua administração já retirou da rua os vendedores que permaneciam junto da Emissora e colocou-os na pracinha das peças. Nos próximos dias, será a vez das vendedoras da BCA, que serão enquadradas no mercado da Conduta, já em fase conclusiva.

João Adão afirmou que a administração municipal criou duas brigadas para sensibilizar as vendedoras. As brigadas de apoio à Juventude e à Mãe Quitandeira têm trabalhado ao longo da semana na sensibilização das vendedoras ambulantes para não comercializarem em locais proibidos.

Segundo o administrador, a operação vai continuar e medidas pesadas vão ser tomadas para estancar a desordem provocada pelas vendedoras. Levada a cabo pela administração do Cazenga, a "Operação Estrela" reúne elementos da fiscalização municipal, da Brigada de Apoio à Juventude, da Brigada de Apoio à Mãe Quitandeira e agentes afectos à 3ª divisão de Polícia do Cazenga.

Uma das medidas a tomar passa pelo reforço dos agentes da Polícia e da fiscalização. "Se a situação persistir, vamos solicitar a intervenção de outros organismos com vista a pormos fim a esta situação", disse o administrador.

O administrador em exercício do Cazenga disse, em relação às vendedoras da Cuca e do Arreou Arreou do Hoji-ya-Henda, que administração municipal do Cazenga criou condições para que possam comercializar os seus produtos sem constrangimentos. A título de exemplo, referiu que o mercado do Hoji-ya-Henda está desguarnecido e as vendedoras deveriam ir para este local para exercerem a sua actividade.

João Adão refutou as alegações das vendedoras que dizem vender na rua por falta de lugares nos mercados, aconselhando as vendedoras ambulantes a saírem dos mercados da Cuca e irem para os mercados existentes no município, para melhor exercerem a sua actividade. Vendedoras alegam, falta de lugares nos mercados. As vendedoras ouvidas pela reportagem do Jornal de Angola afirmaram que continuam à frente da escola por falta de espaços na maioria parte dos mercados de Luanda.

Madalena Albino, moradora do bairro Kikolo, diz estar consciente do perigo que corre vendendo em lugar impróprio, onde o movimento das viaturas e motorizadas é constante. "Sei que a minha vida corre perigo vendendo aqui, mas nos mercados já não há lugar e por isso decidi vender aqui", disse. Florinda Nangueve, moradora na, Estalagem, afirmou que antigamente fazia os seus negócios na praça do Arreou-Arreou, do São Paulo, mas foram dali retiradas

por elementos da Fiscalização do Governo Provincial de Luanda e encontraram na rotunda da Cuca o lugar propício para a comercialização dos produtos. Mana Florinda, como é carinhosamente tratada pelas companheiras, disse estar cansada com a vida de correcorre, mas não sabe como sair dela, por falta de emprego ou de um lugar no mercado para vender. "Se o Governo construir mais mercados em Luanda, eu e as minhas colegas estamos dispostas a deixar de vender em locais impróprios para o comércio", confessou. Vendedora de produtos perecíveis, Mana Florinda reconheceu serem culpadas pelos constrangimentos causados ao trânsito e pela produção de grandes quantidades de lixo nos locais onde procedem às vendas...

Automobilistas pedem retirada das vendedoras. Os automobilistas que circulam diariamente pelas vias que intercedem com a rotunda da Cuca apelam às vendedoras ambulantes que abandonem o local por constituir perigo para as suas vidas. Carvalho Neto, motorista da empresa Cuca, diz que aquelas mulheres "estão sujeitas a ser atropeladas" pela forma como ficam expostas, principalmente no período da tarde, "altura em que os taxistas estão num corre-corre autêntico" e a visibilidade é reduzida.

Santana Pedro, outro automobilista, disse é preciso uma maior intervenção dos agentes da Fiscalização e da Polícia Nacional para desencorajar as senhoras de comercializar os produtos naquela zona.

Ferreira Pinto, taxista que gera~1 mente faz a via São Paulo/Cuca, disse que as pessoas consideram os taxistas como causadores dos engarrafamentos em Luanda, mas existem outros factores que contribuem para o surgimento de tais constrangimentos no tráfego automóvel. Um deles, indicou, é a venda de produtos junto à estrada.

Ferreira Pinto gostaria que administração do Cazenga, em colaboração com o Comando da 33 divisão da Polícia, tomasse medidas para estancar o crescimento do mercado. "A administração do Cazenga e a Polícia Nacional devem aplicar medidas pesadas para forçar as vendedoras a libertarem a área para facilitarem o movimento fluído do trânsito na Cuca", disse.

09.2.5 Pequenos negócios melhoram rendimento familiar

Jornal de Angola 27 de Fevereiro de 2009

Os pequenos negócios contribuem para o sustento das famílias, quer sejam por iniciativa própria ou por intermédio de outra pessoa.

Mas, a verdade é que se ajudam a equilibrar os orçamentos familiares, requerem, também, investimentos iniciais, como foi o caso de Josefina António, 24 anos, vendedora ambulante há quatro. A jovem decidiu montar o negócio de refrigerantes para sustentar os quatro filhos. Por eles percorre as principais artérias de Luanda a vender vários tipos de refrigerantes. "Com apenas 700 kwanzas, comecei a

vender refrigerantes. Depois, comprei a primeira grade de gasosa e, assim, o negócio foi-se desenvolvendo", disse.

José fina António tem hoje mais de 40 grades de gasosa. Cada uma proporciona-lhe um lucro semanal de 550 kwanzas, o equivalente a vendas mensais acima de 80 mil kwanzas. O negócio não é só rosas. Os espinhos podem picar a cada esquina. Ou porque os locais de venda nem sempre são os melhores ou porque os fiscais aparecem quando menos espera. Sabe que negocia de forma ilegal, mas tem de arriscar, que a fome dos filhos não lhe permite ficar em casa. Por isso, anseia pelo dia de ter uma banca num dos mercados formais.

Marcela Golome, 28 anos, também se agarrou à venda ambulante para contornar os obstáculos que a vida lhe colocou. Há dois anos que os gelados lhe aquecem a ajuda no sustento da família. "Compro três baldes de gelado e acabam no mesmo dia", diz. Por cada um dá 500 kwanzas. O lucro é de 400. Nelson Manuel, estudante, 17 anos, optou pela venda de sanduíches como forma, também ele, de ajudar a aconchegar o orçamento lá em casa. Começou o negócio há um ano. Com a ajuda da irmã, prepara-as na véspera, à noite. Vende-as no dia seguinte aos alunos da escola Ngola Kiluanje.

Conciliar o trabalho com os estudos não lhe tem sido fácil, mas a vontade de ser alguém faz com que não desista. Nem de vender, nem de estudar.

Marco Jonácio é outro jovem negociante de rua. Dedicou-se, há dois anos, ao aluguer do telemóvel. Diz que o negócio lhe proporciona, semanalmente, cerca de 350 dólares. No banco guarda mais de mil. Para já. "Muitos clientes, ao fazerem as chamadas telefónicas, não controlam o tempo, nem aceitam pagar novamente, dificultando muito o meu negócio", lamenta-se.

O sociólogo José Lencastre é de opinião que estes pequenos negócios ajudam várias famílias, que desta forma não têm de esperar pelo salário no final de cada mês. A crise financeira global, todavia, diz o sociólogo José Lencastre, vai afectar, também, seriamente a actividade dos vendedores ambulantes, pois a maioria dos produtos que vendem são importados. "O meio de transporte vai, igualmente, dificultar o negócio dos pequenos empreendedores porque, com a crise financeira mundial, a tendência dos automobilistas é aumentarem os preços, razão pela qual muitos dos vendedores ambulantes não vão conseguir ultrapassar a situação e se forem de fora de Luanda acabam por regressar às terras de origem", vaticinou. Esse regresso não será de todo negativo, diz o sociólogo, pois poderão nas terras de origem desenvolver actividade agrícola e não precisarão pagar a renda de casa, como acontece em Luanda.

Para o economista Kafuidiko Manuel, os pequenos negociantes não têm sabido reformular as estratégias face à difícil situação que o mundo vive. Defende que

os negócios precisam de gestores capazes de avaliar outras oportunidades de investimento e de diversificar as formas de captação de recursos. "O Governo deve apoiar os pequenos negociantes com formação contínua", opina.

Com isso, diz, beneficiam os negociantes e "o próprio Governo com a arrecadação de mais receitas. Kafuidiko Manuel entende que os vendedores ambulantes deviam organizar-se em cooperativas ou associações, para facilitar o trabalho do Estado na revisão da estrutura de custos e aconselha-os a pagarem taxa de imposto. Dessa forma, acredita, havia melhor organização empresarial e surgiriam, certamente, propostas de financiamentos para os novos empreendedores.

MARÇO 2009

09.3.1 Venda de geradores no Mercado informal ajuda pobres

Folha 8 14 De Março de 2009

No mercado Roque Santeiro, podemos encontrar geradores à venda no sector, em que se contam também os electrodomésticos.

Há monopólio na venda de geradores dentro do mercado. O número de vendedores está abaixo de dez para um mercado enorme, como é o Roque Santeiro. Se compararmos com os outros sectores, como o pescado, que tem mais de 200 vendedores; mas a concorrência vem de fora, com os chineses, libaneses e senegaleses a venderem próximo do mercado.

Segundo vendedores, os geradores têm por fonte a China, Dubai e Tailândia na linha da frente. É adquirido por eles através dos armazéns, mormente do São Paulo e Hoji-Ya-Henda. Note-se que há quem prefira adquirir directamente no Dubai, na Chi03 ou na Tailândia.

Nos armazéns, a compra é feita a grosso, é considerada compra a partir de cinco geradores, mas há uma desvantagem, pois em caso de uma avaria de ordem mecânica ou electrónica não há devolução. Como quem não arrisca não petisca, os vendedores preferem alinhar no "negócio mesmo com estes riscos". Tem os seguintes tipos de marca e capacidade de 1 a 25 kW e Elemax, Tiger, Kipor, Kama, Astra respectivamente.

O Astra é a marca do momento, mas não supera o Elemax em termos de procura pela qualidade e durabilidade deste último. De acordo com os vendedores, o Elemax original pode durar 5 anos e o pirata 2 anos.

Os preços são fixados, em função dos riscos que o mercado negro informal acarreta. A margem de lucro é fixada a partir dos 20,00 dólares; os vendedores adiantam que dá para viver.

André, vendedor de geradores há cinco anos, afirma que, pela venda conseguiu construir a sua casa e colocar os seus filhos na Escola; um dos quais estuda no IMEL.

Eis alguns preços praticados pelos vendedores naquele mercado paralelo. As vendas ocorrem, normalmente, os fins-de-semana, são os mais frenéticos, dada a sua fertilidade no que tange aos gastos. Em média. Vendem-se três geradores por dia, o que pode variar em função da procura.

Questionado pelo F8 sobre a concorrência com os estrangeiros a venderem em quase tudo que é muito,

um dos vendedores respondeu que "não têm receio de ninguém, em virtude de, muitas vezes, os clientes preferirem os seus produtos, pois há um diálogo Oficina de geradores no "mercado negro"

Não se pode falar da venda de geradores sem falar dos que prestam serviços de reparação em caso de avaria. Para esses o trabalho corre bem embora com os seus altos e baixos a vida vá sempre. Repararam quase todo o tipo de geradores existentes no mercado Elemax, Tiger e Astra são os que mais aparecem. Os geradores à gasolina são os que mais há.

Os preços variam de 250.000 a 5000,00 kwanzas, tendo em conta a gravidade da avaria.

A procura aumenta aos fins-de-semana, sobretudo quando se avizinha uma partida de futebol que coloca frente a frente as equipas do 1º de Agosto e do Petro de Luanda.

09.3.2 Salões de beleza ambulantes: uma maneira inovadora de ganhar a vida

Angolense De 14 a 21 de Março de 2009

Em quase todas as ruas da cidade encontramos jovens carregando materiais para tratamento de unhas. Para fidelizar os clientes, esses rapazes criam bases como acontece nas imediações do Hotel Alameda, nas Ingombotas. Este trabalho começa a ganhar cada vez mais clientes, ao ponto dos serviços serem requisitados ao domicílio, inclusive para preparação de noivas. A zona dos Combatentes é um dos pontos preferidos para a realização deste trabalho. Um rapaz que trajava uns calções e uma camisola, de chinelas, trazia uma mochila de cor preta nas costas, que parecia bastante pesada e um tabuleiro nas mãos com vários vernizes e outros produtos, para tratar de unhas.

Trata-se de Joaquim Gomes, 23 anos de idade, que trata de unhas na rua há um ano. "Vivo no Cazenga, mas venho trabalhar aqui porque sinto vergonha de ser visto pelos meus vizinhos. Aprendi a pintar de tanto ver as minhas irmãs se pintando, depois, um amigo me convidou para começar a zungar pelas ruas para pintar", contou. Depois de tomar a decisão de entrar para o negócio, adquiriu o material no Roque Santeiro e não mais parou.

Quanto aos preços, Joaquim disse que depende do que a cliente desejar. "Só para pintar. Cobramos duzentos Kwanzas. Se tivermos que fazer desenhos e retirar as cutículas cobramos quinhentos Kwanzas.

Se for para fazer aplicação, vai depender, caso seja de unhas nacionais cobramos mil e quinhentos, mas se forem unhas brasileiras, então, cobram dois mil e aplicação de unhas de gel é três mil ", explicou, realçando, orgulhoso, que o trabalho que fazem é de grande qualidade. "Se quiseres deixa-me te mostrar o

nosso trabalho, nunca mais vais aceitar ser tratada por outra pessoa. Até unhas de noivas se! preparar", frisou. Saímos dos Combatentes e rumamos para o bairro Mártires de Kifangondo, concretamente para a rua 17, onde um grupo de rapazes fizera dum quintal, o seu escritório para tratamento de unhas.

Tajó, o responsável pelo espaço, conta-nos que faz este trabalho há muito tempo. "Antes éramos apenas três pessoas que talhávamos aqui, mas agora como já temos muitos clientes, decidi ter mais trabalhadores. Só temos uma menina que trata dos pés, aqui o atendimento é igual para todos", começou por explicar.

Os finais de semana são os dias de mais trabalho, segundo Tajó, devido a vários eventos. "De sexta a domingo o trabalho duplica-se. Tem sido necessário fazer listas que ficam ao lado da porta. As pessoas colocam o nome na lista e na hora do atendimento chamamos por ordem de chegada. Entramos as nove e só saímos quando atendemos o último cliente", contou. Durante o trabalho os jovens garantem que têm um cuidado especial com o material cortante. Nos casos das limas, por exemplo, ficam com os clientes. "Compramos o material em alguns mercados e outros nas lojas. As limas que são utilizadas ficam com os clientes, que apenas pagam uma pequena diferença de kwanzas", salientou.

Terminada a conversa, dirigimo-nos à rua 15 do mesmo bairro. Encontramos numa tenda vários rapazes que aguardavam a chegada de clientes. Patrik, de 33, residente no bairro Palanca, também faz esse trabalho e diz que se sente realizado. "Fiz o curso de pedicure e Manique no Congo, durante seis meses e vim para aqui para trabalhar, sempre gostei de tratar da beleza feminina. Com o dinheiro que ganho já chega para fazer qualquer coisa, não tenho vergonha de ficar aqui a tratar das unhas. Antes os moços que passavam irritavam-me, diziam que eu sou homossexual, mas, agora, até rapazes passam aqui para fazer as unhas", realçou.

A única preocupação desses jovens se cinge no pagamento do local e na perseguição dos fiscais, segundo a fonte que temos vindo a citar, por isso optam em andar de rua em rua. "Quando ficamos muito tempo num só sítio os fiscais se aproveitam para virem incomodar-nos, mas, quando andamos de rua a rua, ninguém se mete connosco, por isso só paramos para descansar", justificou.

"A nossa esperança é conseguir reunir algum dinheiro para podermos ter um espaço onde consigamos realizar a nossa actividade à vontade. Somos cidadãos normais e filhos desse país, portanto, também temos direito de fazer alguma coisa para sobrevivermos", frisou.

Fausta, de 22 anos de idade, estava sentada à espera da sua vez de ser atendida. "Não é a primeira vez que cá venho para tratar das unhas, já tenho feito esse tipo de tratamento aqui, apenas trago as minhas coisas de casa

e eles tratam da pintura e dos desenhos. Eles trabalham bem" confirmou.

Rosa da Silva, outra cliente, diz que muitos dos rapazes fazem milagres. "Gosto de tratar das unhas aqui, o único problema é que muitos deles não fazem manutenção do material, mas do resto está tudo bem, gosto dos desenhos que fazem, por isso é que voltei e apenso em ficar por aqui porque o tratamento não é muito diferente de um salão, com a vantagem de ser mais barato."

09.4.1 O medo nos olhos da zungueira

Jornal de Angola 7 De Abril de 2009

O mona, nas costas, a bacia de plástico na cabeça, ela era apenas uma no cortejo de mulheres, homens e kandengues que, num repente, encheram a avenida de correrias e encontrões que o som da buzina provocou. O carro da polícia nem chegou a parar. Não sei, mesmo, se a sirene era para anunciar aos vendedores ambulantes que estava a chegar, se para abrir caminho à camioneta de carga a caminho do porto. Mas sei, porque vi nos olhos da zungueira, que ela, tinha medo. Os vendedores ambulantes não pagam impostos, alguns, até, especulam nos preços. Sei disso tudo, mas não esqueço que são as circunstâncias que os levam a isso. Desconheço se podem, e como podem, ser legalizados.

Mas gostava que fossem. Nunca mais vou esquecer o medo que vi nos olhos daquela zungueira a correr, uma mão no alguidar vermelho com abacates, a outra segurar o monandengue preso nas costas.

09.4.2 INADEC combate irregularidades no mercado

Novo jornal 10 De Abril de 2009

A CONTRAFACÇÃO de produtos para o país por terra, mar ou até mesmo por via aérea está a aumentar. No país entram diferentes marcas que acabam por se inserir num mercado de bens onde as dificuldades de fiscalização são muitas.

O Instituto Nacional de Defesa dos Consumidores (INADEC), no âmbito dos esforços de promoção dos direitos dos consumidores angolanos, e de uma garantia de qualidade dos produtos, detectou a venda de diversos bens em mau estado de conservação ou resultado de contrafacção.

Produtos como pasta dentífrica, sabonete e até mesmo algumas embalagens de carne seca engrossam o rol de mercadoria sem garantias de qualidade ou adulteradas pelos agentes económicos responsáveis pela sua importação.

A falta de conhecimento da origem do produto, bem como a omissão dos componentes que o caracterizam, também fazem parte da lista de irregularidades consideradas de "graves" pelos agentes do mercado.

"A nossa intenção é promover os direitos dos consumidores e combater as várias formas de violação que acontecem em alguns produtos", esclarece Elsa Bárber, directora do INADEC. "Detectámos diferentes tipos de violações, desde a falta de informação a

violações que põem em causa a saúde do consumidor", continua.

Não se sabe a quantidade de mercadoria imprópria existente no mercado nacional, mas sabe-se que esta prática tem permitido a que muitos comerciantes - formais e informais - desenvolvam o seu comércio longe da vistoria do órgão de tutela. A confirmar esta realidade, está a dificuldade do INADEC em desenvolver acções de controlo no comércio informal. "O Instituto tem obstáculos na sua actuação no mercado informal por causa do comprovativo que tem que ser anexado às reclamações", disse a directora deste organismo.

A publicidade usada na divulgação de certos produtos faz também parte da lista de falhas detectadas pelo INADEC, que vai criar, em breve, um mecanismo de controlo. "Vamos lançar este mês uma linha telefónica para agilizar as denúncias dos consumidores", que vai facilitar, de "certa forma", o trabalho dos vigilantes em "número insuficiente" no combate à fraude que não para de crescer no país, informa Elsa Bárber. F.D.

09.4.3 Mercado informal de Massabi deve ir para uma zona neutra

Jornal de Angola 20 De Abril de 2009

O chefe do Posto dos Serviços de Migração e Estrangeiros na fronteira comum de Massabi (Angola) e Ponta Negra (Congo Brazaville), Pedro Cuico, defendeu, ontem, na comuna de Massabi, norte da cidade de Cabinda, que o mercado fronteiriço local deve ficar situado num zona neutra, para permitir um trabalho mais eficaz e consistente no controlo de estrangeiros que se movimentam para o território angolano. Pedro Cuico manifestou esta preocupação, sublinhando que o movimento diário de cidadãos congolezes e de outras nacionalidades no mercado fronteiriço que funciona no território angolano, tem dificultado muito o "bom exercício da actividade no controlo de estrangeiros, que a todo o custo querem imigrar para Cabinda". O chefe do Posto dos Serviços de Migração e Estrangeiros de Massabi disse que essa medida "seria ideal e prudente, porque o mercado fronteiriço a funcionar na zona neutra à semelhança do mercado do Yema, na fronteira com a RDC, permitia o controlo dos estrangeiros", sublinhou. "Com o funcionamento do mercado fronteiriço na zona neutra temos maior controlo e sobretudo visibilidade do movimento dos que tentam entrar nosso território sem documentos", afirmou. O oficial dos Serviços de Migração e Estrangeiros em Massabi disse, ainda, que o funcionamento do mercado fronteiriço na zona neutra permite maior combate à imigração ilegal. Acrescentou que os serviços das Alfandegas e a Polícia Fiscal também teriam maior controlo na fuga ao fisco e no pagamento dos direitos aduaneiros. "O que notamos é que quando a fronteira abre, os comerciantes

fronteiriços e outros vendedores ambulantes entram em massa para o nosso território, onde se encontra o mercado e fica difícil saber quais os objectivos de cada um", concluiu.

09.4.4 Venda de carros sem intermediários domina ruas de Luanda

Agora 25 de Abril de 2009

O AGORA identificou algumas oportunidades para este mercado e que fazem a sua dinâmica. Por exemplo, os vendedores de carros usados nem sequer recorrem a concessionárias ou a jornais para divulgação do produto. O negócio é feito, preferencialmente, sem intermediários. Apesar da queda nos valores médios de venda dos usados, Luanda continua a ser o destino principal de automóveis. Depois vem Benguela e Lubango.

A nova forma encontrada passa pela utilização de telefones. Assim, os vendedores de carros colocam letreiros nos vidros dos seus carros e colocam-nos ao longo das estradas a partir de onde os novos interessados negociam telefonicamente. Há quem diga que agindo assim os traficantes de automóveis isolam-se dos grandes operadores do mercado, das fontes de informação credíveis e actualizadas e dos impostos. Entre os modelos mais concorridos está a Toyota, seguindo-se a Suzuki. Estima-se que 6 em cada 8 carros vendidos em Luanda sejam usados e que 3 em cada 6 carros de segunda mão podem ser revendidos a qualquer altura mesmo sem a etiqueta de venda. A corrida aos carros de segunda mão é facilitada pela velha regra económica segundo a qual os bens móveis baixam de preço com o tempo. Aqui os vendedores ignoram o factor tempo e seduzem os compradores com expressões como "comprei a 8 mil e estou a vender a 6," esquecendo-se que o uso feito teve custos e produziu desvalorização.

A ausência de incentivos é apontada como estando, igualmente, a dificultar a compra de carros novos. Dizem os experientes que o governo devia introduzir um plano de incentivos para que os utentes de viaturas antigas as trocassem por automóveis novos.

"Enquanto as concessionárias continuarem a praticar preços para a compra de usados muito abaixo da tabela, a venda directa representa uma boa oportunidade para fechar um negócio com quem está interessado na aquisição dum carro, sem intermediários", explicou Ribeiro dos Santos, um vendedor de carros na FTU. "Pelos levantamentos feitos, quem vende o carro directamente consegue capitalizar, em média, até 3 mil dólares a mais em relação aos que entregam o carro a uma revendedora", disse a mesma fonte, para quem se trata de uma diferença considerável no bolso, que certamente compensa a tarefa de concretizar a venda por conta própria.

Matoso António, por exemplo, vendeu um Toyota Dina 300 nesta quarta-feira 24, por 19,5 mil dólares. "Apesar de ser abaixo do preço de tabela, 21 mil, o valor superou a melhor proposta que eu havia recebido de uma concessionária, que ofereceu 16 mil pelo carro", afirmou.

Por toda a parte de Luanda onde a gente passe, são visíveis os anúncios de venda. A situação parece caricata, segundo o sociólogo Cristófer Kayombo que viveu longos anos na Namíbia, mas sublinhou que, reflecte um bom momento económico. "Reparamos que a maioria dos angolanos quer ter carro. Isto significa que estão a resolver os problemas mais candentes paulatinamente. É evidente que ao preferirem carros usados exteriorizam ainda alguma pobreza," enfatizou.

A mesma fonte defende a realização periódica de feiras para a venda de automóveis novos subsidiados pelo Estado para se banir a importação de carros em desuso no velho continente e não só.

09.4.5 Gás está mais caro na capital

Agora 28 de Abril de 2009

Cresce o comércio clandestino de gás de cozinha na cidade e nos mercados da periferia de Luanda. Além de ilegal a actividade, muitas famílias encontraram nela o meio de sobrevivência. Os consumidores assustam-se, porém, com os preços praticados e acreditam que a situação não reflecte a realidade dum país produtor de petróleo.

As dificuldades de distribuição dos produtos derivados do ouro negro em todo o território ainda se fazem sentir, obrigando famílias no interior a recorrerem ao abate indiscriminado de árvores para utilizar como combustível e confeccionar alimentos.

Estas e outras questões elevaram o fenómeno do comércio clandestino do gás, segundo garantiram os vendedores ambulantes que consideram de negócio rentável, apesar dos riscos que tal actividade acarreta. Os agentes autorizados pela Sonangol, a comercializar de forma legal o produto dizem que, há um grande número de depósitos clandestinos que atrapalham a regulação dos preços do produto no mercado paralelo. Este facto, segundo destacam fontes do AGORA, além de prejudicar o mercado com a concorrência desleal, traz perigo para a vizinhança destes depósitos que funcionam de maneira irregular e sem quaisquer meios de segurança.

"O nosso consumidor não está habituado a exigir factura do produto que lhe garante segurança até para a necessidade de haver a troca da botija em caso de problemas com o vazamento do gás".

A Sonangol Distribuidora lembra que o

armazenamento de gás deve ser feito de maneira adequada e alerta as instituições da fiscalização, nomeadamente, a Polícia Económica e o Inadec, no sentido de intensificarem as suas acções para diminuir a proliferação desta prática que num passado recente vitimou muitas vidas inocentes.

"Temos agentes revende dores autorizados em quase todo o país, mas as denúncias das vendas fora dos padrões estabelecidos e a existência de estabelecimentos que realizam a venda clandestina, devem ser dirigidas às instituições fiscalizadoras", disse. Longe de prever o perigo para si e toda a vizinhança, com o armazenamento irregular de gás, como acontece em muitos casos, segundo nos contou Ana da Costa, vendedora na Macambira, as botijas são armazenadas dentro de casa.

"Dependemos do preço de aquisição. Ganho três a sete mil kwanzas por botija", disse. Na Macambira, a botija e o produto está acima dos 200 dólares e são vários os consumidores que procuram comprar, porque consideram, mais viável por não obedecer a qualquer tipo de burocracia.

Aguinaldo Jorge disse que comprou uma de 12 quilos cheia a 19 mil kwanzas, porque está desapontado com burocracia que ainda se regista na Sonangol para comprar uma botija e assegurou que "no mercado informal a botija chega a custar o dobro do estabelecido pela distribuidora nacional (9 mil kwanzas)".

Os preços praticados, quer no mercado paralelo ou formal, superam, acima da média, o salário mínimo da função pública do país que actualmente ronda os cerca de 12 mil kwanzas mês.

Nas imediações da escola Ana Ngola, outro ponto de venda ambulante, a realidade é igual. As operadoras clandestinas garantiram ao AGORA que os preços chegam aos 20 mil kwanzas sobretudo em tempo de escassez. "Quando há escassez de gás a procura aumenta e o preço pode chegar aos 20 mil kwanzas", disse a fonte no local.

"Estamos a vender a 18 mil kwanzas uma botija cheia (cerca de 250 dólares), mas durante a quadra festiva os preços variaram entre os 19 e 20 mil kwanzas", notou. Entre as agências autorizadas, segundo algumas testemunhas, existem aquelas que vendem acima do estabelecido pela Sonangol e o Ministério das Finanças. "Sabemos que a Sonangol autorizou os seus agentes a vender, mediante uma licença, a botija a nove mil kwanzas e em caso de troca a 500 kwanzas, mas na periferia e em tempos de escassez, só o produto pode chegar a custar os mil kwanzas.

Maria Antónia, 27 anos, teve de pagar multa (gasosa) de 3 mil kwanzas para ser solta e não incorrer a responder em tribunal pelo crime de especulação e evitou 5 anos de prisão.

Teresa já foi presa duas vezes mas valeu a intervenção da família para não permanecer na cela. Por isso, revelou que a comercialização e transporte deste tipo de produtos deve ter maior acompanhamento e aconselha que a actividade seja exercida apenas por estabelecimentos autorizados sob condições específicas de armazenamento e transporte.

Contudo, a concessionária explica que as distribuidoras são responsáveis pelo engarrafamento do gás e distribuem o produto para as revendas que, por sua vez, são as fornecedoras para o consumidor final. Este processo, muitas vezes é defraudado "porque já houve casos em que os trabalhadores da Sonangol foram apanhados a venderem o gás no mercado informal". Constitui crime contra a ordem económica; adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas fracções recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na lei. O país ainda não aproveita cabalmente, o gás natural, útil para energia e aquecimento, limitando-se a ser queimado na produção petrolífera, causando danos ao meio ambiente.

09.5.1 Preços dos principais produtos continuam estáveis no Huambo

Jornal de Angola 11 De Maio de 2009

Os preços dos principais produtos alimentares básicos no mercado informal da província do Huambo continuam estáveis, apesar da subida do dólar, registada no início de Março.

Para a estabilidade dos preços dos bens essenciais contribuíram as boas colheitas dos produtos do campo. Hortícolas, fuba de milho e frutas têm aparecido com abundância nos mercados da Quissala, Kapango e Benfica, os principais mercados abastecedores da cidade do Huambo.

A Angop, com base em visitas aos mercados da Quissala, o maior da província, da Canata, Kapango e Benfica refere que os preços de venda dos produtos convergem, o quilo de arroz está a ser vendido entre 100 e 110 kwanzas, o de açúcar a 90, o de farinha de trigo, a 60, o de feijão, a 100, o de fuba varia entre 35, 40 e 50, de acordo com a qualidade, o pacote de massa alimentar, a 60, a lata de chouriço, a 400, a lata de leite Nido, a 1.950, a de leite moça, 120, o litro de óleo, entre 160 e 180, a barra de sabão, a 170, o litro de vinagre a 100, o mesmo preço de uma lata de atum. O quilo de sal custa 50 kwanzas, litro de óleo de palma, 300, a lata de massa tomate grande, 160, a de manteiga, 80 e a de sardinha, 60.

O preço da banheira de tomate registou uma redução de 500 para 200 kwanzas, enquanto a mesma quantidade da batata e o da cebola se mantêm em 500 kwanzas. O dólar está a ser comprado a oito mil Kwanzas e vendido a 8.300.

Segundo informações dos vendedores dos mercados, os hortícolas estão a sair com abundância das lavras da região e há uma grande quantidade de tomate, que fez descer os preços em todos os mercados informais do Huambo e de todos os municípios.

Os produtos alimentares importados também mantiveram os preços de referência devido exactamente à abundância de produtos agrícolas que em muitos casos podem substituir os importados. O câmbio do dólar está ligeiramente mais elevado mas a tendência é igualmente para descer.

09.5.2 Economia informal pode ser alternativa para o Estado

Jornal de Economia e Finanças 12 de Maio de 2009

A economia informal reflecte a dimensão de um mercado que se traduz na expansão e crescimento acelerado das actividades comerciais não oficiais, bem como representa um aumento contínuo e descontrolado dos assentamentos informais dentro de um Estado. Nas cidades africanas, o sector informal produz, emprega, distribui rendimentos e assegura a sobrevivência das populações. Angola, principalmente a sua capital, Luanda, não constitui um caso à parte. Por sector informal entende-se, na linha da concepção da Organização das Nações Unidas (ONU), um vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com a finalidade de garantia da sobrevivência, que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local, regional e nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico.

Contributo do sector

De acordo com dados contidos num relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a evolução da economia informal angolana em 1998 e 1999 era de 87% e contribuía em 30% para o Produto Nacional Bruto (PNB) não-petrolífero. O Banco Mundial estima que hoje essa taxa ronde os 70%, calculando uma redução de 17% nos últimos 10 anos. O referido relatório destaca ainda o expressivo peso das actividades comerciais no contexto do sector informal e evidencia o papel deste subsector como recurso de sobrevivência das populações urbanas, em particular para as famílias deslocadas para as áreas urbanas da capital.

Luanda tem uma taxa de desemprego estimada entre 25 e 35%. Nos últimos cinco anos, o sector informal aumentou a sua capacidade de absorção, o que reduziu a taxa de desemprego para 20 e 25%. Especialistas angolanos dizem que o auto-emprego no sector informal constitui uma parte importante das estratégias de sobrevivência das populações.

Para Victor Hugo Morais, economista e assessor do Banco Mundial em Angola, esta percentagem pode baixar nos próximos anos se o Governo apostar fortemente na agricultura. Na sua óptica, o sector agrário é uma das soluções imediatas para a redução da actividade comercial informal no país. Ele diz que a adopção de medidas que estimulem o mercado formal, através da regulação do informal, "pode ser um factor determinante para o crescimento da economia".

Segundo o economista, quem se dedica à actividade informal deixa de beneficiar de subsídios estatais de desemprego, da assistência do Governo e de outras regalias. Victor Hugo atesta que a economia informal é de preponderante importância na criação de renda para aqueles que ainda não conseguem entrar na actividade formal. Acrescenta que também serve para apoiar e melhorar os rendimentos daqueles que estão no próprio mercado formal.

Soluções a médio prazo Victor Hugo admitiu que os mercados informais fazem parte da cultura dos africanos. Segundo ele, o objectivo do Estado, no caso concreto de Angola, não deve ser o de acabar com as práticas económicas informais, mas criar regras que visam a sua regulamentação. "O mercado informal e as suas variáveis não só regulam o mercado formal, como também é lá onde a concorrência é mais perfeita do que no mercado formal", explicou.

Muitas regras do mercado formal vêm do informal, mas devem ser criados mecanismos de auto-regulação para se pôr termo à concentração de monopólios neste sector. "Se acabássemos com ele, acho que estaríamos a criar uma injustiça para aqueles segmentos da população que dependem deste mercado, que procura encontrar formas de sobrevivência onde os preços são mais baixos e muitas vezes ao alcance de todos", disse. Segundo afirmou, nenhum Estado acaba na totalidade com os mercados informais, mesmo nos países ocidentais ou nas grandes metrópoles capitalistas. Os mesmos contribuem para o fortalecimento das economias, chamando a atenção para a melhoria do controlo e a eficácia na regulação do sector.

Visão de analistas

Para o PNUD, devem ser criadas novas políticas para o mercado informal. Com a transformação dos municípios em unidades orçamentadas, o Governo deve ter fortes mecanismos de controlo das actividades informais. "Quem está nos municípios, vive maioritariamente do mercado informal, e é aí que se deve começar a regulamentação. Por este facto, as administrações devem ter capacidade de regular o mercado, coordenar e extrair o máximo de renda desta prática e as suas receitas se reverteriam em prol dos seus munícipes", salientou o PNUD no seu relatório. A dinâmica do mercado depende de ideias construtivas, do rumo da economia, da criação de mais empresas e de empregos. "Com isso, aos poucos as pessoas começam a abandonar esta actividade. Não é o poder central que vai regular o mercado, essa responsabilidade é reservada às administrações locais, com a descentralização do poder, por ser daí que surge a norma que define quem deve exercer a actividade informal, só isso vai poder reduzir e credenciar quem pode pagar impostos", indicou Victor Hugo. O economista considerou que o Estado perde milhões de kwanzas em recursos e em impostos que deveriam ter sido arrecadados com taxas provenientes desta actividade. "O Estado está a perder milhões em receitas. Se coordenar melhor o mercado, teremos a oportunidade de fortalecê-lo e ganharemos uma fonte segura de receita", admitiu.

Ele ressaltou que as pessoas que se dedicam à agricultura, apesar da vontade que têm de abandonar a actividade, não encontram alternativa de emprego no sector formal, salientando ser necessário um forte redimensionamento dos serviços públicos e melhor distribuição de terra para que estes projectos possam ter êxitos, passando por uma política agrária eficiente.

"Muita gente vai preferir abandonar a actividade informal e dedicar-se à agricultura. Daí que o sector pode torna-se familiar e criar renda, o que pode ajudar o sector bancário a crescer e a expandir-se até aos municípios e com unas", disse.

Cenário de crise

De acordo com Victor Hugo, nesta fase é necessário perceber o crescimento dos mercados informais e como surgem. Para ele, os mercados são alimentados pelos agentes económicos do mercado formal, daí que, se a crise os atingir, o seu poder aquisitivo baixará e a capacidade de colocar produtos no mercado diminuirá. "Estes serão afectados, esta é uma crise para formais e informais, é global. Claro que fortes ou fracas economias sentirão os efeitos deste mal", sublinhou Victor Hugo.

09.5.3 Kixiquila serve de tábua de salvação

Angolense 16 de 23 de Maio de 2009

A Kixiquila é uma forma de poupança doméstica. Depois de seleccionado o grupo é eleito um responsável a quem atribuem o nome de "mãe da Kixiquila. À mãe cabe a responsabilidade de recolher o dinheiro e atribuí-lo aos membros de forma rotativa. Apesar de algumas desvantagens, que a mesma apresenta, tendo em conta que em muitos dos casos, segundo relatos de várias fontes, as chamadas "mães da Kixiquila (responsáveis pela guarda das contribuições do grupo) fogem com o dinheiro, sem deixar rasto. A Kixiquila é hoje praticada não só por mulheres vendedoras, mas também por funcionários públicos e até estudantes universitários que encontram na prática uma das formas de juntar dinheiro para comprar livros e outro material didáctico.

Para Isabel Albino, vendedora do mercado de São Paulo, a Kixiquila é uma forma de ajudar as pessoas a responder a algumas necessidades como comprar arca, pagar o colégio dos filhos e até mesmo levantar algumas paredes, para casa própria, como ela mesmo fez.

Outra vendedora que se identificou por Ivone dos Santos, disse que são muitas as vantagens que encontra em jogar a Kixiquila, notou, destacando o facto de a pessoa receber dinheiro das colegas, sem obrigação de pagar juros na hora do reembolso, como acontece nos bancos.

"Somos 20 pessoas e a nossa contribuição é de USO 100. Todos os sábados há uma pessoa que recebe USO 2000, e essa não tem que pagar nenhuma taxa de juros", explicou a senhora Ivone, que, de seguida, contou: "já comprei terreno, mobília e muita coisa, com o dinheiro da Kixiquila.

Para prevenir a fuga de colegas suas com o dinheiro, casos que acontecem várias vezes, explicou que o seu

grupo impõe condições para a entrada na Kixiquila, que passam pela identificação da pessoa, seus antecedentes e, sobretudo, conhecer a sua casa.

Lá André Rufino, funcionário público, nunca jogou Kixiquila, mas considera que não é um termo novo. É um termo que volta e meia vai ouvindo e que já se tornou familiar em todos os sectores da sociedade angolana.

De acordo com André Rufino "a Kixiquila é vantajosa, particularmente para aquelas pessoas que não sabem economizar o seu dinheiro", referiu, tendo acrescentado que, estas pessoas preferem juntar-se em grupo, dando diariamente uma quantia semanal ou mensal, consoante o acordo e no final já dá para fazer algo.

Apesar de nunca ter jogado a Kixiquila, André Rufino acha que há mais vantagens do que desvantagens. Quem também nunca jogou a Kixiquila é o estudante de economia Joel Álvaro. Em sua opinião, ela surge para facilitar as despesas que muitas pessoas não conseguem suportar apenas com o salário.

No entanto, continuou, em termos económicos tem implicações e uma delas é a fuga de massa monetária no mercado formal, porque o dinheiro da Kixiquila fica guardado por muito tempo em casa. Para aquele estudante, o normal é que todo dinheiro deve circular dentro do sistema económico.

Por isso, aconselhou as pessoas a acabarem com a Kixiquila e optarem por guardarem o dinheiro nos bancos, que segundo ele hoje já são muitos e até podem pagar juros.

Neusa Alexandre é outra estudante de economia que falou sobre o assunto. Ao contrário do primeiro, defende a existência da Kixiquila. Porque é uma das formas mais simples de se guardar dinheiro para aquisição de um bem valioso em curto espaço de tempo, disse.

Para Neusa, a Kixiquila pode até ser praticada entre os alunos para facilitar a compra de livros, bastando apenas saber qual é a capacidade que a pessoa que recebe o dinheiro tem para reembolsar, para depois não ter que se recorrer à polícia ou às vias judiciais.

JUNHO 2009

09.6.1 O "gigante" Roque Santeiro "resiste"

Folha 8 13 de Junho de 2009

O mercado "dito informal" de Angola está bem estruturado e compartimentado. o todo, temos gavetas que guardam especificidades organizadas e, no último escalão, os diversos que se estilhaçam pelas ruas e cantos de Luanda.

No I escalão, está o Roque Santeiro, o mastodonte deles todos, este é generalista conforme temos vindo a divulgar, ou seja, nele podemos encontrar um pouco de tudo. Depois e sem obedecer à ordem por importância, encontramos o Mercado Golfe Correio, aberto para aqueles que procuram acessórios para todo o tipo de viaturas. Em muitas peças, a sua proveniência constitui um mistério, mas a verdade é que quase nada falta nessa. Temos o Mercado Kikolo, vocacionado aos materiais de construção, muito úteis para os cidadãos que se aventuram na construção das suas moradas e não só. Podemos ali encontrar desde a areia, o cimento, pregos, madeira, ferro e material eléctrico ou de canalização. No bairro dos Kwanzas, localiza-se o Mercado com o mesmo nome, antigamente conhecido como Cala-boca. Nele, encontramos todo o tipo de medicamentos para todo o tipo de doenças, inclusive tradicionais.

O "todo" aqui não é exagerado. São muito poucas as pessoas que, no desespero, se dirijam aos kwanzas e não suspirem de alívio em vez da agonia. No bairro Cazenga, está o não menos imponente Mercado Asa Branca que assiste à multidão de um dos municípios mais populosos de Luanda, como outros luandenses que para lá se dirigem à procura de roupa usada que, depois de bem tratada e retocada, não fica a dever as demais de gala adquiridas no Belas Shopping. Quando queremos fazer um bom repasto para convidados especiais, não quebramos o enguiço, deslocamo-nos ao Mercado Rocha Pinto, onde há a ginguinha ou a galinha rija para uma boa Mwamba, ou então, se preferirmos dar uma de bifés, a boa carne do lombo ou primeirinha e as verduras que o acompanham.

O F8 fez um périplo em alguns desses mercados para um levantamento e inteirar-se da actualidade. No Golfe, os seus vendedores afirmaram serem os maiores em termos de acessórios de automóveis. Questionado o porquê, Geri, 34 anos, há 10 anos no Golfe Correios a vender acessórios, respondeu que é por o mercado ter muitos vendedores que vão buscar directamente de fora do país e vendê-los a partir do Golfe, embora, neste aspecto, muitos se sintam ameaçados por causa da concorrência, pois, segundo eles, cresce cada vez

mais o número de vendedores estrangeiros, nomeadamente malianos e senegaleses. "Os malianos estão-nos a pôr muito em baixo desde que apareceram, estão-nos a "roubar" todos os clientes", disse Geri. No mercado Golfe, existe três secções de venda de acessórios de automóveis, nomeadamente Sucata _ peças usadas (onde vendem só angolanos), Mayuya _ peças de ocasião e novas (onde vendem malianos e senegaleses) e o Ringue _ peças novas e de ocasião (outros angolanos).

De acordo com os vendedores, os acessórios vêm de Dubai, China e Africa do Sul. Quanto ao mercado dos Kwanzas (antigo Cala Boca), tem a repercussão de ser o melhor e maior mercado de venda de medicamentos a nível nacional. Muitos cidadãos dizem não pensar duas vezes para ir comprar medicamentos aos Kwanzas, quando têm em mãos uma prescrição médica. Augusto Mbuta, 23 anos, afirmou que, no mercado dos Kwanzas, "a pessoa encontra facilmente medicamentos dos mais difíceis de serem encontrados em muitas farmácias".

O mercado dos kwanzas é um potencial a nível do medicamento tradicional e produtos agrícolas. Os produtos agrícolas saem doutras províncias directamente para os Kwanzas.

No Mercado Kikolo, conferenciamos com Domingos Diquizeco, 48 anos, vendedor de material de construção no Golfe, este afirmou que o mercado é a sua maior fonte de acessórios para vender. & Joca Martins disse à nossa reportagem que qualquer indivíduo pode construir a sua casa à base do material vendido no Kikolo. O Mercado dos Congolenses foi outro visitado pela nossa reportagem. Segundo os seus vendedores, é potencial em material de som: Rádio30 cassete, DVD, aparelhagem de alta gama. Adiantam que não superam o Mercado Roque Santeiro.

A nossa viagem terminou no Mercado Asa Branca, que fica no município do Cazenga. É famoso por ter roupa de marca "última geração". Segundo Maninho, vendedor do Asa Branca, há 12 anos, todo o indivíduo que quiser aparecer com roupa moderna tem de ir ao Asa Branca.

Questionados sobre esta fama, Amélia Mbacka, 46 anos, há mais de 15 anos a vender roupa usada naquele mercado, afirmou estar muito próximo dos maiores fornecedores de roupa usada do nosso mercado como ADPP e outros armazéns localizados na zona do Ifa, Cazenga. Pretendemos fazer uma sondagem para comparar alguns. Os vendedores do Roque Santeiro admitiram estarem abaixo dos mercados acima referidos no que concerne à oferta dos produtos referenciados. Adão Luimbi afirmou que, embora o Roque seja ainda líder na venda de acessórios de motorizadas, admitiu o Mercado do Golfe ser líder na venda de acessórios de automóveis.

José Manuel, 41 anos, que se diz conhecer bem o

Mercado Roque Santeiro também admitiu que o Mercado do Kicolo é líder na comercialização do material de construção civil.

Apesar disso, os nossos interlocutores afirmaram o Roque Santeiro ter de tudo um pouco, desde os produtos mais baratos aos mais caros, dos mais arcaicos aos mais modernos. Servem a todos, desde o mais pacato e humilde ao cota de colarinho branco. Joana Gomes, 23 anos, residente no bairro Hoji-ya-Henda, afirmou ter muitas razões para fazer compras no Roque Santeiro. Compra produtos de beleza como: creme, verniz, batom, brinco, óculos, etc.

Meury e Ludimila, ambas de 18 anos, foram unânimes em afirmar que os produtos do Roque Santeiro são muito bons e baratos, mencionando o cabelo brasileiro como estando no valor de 70 ou 80 USD; enquanto nos outros mercados pode ser encontrado a 100 ou 150 USD.

09.6.2 Vendedoras e polícia em pé de guerra

Angolense 13 a 20 de Junho de 2009

O conhecido mercado da B.C.A., localizado na zona da Filda, município Cazenga, pode desaparecer do mapa nos próximos tempos, por força de uma medida da administração local, ordenada há um mês. Diariamente são vistos agentes da Polícia Nacional no local, que escorraçam os vendedores, que, entretanto, resistem e continuam a comercializar produtos no referido espaço.

Os comerciantes alegam que o local que lhes foi indicado pelo governo para que passassem a trabalhar, na rua das condutas no mesmo município, não tem clientes para além de estar já ocupado pelos moradores daquela zona. Arminda Jorge vende leite e feijão naquele mercado há mais de dez anos e diz que não vai abandonar o local porque "o lugar que a administração mostrou não favorece".

Zelita Daniel, outra vendedora, afirmou que o corre--corre da polícia não se justifica, pois os vendedores estão na praça da B.C.A. em busca de sustento e até ao momento não lhes foi apresentada qualquer alternativa válida.

A posição das vendedoras converge no mesmo ponto: "a praça daqui não sai", como gritavam na altura diante dos policiais, num claro gesto de desafio.

Para o administrador municipal adjunto do Cazenga, João Adão, tanto na Cuca quanto na BCA, nunca houve mercado. O que chamam de praça do BCA é uma rua e por ISSO o governo local entende que deve acabar com as vendas nas ruas, até mesmo para evitar perigo para os próprios vendedores (muitos trabalham à beira da estrada) e para não criar

congestionamento como o que se verificava na estrada da Cuca.

Antes da tomada da decisão, segundo João Adão, o governo local indicou aos vendedores um espaço na rua das condutas, no mesmo município, para além do espaço disponibilizado no mercado do Asa Branca, mas lamenta que os vendedores rejeitem a mudança.

Entretanto, continuou, a administração municipal do Cazenga "não vai tolerar a venda nas ruas.

"Mais dia, menos dia, aqueles vendedores que estão a mostrar resistência terão que abandonar o local para não ficarmos no dito pelo não dito ", avisou o administrador municipal adjunto do Cazenga.

Sobre a taxa de 50 Kwanzas que vendedoras pagam diariamente para vender no espaço que a administração considera de rua, João Adão disse que desconhece a cobrança de valor aos vendedores.

09.6.3 Persiste venda de produtos em locais impróprios

Factual 19 A 26 de Junho

O Factual foi ao encontro dos vendedores e clientes no mesmo local para saber a causa de tanta insistência, é propício, já que as vendas são feitas ao lado do terminal doméstico, junto de uma vala inacabada que contém uma aglomeração de lixo e água parada, que põem em risco a vida de vendedores e de clientes, pelo factos dos produtos não serem bem conservados.

Luzia Cardoso, vendedora deu a conhecer que as "vendas são feitas aqui porque os mercados já estão todos cheios e aqui é o único lugar que temos para vender, para podermos satisfazer as nossas necessidades" .

Outra vendedora, Antónia Manuel, indicou que o local não é autorizado para venda, porque não é uma praça, mas não se pode abandonar o lugar de forma repentina, não por desobediência, mas pelo facto de ser uma forma de sobrevivência.

"É com o que se ganha das vendas que resolvemos os problemas de alimentação, educação, saúde e transporte para os nossos filhos", referiu Antónia Manuel, acrescentando que: "Já não temos lugar para vender e parar de repente seria matar aos poucos os nossos filhos, porque já não temos alternativa de vida". A vendedora Fernanda Mateus fez saber que vende os seus produtos "aqui, porque até o emprego de doméstica está difícil, e vender na porta de casa o negócio não rende de forma a satisfazer as nossas necessidades", explicando que "mais vale vender por um preço mais barato e ganhar do que não ter para comer".

A cliente Elizângela Simão afirmou ao Factual que faz as suas compras junto à vala do Kassequel do Lourenço porque os preços são baixos, pois que "apesar do lixo e as águas paradas serem um incómodo para o ser humano, as questões financeiras falam mais alto".

09.6.4 Venda ambulante em plena estrada periga vida dos transeuntes

O Independente 27 de Junho de 2009

Os vendedores ambulantes, ao invadirem totalmente as estradas com os seus negócios, além de colocarem as suas próprias vidas em perigo, complicam o trânsito automóvel, contribuindo para um crescendo dos engarrafamentos que se formam em certos pontos das cidades.

Filomeno André, um dos automobilistas entrevistados pelo semanário "O Independente", frisou que alguns acidentes de viação são provocados pelo amontoamento de mercadores nos entroncamentos e cruzamento de estradas.

Já Agostinho Mateus, vendedor ambulante, disse ter conhecimento que o local em que vende não é apropriado para a comercialização dos seus negócios, mas tem insistido pelo facto de ser um dos locais em que o rendimento é maior. Ele, todavia, não descarta um possível abandono do exercício da actividade comercial nas estradas.

David António, outro vendedor ambulante, informou que a semana passada um colega seu foi atropelado por um carro que fazia uma ultrapassagem à direita. Diante desta situação, muitos vendedores estão a procurar outros locais mais seguros com vista ao exercício da venda informal. "Só vendemos neste local porque já não temos outro em que possamos vender os nossos negócios. Se o governo construísse mais mercados as vendas nas estradas e noutros locais não apropriados ia acabar", disse.

09.6.5 Gestores de negócios informais devem estar inscritos no INSS

Jornal de Angola 28 de Junho de 2009

O director provincial do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Venceslau de Matos, pediu aos gestores de negócios informais que se inscrevam no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Venceslau de Matos, em declarações à Angop, chamou à atenção dos jovens sobre as vantagens de estarem inscritos no INSS, sugerindo-lhes que procurem o instituto para "garantirem uma velhice segura".

JULHO 2009

"O futuro dos jovens que preferem ganhar por dia (trabalho informal) está comprometido", frisou, porque "não têm o cuidado de se inscreverem no INSS", Venceslau de Matos referiu que muitas empresas recebem jovens formados nos centros de formação profissional e nos pavilhões de artes e ofícios, mas que estes "abandonam os empregos".

Os "jovens recrutados por estas empresas ficam apenas duas ou três semanas e começam logo a exigir os salários porque estão acostumados a levar mil ou dois mil Kwanzas para casa todos os dias", afirmou, acrescentando:

"Mesmo com explicações de que o salário mensal equivale a mil kwanzas por dia, os jovens preferem voltar à actividade informal pois querem ter dinheiro todos os dias", sublinhou.

Venceslau de Matos lamentou que haja jovens que prefiram ser lavadores de carros ou vendedores ambulantes a trabalharem numa empresa, mas avisou-os que "são os pedintes do futuro por não estarem inscritos na segurança social".

As pessoas devem saber, prosseguiu, que a empresa onde se trabalha deve inscrever o funcionário no INSS enquanto os "trabalhadores contribuem com um pequena percentagem mensal, garantindo, deste modo, uma velhice segura".

O director provincial do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social reconheceu ser "necessário muito trabalho de sensibilização com sociólogos e psicólogos para mudar a mentalidade destes jovens".

09.7.1 Quando o lixo "vira" negocio

O País 3 de Julho de 2009

Na passada terça-feira, 30 de Junho, por volta das 12h00, encontramos Margarida Ventura, 50 anos, com pequenas pedras nas mãos retiradas do meio de um entulho depositado num terreno de céu aberto, sua pertença, na zona da Camama, em Luanda.

O vasto terreno em que falamos com a senhora foi convertido em zona de depósito de lixo retirado das várias obras de construção civil da capital, descarregados por camiões basculantes, onde se aproveitam peças de madeira e de metal e pedras para posterior comercialização.

Quando chegámos, Margarida Ventura separava pedras do escolho que juntava em montes, separados uns dos outros por curtos espaços, à espera de potenciais clientes.

Recolher pedras, madeiras, ferros, cobre e alumínio nos amontoados de entulho para comercializar é a forma que dezenas de mulheres e jovens desempregados encontraram para sustentarem as suas famílias.

Margarida Ventura é o retrato fiel de pessoas que em Luanda encontraram neste tipo de actividade o seu ganha-pão, tendo-se convertido já numa empresária de sucesso.

Na sua área de jurisdição, na Camama a "sucateira", como prefere que a chamem, não actua sozinha. Ela deu "emprego" a outros dez jovens que sustentam as suas famílias com o dinheiro arrecadado da venda destes materiais.

"Comecei a desenvolver esta actividade em 2001, numa altura em que precisava de fazer alguma coisa para garantir a formação dos meus filhos e netos", justificou a Sucateira.

Camionistas na jogada

Para garantir o despejo de entulho em seu terreno, Margarida Ventura estabeleceu acordo com os motoristas de camiões basculantes de empresas de construção civil nacionais e estrangeiras.

"O contrato com as construtoras não é pago porque eles também beneficiam ao deixarem de percorrer longas distâncias para deitarem o lixo das obras. Ambas as partes saem a ganhar", disse.

A sucateira explica em pormenor a forma como se desenrola o negócio entre ela e os camionistas, advogando que dispensam comprar entulho e alugar um bulldozer visto, que eles se responsabilizam por tudo isso.

A sucateira esclareceu ainda que quando a empreiteira decide retirar o equipamento do local, ela vê-se obrigada a desembolsar 120 dólares por hora para o aluguer de uma máquina de outra empresa.

Para além dos seus "funcionários", o processo de recolha desses materiais é reforçado por vários grupos de crianças que se deslocam àquele local para brincar. Estes recolhem as peças e vendem-nas à proprietária do terreno ao preço de 300 Kwanzas.

"Somos nós quem estabelecemos os preços às crianças e aos jovens que vêm aqui vender ferro ou alumínio, pelo facto de os nossos potenciais compradores não terem um preço lixo".

Ferro, o mais procurado

Do lixo comercializado naquele recinto, o ferro é o que mais rende ao bolso de Margarida Ventura, seguindo-se o cobre e alumínio.

Desde 2005, o negócio passou a ter outros contornos, com a entrada em cena de cidadãos indianos que começaram a comprar toneladas de sucata para enviarem para o exterior.

Depois de se familiarizarem, segundo a nossa interlocutora, os compradores deixavam no local mais de dez contentores de 20 pés, adiantavam o pagamento de cinco e tão logo recebessem a informação que todos estavam cheios, faziam a liquidação dos restantes.

"No princípio vendíamos o contentor de 20 pés a 1.500 dólares, mas depois apercebemo-nos que estávamos a comercializá-los a um preço inferior ao praticado pelos nossos concorrentes que já cobravam mais de 2.000 dólares cada. A partir daí aumentamos o valor para 3.500 dólares", disse. Acrescentando de seguida que "o dinheiro adiantado serve para pagar os funcionários e aluguer do equipamento para cortar os ferros que não cabem no contentor".

Crise financeira aperta

A crise financeira em curso está a dificultar o desenvolvimento do negócio, visto que os compradores de sucata ausentaram-se do mercado.

Margarida Ventura disse acreditar que quando a crise passar os indianos e os seus parceiros continuarão com o negócio, por isso está a criar um stock capaz de satisfazer a procura.

26

Antes da crise, a sucateira tinha fechado um contrato verbal com alguns compradores indianos que se resumia no enchimento de 50 contentores de 20 toneladas e em troca recebia dois camiões basculantes com guincho.

"Aposto que com a venda dos 50 contentores, eles tirariam a triplicar os 70.000 ou 80.000 dólares que gastariam com a compra destes equipamentos. E eu

teria a felicidade de deixar de alugar estes meios para recolher as peças dos entulhos".

Para facilitar o controlo das mercadorias, a comerciante utiliza uma balança de grande porte adequada para o efeito. A fama da nossa interlocutora espalhou-se pelo bairro e actualmente os jovens desempregados procuram recolher ferros e alumínio na zona para venderem a ela.

No buraco da Camama, como também é designado o local, Margarida Ventura retira ainda uma enorme quantidade de madeira diversa, entre contraplacados, ripas, paus, estrados, entre outros, que são comercializados aos marceneiros e carpinteiros.

"O preço varia em função do tipo e da quantidade da madeira que o cliente vai levar; um carro de mão cheio pode custar de 500 a 1.500 Kwanzas, mas quando as pessoas dizem que não têm dinheiro, acabo por oferecer".

Instada a exemplificar, Margarida Ventura disse que do buraco da Camama saem madeiras que são utilizadas para fazer cadeirões, quadros, bancadas e gaiolas.

No negócio da madeira, a sucateira diz que consegue tirar maior proveito da parceria que estabeleceu com o seu sobrinho marceneiro de profissão que utiliza este material para fazer gaiolas de pássaros, comercializadas a 30.000 Kwanzas cada.

Em troca das madeiras, o jovem faz quatro gaiolas e depois de as vender entrega o dinheiro de uma delas à sua tia. "Vi que ele tem jeito para a coisa e achei que esta seria uma forma de ajudá-lo. Desta forma, consigo também dinheiro para pagar os meus funcionários e manter o local intacto dos invasores".

Venda de pedra em queda

O trabalho desenvolvido para manter as pedras à vista dos clientes é o mais fastidioso e moroso, estando entre os menos rentáveis.

Margarida Ventura explicou que, normalmente, os camionistas depositam os entulhos próximo ao buraco, e para evitar que as pedras sejam atiradas pelo bulldozer, os seus funcionários recolhem-nas com a ajuda de um carro de mão e transportam para um lugar seguro, onde de seguida é partido.

"Depois de partidas, os meus dois filhos e o sobrinho ajudam-me a arrumar as pedras num local visível onde são comercializados".

O preço do monte de pedra varia em função da procura e da composição da mesma. As compostas de betão são as mais caras, por oferecerem maior resistência e durabilidade.

"Inicialmente tinha estabelecido acordo com os jovens. Eles partem, arrumam e vendem os montes de pedras ao preço que vai dos dez a 12 mil kwanzas cada ficando

o dinheiro de dois montes com eles como pagamento", explicou.

Como às vezes não há clientes, os vendedores optam por receber três mil Kwanzas por monte e dois mil Kwanzas pela arrumação.

Margarida Ventura revelou, por outro lado, que o comércio de pedras baixou de forma drástica nos últimos tempos devido às constantes demolições que têm sido desencadeadas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

A líder da venda de lixo extraído dos entulhos atesta que está há dois meses sem vender nenhum monte de pedra.

Viana, outra zona de exploração
Domingas Mendonça, 36 anos, moradora no Quilómetro Nove, em Viana, diz que há um mês que sustenta a sua família com o dinheiro proveniente da venda de lixo retirado dos entulhos.

Contrariamente às suas colegas que exercem essa actividade no Benfica e na Camama, em Viana, as comerciantes estabelecem o preço em função da quantidade solicitada pelo cliente.

"Vendemos o monte a 2mil kwanzas, mas se o cliente reclamar pelo preço baixamos até 1.500 kwanzas", explicou.

Actualmente a procura de pedras naquela zona tornou-se maior que a oferta, pelo facto de os camiões terem suspenso o depósito de entulho, o que tem provocado a escassez do material. Para conseguirem pedras, as vendedoras contam com a ajuda de crianças dos 10 aos 16, que sobem aos entulhos de três metros de altura à procura de negócio.

No local, encontramos o adolescente Mendes Sabalo, 12 anos, estudante da terceira classe, que se encontrava em cima de um monte de entulho à procura de pedras, enquanto os seus companheiros, cujas idades não diferem muito, faziam o mesmo trabalho.

"Faço este trabalho todos os dias antes de ir à escola, porque daqui consigo tirar o dinheiro paro ajudar os meus pais a comprarem os materiais escolares e roupa. As senhoras pagam-me 400 kwanzas por cada pedra que descubro".

Depois de localizadas as pedras, as crianças tratam de retirar toda a areia que estiver ao seu redor e empurram-nas para baixo. Daí, os passos a seguir são marcados pelas comerciantes que as partem com a ajuda de uma marreta que pesa mais de oito quilogramas.

Talatona, outra mina
Em Talatona, deparamo-nos com a senhora Caro Tchimica, 39 anos, a partir uma pedra de mais de

80centímetros. No local há mais de um mês, ela explica que foi parar ai de forma casual.

"A minha casa é aqui próximo e sempre que passava por esta zona via as minhas vizinhas a juntarem as pedras para venderem, e assim decidi juntar-me a elas e cá estou até hoje", contou.

Segundo ela "às vezes ficamos três dias sem vender, mas como aqui há muita procura, temos sempre a certeza de que dias melhores chegarão".

O ferimento no dedo indicador causado por uma maneta de dez quilogramas não inibia a nossa interlocutora que, de forma destemida, erguia-a para o alto e de seguida arremessava para a pedra enorme. "Apesar de ter esta ferida no dedo, não pretendo parar de fazer isto porque é daqui que sai o sustento paro a minha família. Nos primeiros dias, como a dor era muita, não tive outra hipótese senão ficar em casa a repousar sob orientações médicas mas voltei a ter dificuldade financeiras", explicou.

09.7.2 Cresce a venda ambulante no São Paulo

Agora 4 de Julho de 2009

Segundo alegações das quitandeiros, com a escassez dos clientes no interior do mercado, não é possível ganhar o suficiente para satisfazer as necessidades básicas da família.

É o caso de Luzia Mendes, 24 anos, que há mais de um ano vendia carne no interior do mercado. "Não tenho outra alternativa. Tive de abandonar o lugar como muitas vendedoras fizeram para conseguir despachar o produto. Estou na rua há um mês e faço dois dias a vender cinco caixas de carne", disse, acrescentando que "no primeiro trimestre de 2009 perdi cerca de 2 mil dólares, porque não havia compradores. Agora estou na rua a partir das 16h às 21 consigo vender três caixas". Apesar da presença dos agentes da Ordem e dos fiscais do governo provincial de Luanda, Maria João, viúva e mãe de seis filhos, garantiu que é melhor na rua do que ficar todo o dia sem vender nada. "Já fiquei dias sem vender e o negócio começou a decair, porque as pessoas não aparecem lá dentro", lembrou, embora reconheça existir mais higiene no mercado ao contrário da rua.

Vende-se desde à cebola, tomate, fuba, roupa, calçados e perecíveis. Bebidas e refrigerantes são os mais comercializados, os clientes são de baixa, média e alta renda. "Aparecem clientes de todas as qualidades e não me preocupo em pagar a ficha da bancada", frisou. Dependendo da localização da bancada e do produto a comercializar, diariamente paga-se no interior do mercado, 50 a 100 Kwanzas, o que pode atingir os três mil ou mil e 500 mensais, por cada vendedora licenciada.

O mercado possui 753 bancadas de betão, duas câmaras frigoríficas, um gerador, quatro armazéns, igual número de balneários e dois tanques de água e pessoal de limpeza.

Entretanto, a administração do mercado avançou que as vendedoras licenciadas que abandonaram o mercado poderão perder a titularidade dos lugares atribuídos pela autoridade de mercados e feiras do GPL.

A situação é a mesma que se vive no mercado dos Congolenses. Inaugurado em Janeiro de 2008, 283 bancadas, das mil e oito existentes no estabelecimento encontram-se vazias e as quitadeiras abandonam o mercado para exercerem as suas actividades nos arredores, principalmente junto à estrada.

O mais moderno de todos os mercados, conta com 101 lojas, sendo 28 grandes e 73 pequenas. As taxas praticadas variam entre 50 Kz a 150kz, para as lojas pequenas e 200kz para as de maiores dimensões.

09.7.3 Vendedoras ambulantes fornecem água nas ruas

Jornal de Angola 11 de Julho de 2009

"Quero três banheiras com água". Foi desta forma que a jovem Maria Jacinto se dirigiu às vendedoras de água localizadas no espaço em frente ao prédio Rimaga, na Rua 1 ° de Agosto, na cidade do Uíje.

A presença de Maria Jacinto no local foi suficiente para provocar uma pequena confusão entre as vendedoras ambulantes de água. Todas queriam tê-la como cliente. Quando uma delas é chamada, uma das colegas ajuda a felizarda a meter a banheira na cabeça, para seguir rapidamente até à moradia do cliente.

Uma jovem residente no prédio Embondeiro, o mais alto da cidade do Uíje, disse ao Jornal de Angola que esta situação está ligada ao abastecimento débil no fornecimento de água potável à cidade.

Madalena José, 33 anos, reside no Bairro Pedreira. É também vendedora ambulante de água. Ela e as colegas ficam concentradas na Rua B, do Bairro Popular nº 1, onde funciona a Direcção Provincial das Edições Novembro, na cidade do Uíje. É o local onde colocam as suas banheiras cheias de água para vender.

"Acordo às seis da manhã, para procurar sustento para a minha família. Ao sair de casa, muitas vezes somos solicitadas pelos clientes antes de chegarmos ao local de vendas", afirmou Ela compra a água no velho Kissange, ao preço de 30 kwanzas, e cobra 1 00 kwanzas pelo transporte ao domicílio. "O cliente paga 130 kwanzas por cada banheira de 30 litros", disse.

A vendedora ambulante esclareceu que se a água for tirada do rio Culo, o cliente paga apenas 1 00 kwanzas. "O negócio já foi rentável, tínhamos muitos clientes,

porque faltava muita água e nós éramos poucas na venda ambulante. Naquela altura, não jorrava água nas torneiras de muitas áreas da cidade, por isso, nós facturávamos a sério", lembra Conceição Cahuindua, outra vendedora.

Conceição Cahuindua está ligada a outro grupo de mulheres que se concentram diariamente em frente ao prédio Rimaga, na Rua 10 de Agosto. "Hoje só facturamos à vontade, quando a água não jorra nas torneiras. Quando jorra, vendemos a banheira ao preço de 50 kwanzas", referiu.

Macaia António conta que, quando começou a vender, ninguém acreditou, porque "foi num abrir e fechar de olhos". Influenciada por uma vizinha que já desenvolvia a actividade, Macaia António consegue diariamente dinheiro para sustentar os filhos, para além de lhes garantir a escola.

Residente no bairro Candombe Novo, Elisabete Justina disse que chega ao local de venda às seis da manhã, com o objectivo de ir ao encontro dos primeiros clientes do dia. Refere que se a casa do cliente for muito distante do ponto de venda, então o preço pode chegar aos 200 kwanzas, principalmente em relação aos apartamentos que ficam a partir do terceiro andar de um edifício qualquer.

Negócio em vias de extinção Salvador Bernardo"director provincial da Energia e Aguas no Uíje, sublinhou que o aumento de vendedoras ambulantes de água é devido aos trabalhos que a sua instituição está a realizar para melhorar o fornecimento de água. "Actualmente, estamos a trabalhar para aumentar o volume de água, com vista a fornecê-la em quantidades consideráveis".

Sublinhou que o trabalho demorou alguns dias, "facto que causou alguns embaraços à população, tendo em conta que ficaram sem água durante a execução dos trabalhos", disse.

De acordo com Salvador Bernardo, a restrição no fornecimento de água à cidade tem a ver com a execução de um projecto relacionado com "a ligação da tubagem da rede antiga à rede nova". Informou que a situação já foi ultrapassada. "Hoje notámos que as vendedoras com as banheiras não têm clientes, porque a água está a jorrar nas torneiras".

Mas reconhece que a existência de vendedoras ambulantes de água em algumas artérias da cidade do Uíje se deve, também, ao fraco fornecimento de água à cidade. Ele garante que tudo está a ser feito para combater este problema.

Salvador Bernardo referiu ainda que o Governo pretende encerrar as cacimbas, onde as vendedoras ambulantes se abastecem de água para vender. Justificou que as cacimbas originam muitas doenças.

09.7.4 "Garimpo" desenfreado engorda oportunistas no Mercado dos Kwanzas.

Semanário Factual 17 De 24 de Julho de 2009

Bancadas desmontadas, um espaço de 300 metros quadrados livre e "farmacêuticos" buscando dissimuladamente clientes é o novo cenário da área de medicamentos no mercado paralelo dos Kwanzas, na zona da Mabor, no município do Cazenga.

Contrariamente ao que vinha acontecendo há mais ou menos 18 anos, os vendedores de medicamentos agora agem de forma a não darem nas vistas dos fiscais e dos agentes da Polícia de Ordem Pública e Económica.

As coisas ficaram feias para os vendedores de fármacos, no mercado a céu aberto, há um mês, embora a proibição conjunta do Governo Provincial de Luanda e do Ministério da Saúde já vigore desde 14 de Maio último.

Relatos dos vendedores ao Factual revelam que as dificuldades na comercialização, até então lucrativa, de medicamentos aumentaram consideravelmente desde o princípio de Junho, altura em que pessoas identificadas como fiscais começaram a prender "farmacêuticos" e a apreender medicamentos.

"Daí as coisas já não voltaram a ser as mesmas. Não se vende tanto como antes. Há pessoas que estão a se fazer passar por fiscais. Entre os polícias, muitos são desonestos. Vêm cá e extorquem os comerciantes", acusa um vendedor.

Segundo António Quimengo, grupos de marginais vestidos à polícia vezes sem conta fazem incursões na área de medicamentos, prendem as pessoas, levam-nas a um canto qualquer nos arredores do mercado, extorquem e depois soltam as vítimas. Fica difícil distinguir o bandido do polícia. Assegura estar mais difícil comercializar medicamentos em locais impróprios.

Tudo tem que ser feito de forma dissimulada. Interpela-se o potencial cliente como se fosse um amigo e faz-se negócio num ponto mais afastado do mercado, onde normalmente ficam guardados os medicamentos.

Diz que diariamente são presos entre três a sete "farmacêuticos", assegurando ter sido preso uma vez e que a meio do caminho para a esquadra os agentes exigiram o pagamento de 50 mil kwanzas como condição para a soltura.

"Tive que pagar para ser solto, mas outros dois companheiros que não tinham essa quantia ficaram retidos e a família teve de pagar o mesmo valor horas

mais tarde. Isso virou uma mina de ouro em que muitos oportunistas vêm garimpar impunemente", diz o vendedor Pedro N'zungo.

A polícia, através do seu porta-voz em Luanda, subinspector Nestor Goubel, afirmou que não tem conhecimento que actos do género estejam a acontecer e promete averiguar e punir as prováveis pessoas envolvidas, à semelhança do que aconteceu com os vendedores que insistiram na comercialização de medicamentos fora das farmácias.

Deu a conhecer que foram presos, há uma semana, vendedores de medicamentos no mercado dos Kwanzas, facto que serviu para mostrar que as autoridades policiais continuarão a cumprir com o seu dever onde e quando for necessário. Um dos fiscais, que não quis revelar o nome, deixou tudo em aberto, não desmentido nem confirmando a versão dos vendedores, que acusam os supervisores da prática de actos de extorsão, mas considerou possível tal atitude, por não existir um controlo milimétrico aos agentes fiscalizadores.

A interdição na comercialização de medicamentos no mercado informal dos Kwanzas, o mais envolvido neste negócio, foi tomada para salvaguardar a saúde pública, numa medida extensiva a todos os mercados que directa ou indirectamente vendem fármacos ao ar livre.

A medida, tomada a 14 de Maio deste ano, apenas foi imposta quatro dias mais tarde aos vendedores, que na ocasião pediram uma moratória de três meses (Junho, Julho e Agosto) para conseguirem se desfazer dos medicamentos e reaverem o seu dinheiro para futura aplicação em outros negócios, mas esse pedido foi recusado pelas autoridades.

09.7.5 Zungueiros foram condenados por piratear vídeos pornográficos

Jornal de Angola 22 De Julho de 2009

Nsumbo Dinis, Simão Luvumbo, Miguel Pereira, foram condenados ontem, em Luanda, pelo Tribunal de Polícia pelo crime de plágio e contratação.

Os réus tiveram a pena de a 30 dias de prisão, que foi convertida em multa à razão de 50 kwanzas por dia, na condição de pagamento imediato.

Foram ainda condenados a pagar uma multa de 2.000 kwanzas, taxa de justiça no valor de 13.600 kwanzas e 500 kwanzas a favor do defensor oficioso.

O condenado Simão Luvumbo disse em sua defesa que sabe que vender discos piratas é crime, mas explicou que antes de andar na pirataria era serralheiro: "um dia a máquina avariou e então decidi vender discos para

sobreviver".

O outro vendedor de discos piratas, Miguel Pereira, disse à meritíssima juíza que "quem plágia é o meu sócio. Ele é que sabe os truques de fazer discos piratas. Eu mesmo só vendo na rua e depois dividimos o dinheiro, mas ele fica com a parte grande". O agente da Polícia Económica que apanhou os dois vendedores de discos piratas esclareceu o Tribunal:

"Nós encontrámos os dois autuados a vender discos de autores angolanos e internacionais. Quando analisámos a mercadoria vimos logo que era contrafacção. Além de muitos discos, eles também tinham filmes pornográficos piratas". Lei é lei e nem a pornografia pode ser falsificada.

O Procurador do Ministério Público disse ao agente da Polícia Económica que devia investigar mais. para os réus levarem a polícia à fábrica de contrafacção O magistrado explicou que as fábricas de discos e vídeos piratas "desvalorizam o trabalho dos artistas" e violam os direitos de autor. Os vendedores de discos piratas mostraram arrependimento mas de nada adiantou. Foram mesmo condenados.

Taxistas especuladores

O Tribunal de Polícia também condenou ontem em Luanda os taxistas Diogo Pedra, Francisco Dungo Manuel e o seu cobrador Augusto Manuel Kalanga pelo Crime de especulação o taxista Pedro Diogo foi condenado a 25 dias de multa à razão de 50 kwanzas por dia, taxa de justiça no valor de 10 mil kwanzas e uma multa no valor de 40 mil kwanzas. Ainda teve de pagar 2.000 kwanzas a favor do defensor oficioso.

O taxista Francisco Manuel e o seu cobrador Augusto Kalanga também foram condenados a 25 dias de multa à razão de 1.400 kwanzas por dia e taxa de justiça no valor de 10 mil kwanzas.

Em sua defesa o condenado Diogo Pedro disse que encurtou a rota Hoje ya Renda/Asa Branca devido aos buracos.

O procurador do Ministério Publico disse que os taxistas de Luanda fazem sistematicamente rotas curtas porque ainda faltam transporte públicos para todos os bairros. Ao encurtarem rotas mostram que são gananciosos, "querem fazer dinheiro fácil e exploram pessoas humildes". A desculpa dos buracos não pegou.